

Mitos Cristãos

Desafios para o Diálogo Religioso

2ª edição revista

José Pinheiro de Souza

Mitos Cristãos

Desafios para o Diálogo Religioso

2ª edição revista

Fortaleza - 2012

Mitos Cristãos: Desafios para o Diálogo Religioso

© 2012 Copyright by José Pinheiro de Souza

E-mail do autor: jpinheirosouza@uol.com.br

Site: www.professorpinheiro.com

Blog: www.jpinheirosouza.blog.uol.com.br

Diagramação e Formatação

Franciana Pequeno

Revisão de Texto

José Pinheiro de Souza

Capa

F. Mendes Almeida

Ilustração da Capa

Carlos Henrique (Guabiras)

S 719 c Souza, José Pinheiro de
Mitos Cristãos: desafios para o diálogo religioso/ José
Pinheiro de Souza. 2. ed. revista - Fortaleza, 2012.

200p.

(Publicação disponível em: www.professorpinheiro.com)

1. Religião 2. Cristianismo 3. Ecumenismo
4. Mitos Cristãos I. Título

CDD 280.042

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
NÃO IMPORTA O CAMINHO	13
CREDO MACROECUMÊNICO	14
ABREVIATURAS E SIGLAS	15
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	17
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1: O CRISTIANISMO DE JESUS E O DOS CRISTÃOS	27
A maior polêmica cristã de todos os tempos	27
“Jesus/Cristo Real” x “Jesus/Cristo Mítico”	28
“Jesus histórico” x “Cristo da fé”	29
“Cristianismo de Jesus” x “Cristianismo dos Cristãos”	30
Definições de “cristão” e de “cristianismo”	31
Definição de “cristão” dada por Jesus	32
O verdadeiro fundador do cristianismo mítico	32
Uma modalidade de cristianismo não exclui (nem inclui) necessariamente a outra	35
Mais autores da distinção entre as duas modalidades de cristianismo	36
Justificativa para a distinção	36
Teólogo católico que adota a distinção	37
Expressões sinônimas para a distinção	37
Principal diferença entre os dois cristianismos	38
O “cristianismo de Jesus” e as divisões dos cristãos	39
As disputas pelo título de “verdadeiro cristão”	39
Solução para o impasse	40

CAPÍTULO 2: CONCEITOS DE MITO, MITOLOGIA E MITOS CRISTÃOS	41
Conceito de “mito”	41
Valor dos mitos	44
Sinceridade das pessoas em suas crenças míticas	45
Conceito de “mitologia”	46
Conceito de “mitos cristãos”	46
Origem do conceito de “mitos cristãos”	47
Os mitos cristãos mais exclusivistas	49
Linguagem figurada/mitológica sobre Deus	49
Origem dos principais mitos cristãos	50
CAPÍTULO 3: FÉ E RAZÃO	57
“Fé-confiança” x “fé-crença”	57
“Fé cega” x “fé raciocinada”	58
“Fé cega pura” x “fé cega racionalizada”	59
Perigos da “fé cega” para a sociedade	60
A “razão comunicativa” habermasiana	61
O papel da razão na busca da verdade	62
A luta entre fé e razão na busca da verdade	62
O muro entre fé e razão	62
A razão como uma “faculdade demoníaca”	63
Religião e ciência	64
Contradições entre a Bíblia e a ciência	65
Conciliação entre ciência e religião	67
CAPÍTULO 4: A QUESTÃO DA VERDADE	69
Definição de verdade	69
Jesus: Caminho, Verdade e Vida (cf. Jo 14,6)	70
O caráter superexclusivista de João 14,6	70
Teorias da verdade	71

A verdade religiosa	72
Unicidade da verdade	72
Verdade científica x verdade religiosa	73
Avaliação da veracidade de doutrinas religiosas	74
O nível gradativo das revelações religiosas	75
Autenticidade das revelações	75
Revelações contraditórias	76
Impossibilidade de doutrinas contraditórias serem igualmente verdadeiras	76
CAPÍTULO 5: CONCEITO DE DEUS	77
Impossibilidade de definir Deus	77
Linguagem analógica/metafórica sobre Deus	78
Relevância do conceito de Deus	79
Origem do termo “Deus”	79
Politeísmo x Monoteísmo	79
Panteísmo	80
Dualismo	80
Monismo	81
Monismo dualista	81
Diteísmo, deísmo, teísmo, ateísmo e henoteísmo	82
Trindade x Unitarismo	82
Cristo cósmico, Cristo planetário, Cristo da fé, Jesus histórico (ou Cristo histórico)	83
O Verdadeiro Jesus de Nazaré	85
Deus-Pai/Deus-Mãe/Deus-Amor	85
Implicações Ecumênicas e Macroecumênicas da Pluralidade de Conceitos sobre a Divindade	86
CAPÍTULO 6: INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA	87
Grupos rivais de cristãos no modo de interpretar a Bíblia	87
O exclusivismo dos autores bíblicos	89

O mito da Bíblia inteira como “Palavra de Deus”	90
Contradições e parcialidades no Antigo Testamento (AT)	91
Contradições e incoerências no Novo Testamento (NT)	92
Alterações da Bíblia em seus textos originais	94
Inspiração da Bíblia	96
Inerrância da Bíblia	96
Erros de tradução na Bíblia	97
O ‘Deus’ do AT e o ‘Deus’ do NT	98
O pioneiro na busca do Jesus histórico	98
A obra fundamental do protestantismo liberal	99
Os evangelhos como documentos de fé	100
A obra de Albert Schweitzer	101
O Seminário de Jesus (SJ)	101
Autenticidade das palavras e ações de Jesus	102
Incerteza das palavras exatas de Jesus	102
Conhecimento do Jesus histórico	103
A verdadeira mensagem do Jesus histórico	104

CAPÍTULO 7: ANÁLISE CRÍTICA DOS PRINCIPAIS MITOS CRISTÃOS

105

O mito da unicidade cristã	105
O mito do Deus encarnado	108
O mito de Jesus como “Filho de Deus” no sentido natural	112
O mito da Trindade Cristã	119
O mito do pecado original	130
O mito do batismo	132
O mito do parto virginal	134
O mito da “Mãe de Deus”	136
O mito do juízo final	137
O mito da salvação (ou redenção)	139
O mito do inferno eterno	141
O mito de Satanás e dos demônios	142

O mito da ressurreição dos mortos	143
O mito de milagres que supostamente anulam as leis da natureza	151
Títulos míticos atribuídos a Jesus	152
O mito do Messias	155
O mito da ceia eucarística	156
Os mitos da confissão e do perdão dos pecados	160
O mito de afirmações exclusivistas atribuídas a Jesus	162
O mito da revelação exclusiva e definitiva feita por Deus na Bíblia	163
O mito da religião e da Igreja de Cristo	165
CAPÍTULO 8: OS MITOS CRISTÃOS E A REENCARNAÇÃO	171
Reencarnação x Metempsicose	171
A crença reencarnacionista no judaísmo e no cristianismo primitivo	171
A reencarnação e o progresso da humanidade	173
Reencarnação, justiça e misericórdia divinas	174
A reencarnação e a ciência contemporânea	174
Incompatibilidade entre a reencarnação e os mitos cristãos	175
Objecções à reencarnação	180
CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às seguintes pessoas e/ou instituições:

Centro Espírita Simples como a Fé, Fortaleza-Ceará, na pessoa de seu Presidente, Sr. Salim Ibraim Said, pelo convite que me fez para ministrar uma palestra que gerou a produção deste livro.

Grupo Espírita GEEC (Grupo Educação, Ética e Cidadania), na pessoa de seu Diretor Executivo, Jomar T. Gontijo, Divinópolis-MG, por ter assumido a publicação da 1ª edição desta obra.

Minha esposa, Iaci, por me haver inspirado com suas palavras e seu testemunho de vida a ideia maior de meus livros ecumênicos de que **a verdadeira religião é a prática do amor.**

Meus filhos, Jocely, Joacy e Joceny.

Meus agradecimentos a todos aqueles que leram os originais desta obra e me fizeram comentários, entre os quais destaco os seguintes nomes: o escritor judeu Vicente Francimar de Oliveira (residente em Fortaleza-CE), o escritor mineiro José Reis Chaves (residente em Belo Horizonte-MG), o irmão espírita Alberto de Albuquerque Cordeiro, do Centro Espírita Simples como a Fé (residente em Fortaleza-CE), o escritor, e ex-padre salesiano, Paulo Cabral da Rocha (residente em Fortaleza-CE), o irmão espírita Jomar T. Gontijo, editor e apresentador da 1ª edição desta obra (residente em Divinópolis, MG), o Prof. José Alves Fernandes (residente em Fortaleza-CE) e o advogado Raul Gomes Serafim (residente em Fortaleza-CE), por ter me presenteado com o livro *Breve História das Religiões*, de Ambrogio Donini, obra muito utilizada na pesquisa deste livro.

Franciana Pequeno, pelo suporte na digitação e diagramação eletrônica do livro.

Não posso esquecer-me, finalmente, de agradecer a Deus, a Jesus e a outros amigos espirituais, por terem me dado inspiração e coragem de escrever este livro, de natureza bastante polêmica, mas cujo objetivo último é contribuir para promover a verdadeira paz e a fraternidade, mediante a prática, cada vez mais necessária, do diálogo ecumênico e inter-religioso.

NÃO IMPORTA O CAMINHO

Um juiz passava por uma estrada e encontrou um preto velho enrolando seu cigarro de palha e cumprimentando a todos que por ali passavam, dizendo:

– “Deus te abençoe, meu filho! Deus te acompanhe! Deus te guie! Deus te proteja!”

O juiz, um tanto curioso, perguntou-lhe:

– “O Senhor sabe onde Deus está?”

E o preto velho respondeu-lhe:

– “O Senhor sabe onde Ele não está?”

O juiz, não satisfeito com a resposta, retrucou:

– “O Senhor deve ser muito religioso! Qual é a sua religião?”

E o preto velho respondeu-lhe:

– “Quando vou levar trigo à cidade, posso ir pela rodovia, pela montanha, ou pela estrada do rio, mas, quando chego lá, o patrão não quer saber por onde vim. Ele quer saber se o trigo é de boa qualidade!”

(Autor desconhecido)

Moral da história e sua aplicação a esta obra: Quando formos prestar contas a Deus de nossa vida, Ele não vai querer saber se professamos Religião A, B ou C, mas **se nossas obras foram de boa qualidade!** Ou seja, **para Deus, não importa a religião que se professa, mas o amor que se pratica!** Esta é a chamada tese pluralista da **equivalência funcional** (mas não **doutrinal**) de todas as religiões, defendida neste livro, em oposição aos pontos de vista religiosos que sustentam a exclusividade, unicidade e superioridade de **UM CAMINHO**, isto é, de uma religião em relação às demais. Por essa tese, o catolicismo é tão bom, válido e verdadeiro para os católicos, quanto o judaísmo o é para os judeus, o budismo para os budistas, o espiritismo para os espíritas e assim por diante. Essa tese não afirma, porém, que todas as religiões são igualmente verdadeiras do ponto de vista de suas crenças, de seus dogmas ou de seus mitos, uma vez que, em questões de doutrina, elas se contradizem em muitos pontos. Daí, a necessidade do diálogo religioso aberto e sincero para se saber quem está com a verdade em assuntos doutrinários.

CREDO MACROECUMÊNICO

CREMOS QUE SOMOS TODOS IRMÃOS,
FILHOS DO MESMO PAI.
CREMOS NO AMOR UNIVERSAL,
ENSINADO POR JESUS E POR TODOS
OS MENSAGEIROS DA PAZ,
ENVIADOS POR DEUS
AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA.
CREMOS QUE,
SOMENTE VIVENDO UNIDOS NO AMOR,
EVITANDO QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA
E DISCRIMINAÇÃO CONTRA QUEM QUER QUE SEJA,
PODEREMOS CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR,
DE PAZ E FRATERNIDADE.
CREMOS QUE “NÃO IMPORTA O CAMINHO”, ISTO É,
QUE TODAS AS RELIGIÕES
SÃO CAMINHOS VÁLIDOS
NA BUSCA DA VERDADE,
DA PERFEIÇÃO
E DO CRESCIMENTO ESPIRITUAL.
CREMOS QUE
TODO REINO DIVIDIDO PERECERÁ.
CREMOS NO DIÁLOGO FRATERNO
COMO MEIO DE ESCLARECIMENTO E DE
BUSCA COMUM DA VERDADE RELIGIOSA,
PARA QUE TODOS SEJAMOS UM.
AMÉM.

José Pinheiro de Souza

ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
d.C.	Depois de Cristo
apud	Citado por (Junto a)
Cf.	Confira (ou confronto)
Ibid.	Ibidem (na mesma obra)
Id.	Idem (o mesmo autor ou a mesma autora)
Op. Cit.	Obra citada
x	Versus (por ex.: Reencarnação x Ressurreição)

ABREVIATURAS DE TEXTOS BÍBLICOS

Ap	Apocalipse
At	Atos dos Apóstolos
Cl	Colossenses
Dt	Deuteronômio
Ef	Efésios
Ex	Êxodo
Ez	Ezequiel
Gl	Gálatas
Hb	Hebreus
Is	Isaías
Jl	Joel
Jo	João
Js	Josué
Lc	Lucas
Mc	Marcos
Mt	Mateus
2Pd	Segunda Epístola de Pedro
Rm	Romanos
1Rs, 2Rs	1º Livro dos Reis, 2º Livro dos Reis
1Tm, 2Tm	1ª Epístola a Timóteo, 2ª Epístola a Timóteo
2Sm	2º Livro de Samuel
1Cor	1ª Epístola aos Coríntios
Sl	Salmos
1Jo	1ª Epístola de João
Tb	Tobias
Tg	Tiago
1Ts, 2Ts	1ª/2ª Epístola aos Tessalonicenses
Tt	Tito

Observação: As citações bíblicas contidas neste livro seguem o texto da *BÍBLIA DE JERUSALÉM*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981.

DICIONÁRIOS DE RELIGIÕES

- DER *Dicionário Enciclopédico das Religiões* (de autoria de Hugo SCHLESINGER e Humberto PORTO, Volumes I e II. Petrópolis, Vozes, 1995.
- DRCO *Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo* (de autoria de George A. MATHER e Larry A. NICHOLS. São Paulo, Vidas, 2000, publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1993.

DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

- HOUAISS HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- AURÉLIO FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

Na Introdução de sua obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, Allan Kardec afirma:

Podem dividir-se em cinco partes as matérias contidas nos Evangelhos: *os atos comuns da vida de Cristo; os milagres; as predições; as palavras que foram tomadas pela Igreja para fundamento de seus dogmas; e o ensino moral.* As quatro primeiras têm sido objeto de controvérsias; a última, porém, conservou-se constantemente inatacável.

Nessa mesma obra, Kardec concentra seu esforço na análise e reflexão da quinta parte, essência do ensinamento de Jesus. Em seu último livro, *A Gênese: os milagres e as predições segundo o Espiritismo*, Kardec se aventura em buscar explicações mais científicas para a segunda e terceira partes. A quarta parte, porém, a que diz respeito às palavras (as quais ele não afirma serem de Jesus) que foram tomadas pela Igreja para o fundamento de seus dogmas, não foi objeto de seu estudo.

Ele não se preocupava com essas questões, visto que entendia o Espiritismo como Ciência e Filosofia com consequências morais, como nesta resposta publicada na Revista Espírita de Julho de 1859, ao Sr. Abade Chesnel:

O Espiritismo, como eu disse, está fora de todas as crenças dogmáticas, com as quais não se preocupa; não o consideramos senão como uma ciência filosófica, que nos explica uma multidão de coisas que não compreendemos, e, por isso mesmo, em lugar de abafar em nós as ideias religiosas, como certas filosofias, fá-las nascer naqueles em que elas não existem; mas se quereis, por toda a força, elevá-lo à categoria de uma religião, vós mesmos o empurrais para um caminho novo.

Infelizmente, ou felizmente, não sei avaliar, pois o Espiritismo científico/filosófico não sobreviveu na França; o Espiritismo “elevado” à categoria de uma religião foi o que floresceu no Brasil. Agora, porém, é necessário restabelecer seu sentido original, buscando a universalidade possível apenas à Ciência e à Filosofia. Para isto, é necessário que deixemos de achar que temos a única, exclusiva e verdadeira

interpretação dos assuntos “religiosos”. Somente com este espírito de alteridade e respeito a todas as crenças é que poderemos vivenciar o preceito do amor pregado por todas as religiões, inclusive pelo Espiritismo.

Os livros do Prof. Pinheiro avançam neste terreno escorregadio e cheio de armadilhas. Ele o faz com maestria. Grande conhecedor de Teologia e da História das Religiões, caminha com segurança em temas polêmicos e instigantes, referenciando as fontes e autores para quem quiser se aprofundar, e discorrendo de maneira clara e simples. No mínimo, dois efeitos são notáveis quando terminamos de ler uma de suas obras: o aumento considerável de nossa cultura religiosa e histórica e um respeito a todas as ideias, mesmo aquelas com as quais não concordamos, visto que a essência defendida em suas obras é a mesma que defendeu Jesus (o histórico), o amor como norteador das ações humanas.

Neste livro, *Mitos Cristãos: Desafios para o Diálogo Religioso*, que o leitor tem em mãos, o Prof. Pinheiro reflete sobre “os fundamentos dos dogmas” das diversas igrejas, complementando o que não foi refletido por Kardec nas obras citadas, buscando eliminar o exclusivismo religioso, defendendo a possibilidade do ecumenismo e do macroecumenismo fundamentados no amor.

Reafirmo minha opinião segundo a qual o movimento espírita, enquanto movimento social que busca melhorar o mundo; o leitor, seja espírita ou não, enquanto ser que busca conhecimento e aprimoramento para melhor dirigir suas ações no mundo; a Doutrina Espírita, enquanto acervo de informações que busca subsídios para melhor compreender o sentido da vida e auxiliar o homem a se tornar um “homem de bem” e todas as religiões e movimentos ecumênicos que buscam a alteridade e a paz entre os homens têm muito a agradecer por mais esta obra do Prof. Pinheiro.

Divinópolis - MG, 03 de julho de 2007
Jomar T. Gontijo
Fundador do Grupo de Estudos de Ética

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO

Sou professor universitário, aposentado da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará, PhD em Linguística e Mestre no Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade de Illinois (USA).

Até meus 57 anos de idade, fui católico convicto, tendo estudado para padre no Seminário Salesiano, durante 12 anos. Atualmente, sou espiritualista reencarnacionista independente, simpatizante do espiritismo kardecista. Depois que me aposentei, procurei uma maneira de ocupar bem o meu tempo, estudando as religiões.

Como fruto de meus estudos, já escrevi seis livros ecumênicos: 1) *Entrevistas com Jesus: Reflexões Ecumênicas* (400 perguntas e respostas; 2) *Mitos Cristãos: Desafios para o Diálogo Religioso*; 3) *Catecismo Ecumênico: 200 perguntas e respostas à luz da “fé raciocinada”*; 4) *Paulinismo: a doutrina de Paulo em oposição à de Jesus*; 5) *Mentiras sobre Jesus: Desafio para o Diálogo Religioso* e 6) *Três Maneiras de Ver Jesus: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica*. Todos esses livros podem ser lidos no meu site: (www.professorpinheiro.com).

Uma das expressões-chave de meus livros ecumênicos é “diálogo religioso”, que emprego em três sentidos:

- a) o diálogo sobre temas religiosos entre pessoas da mesma religião ou de religiões diferentes, ou até mesmo entre pessoas que não estejam filiadas a qualquer instituição religiosa particular;
- b) o “diálogo ecumênico”, isto é, o diálogo para reaproximação dos cristãos divididos;
- c) o “diálogo inter-religioso” (ou “macroecumênico”), ou seja, o diálogo entre seguidores de religiões diferentes, particularmente o diálogo entre o cristianismo histórico e as religiões ou filosofias tradicionalmente não cristãs.

Os subtítulos de meus livros expressam o meu interesse pelo **ecumenismo**. Por que esse meu interesse tão grande pelo ecumenismo e o diálogo inter-religioso? Interesse-me pelo diálogo entre as religiões, porque, ao estudá-las, percebi que elas são muito exclusivistas, cada

uma tendo a pretensão de ser dona exclusiva da verdade religiosa. Por isso, cheguei à conclusão de que sem **diálogo**, baseado na “fé raciocinada” (“aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade”), é impossível haver entendimento e progresso na busca da verdade religiosa.

Nesse sentido, concordo plenamente com o teólogo católico Faustino Teixeira, quando ele chega a declarar que **“fora do diálogo, não há futuro possível para o cristianismo”** (TEIXEIRA, 1995, p. 128) (negrito meu).

A respeito da necessidade do diálogo inter-religioso, o Arcebispo Dominique Mamberti, ministro das Relações Exteriores do Vaticano, fez recentemente a seguinte afirmação: “O papa Bento XVI tem dito e repetido: ‘o tema do diálogo entre as culturas e as religiões é um dos pontos cruciais desta era’.” (Jornal *O Povo*, Fortaleza, CE., 16 de setembro de 2006, p. 32.)

Nesse contexto da necessidade atual do diálogo entre as religiões, meus livros ecumênicos objetivam contribuir com o diálogo religioso entre cristãos e não cristãos, abordando um tema comum a todas as religiões, ou seja, os “mitos” em que se fundamentam. Mas o que é “mito”? Essa palavra (como veremos no capítulo 2 deste livro) pode ter muitos significados e, até hoje, ainda não existe consenso na literatura religiosa sobre o seu conceito.

“Platão opunha o mito (*mythos*), enquanto mentira, ao *logos* que exprime a verdade” (BRUNEL, *Dicionário de Mitos Literários*, p. xv).

Segundo um dos maiores especialistas em mitologia (o escritor romeno Mircea Eliade), a palavra “mito” é

hoje empregada tanto no sentido de “ficção” ou “ilusão”, como no sentido – familiar sobretudo aos etnólogos, sociólogos e historiadores das religiões – de “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, 2006, p. 7-8).

John Hick, o maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, define “mito” nos seguintes termos:

Um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira; é uma ideia ou uma imagem que é aplicada a alguém ou a alguma coisa, mas não pode ser literalmente interpretada, pois quer somente despertar uma atitude particular nos seus ouvintes (HICK, 1977, p. 178) (negrito meu).

Sem querer agredir a fé cristã tradicional (a qual merece todo o nosso respeito), nem diminuir o valor histórico do cristianismo e da Igreja Católica, mas apenas contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”), adoto em meus livros esses quatro sentidos de mito, uma vez que um sentido não exclui necessariamente o outro: 1) o conceito platônico de “mito” como “mentira”; 2) o seu conceito moderno de “ficção” ou “ilusão”; 3) o seu conceito proposto por Hick de uma história (uma crença, uma doutrina) que não pode ser literalmente interpretada e 4) o sentido arcaico de mito como “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, 2006, p. 8).

Em busca da verdade que nos liberta, refletirei crítica e ecumenicamente neste livro sobre os chamados “mitos cristãos”, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada” (“aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade”), bem como à luz da teologia liberal/pluralista contemporânea.

Todos os estudiosos das religiões são unânimes em afirmar que os mitos fizeram (ou fazem) parte de todas as religiões. Logo, o cristianismo não pode ter a pretensão de ser uma religião sem mitos (cf. ELIADE, 2006, p. 10; p. 141-150). No dizer desse mesmo autor, “veremos que o cristianismo, tal qual foi compreendido e praticado nos dois milênios de sua história, não pode ser completamente dissociado do pensamento mítico” (id. *ibid.*, p. 143).

O famoso teólogo alemão Rudolf Bultmann (1886-1968), um dos maiores nomes e líderes da teologia protestante em todo o mundo, sempre defendeu a tese de que os Evangelhos, se interpretados literalmente, como eventos históricos, nada mais são que uma coleção de mitos. Eis o que escreveu Eliade (p. 42) sobre Rudolf Bultmann:

Em nossos dias, um Rudolf Bultmann afirma que nada se pode conhecer sobre a vida e a pessoa de Jesus, embora não duvide de sua existência histórica. Essa posição metodológica supõe que os Evangelhos e os outros testemunhos primitivos estão impregnados de “elementos mitológicos” (tomando o termo na acepção “daquilo que não pode existir”). Não há dúvida que, nos Evangelhos, abundam “elementos mitológicos”.

O mesmo autor, ao escrever sobre a importância do “mito vivo”, nos esclarece a distinção entre o conceito usual de mito como “fábula”, invenção”, “ficção” e o conceito arcaico de mito como uma “história

verdadeira” e “extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo”:

Há mais de meio século, os eruditos ocidentais passaram a estudar o mito por uma perspectiva que contrasta sensivelmente com a do século XIX, por exemplo. Ao invés de tratar, como seus predecessores, o mito na acepção usual do termo, isto é, como “fábula”, “invenção”, “ficção”, eles o aceitaram tal qual era compreendido pelas sociedades arcaicas, onde o mito designa, ao contrário, **uma “história verdadeira” e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo** (ELIADE, p. 7-8) (negrito meu).

Em meus livros ecumênicos, não posso deixar de reconhecer e respeitar o conceito arcaico e tradicional de mito como “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar”. Mas defendo igualmente, com o maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, o inglês John Hick (Cf. HICK, 1977), que é preciso saber distinguir mitos de fatos históricos e interpretar os mitos *metaforicamente*, e não *literalmente*, pois, repetindo a definição de mito dada por ele,

um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira; é uma ideia ou uma imagem que é aplicada a alguém ou a alguma coisa, **mas não pode ser literalmente interpretada**, pois quer somente despertar uma atitude particular nos seus ouvintes (HICK, 1977, p. 178) (negrito meu).

Nesse sentido, os “dogmas cristãos”, rotulados pelos teólogos cristãos liberais/pluralistas de “mitos cristãos”, tradicionalmente intocáveis, estão sendo, atualmente, cada vez mais discutidos e debatidos, até mesmo por famosos teólogos católicos. Lembro-me, por exemplo, que, no dia 8 de abril de 2007, vi e ouvi, no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, o famoso teólogo e ex-padre católico John Dominic Crossan (autor de 26 livros sobre o *Jesus Histórico*), sendo entrevistado e afirmando que a ressurreição de Cristo deve ser interpretada *metaforicamente*, e não *literalmente*. Nesse contexto, os dogmas cristãos constituem hoje sérios desafios para o diálogo inter-religioso, mas creio que é chegado o tempo de os cristãos sentirem a necessidade de dialogar abertamente (com os seguidores de outras religiões) sobre a inegável dimensão mítica de suas crenças religiosas.

Fortaleza, 1 de janeiro de 2012
José Pinheiro de Souza

INTRODUÇÃO

Convicto da necessidade atual do diálogo entre as religiões, reafirmo que escrevi este livro (e os demais) para incentivar o diálogo religioso entre cristãos e não cristãos, sobre um tema comum a todas as religiões, ou seja, os “mitos” em que se fundamentam. Se os mitos são a base de todas as religiões, o cristianismo, como afirmo no Prefácio, não pode ter a pretensão de ser uma religião sem mitos. Mais explicitamente, pretendo atingir nesta obra os seguintes objetivos:

1) Defender, numa *perspectiva religiosa pluralista, a equivalência funcional (não doutrinal)* de todas as crenças religiosas (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**), em oposição aos pontos de vista religiosos que sustentam a *exclusividade, unicidade e superioridade* de **UM CAMINHO**, isto é, de uma religião, em relação às demais. Por essa tese da *equivalência funcional* de todas as religiões, o catolicismo é tão bom, válido e verdadeiro para os católicos, quanto o judaísmo o é para os judeus, o budismo para os budistas, o espiritismo para os espíritas e assim por diante. Essa tese não afirma, porém, que todas as religiões são igualmente verdadeiras do ponto de vista de suas crenças, de seus dogmas ou de seus mitos, uma vez que, em questões de doutrina, elas se contradizem em muitos pontos. Daí, a necessidade do diálogo religioso aberto e sincero para se saber quem está com a verdade.

2) Fazer uma análise crítica dos mitos (ou dogmas) cristãos mais exclusivistas, porque eles erguem uma barreira intransponível entre o cristianismo dogmático e as outras religiões deste planeta, impedindo a paz, o amor, a fraternidade e o diálogo religioso de igual para igual. Nesse sentido, todos os meus livros combatem, sobretudo, o chamado **mito da unicidade cristã**, ou seja, a pretensão do cristianismo tradicional de ser “a única fé verdadeira para toda a humanidade” (*Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo*, de agora em diante DRCO, MATHER & NICHOLS, 2000, verbete **cristianismo**) e a pretensão da Igreja Católica de “ser a única Igreja de Cristo” (RATZINGER, 2001, n. 16).

3) Um objetivo central do presente livro é mostrar a incompatibilidade entre vários mitos cristãos e a reencarnação, doutrina comum a muitas religiões e filosofias (antigas e modernas) que admite a preexistência da

alma e o seu renascimento em novo corpo físico, que explica as diferenças entre os seres humanos e os seus sofrimentos, além de se coadunar com a justiça e a misericórdia divinas e ser, hoje, aceita pela maioria das crenças religiosas e filosóficas do mundo: “dois terços da população mundial acreditam em reencarnação” (Van PRAAGH, 1999, p. 100; cf. também BLAVATSKY, 2000, p. 562-563).

4) Meu quarto e último objetivo deste livro (bem como dos demais) é estimular o diálogo e o debate bimilenar (e cada vez mais atual) sobre a verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus: **QUEM FOI JESUS?** Justifico a abordagem desse tema, porque a maior polêmica cristã de todos os tempos sempre foi (e continua sendo) sobre **a verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus** (cf. CHAVES, 2006c).

Por isso mesmo, Jesus é o personagem sobre o qual mais se tem escrito livros neste planeta – “segundo uma estatística recente, publica-se uma média de quatro livros por dia sobre Jesus” (WOODWARD, 2000, p. 97) – mas que, mesmo depois de dois mil anos de cristianismo, ainda não se chegou a um consenso (nem mesmo entre os cristãos) acerca de sua verdadeira identidade.

Em face das concepções contraditórias a respeito do personagem central do cristianismo, podemos e devemos perguntar: **JESUS NÃO É UM SÓ? QUAL É, ENTÃO, O VERDADEIRO JESUS?**

Respeito o direito de cada grupo religioso (ou mesmo de cada indivíduo) de defender o seu ‘Jesus’ como sendo o “verdadeiro Jesus” e, por isso mesmo, espero que você, prezado leitor, respeite igualmente o meu direito de defender, em meus livros, aquele que é, na minha opinião, O VERDADEIRO JESUS DE NAZARÉ.

Quero esclarecer, finalmente, que não sou *teólogo* (no sentido acadêmico do termo), mas um autodidata, um estudioso crítico das religiões, em busca da verdade religiosa, disposto a aderir a ela onde quer que mais me pareça encontrar-se, seguindo obviamente os ditames de minha consciência.

Nesse sentido, refletirei crítica e ecumenicamente sobre diversos “mitos cristãos” (apoiando-me em diversos autores), sem ter medo de me posicionar a respeito das questões examinadas, mas sem a pretensão de ser o “dono da verdade”.

Por conseguinte, prezado leitor, por favor, interprete meus pontos de vista, não como verdades absolutas, mas apenas como opiniões

personais ou como hipóteses, obviamente sujeitas a revisões ou mudanças, de acordo com as exigências da “fé raciocinada”.

Sobre o conceito de “mito” e de “mitos cristãos”, posso adiantar, nesta Introdução, que os mitos religiosos, na visão dos filósofos e teólogos liberais/pluralistas (adotada nesta obra), são crenças irracionais, que alimentam a fé de muita gente, mas que não podem ser todas verdadeiras, quando *literalmente* interpretadas. Muitas dessas verdades míticas podem ser *metaforicamente* verdadeiras, mas *literalmente* falsas, como veremos no decorrer desta obra.

Mais explicitamente, de acordo com o nosso ponto de vista, os mitos são normalmente falsos, quando são *literalmente* interpretados, mas podem ser verdadeiros, quando são *metaforicamente* interpretados. Por exemplo, a afirmação de que Jesus é *literalmente* “Filho de Deus” é “falsa” para os teólogos liberais/pluralistas, embora seja “verdadeira” para os cristãos dogmáticos. Já a afirmação de que Jesus é *metaforicamente* “Filho de Deus” é “verdadeira” para os teólogos liberais/pluralistas, mas é “falsa” para os cristãos dogmáticos. Como vemos, são pontos de vista totalmente opostos. Quem está com a verdade? A única saída, para se chegar a um consenso, é o diálogo religioso aberto e sincero.

Idem para outras questões dogmáticas, como: Deus é Pai? Deus é Pessoa? Deus é uno e trino? Jesus é Deus? Jesus é o Verbo encarnado? Jesus nasceu miraculosamente por obra e graça do Espírito Santo? Maria é Mãe de Deus? etc.

Na visão da teologia liberal/pluralista, defendida nesta obra, essas questões podem ser respondidas como “verdadeiras”, quando interpretadas *metaforicamente*, mas são todas respondidas como “falsas”, quando interpretadas *literalmente*. Em outros termos, segundo o nosso ponto de vista, todas as respostas a essas questões, quando *literalmente* interpretadas, são **mitos cristãos**, pois, numa das principais definições de “mito”, adotada neste livro, dada pelo maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, o inglês John Hick, “**um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira**” (HICK, 1977, p. 178) (negrito meu). Ora, se um mito não é *literalmente* “verdadeiro”, é *literalmente* “falso”.

Ninguém está obrigado a concordar com o ponto de vista sobre o conceito de “mito” e de “mitos cristãos” adotado neste livro, mas a verdade é que os pontos de vista defendidos nesta obra parecem ser os que mais estão tendo aceitação, atualmente, entre os estudiosos críticos do

cristianismo, até mesmo entre famosos teólogos cristãos, como veremos no decorrer desta obra.

Este livro está estruturado em oito capítulos.

O Capítulo 1 (O CRISTIANISMO DE JESUS E O DOS CRISTÃOS) aborda a maior polêmica cristã de todos os tempos sobre a verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus, fazendo a distinção entre o “Jesus real” e o “Jesus mítico”, o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé”, com as respectivas modalidades antagônicas de cristianismo: o cristianismo de Jesus e o dos cristãos.

O Capítulo 2 (CONCEITOS DE MITO, MITOLOGIA E MITOS CRISTÃOS) define mito, mitologia e mitos cristãos, aborda a controvérsia em torno do valor dos mitos e finaliza com uma pesquisa bibliográfica sobre a origem dos principais mitos cristãos.

O Capítulo 3 (FÉ E RAZÃO) enfoca vários conceitos e tipos de fé (principalmente a distinção entre “fé cega” e “fé raciocinada”), bem como as relações entre fé e razão.

O Capítulo 4 (A QUESTÃO DA VERDADE) reflete sobre a maior causa de conflitos e divisões entre as religiões: a questão da verdade.

O Capítulo 5 (CONCEITO DE DEUS) apresenta vários conceitos da divindade e as implicações ecumênicas e macroecumênicas da pluralidade de conceitos sobre Deus.

O Capítulo 6 (INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA) questiona o mito da Bíblia inteira como Palavra de Deus, isenta de qualquer erro.

O Capítulo 7 (ANÁLISE CRÍTICA DOS PRINCIPAIS MITOS CRISTÃOS) reflete crítica e ecumenicamente sobre as principais crenças dogmáticas e/ou míticas do cristianismo tradicional.

O Capítulo 8 (OS MITOS CRISTÃOS E A REENCARNAÇÃO) confronta os principais mitos cristãos com a doutrina reencarnacionista, mostrando a incompatibilidade entre essas crenças, além de apresentar respostas a 14 objeções à reencarnação.

Resumindo esta Introdução, esclareço que minha meta, como a de muitos outros estudiosos atuais do cristianismo, é “chegar o mais perto possível do **Jesus histórico** [...], [uma vez que] nenhum outro personagem histórico suscita reações tão apaixonadas nem engendra conclusões tão opostas [...], mas [como todo humilde escritor], permaneço aberto à crítica e à revisão” (TABOR, 2006, p. 330) (negrito meu).

CAPÍTULO 1

O CRISTIANISMO DE JESUS E O DOS CRISTÃOS

A MAIOR POLÊMICA CRISTÃ DE TODOS OS TEMPOS

A maior polêmica cristã de todos os tempos sempre foi (e continua sendo) sobre a **verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus**. E são três as principais correntes desta polêmica (cf. CHAVES, 2006c):

- 1) A corrente dogmática: **Jesus é Deus e homem**.
- 2) A corrente docetista: **Jesus é só Deus**.
- 3) A corrente adocionista/ariana/espírita: **Jesus é só homem**.

A grande maioria dos cristãos (atualmente mais de dois bilhões) segue a primeira corrente cristológica, ou seja, acredita que Jesus de Nazaré é Deus e homem (Deus encarnado), que se fez homem a fim de morrer pelos pecados da humanidade e que fundou uma religião e uma igreja para proclamar essa verdade. Se Jesus é, *literalmente*, Deus encarnado, o cristianismo tradicional (dogmático) é a única religião fundada pessoalmente pelo próprio Deus, e deve ser, por conseguinte, superior a todas as outras religiões deste planeta (cf. HICK, 1993, p. ix).

Neste livro, assim como em meus outros livros ecumênicos, questiono as duas primeiras correntes sobre a verdadeira natureza de Jesus, defendendo, com os adocionistas, os arianos, os espíritas e muitos outros grupos de estudiosos do cristianismo (particularmente os teólogos liberais e pluralistas), a terceira corrente (**Jesus é só homem**), por sinal, a corrente que mais cresce atualmente no mundo, argumentando que as outras duas correntes (por defenderem um **Jesus que é Deus e homem ou que é só Deus**) são “mitos cristãos”, e não verdades históricas absolutas. A terceira corrente, defendendo a tese de que “Jesus é só homem”, argumenta que este Jesus é o “Jesus real”, o “Jesus verdadeiro”, o “Jesus histórico” (**uma pessoa totalmente humana**), em contraposição ao chamado “Jesus mítico”, “celestes”, rotulado também de “Cristo da fé” (**uma pessoa totalmente divina**).

JESUS/CRISTO REAL X JESUS/CRISTO MÍTICO

Na visão cristológica adocionista/ariana/espírita (e na de muitos outros estudiosos do cristianismo), é preciso distinguir o **“Jesus (ou Cristo) real” (o Jesus que é só homem)** do **“Jesus (ou Cristo) mítico” (o Jesus que é só Deus ou que é homem e Deus)**.

Muitos mitólogos têm defendido, com muita razão, que o “Jesus mítico” foi um produto criado com elementos das antigas divindades mitológicas, como reflete, corretamente, o escritor vaticanista espanhol Juan Arias (ARIAS, 2001, p. 111-112) nos seguintes termos:

E se Jesus fosse apenas um mito construído com elementos das escatologias egípcias? É o que sustentaram, até o final do século XIX, não poucos mitólogos, como Albert Churchward e Joseph Welles. Os defensores da teoria mítica pensam que se tentou incorporar ao personagem Jesus [...] elementos de outros deuses ou personagens religiosos mitológicos de séculos anteriores a ele. Para esses autores, há coincidências interessantes entre o Jesus que os cristãos apresentam e os personagens e deuses anteriores, como Hórus, do Egito; Mitra, da Pérsia; e Krishna, da Índia. Todos nascem de uma virgem. Hórus e Mitra também nascem em 25 de dezembro. Todos fizeram milagres, todos tiveram 12 discípulos que corresponderiam aos 12 signos do zodíaco, todos ressuscitaram e subiram aos céus depois de morrer. Hórus e Mitra foram chamados Messias, Redentores e Filhos de Deus. Krishna foi considerado a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade e foi perseguido por um tirano que matou milhares de crianças inocentes. Além disso, Krishna também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Exatamente como o profeta de Nazaré. Os mitólogos se perguntam: “Precisamos de mais coincidência?”

Claro que não. Em face desses e de muitos outros dados históricos que são apresentados em meus livros ecumênicos, ninguém poderá mais duvidar de que o “Jesus mítico” é, de fato, uma incorporação de “elementos de outros deuses ou personagens mitológicos de séculos anteriores a ele” (ARIAS, *Ibid.*).

Em meus livros ecumênicos (cf. SOUZA, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), mostro que o processo de transformação do “Jesus (ou Cristo) real” no “Jesus (ou Cristo) mítico”, do nascimento à paixão e à morte, vem sendo confirmado por todas as pesquisas contemporâneas, as quais comprovam que a imagem do “Cristo (ou Jesus) mítico” é apenas

uma criação fantástica, elaborada no curso dos tempos (cf. DONINI, 1965, p. 283).

JESUS HISTÓRICO X CRISTO DA FÉ

Analogamente à distinção entre o “Jesus real” e o “Jesus mítico”, é preciso esclarecer que, a partir do final do século XVIII, com o surgimento dos estudos histórico-críticos dos Evangelhos, tornou-se comum fazer uma distinção muito constrangedora para a maioria dos cristãos entre o “Jesus histórico” (**o Jesus que é só homem**) e o “Cristo da fé” (**o Jesus que é Deus e homem**).

Os próprios cristãos pesquisadores, particularmente os protestantes liberais, começaram a comprovar, mediante seus estudos, que se trata de dois personagens distintos. O “Cristo da fé” é uma figura celeste a quem se atribui um papel mítico, sendo o próprio Deus que se encarnou miraculosamente no ventre de Maria, para salvar a humanidade, uma pessoa totalmente divina, que fundou uma nova religião e uma igreja exclusivistas, enquanto o “Jesus histórico” é um personagem real, um profeta (um sábio), uma pessoa totalmente humana, que nunca atribuiu a si mesmo os títulos míticos e exclusivistas de único Deus encarnado ou de único salvador da humanidade, mas que ensinou ao homem uma forma de vida capaz de o libertar do mal e conquistar o Reino de Deus, **mediante a vivência de um código de leis morais universais**.

O Jesus histórico (o Jesus que é só homem) – o Verdadeiro Jesus de Nazaré – é um dentre os muitos mensageiros de Deus, enviado à Terra para pregar o Reino Universal do Amor de Deus e formar uma comunidade de fiéis discípulos, **UMA COMUNIDADE DE AMOR** (o chamado “cristianismo de Jesus” ou “cristianismo das origens”).

A distinção entre o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé” sempre causou (e continua causando) muitas polêmicas entre os próprios cristãos e, mais ainda, entre cristãos e não cristãos.

Um exemplo típico do acirrado debate em torno dessa questão é o reconhecimento por parte do padre e teólogo católico John P. Meier, ao afirmar – em sua obra *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus histórico* – que é “um dos maiores enigmas do estudo religioso moderno” (MEIER, 1993, p. 11). Ele argumenta que “o Jesus histórico não é o Jesus real [e] o Jesus real não é o Jesus histórico” (ibid., p. 31). Ou seja, para ele, o

Jesus real é o “Cristo da fé”. Ele defende essa tese em sua volumosa obra de dois volumes – quatro livros (MEIER, 1993/1994/1997/1998).

Digam o que quiserem a respeito da identidade de Jesus, mas não podemos aceitar que o definam miticamente, de maneira exclusivista, identificando-o erroneamente como o Filho Unigênito de Deus, o único mediador entre Deus e os homens, o único caminho de salvação etc.

Esses títulos exclusivistas – e espiritualmente arrogantes – que os cristãos atribuíram a Jesus ao longo dos anos, não podem absolutamente caracterizar a sua verdadeira identidade (**O VERDADEIRO JESUS!**), porque não se coadunam absolutamente com **o código de moral (ou de ética) universal** que ele autenticamente pregou: **o amor, a humildade, a igualdade, a justiça, o perdão, a solidariedade etc.**

CRISTIANISMO DE JESUS X CRISTIANISMO DOS CRISTÃOS

Muitos espíritas e diversos outros espiritualistas costumam adotar uma distinção um tanto polêmica, mas muito importante, sobretudo do ponto de vista macroecumênico, entre duas modalidades antagônicas de cristianismo: 1) o “cristianismo de Jesus” (do **Jesus que é só homem**), chamado também de o “cristianismo das origens”, o qual consiste, essencialmente, num **código de moral (ou de ética) universal**, resumido na lei do amor, pluralista, unificador, no dizer de Allan Kardec, “o terreno onde todos os cultos podem se reencontrar, a bandeira sob a qual todos podem se abrigar, quaisquer que sejam suas crenças, porque jamais foi objeto de disputas religiosas, sempre e por toda parte levantadas pelas questões de dogma” (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, Introdução, 1º parágrafo), e 2) o “cristianismo dos cristãos” (o cristianismo do **Jesus que é Deus e homem**), caracterizado, sobretudo, por um conjunto de dogmas (ou mitos) exclusivistas e divisionistas, fragmentado em centenas de igrejas, seitas e denominações, objeto de inúmeras controvérsias e de numerosos conflitos ao longo de sua história. Por isso mesmo, essa modalidade de cristianismo é também rotulada de “cristianismo mítico”.

Indubitavelmente, o cristianismo mítico dos cristãos sempre dividiu (e continua dividindo) a cristandade e a humanidade, enquanto o “cristianismo de Jesus” (chamado também de “cristianismo de Cristo”) é o único que tem realmente condições de unir a todos, uma vez que,

sem a prática do **código de moral (ou de ética) universal**, também denominado por Allan Kardec de “código divino” (KARDEC, *ibid.*), autenticamente ensinado pelo Jesus histórico, jamais poderá haver união e paz na cristandade e na humanidade. (Os termos “moral” e “ética” são usados em meus livros ecumênicos no mesmo sentido de um conjunto de princípios universais de boa conduta humana.)

DEFINIÇÕES DE “CRISTÃO” E DE “CRISTIANISMO”

As definições de “cristão” e de “cristianismo” – normalmente encontradas na literatura cristã dogmática – não enfatizam os ensinamentos morais universais, resumidos na lei do amor a Deus e ao próximo, ordenados pelo Jesus histórico, mas os dogmas (ou mitos) atribuídos ao Cristo da fé. Em outros termos, são, ao contrário, definições centradas nos títulos míticos e nos dogmas exclusivistas e divisionistas que foram atribuídos ao Jesus mítico pelos cristãos ao longo dos séculos.

No *Dicionário Enciclopédico das Religiões* (de agora em diante DER, SCHLESINGER & PORTO, 1995), por exemplo, “cristão” é miticamente definido como aquele que

- reconhece a Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Filho único do Pai Eterno;
- proclama que ele, o Crucificado e Ressuscitado, é o único Salvador, Mediador entre Deus e os homens, Senhor glorificado do universo;
- professa igualmente a divindade do Espírito Santo, consubstancial ao Pai e ao Filho;
- acredita também que a Bíblia (Antigo e Novo Testamento) contém a revelação de Deus a seu povo;
- pratica o batismo e comemora, de algum modo, a Última Ceia;
- proclama também sua fé na ressurreição dos mortos [...] (DER, verbete **cristão**).

Nesse mesmo dicionário, o cristianismo mítico é definido como

o conjunto de religiões cristãs (catolicismo, protestantismo e religiões ortodoxas orientais), que se baseiam na pessoa, na vida e na obra de Jesus Cristo (DER, verbete **cristianismo**).

Eis aí, portanto, as definições míticas de “cristão” e de “cristianismo”, normalmente encontradas na literatura cristã e que parecem resumir os princípios doutrinários unificadores do cristianismo

tradicional (catolicismo, protestantismo e religiões ortodoxas orientais). Sabemos, contudo, que essa unidade cristã tem sofrido sérios rompimentos ao longo da história do cristianismo. Inegavelmente, o cristianismo mítico sempre viveu em duros conflitos doutrinários, desde a sua origem até os dias de hoje, tendo enfrentado inúmeros cismas e heresias, opondo-se a si mesmo por numerosas e irreconciliáveis contradições (cf. SOUZA, 2005/2012, Entrevista nº 3).

DEFINIÇÃO DE “CRISTÃO” DADA POR JESUS

No Evangelho de João (Jo 13,35), existe, porém, uma definição de “cristão”, dada por Jesus, bem diferente da definição mítica de “cristão” fornecida pelos autores do DER na seção anterior.

“Cristão”, segundo a própria definição genuína de Jesus, é, literal e essencialmente, **AQUELE QUE AMA O PRÓXIMO**: “**Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos** [isto é, que sois “cristãos”], **se tiverdes amor uns pelos outros**” (Jo 13,35) (negrito meu).

Como esclarece o autor dos Atos dos Apóstolos, foi em Antioquia que, pela primeira vez, os discípulos de Jesus receberam o nome de “cristãos”, isto é, “seguidores de Cristo” (cf. At 11, 26).

“Cristão”, portanto, em seu significado etimológico, é “aquele que segue Cristo”, ou seja, aquele que segue ou tenta seguir a sua doutrina autêntica. Mas qual foi a doutrina verdadeiramente ensinada pelo “Cristo histórico”? Não foi o **AMOR**? Não é verdade que ele resumiu todos os seus ensinamentos no **MANDAMENTO DO AMOR**? “Isto vos ordeno: amai-vos uns aos outros” (Jo 15,17).

O VERDADEIRO FUNDADOR DO “CRISTIANISMO MÍTICO”

Sem querermos negar o papel fundamental do imperador Constantino na dogmatização do “cristianismo mítico”, existe, hoje, uma quase unanimidade entre os estudiosos do cristianismo em afirmar que foi Paulo de Tarso o maior responsável pela transformação do “Jesus (ou Cristo) real” no “Jesus (ou Cristo) mítico” e, conseqüentemente, foi ele o maior responsável pela transformação do “cristianismo real” (o “cristianismo das origens”) no “cristianismo mítico dos cristãos”.

Como afirma o professor de História das Religiões Ambrogio Donini,

a fé no deus-redentor das religiões de mistério [=religiões de salvação] é absorvida no cristianismo por Paulo de Tarso, ao qual se deve notadamente a representação de Jesus como *salvador* (DONINI, p. 287).

Todos sabemos, contudo, que o cristianismo mítico, ao ser adotado pelo imperador Constantino, no século IV, como religião oficial do Império Romano, sofreu grande influência de outras tradições religiosas mais antigas, como veremos ao longo desta obra. Isso não nega a tese, defendida neste livro (e em muitas outras obras), de que foi Paulo de Tarso o verdadeiro fundador do cristianismo mítico dos cristãos. Por isso, muitos estudiosos afirmam, com razão, que o termo mais apropriado para designar o “cristianismo dos cristãos” é **PAULINISMO**, título de meu 4º livro ecumênico (cf. SOUZA, 2010b). A razão simples para essa alegação é que alguns dogmas (ou mitos) básicos do cristianismo tradicional, como o da divindade de Cristo, o da sua universalidade salvífica, o da sua ressurreição e o da redenção de todos os homens pelo seu sangue derramado na cruz, fazem parte integrante da teologia paulina.

Quero reafirmar que Paulo é, sem dúvida alguma, o verdadeiro fundador do “cristianismo mítico dos cristãos”, chamado mais corretamente de “paulinismo”, termo bem apropriado, usado por vários autores, entre os quais destaco Yuri Vasconcelos, em seu excelente artigo “O Homem [Paulo] que Inventou Cristo” (VASCONCELOS, 2003; cf. também MIRANDA, 1988, p. 31), enquanto o “Jesus histórico” simplesmente propôs o corretamente chamado “cristianismo de Jesus” (o “cristianismo das origens”), não uma nova religião (ou igreja) exclusivista, mas **uma comunidade de amor**, isto é, uma comunidade de pessoas que se comprometessem a pautar suas vidas pelo **código de moral (ou de ética) universal** que ele autenticamente pregou.

A tese de que Paulo é o verdadeiro fundador do cristianismo universal (exclusivista e mítico) é também confirmada pelo escritor Michael H. Hart, ao escrever que

Paulo, mais do que qualquer outro homem, foi o responsável pela transformação do cristianismo de seita judaica em religião universal. Suas ideias centrais sobre a divindade de Cristo e de justificação exclusiva pela fé mantiveram-se na condição de conceitos básicos do cristianismo durante todos os séculos. [...] **Na verdade, a influência das suas ideias foi tão grande, que alguns defendem o fato de que ele e não Jesus deveria**

ser considerado o principal fundador da religião cristã (HART, 2005, p. 80-81) (negrito meu).

O mesmo pensamento é expresso pelo escritor vaticanista espanhol Juan Arias, ao considerar a hipótese segundo a qual

a Igreja possa ter nascido da fé dos primeiros cristãos e da concepção religiosa de **Paulo de Tarso, considerado por alguns autores o verdadeiro fundador do cristianismo, ao fazer com que o cristianismo primitivo se afastasse de suas originais raízes judaicas** (ARIAS, 2001, p. 128) (negrito meu).

A ideia de que **há dois cristianismos no Novo Testamento (o cristianismo do Jesus celeste e o do Jesus terrestre)**, e de que Paulo de Tarso é o principal fundador do cristianismo mítico do “Jesus celeste”, é também claramente expressa pelo escritor cristão James D. Tabor nos seguintes termos:

Há dois “cristianismos” inteiramente separados e distintos enraizados no Novo Testamento. Um deles é bem familiar e se tornou a versão da fé cristã conhecida por bilhões de pessoas ao longo dos dois últimos milênios. **Seu principal proponente foi o apóstolo Paulo.** Outro foi amplamente esquecido e, por volta da virada do primeiro século d.C., tinha sido efetivamente marginalizado e eliminado pelo outro. [...] Paulo ensinou que Jesus era um ser celestial divino preexistente, criado como o “primogênito” de toda a criação de Deus. Existia sob a “forma de Deus” e era “igual a Deus” (Filipenses 2,6). [...] **A história cristã dominante acabou, na verdade, baseando-se muito mais nas revelações de Paulo do que nos ensinamentos de Jesus.** [...] A mensagem que Paulo começou a pregar nos anos 40 e 50 d.C., como ele mesmo reiterou de maneira inflexível, não dependia de maneira alguma nem era derivada do grupo original dos apóstolos de Jesus dirigido por Tiago, em Jerusalém. Baseava-se antes em sua própria experiência visionária de um Cristo celestial (TABOR, 2006, p. 277-278; 321, 324) (negrito meu).

Em suma, nas palavras do teólogo Holger Kersten,

o que conhecemos hoje como cristianismo não passa de uma vasta e artificial doutrina de regras e preceitos criados por Paulo, e que pode ser melhor designado pelo nome de “Paulinismo”. O historiador eclesiástico Wilhelm Nestle, comentando a questão, diz que “o cristianismo, nesse sentido, significa desvirtuamento e mesmo falsificação dos verdadeiros ensinamentos de Jesus por Paulo, que substituiu o Evangelho de Cristo

por um Evangelho sobre Cristo”. Paulinismo, nesse sentido, significa desvirtuamento e mesmo falsificação dos verdadeiros ensinamentos de Jesus por Paulo. [...] Já no século 18, o filósofo inglês Lord Bolingbroke (1678-1751) reconhecia, no Novo Testamento, duas religiões completamente diferentes: a de Cristo e a de Paulo (KERSTEN, 1986, p. 34-35).

UMA MODALIDADE DE CRISTIANISMO NÃO EXCLUI (NEM INCLUI) NECESSARIAMENTE A OUTRA

Destaque-se que, em relação à prática do amor, uma modalidade de cristianismo não exclui (nem inclui) necessariamente a outra, uma vez que alguém pode ser seguidor somente de uma ou das duas modalidades de cristianismo. De fato, sempre houve (e continua havendo) cristãos que souberam (e que sabem) vivenciar a mensagem de amor ensinada pelo Jesus histórico, mesmo professando os dogmas da outra modalidade de cristianismo (o “cristianismo mítico dos cristãos”), como, por exemplo, no caso de pessoas que, como Vicente de Paulo, Francisco de Assis, Dom Bosco, Martin Luther King Jr., Madre Tereza de Calcutá, Irmã Dulce, Dom Hélder Câmara, João Paulo II e inúmeros outros “gigantes” da espiritualidade cristã/católica souberam (e continuam sabendo) conciliar suas crenças dogmáticas e míticas com a prática da verdadeira religião proposta pelo Jesus histórico – **a vivência do amor**.

Vice-versa, alguém pode declarar-se “cristão”, no sentido institucional do termo, mas não vivenciar o amor. Basta conhecer um pouco de história geral e de história do cristianismo para comprovar essa afirmação. Quanto ódio, quanta violência, quanta discriminação, quanta intolerância religiosa e quantas guerras catastróficas, em nome do “Cristo da fé”, promovidas por aqueles que se diziam “cristãos”!

Devemos concordar com a distinção entre essas duas modalidades de cristianismo, sobretudo porque ela é de fundamental importância para a paz e o diálogo religioso entre os seguidores do “cristianismo mítico” e os adeptos de religiões tradicionalmente não cristãs (como os espíritas, os umbandistas, os rosacruzes, os racionalistas cristãos e muitos outros), mas que fazem questão de declarar-se “cristãos”, embora esse título não lhes seja reconhecido pelos adeptos do “cristianismo mítico”. Por isso, grandes têm sido os conflitos e as disputas pelo título de “verdadeiro cristão”.

MAIS AUTORES DA DISTINÇÃO ENTRE AS DUAS MODALIDADES DE CRISTIANISMO

A distinção entre as duas modalidades de cristianismo tem sido feita ou adotada por muitos outros autores espiritualistas, até por famosos teólogos cristãos (incluindo católicos) e até mesmo por pensadores não filiados a uma determinada religião. Entre os escritores espíritas que escreveram sobre essa distinção, posso citar João Batista Roustaing, em sua obra mediúnica *Os Quatro Evangelhos* (ROUSTAING, 1989), em que ele usa repetidamente a expressão “O Cristianismo do Cristo”, em oposição às verdades dogmáticas que foram atribuídas a Jesus pelos cristãos ao longo dos séculos. Também empregam a mesma distinção os escritores espíritas kardecistas Carlos Imbassahy (IMBASSAHY, 1944, p. 21-22), Hermínio C. Miranda (MIRANDA, 1988, p. 181-182) e Sérgio Fernandes Aleixo (ALEIXO, 1999, p. 138). Quem também fez essa mesma distinção foi o famoso hinduísta Mahatma Gandhi, conforme se lê no livro *Gandhi e o Cristianismo*, editado por Robert Elsberg (ELSBURG, 1996, p. 34). Até o maior cientista do século XX, Albert Einstein, também fez essa mesma distinção, quando afirmou:

Se se separa [...] o cristianismo tal como foi ensinado por Jesus Cristo de todos os acréscimos posteriores, em particular aqueles dos padres, subsiste uma doutrina capaz de curar a humanidade de todas as moléstias sociais (EINSTEIN, 1981, p. 115-116).

Gandhi, além de fazer essa mesma distinção, também criticava o “cristianismo ocidental” por não praticar o que ele mesmo chamava de “o cristianismo de Cristo”. Eis suas palavras: “Considero o cristianismo ocidental, em sua atuação prática, uma negação do cristianismo de Cristo” (apud ELSBERG, op. cit., p. 34).

JUSTIFICATIVA PARA A DISTINÇÃO

A principal justificativa para a distinção entre as duas modalidades de cristianismo é que muitos princípios doutrinários do “cristianismo mítico” não se conformam absolutamente com a mensagem pluralista de amor e fraternidade universais ensinada pelo Jesus histórico. O **exclusivismo** dessa modalidade de cristianismo, por exemplo, tem, de fato, gerado muita

violência e discriminação ao longo de dois mil anos, como expressa muito bem o teólogo Holger Kersten nos seguintes termos:

A luta pela supremacia de uma “fé verdadeira” exclusiva deixou um rastro de revezes, violência e sangue no caminho percorrido pelas igrejas. Luta sem tréguas, desde o tempo dos apóstolos até nossos dias, e que ainda constitui o maior empecilho à reconciliação entre os vários credos cristãos. É válido questionar as bases que alicerçam a legitimidade das instituições vigentes. Uma pessoa que frequenta uma igreja cristã não pode deixar de assumir uma postura crítica, frente à proliferação de obscuros artigos de fé, e dos deveres e obrigações que a envolvem. Sem termos tido conhecimentos, e por termos crescido sob a única e exclusiva influência do estabelecido, somos levados a acreditar que, por subsistirem há tanto tempo, devem, necessariamente, ser verdade (KERSTEN, 1986, p. 12).

TEÓLOGO CATÓLICO QUE ADOTA A DISTINÇÃO

O famoso teólogo católico Leonardo Boff também admite essas duas modalidades de cristianismo (cf. BOFF, 2003, p. 46), rotulando-as, respectivamente, de “o cristianismo das origens” (ou “paleocristianismo”) e “o cristianismo histórico”, o qual, como ele mesmo elucida, “em ética foi mais influenciado pelos mestres gregos” do que pela mensagem de Jesus. O “paleocristianismo” (ou “cristianismo das origens”), ao contrário, como afirma o mesmo teólogo, “dá absoluta centralidade ao amor ao outro”, para Jesus, “idêntico ao amor a Deus” (ibid.).

Em resumo, o termo “cristianismo” pode ter, no mínimo, dois sentidos bem distintos, podendo designar: 1) o “cristianismo dos cristãos” (o cristianismo institucional), para referir-se ao conjunto das religiões cristãs (o catolicismo, o protestantismo e as religiões ortodoxas orientais), há séculos divididas e subdivididas em inúmeras igrejas, seitas e denominações e 2) o “cristianismo de Jesus (ou de Cristo)”, pluralista e unificador, para referir-se unicamente ao código de moral universal que Jesus pregou, resumido na lei do amor, o único que tem condições de realmente unir todas as religiões e todas as pessoas.

EXPRESSÕES SINÔNIMAS PARA A DISTINÇÃO

O “cristianismo dos cristãos” é igualmente designado na literatura religiosa pelas expressões: “cristianismo institucional”, “cristianismo histórico”, “cristianismo dogmático”, “cristianismo ortodoxo”, “cristianismo

tradicional”, “cristianismo convencional”, “cristianismo exclusivista”, “cristianismo divisionista”, “cristianismo mítico”, “**paulinismo**” etc. E o “cristianismo de Jesus” é também designado na literatura religiosa pelas expressões: “cristianismo de Cristo”, “doutrina de Jesus”, “cristianismo das origens”, “cristianismo redivivo”, “cristianismo pluralista”, “cristianismo unificador”, “paleocristianismo” etc.

Alerte-se para o fato de que, embora os termos “cristianismo” e “cristão” sejam muitas vezes empregados indistintamente na literatura religiosa, é necessário que o leitor saiba, contudo, em que sentido eles estão sendo usados nos diversos contextos de um livro como este. De um modo geral, quando esses termos são empregados sem nenhum qualificativo, referem-se normalmente ao “cristianismo mítico” ou aos seus seguidores.

O “cristianismo de Jesus” (o “cristianismo das origens”), o cristianismo do amor, da caridade e da fraternidade é muito bem retratado no livro dos Atos dos Apóstolos nos seguintes termos:

A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava seu o que possuía, mas tudo era comum entre eles.[...] Não havia entre eles indigente algum, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendiam-nas, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; e distribuía-se a cada um segundo a sua necessidade. (At 4, 32, 34-35; ver também At 2, 44)

Essas e outras passagens semelhantes do Novo Testamento retratam fielmente o “cristianismo do amor”, a COMUNIDADE DE AMOR que o Jesus histórico formou (o “cristianismo unificador”, em oposição ao “cristianismo divisionista”).

PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE OS DOIS CRISTIANISMOS

A principal diferença entre as duas modalidades de cristianismo é que o “cristianismo de Jesus” é um só, restrito, essencialmente, a um **código de moral (ou de ética) universal**, fundamentado e resumido na **lei do amor (AMOR A DEUS E AO PRÓXIMO)**, e é, portanto, o único que tem condições de unir os cristãos e a humanidade inteira, enquanto o “cristianismo dos cristãos” é múltiplo, baseado, sobretudo, no exclusivismo e no divisionismo e que, por isso mesmo, nunca conseguiu unir – nem terá jamais condições de unir – a cristandade e a humanidade.

A distinção entre essas duas modalidades de cristianismo é de fundamental importância para o diálogo inter-religioso, uma vez que é necessária para explicar, por exemplo, em que sentido muitos religiosos se dizem “cristãos” (por exemplo, os mórmons, os espíritas, os umbandistas, os racionalistas cristãos, os rosacruzes etc.) sem que o título de “cristão” lhes seja reconhecido pelos cristãos dogmáticos. Daí a razão para muitos e inúteis ataques de ambos os lados pela pretensão à exclusividade desse título, dado que o mesmo é aplicado indistintamente tanto aos que procuram seguir unicamente a doutrina autêntica de Jesus (resumida na lei do amor a Deus e ao próximo), quanto aos que professam os dogmas do cristianismo institucional.

O “CRISTIANISMO DE JESUS” E AS DIVISÕES DOS CRISTÃOS

É impossível conciliar o “cristianismo de Jesus”, fundamentado na lei do amor, com as profundas divisões dos cristãos, conforme declarou o Concílio Vaticano II:

Esta divisão, sem dúvida, contradiz abertamente a vontade de Cristo e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura (UR 1, apud HORTAL, 1996, p.136).

Daí a constante preocupação do apóstolo Paulo em manter a unidade dos cristãos, obviamente em torno da figura do “Cristo da fé”, e não em torno do “Jesus histórico”, pois as divisões entre eles começou bem cedo:

Primeiramente, na controvérsia entre judaizantes e “modernizantes”; depois na rivalidade entre os diversos pregadores (Apolo, Cefas, o próprio Paulo...); mais tarde, entre carismáticos e não carismáticos; finalmente, entre escravos e livres (HORTAL, p. 143).

AS DISPUTAS PELO TÍTULO DE “VERDADEIRO CRISTÃO”

Como já vimos, os cristãos convencionais/ortodoxos normalmente negam o título de “verdadeiro cristão” a quem não crê nos dogmas ou mitos do cristianismo tradicional.

Em face dessa polêmica, é necessário esclarecer que qualquer religião ou seita pode dizer-se “cristã”, mesmo que não adira aos dogmas ou mitos do cristianismo tradicional, contanto que procure pautar sua vida pelo **código de moral universal** que o Jesus histórico pregou. É de conhecimento geral que os cristãos tradicionais (católicos, ortodoxos e evangélicos) negam expressamente o título de cristão a quem não crê nos dogmas míticos que eles atribuíram a Jesus ao longo da história do cristianismo. Basta que alguém negue uma só das verdades cristãs para não merecer, por hipótese alguma, o título de “cristão”. Menos ainda podem fazer jus ao título de “cristão”, alegam, quem acredita em “comunicação com os mortos” e em “reencarnação”.

Essa disputa pelo título de “verdadeiro cristão” teve (e continua tendo) trágicas consequências para a convivência fraterna entre todos aqueles que se dizem “cristãos”: seguidores do “cristianismo dogmático/mítico” com (ou sem) a prática do amor ou apenas praticantes do amor (sem adesão a dogmas ou mitos).

SOLUÇÃO PARA O IMPASSE

A saída lógica sugerida para pôr fim às velhas disputas pelo título de “verdadeiro cristão” é a seguinte: uns e outros têm direito a esse título, mas em sentidos distintos do mesmo termo. Assim, os católicos, ortodoxos e evangélicos têm o direito de acreditar em seus dogmas ou mitos e de afirmar que só é “cristão”, no sentido dogmático/mítico, aquele que professa as verdades dos credos cristãos. Por outro lado, todos aqueles que simplesmente procuram vivenciar a lei do amor, mesmo não aderindo aos dogmas míticos do cristianismo ortodoxo, também têm o direito ao título de “cristão”, no sentido definido pelo próprio Jesus histórico, como **aquele que ama o próximo**: “Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois “cristãos”], se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,35).

Em síntese, mediante essa clara distinção entre as duas modalidades básicas de cristianismo, deveriam cessar os ataques e os preconceitos de ambos os lados. Bastaria que cada lado entendesse em que sentido o outro se define como “cristão” e que cada lado respeitasse o sentido do título de “cristão” de cada um.

CAPÍTULO 2

CONCEITOS DE MITO, MITOLOGIA E MITOS CRISTÃOS

CONCEITO DE “MITO”

Como esclarecido no Prefácio, mas convém repetir aqui o mesmo esclarecimento, a palavra “mito” pode ter muitos sentidos e, até hoje, ainda não existe consenso na literatura religiosa sobre o seu conceito.

“Platão opunha o mito (*mythos*), enquanto mentira, ao *logos* que exprime a verdade” (BRUNEL, *Dicionário de Mitos Literários*, p. xv).

Segundo o escritor romeno Mircea Eliade (um dos maiores especialistas em mitologia), a palavra “mito” é

hoje empregada tanto no sentido de “ficção” ou “ilusão”, como no sentido – familiar sobretudo aos etnólogos, sociólogos e historiadores das religiões – de “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, 2006, p. 7-8).

Recordemos também que John Hick, o maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, define “mito” nos seguintes termos:

Um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira; é uma ideia ou uma imagem que é aplicada a alguém ou a alguma coisa, mas não pode ser literalmente interpretada, pois quer somente despertar uma atitude particular nos seus ouvintes (HICK, 1977, p. 178) (negrito meu).

Sem querer agredir a fé cristã tradicional (a qual merece todo o nosso respeito), nem diminuir o valor histórico do cristianismo e da Igreja Católica, mas apenas contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”), adoto em meus livros ecumênicos, esses quatro sentidos de mito, uma vez que um sentido não exclui necessariamente o outro: 1) o conceito platônico de “mito” como “mentira”; 2) o seu conceito moderno de “ficção” ou “ilusão”; 3) o seu conceito proposto por Hick de uma história (uma crença, uma doutrina) que não pode ser literalmente interpretada e 4) o sentido

arcaico de mito como “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, 2006, p. 8).

Embora ainda não haja consenso na literatura religiosa sobre o conceito de “mito”, os estudiosos das religiões são unânimes em declarar que os “mitos” fizeram (ou fazem) parte de todas as religiões, logo o cristianismo não pode ter a pretensão de ser uma religião sem mitos.

Mas qual é a diferença entre “verdade mítica” e “verdade histórica”? O consenso que parece existir entre os teólogos liberais e pluralistas cristãos é que não devemos confundir “mitos” com “acontecimentos históricos” (no sentido moderno de “história”, como narração de fatos reais, e não de acontecimentos imaginários), nem tampouco confundir **sentido literal** com **sentido figurado** da linguagem humana.

Fornecerei, a seguir, mais esclarecimentos sobre o conceito de “mito”, citando diversos outros autores.

O termo “mito” é geralmente usado para expressar o modo arcaico e primitivo de o homem tentar explicar – de modo ilógico e irracional – a realidade que nos rodeia, como a origem do mundo, do homem, a nossa dependência do divino etc. O “mito”, no dizer de Bierlein (2003, p. 19), “é a primeira forma de ciência: especulação sobre a origem do mundo”.

O mito é a primeira tentativa tateante de explicar *como* as coisas acontecem, o ancestral da ciência. Também é a tentativa de explicar *por que* as coisas acontecem, na esfera da religião e da filosofia. É uma história da *pré-história*, nos dizendo o que teria acontecido antes da história escrita. É a mais antiga forma de literatura, frequentemente uma literatura oral (id. *ibid.*).

Em seu significado antropológico, o *mito* pode ser conceituado como “relato simbólico, passado de geração a geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, acidente geográfico, instituição, costume social etc.” (HOUAISS, verbete **mito**).

No *Dicionário AURÉLIO* (verbo **mito**), encontramos, entre outros, os seguintes sentidos para a palavra “mito”:

- 1) Narrativa dos tempos fabulosos ou heróicos.
- 2) Narrativa de significação simbólica, geralmente ligada à cosmogonia [isto é, à origem e evolução do universo], e referente a deuses encarnadores das forças da natureza e/ou de aspectos da condição humana.
- 3) Representação de fatos ou personagens reais, exagerada pela imaginação popular, pela tradição etc.

- 4) Pessoa ou fato assim representado ou concebido: *Para muitos, Rui Barbosa é um mito.*
- 5) Ideia falsa, sem correspondente na realidade: *As dívidas surgidas no inventário demonstram que a sua fortuna era um mito.*
- 6) Representação (passada ou futura) de um estágio ideal da humanidade: *O mito da Idade do Ouro.*
- 7) Coisa inacreditável, fantasiosa, irreal; utopia: *A perfeição absoluta é um mito.*
- 8) Exposição de uma doutrina ou de uma ideia sob forma imaginativa...
- 9) Forma de pensamento oposta à do pensamento lógico e científico.

No Dicionário HOUAISS (verbete **mito**), encontramos também diversos significados de mito, dentre os quais os três seguintes:

- 1) Relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, acidente geográfico, instituição, costume social etc. (*o mito da criação do mundo*).
- 2) Representação de fatos e/ou de personagens históricos, frequentemente deformados, amplificados através do imaginário coletivo e de longas tradições literárias orais ou escritas (*o mito em torno de Tiradentes*).
- 3) Exposição alegórica de uma ideia qualquer, de uma doutrina ou teoria filosófica; fábula, alegoria.

O já referido escritor romeno Mircea Eliade, renomado historiador das religiões e grande especialista em mitologia, afirma que

seria difícil encontrar uma definição de mito que fosse aceita por todos os eruditos e, ao mesmo tempo, acessível aos não especialistas. [...] O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares. [...] A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. [...] Os personagens dos mitos são os Entes Sobrenaturais (ELIADE, p. 11).

Os mitos são expressos em linguagem analógica, metafórica. Por isso, no dizer de Baden Powell, “todo dogma é mais ou menos um mito, uma vez que é necessariamente expresso em linguagem analógica e ação antropomórfica” (Baden Powell, apud WILES, 1977, p. 153).

VALOR DOS MITOS

Há dois grupos antagônicos de pensadores sobre o valor dos mitos: “os partidários e os detratores do mito” (BRUNEL, 1997, p. xvii). O primeiro grupo defende a força viva do mito, a sua força mágica, fascinante e poderosa, enquanto o segundo grupo tem uma concepção cética dos mitos, tachando-os de “mentiras”, de linguagem dos deuses, linguagem irracional do tempo primordial e fabuloso, ou de simples linguagem figurada, metafórica, e não de verdades absolutas.

Defendo que ambos os lados têm uma parcela de verdade, pois os mitos, se, por um lado, têm um grande valor e uma força muito grande de expressão, por outro, são geralmente confundidos com verdades históricas absolutas. Dizer, por exemplo, que “Pelé foi o melhor jogador de futebol do mundo” é uma afirmação literalmente verdadeira, mas é uma linguagem pobre, se comparada com a afirmação rica e mítica de que “ele foi o deus (ou o rei) do futebol mundial”.

Da mesma forma, afirmar que “Jesus é só homem” é uma afirmação literalmente verdadeira, mas é uma forma pobre de expressar a grandeza moral e espiritual de Jesus, se comparada com a linguagem rica, dogmática e mítica que o define como “Deus encarnado”, “Filho de Deus”, “uma pessoa inteiramente celeste/divina”.

Existe, porém, uma corrente intermediária, defendida nesta obra, que dá o devido valor aos mitos, mas que não os confunde com fatos históricos e nem os interpreta *literalmente*, mas *metaforicamente*.

A atitude liberal-pluralista não pretende negar, contudo, o valor dos mitos. Os seres humanos não se alimentam apenas do pão dos fatos, mas vivem também de mitos e de ficções. Não há nenhum mal em se crer em mitos, sonhos e lendas. Os mitos cristãos já alimentaram (e continuam alimentando) a fé de bilhões de fiéis. Por isso, esses mitos merecem todo o nosso respeito, mesmo que, a bem da verdade, devamos questioná-los e distingui-los de fatos históricos reais.

O mal não é crer em mitos, o mal é interpretar crenças e narrações míticas como se fossem acontecimentos históricos reais e absolutos. E

o mais desastroso ainda é uma religião querer defender e impor fanaticamente seus mitos como se apenas eles sejam verdadeiros e absolutos para toda a humanidade.

Esse tem sido o grande erro do cristianismo tradicional, o qual já foi muito intolerante para com aqueles que discordavam de suas crenças míticas, chegando mesmo a matar muita gente pelo simples fato de não aderir aos seus dogmas ou mitos exclusivistas ao longo da História.

SINCERIDADE DAS PESSOAS EM SUAS CRENÇAS MÍTICAS

Cumpra esclarecer que o que vale mesmo, para Deus, é a sinceridade das pessoas em suas convicções de fé, mesmo que suas crenças sejam baseadas em mitos e lendas.

Nesse sentido, ninguém deve abandonar suas crenças míticas particulares, se lhe fazem bem e se dão sentido à sua vida. Cada pessoa é livre de acreditar no que quiser e, por conseguinte, merece todo o respeito por parte daqueles que não concordam com suas ideias. Afinal de contas, o importante mesmo não é se as crenças de alguém são verdadeiras ou falsas, baseadas em acontecimentos históricos ou mitológicos, pois o que vale mesmo, para Deus, convém repetir, é a vivência do amor e a sinceridade das pessoas em suas convicções de fé, não importando a religião que professem.

O grande mal de tudo isso é transformar as crenças mitológicas em **fanatismo religioso**, o que sempre aconteceu (e continua acontecendo) em todas as religiões e seitas que se deixam guiar por uma “fé cega”. O “fanatismo religioso” gera um grande mal para a sociedade, pois se torna loucura que produz ódios e paixões, capaz de levar muitos religiosos a cometerem os atos mais abomináveis e os crimes mais hediondos, como sempre ocorreu (e continua ocorrendo) na história de todas as grandes tradições religiosas (por ex., os atos terroristas ocorridos nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001). O fanatismo gera violência, intolerância e exclusivismo perigoso, criando nos indivíduos o sentimento arrogante de que somente sua crença é verdadeira e todas as demais são falsas. Daí a necessidade do **diálogo inter-religioso**, fundamentado, não na “fé cega” da maioria das religiões, mas na “fé raciocinada”, a única forma de fé que realmente permite um autêntico diálogo inter-religioso, em que tudo possa e deva ser questionado e avaliado através da argumentação.

CONCEITO DE “MITOLOGIA”

O termo “mitologia” designa o conjunto dos mitos próprios de um povo, de uma civilização, de uma religião, bem como a ciência que os estuda: *mitologia hindu*; *mitologia grega*; *mitologia romana*; *mitologia egípcia* etc. (cf. *Dicionário AURÉLIO*, verbete **mitologia**; cf. também BOLTON, 2004, p. 16).

A querela sobre o valor dos mitos se aplica também ao valor da mitologia:

Provavelmente essa querela não terminou. De um lado, encontramos os que tendem a achar a mitologia desvalorizada e que ironizam [...]. Do outro lado, encontramos os que são sensíveis à força viva do mito, à sua força mágica (BRUNEL, p. xvii).

Como esclarecido, existe, porém, uma posição intermediária (defendida neste livro) que dá o devido valor aos mitos, mas que não os confunde com fatos históricos e nem os interpreta *literalmente*, mas *metaforicamente*. Nesse sentido, concordamos com o grande mitólogo P. Commelin, em seu livro *Mitologia Grega e Romana*, quando ele afirma que

a mitologia é, evidentemente, uma série de mentiras. Mas essas mentiras foram, durante longos séculos, motivo de crença. Elas tiveram, no espírito dos gregos e dos latinos, o valor de dogmas e de realidades. [...] Em matéria de crenças, a humanidade deixa-se guiar não por sua razão, mas pelo desejo, pela necessidade de conhecer a razão dos seres e das coisas. [...] Na infância dos povos, diz-se, tudo não é mais que crenças, que artigos de fé. Por certo. Mas na idade madura dos povos, mesmo quando a ciência supõe ter desvendado um grande número de mistérios da natureza, pode a humanidade se gabar de evoluir em plena luz? Não resta ainda no mundo uma infinidade de recônditos tenebrosos? (COMMELIN, 1997, p. vii-viii).

CONCEITO DE “MITOS CRISTÃOS”

“Mitos cristãos”, na concepção dos teólogos cristãos liberais/pluralistas, são as crenças (os dogmas) e os relatos bíblicos irracionais do cristianismo e que, portanto, contradizem a razão, a lógica, a ciência e o bom-senso. Um exemplo claro de um mito cristão é a doutrina da encarnação miraculosa e divina de Jesus, cujo caráter mítico é bem expresso pelo teólogo cristão pluralista John Hick nos seguintes termos:

Eu sugiro que seria melhor expressar o caráter desta doutrina como **uma ideia mitológica**. E eu uso o termo mito no seguinte sentido: **um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira**; é uma ideia ou uma imagem que é aplicada a alguém ou a alguma coisa, mas não pode ser literalmente interpretada, **pois quer somente despertar uma atitude particular nos seus ouvintes**. [...] Portanto, **a afirmação de que Jesus foi Filho encarnado de Deus não pode ser considerada uma verdade literal** (HICK, 1977, p. 178) (negrito meu).

Conforme elucidado na Introdução deste livro, com base nas concepções de **mito** e de **mitos cristãos**, fornecidas pelos teólogos liberais e pluralistas, são, portanto, “mitos cristãos” todos os conceitos metafóricos/analógicos/antropomórficos de Deus, tais como: Deus é Pessoa, Deus é Pai, Deus é Filho, Deus é uno e trino, bem como os conceitos cristológicos: Cristo é Deus, Cristo é Pessoa Divina, Cristo é literalmente Filho de Deus, Cristo é literalmente Deus encarnado, Cristo nasceu miraculosamente por obra e graça do Espírito Santo, além de outras doutrinas cristãs, como: Maria é Mãe de Deus, Jesus ressuscitou fisicamente (mito da ressurreição dos mortos), subiu ao céu fisicamente e retornará fisicamente no fim do mundo para julgar a humanidade, mandando os bons para o céu e os maus para o inferno eterno etc.

ORIGEM DO CONCEITO DE “MITOS CRISTÃOS”

O conceito de “mitos cristãos” nasceu, no século 19, com o genial protestante liberal (alemão) David Friedrich Strauss (1808-1874), com o lançamento de sua obra revolucionária, em 1835, quando tinha apenas 27 anos, intitulada *Vida de Jesus – Análise Crítica* (no original, *Das Leben Jesu Kritisich Bearbeitet*).

Nas palavras do teólogo católico Pe. Caetano Minette deTillesse,

Strauss marca uma distinção clara, dura, genial, entre os acontecimentos “históricos” e as reinterpretações que a eles se acrescentaram. Strauss batiza esses acréscimos de “**mitos**”, palavra que se tornará “clássica” na pesquisa protestante liberal [...] O “mito” falado por Strauss, e reassumido com tanto entusiasmo por toda a pesquisa protestante liberal, corresponde àquilo que os mesmos protestantes chamavam de “**dogma**” (TILLESSE, 1988, p. 7) (negrito meu).

Mais explicitamente, Strauss fez nos Evangelhos uma clara distinção entre **elementos míticos e históricos**, definindo os primeiros

como algo lendário ou sobrenatural. A tempestade que irrompeu sobre as 1400 páginas de análise minuciosa custou-lhe a perda de seu primeiro emprego como professor de um seminário em Tübingen. Seus críticos o perseguiram até o ano de sua morte, em 1874.

A escolha que Strauss fez na sua avaliação dos Evangelhos foi entre o “Cristo da fé” (o Jesus sobrenatural, mítico, uma pessoa totalmente divina) e o “Jesus histórico” (uma pessoa totalmente humana). Strauss, no dizer dos autores do *Dicionário Enciclopédico das Religiões* (DER), “considerava a história evangélica como um mito, surgindo da ideia preconcebida que o povo judeu tinha do Messias. A tese suscitou grande escândalo no clero alemão” (DER, verbete **Strauss, David Friedrich**).

Strauss preocupou-se em mostrar o caráter mítico de muitas narrativas evangélicas, por exemplo, a narrativa da **tentação de Jesus**. Ele argumenta que essa história foi inventada pela imaginação da Igreja antiga, ou copiada da literatura budista, pois Buda também foi supostamente tentado pelo diabo. O diabo (demônio, Satanás) é uma figura puramente mitológica. Strauss mostrou que a Bíblia judaico-cristã contém, de fato, uma grande quantidade de mitos.

Ao rotular os “dogmas” do cristianismo (principalmente os do catolicismo) de “mitos”, Strauss foi terrivelmente perseguido, mas seu pensamento continua vivo até hoje, através de seus inúmeros seguidores, principalmente os atuais filósofos e teólogos pluralistas cristãos, como o famoso escritor inglês John Hick, o maior filósofo e teólogo pluralista do mundo atual, com dezenas de obras publicadas, quase todas defendendo a tese de que os dogmas fundamentais do cristianismo tradicional, como o da filiação divina natural de Jesus e o da encarnação de Deus em Jesus, são mitos cristãos e não verdades históricas absolutas (cf. HICK, 1977).

O famoso teólogo alemão Rudolf Bultmann (1884-1976), o maior líder do grupo da chamada **neo-ortodoxia protestante**, também sempre defendeu a ideia de que os Evangelhos, se interpretados literalmente como eventos históricos, nada mais são que uma coleção de mitos. Por isso, alega, basta “confiar” no testemunho de fé da Igreja nascente no “Cristo ressuscitado” (cf. ELIADE, 2006, p. 242; BULTMANN, 2004).

Em suma, “mitos cristãos”, na concepção dos teólogos cristãos liberais e pluralistas, são as narrativas bíblicas e as principais crenças dogmáticas e irracionais do cristianismo tradicional, tais como: o pecado

original, o parto virginal, a encarnação divina de Jesus, a unicidade salvífica de Cristo, o seu sacrifício expiatório, a ressurreição dos mortos, o juízo final, a trindade etc (cf. WILES, 1977, p. 154).

OS MITOS CRISTÃOS MAIS EXCLUSIVISTAS

Os mitos (ou dogmas) cristãos mais exclusivistas e que, portanto, apresentam maiores desafios para o diálogo inter-religioso resumem-se basicamente a três: 1) *o mito da divindade de Jesus*, ou seja, o dogma segundo o qual JESUS É DEUS E HOMEM, o único ser que é literalmente FILHO DE DEUS e a única ENCARNAÇÃO DE DEUS (no sentido natural); 2) *o mito da sua unicidade e universalidade salvífica*, isto é, a crença segundo a qual Jesus seria o único salvador de toda a humanidade e 3) *o mito de sua ressurreição e ascensão aos céus*, ou seja, a crença segundo a qual Jesus teria sido o único fundador de religião a ter realmente ressuscitado dos mortos e subido aos céus em corpo e alma, “onde agora está esperando para retornar fisicamente, em glória” (EHRMAN, 2006, p. 174), por ocasião do suposto juízo final.

Como argumentam os teólogos liberais/pluralistas, esses mitos cristãos, por serem altamente exclusivistas, erguem inegavelmente uma barreira intransponível entre o cristianismo ortodoxo/mítico e todas as demais religiões deste planeta. Por isso, eles precisam ser debatidos e questionados na mesa do diálogo inter-religioso, o que não significa dizer que devam ser automaticamente “rejeitados”.

LINGUAGEM FIGURADA/MITOLÓGICA SOBRE DEUS

O ser humano só pode falar sobre Deus fazendo uso dos recursos limitados que sua linguagem humana lhe oferece: figuras de linguagem, comparações, parábolas, analogias, metáforas, mitos, alegorias, antropomorfismos (do grego *anthropos*, homem, e *morphé*, forma – “em forma de homem”, ou seja, concepções de Deus “em forma de homem”) etc. Como elucida Dan Brown,

todas as religiões descrevem Deus através de metáforas, alegorias e hipérboles, desde os primeiros egípcios até o catecismo moderno. As metáforas são uma forma de ajudar nossa mente a processar o improcessável. **Os problemas surgem quando começamos a tomar nossas metáforas ao pé da letra** (BROWN, 2004, p. 321) (negrito meu).

É isso mesmo. “Os problemas surgem quando começamos a tomar nossas metáforas ao pé da letra”, fazendo confusão entre sentidos figurados e sentidos literais da linguagem humana e, conseqüentemente, fazendo confusão entre mito e realidade histórica.

Mas o que é **metáfora**? Segundo o Dicionário HOUAISS, o termo “metáfora” é a “designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança (por ex., ele tem uma *vontade de ferro*, para designar uma *vontade forte*, como o ferro)”.

Se um rapaz também diz, por exemplo, que “sua namorada é *uma flor*”, não está afirmando que ela é *literalmente* uma flor, mas que ela é linda como uma flor. Ou seja, a frase “minha namorada é *uma flor*” pode ser *metaforicamente* verdadeira, mas é *literalmente* falsa.

Do mesmo modo, quando dizemos que “Deus é Pai”, não estamos querendo afirmar que Ele é física e *literalmente* Pai (o que seria uma afirmação absurda, irracional e falsa), mas que Ele é como um pai (o que é uma afirmação racional e *metaforicamente* verdadeira).

Em outros termos, afirmar que Deus é *metaforicamente* Pai (Mãe, Filho, Pessoa, Luz etc.) é um modo correto de se falar racionalmente sobre Deus, com os recursos limitados de nossa linguagem, mas afirmar que Deus é *literalmente* Pai (Mãe, Filho, Pessoa etc.), ou que Jesus é *literalmente* Filho de Deus, e *literalmente* Deus encarnado, é um modo irracional e mítico de se falar sobre Deus ou sobre Jesus, mesmo admitindo que esse modo mítico, irracional e literalmente falso de conceituar verdades religiosas tenha alimentado (e ainda continue alimentando) a fé de bilhões de seres humanos neste planeta.

ORIGEM DOS PRINCIPAIS MITOS CRISTÃOS

Como já vimos um pouco no capítulo anterior, na seção sobre a distinção entre o “Jesus/Cristo real” e o “Jesus/Cristo mítico”, os principais mitos cristãos foram copiados dos mitos de outras tradições religiosas mais antigas, o que comprovaremos com mais detalhes nesta seção, a qual foi extraída de várias obras, particularmente do livro: *La Desilusión de un Sacerdote: La Verdad Científica sobre la Religión Cristiana*, de autoria do famoso teólogo e ex-padre católico Franz Griesse (cf. GRIESE, 1957, Segunda Parte, capítulos I e II):

1. Os mitos da filiação divina e da divinização de Jesus, bem como o de seu nascimento miraculoso, foram copiados dos mitos de filiações divinas e de divinizações de outros personagens marcantes da História (como reis, heróis, líderes religiosos etc.). Como já vimos, há coincidências interessantes entre o Jesus que os cristãos apresentam e os personagens e deuses anteriores, como Hórus, do Egito; Mitra, da Pérsia; e Krishna, da Índia. Repetindo as palavras de Juan Arias, “todos nascem de uma virgem. Hórus e Mitra também nascem em 25 de dezembro. Todos fizeram milagres, todos tiveram 12 discípulos que corresponderiam aos 12 signos do zodíaco, todos ressuscitaram e subiram aos céus depois de morrer. Hórus e Mitra foram chamados Messias, Redentores e Filhos de Deus. Krishna foi considerado a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade e foi perseguido por um tirano que matou milhares de crianças inocentes. Além disso, Krishna também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Exatamente como o profeta de Nazaré. Os mitólogos se perguntam: ‘Precisamos de mais coincidência?’” (ARIAS, p. 111-112)
2. Quanto à origem do mito da ressurreição de Jesus, informa-nos o historiador das religiões Ambrogio Donini que “o ‘mistério’ [mito] do deus que morre e renasce já inspirava os cultos populares da Mesopotâmia à Grécia e ao mundo romano, cinco ou seis séculos antes do aparecimento do cristianismo” (DONINI, 1965, p. 98). Tammuz (antigo deus da Mesopotâmia), Adônis (deus da Fenícia), Átis (deus da Frígia), Osíris (deus do Antigo Egito) e vários outros também eram deuses que morriam e ressuscitavam (cf. BAIGENT, LEIGH & LINCOLN, 1993, p. 304).
3. Assim como foi dogmatizado a respeito de Jesus, o deus pré-cristão Mitra – chamado o Filho de Deus e a Luz do Mundo – morreu, foi enterrado em sepulcro de pedra e depois ressuscitou em três dias.
4. Assim como supostamente aconteceu com Jesus, após o seu nascimento, o recém-nascido Krishna (deus hindu) também recebeu ouro, incenso e mirra.
5. O dia santo semanal dos cristãos foi copiado dos pagãos, uma vez que, até o século IV, a cristandade celebrava o dia santo semanal no sábado judeu, mas Constantino mudou isso de modo que a celebração coincidissem com o dia em que os pagãos veneravam o deus-Sol (*dies Solis*; em inglês, **Sun-day** = “dia do Sol”). O termo “domingo” é uma derivação de “*dies dominica*”, “dia

do Senhor”, isto é, do “Senhor-Sol”, pois “o deus-sol era o *dominus* (**senhor**) por excelência” (DONINI, p. 318).

6. Todos os milagres atribuídos a Jesus nos Evangelhos já haviam sido supostamente realizados por profetas e/ou fundadores de tradições religiosas mais antigas (por exemplo, mitraísmo, budismo, taoísmo etc.), tais como a transformação da água em vinho, a multiplicação de pães, o andar sobre as águas, a cura de doentes, a expulsão de demônios, a comunhão com pão e vinho consagrados etc.
7. A origem das lendas expostas na Bíblia judaico-cristã, tanto no Antigo como no Novo Testamento, provém da Mesopotâmia, da Índia, da Caldeia e de outros países. Assim, o mito do “primeiro homem”, da sua criação, da sua felicidade original e da sua queda tem sua origem na religião babilônica (cf. DONINI, p. 107,109).
8. O mito da “unicidade cristã”, segundo o qual o cristianismo é a única religião verdadeira e Jesus é o único SALVADOR da humanidade, é cópia das crenças nos SALVADORES de religiões mais antigas, como Krishna – o primeiro salvador divino da Índia (4.000 a.C.), Buda – o segundo salvador divino da Índia (550 a.C), além de outros salvadores, como Osíris (deus do Antigo Egito) e Mitra (deus indo-iraniano).
9. Também o mito da trindade divina (o conceito do Deus uno e trino) já existia em várias religiões bem mais antigas do que o cristianismo, sobretudo nas religiões da Índia e do Egito antigo.
10. A literatura sagrada dos judeus, escrita por volta do 5º século a.C., foi quase toda copiada, ou melhor, plagiada (para não dizer roubada), da literatura da Índia – a mais antiga literatura sagrada da qual se tem conhecimento. Os judeus, quando estiveram no cativeiro de Babilônia, aprenderam muitas coisas, sobretudo as leis e lendas que tinham vindo da Índia, especialmente as leis de Manu, famoso legislador indiano e protótipo para a criação da figura mítica de Moisés. O escritor Franz Griesse (em seu referido livro, p. 98-106) nos fornece vários exemplos desse paralelismo entre a literatura sagrada dos judeus e a literatura sagrada da Índia, por exemplo, as narrativas da criação do mundo, Adão e Eva, o dilúvio, a lenda de José etc.
11. Também a literatura cristã expressa nos Evangelhos é quase toda cópia ou plágio da literatura religiosa da Índia. O mesmo escritor Franz Griesse (op. cit., p. 107-118) nos dá muitas provas dessa verdade incontestável, por exemplo, o paralelismo entre o

nascimento miraculoso de Krishna, pela virgem Devanaki e o suposto nascimento miraculoso de Jesus pela virgem Maria; a saudação à Virgem Devanaki por um eremita e a saudação à Virgem Maria por Isabel; a saudação a Buda e a Jesus por um venerável ancião; a chacina das crianças (ordenadas pelo tio de Krishna, o rei de Buda e o rei Herodes); aos 12 anos, tanto Buda como Jesus são procurados por seus pais; antes de iniciarem sua vida pública, tanto Buda como Jesus vão ao deserto e são tentados pelo diabo; o apóstolo favorito de Buda (chamado Ananda) e Jesus, sentados junto a um poço, são interpelados por uma mulher de outra casta ou seita (no caso de Jesus, a Samaritana); tanto Buda como Jesus enviaram seus apóstolos a fim de pregarem suas doutrinas; tanto Buda como Jesus predisseram sua morte e foram, por isso, admoestados por seus apóstolos; tanto Krishna como Jesus se transfiguraram; Krishna, Buda e Jesus fizeram muitos discípulos por causa dos mesmos tipos de milagres que supostamente realizaram; tanto Buda como Jesus supostamente alimentaram 5.000 homens com um pouco de pão; tanto Buda como Jesus se utilizaram das mesmas palavras e das mesmas parábolas para transmitir suas doutrinas.

12. GRIESE (p. 97) esclarece que a ordem cronológica, genealógica, filológica e literária confirma que o conteúdo da Bíblia cristã é simplesmente uma cópia mal-feita da literatura sagrada da Índia.
13. Esse mesmo autor, fazendo referências a outros estudiosos (p.106), nos assegura que, dos 89 capítulos dos quatro Evangelhos, 80 são cópias da vida e da doutrina de Krishna e de Buda!
14. GRIESE (p. 114) nos informa que, segundo o escritor Rodolfo Seydel, teólogo protestante e professor da Universidade de Leipzig, dos 28 capítulos do Evangelho de Mateus, apenas 2 (o 22 e o 24) estão isentos de textos hindus; também do Evangelho de Marcos, com seus 16 capítulos, apenas 2 (o 7 e o 12) não foram copiados. O Evangelho de João contém 21 capítulos, dos quais somente os capítulos 10 e 17 estão livres de plágio.
15. O teólogo protestante Happel, historiador das religiões, confirma as afirmações de Seydel e classifica como cópias 36 textos da Bíblia, dentre os quais os seguintes (cf. GRIESE, p. 114-115):
 - a encarnação de Jesus;
 - a sua ida ao Templo;

- os seus doze anos;
 - a sua terra natal;
 - a tentação do diabo;
 - a figueira;
 - as oito bem-aventuranças;
 - a história da pecadora Madalena;
 - o encontro de Jesus com Nicodemos;
 - o seu encontro com a Samaritana;
 - o cego de nascença;
 - Marta e Maria;
 - O número dos apóstolos e seu envio para pregar o Evangelho;
 - O milagre de caminhar sobre as águas;
 - A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém;
 - O jovem rico;
 - A transfiguração de Jesus etc. etc.
16. Como afirma Griese (p. 115), o professor Dr. Bernahard Spiess, grande conhecedor do sânscrito e da escritura cuneiforme, está convicto de que quase todas as parábolas do Novo Testamento são cópias de parábolas hindus, sumérias, persas e sírias, particularmente as narradas no cap. 13 do Evangelho de Mateus.
17. Griese (ibid.) elucida-nos que, pelo menos 4 textos do Novo Testamento são cópias do budismo:
- Simeão no Templo;
 - a tentação do diabo;
 - o milagre da multiplicação de pães;
 - a caminhada de Pedro sobre o mar.
18. Conforme destaca Griese (p. 116-117), é inegável a grande influência do culto ao Deus Mitra sobre o cristianismo. Como o “Cristo da fé”, o salvador Mitra é também “logos”, ou seja, “emanado de Deus”, “palavra de Deus”, “verbo de Deus”; nasce milagrosamente e os pastores vieram adorá-lo quando nasceu. Mitra é o porto e a âncora da salvação e, terminada sua missão terrestre, volta ao Céu, permanecendo lá como Protetor Soberano. Os seus adoradores devem servi-lo com absoluta pureza, recebendo **sete sacramentos**, entre os quais figuram o **batismo**, a **confirmação** e a **comunhão: pão e vinho consagrados** por fórmulas rituais. Depois da morte, os fiéis devem comparecer diante de Mitra e, se tiverem sido bons, gozarão a eterna felicidade e, se tiverem sido maus, irão para o inferno eterno. No fim do

mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Linha por linha, encontramos aqui a religião cristã. O que faltava aos livros hindus encontramos aqui na religião persa. O culto a Mitra chegou a Roma com uma força tão grande, nos primeiros três séculos depois de Cristo, de tal modo que, se não tivesse ocorrido a vitória de Constantino, o mundo, no dizer de Renan, “teria se tornado mitriano, em vez de cristão” (apud GRIESE, p. 117).

19. Duas das divindades mais populares da Grécia antiga, cuja história, os seus ritos e as suas festas antecipam efetivamente, sob muitos aspectos, a religião cristã, são precisamente “Deméter” (a “mãe” de Deus) e “Dioníso” (o “filho” de Deus). Aliás, o termo “Dioníso” (da língua trácio-frígia – “**dioniso**”) significa etimologicamente “filho de deus” – “**dio-niso**” (cf. DONINI, p. 145, nota 26). A história de Dioníso, o deus libertador, o “filho de deus”, é muito semelhante à história do “Cristo da fé”, o Filho de Deus e o libertador (salvador) da humanidade.
20. Para encerrar essa pesquisa sobre a origem dos mitos cristãos, reafirmo que Krishna, como o Cristo da fé, também era o filho de Deus, o verbo encarnado, o salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), e também declarava ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA: “Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...].”** (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11) (negrito meu). Essa mesma afirmação era feita pelo deus Hórus (divindade egípcia), 4 mil anos antes de Cristo (cf. HARPUR, 2008, p. 88).

Por esses dados históricos, podemos concluir que o cristianismo mítico dos cristãos é, de fato, uma religião altamente sincretista, uma vez que é o resultado da fusão de diversas crenças e mitos. Essa verdade histórica deveria diminuir (ou mesmo eliminar) as pretensões exclusivistas e espiritualmente arrogantes da grande maioria dos cristãos em torno do mito da unicidade do cristianismo. Nesse sentido, tem muita razão o renomado historiador das religiões Ambrogio Donini, ao fazer a seguinte reflexão pluralista e crítica:

Fala-se ainda hoje do cristianismo como de uma religião em si, para a qual confluíram e encontraram a sua sistematização motivos antiquíssimos, até representar algo de “excepcional” e de “único”. É necessário despir-se deste hábito dogmático e, se me permitem a expressão, presunçoso (DONINI, 1965, p. 198).

CAPÍTULO 3

FÉ E RAZÃO

Como os mitos religiosos são, por definição, crenças irracionais (baseadas numa “fé cega”), para compreendê-los melhor é preciso abordar os vários conceitos e tipos de fé, bem como as relações entre fé e razão, objetivo do presente capítulo.

“FÉ-CONFIANÇA” X “FÉ-CRENÇA”

A palavra “fé” pode ter dois sentidos ou dois aspectos distintos: 1) “fé” no sentido de “confiança” e 2) “fé” no sentido de “crença”. Esses dois sentidos de “fé” são comumente expressos em inglês, respectivamente, pelos termos “faith” (“fé”) e “belief” (“crença”). De agora em diante, falarei desses dois sentidos de fé rotulando-os, respectivamente, de “FÉ-CONFIANÇA” e “FÉ-CRENÇA”.

1) “FÉ-CONFIANÇA” é, na linguagem bíblica, a “fé que transporta montanhas” (cf. Mt 17,20); significa, no dizer do escritor espírita Jayme Andrade, “querer com vontade firme, aplicar-se deliberadamente à consecução de determinado objetivo” (ANDRADE, 1995, p. 90). Foi obviamente nesta acepção de “fé-confiança” que Jesus, fazendo uso de uma máxima popular de sua época, afirmou:

Se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a este monte: Transporta-te daqui para lá, e ele se transportará. (Mt 17, 20)

Foi nesse mesmo sentido de “fé-confiança” que Jesus fez diversas afirmações, como (dentre outras): “a tua fé te salvou” (Mt 9,22); “seja feito segundo a vossa fé” (Mt 9, 29); “como creste, assim te seja feito!” (Mt 8,13); “homens fracos na fé” (Mt 8, 26).

Convém esclarecer que não há nada errado em cultivar alguém este tipo de fé, a “fé-confiança”, a fé que opera “milagres” – contanto que não leve ninguém ao desespero, caso não consiga o que deseja. Essa modalidade de fé pode existir em qualquer pessoa ou grupo,

independentemente de ter ou não uma religião. Definirei e exemplificarei agora o segundo tipo de fé (“fé-crença”).

2) “FÉ-CRENÇA” é “uma convicção íntima com relação a determinado assunto” (ANDRADE, *ibid.*). Em termos religiosos, é a fé (a crença, a convicção) firme na doutrina ou nos dogmas e mitos de determinada religião. É sobretudo neste segundo sentido de “fé” que usarei essa palavra-chave neste livro.

Um exemplo bem claro, entre os judeus, da distinção entre “fé-confiança” e “fé-crença” é que eles *acreditavam* (tinham “fé-crença”) na existência de outros deuses, sem, contudo, ter fé (“fé-confiança”) neles, “o que permitia a eles, por exemplo, acreditar na existência de Baal [divindade de vários povos do Oriente Próximo] sem ter “fé-confiança nele” (DESROCHE, 1985, p. 131, nota 8). Em suma, os judeus antigos tinham “fé-confiança” somente em Javé, mas tinham “fé-crença” em outras divindades.

A “fé-crença”, isto é, a convicção firme na doutrina, nos dogmas ou nos mitos de determinada religião, diferentemente da “fé-confiança”, pode e deve ser avaliada criticamente pelos estudiosos das religiões como “verdadeira” ou “falsa”, pois é impossível que todas as crenças religiosas sejam igualmente verdadeiras, uma vez que elas se contradizem em muitos pontos doutrinários. E os mitos religiosos, conforme vimos na Introdução deste livro, podem ser interpretados como verdadeiros (no sentido metafórico) ou falsos (no sentido literal).

Com efeito, como vimos, os mitos religiosos, na visão dos filósofos e teólogos liberais/pluralistas (adotada neste livro), são crenças irracionais, que podem ser *metaforicamente* verdadeiras, mas *literalmente* falsas. Por exemplo, a “fé-crença” literal na encarnação divina de Jesus é um “mito cristão” que precisa ser questionado e avaliado pelo estudioso crítico das religiões.

“FÉ CEGA” X “FÉ RACIOCINADA”

A “fé cega” é a que não admite interferência da razão, nem atualizações em assuntos doutrinários, enquanto a “fé raciocinada” é “aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade” (KARDEC, 1997a, p. 911) e que, por conseguinte, não se nega a fazer revisões nem atualizações em assuntos doutrinários. Como escreve o escritor espírita Luiz Signates,

trata-se, pois, de uma fé aberta, dialogal, disposta a modificar as próprias opiniões ou o objeto de sua manifestação como crença, desde que satisfeitas as condições do livre exercício da razão (SIGNATES, 1998, p. 32-33).

Sem a “fé raciocinada”, é impossível qualquer tentativa de um autêntico diálogo religioso, uma vez que não pode haver diálogo sem “o livre exercício da razão”.

“FÉ CEGA PURA” X “FÉ CEGA RACIONALIZADA”

É preciso distinguir dois tipos de “fé-crença cega”: 1) “fé cega pura” = a que não admite questionamentos nem interferência alguma da razão e 2) “fé cega racionalizada” = a que pode fazer uso da razão para justificar suas crenças, mas sem questioná-las ou revisá-las.

Em oposição a esses dois tipos de “fé-crença cega”, Allan Kardec propõe a “fé raciocinada”, ou seja, a “fé-crença” que admite questionamentos, revisões e atualizações (em assuntos doutrinários), de acordo com as exigências do livre exercício da razão.

A fé cristã tradicional, como todos sabemos, só admite as duas primeiras modalidades de “fé-crença” (“fé cega pura” e “fé cega racionalizada”), enquanto a doutrina espírita se fundamenta essencialmente na terceira modalidade de “fé-crença” (a “fé raciocinada”), ou seja, a que “pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade” (KARDEC, 1997a, p. 911).

Quanto às duas variantes de “fé-crença cega” (“fé cega pura” e “fé cega racionalizada”), não há praticamente diferença essencial entre elas, uma vez que ambas são estacionárias, não admitindo revisões nem mudanças.

Allan Kardec, em seu livro *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (cap. 19, n. 6), esclarece bem a distinção entre “fé cega” e “fé raciocinada” nos seguintes termos:

No seu aspecto religioso, a fé é a crença nos dogmas particulares que constituem as diferentes religiões, e todas elas têm os seus artigos de fé. Nesse sentido, a fé pode ser *raciocinada* ou *cega*. A fé cega nada examina, aceitando sem controle o falso e o verdadeiro, e a cada passo se choca com a evidência da razão. Levada ao excesso, produz o *fanatismo*. **Quando a fé se firma no erro, cedo ou tarde desmorona. Aquela que tem a verdade por base é a única que tem o futuro assegurado, porque nada**

deve temer do progresso do conhecimento, já que *o verdadeiro na obscuridade também o é a plena luz* (itálicos do original) (negrito meu).

Os cristãos dogmáticos (católicos, protestantes e ortodoxos), fundamentados na “fé-crença cega” ou na “fé-crença racionalizada”, “seguem a doutrina de Santo Tomás de Aquino, que definia a ‘fé’ como uma opção exclusiva da vontade, sem interferência da razão” (ANDRADE, 1995, p. 91). Mas,

na época atual já não é admissível a concepção aquiniana da fé, por ser evidente que “a fé depende da razão, pois quem crê deve ter uma razão para crer. [...] A aceitação não é só um ato de vontade, mas um ato de discernimento, portanto um ato de razão. Como posso aceitar isto e condenar aquilo, sem recorrer ao juízo, que é função da razão?” (PIRES, em “Revisão do Cristianismo”, p. 89, apud ANDRADE, 1995, p. 92).

Ainda nas palavras de Andrade (ibid.),

se a fé pode ser adquirida por um ato voluntário do agente, ela tem de assentar em bases racionais. Já passou o tempo do “credo quia absurdum” [“creio porque é absurdo”].

A “fé cega”, não admitindo interferência da razão, impede, automaticamente, a existência de um autêntico diálogo religioso. A “fé raciocinada” é a única modalidade de “fé-crença” que permite um autêntico diálogo entre as religiões, em que toda crença possa e deva ser questionada e avaliada na mesa do debate. Sem fazer uso desse tipo de fé, as religiões permanecerão estacionárias, mantendo crenças míticas ultrapassadas e absurdas. A “fé raciocinada” rejeita qualquer doutrina absurda, venha de onde vier.

PERIGOS DA “FÉ-CEGA” PARA A SOCIEDADE

Quanto aos perigos da “fé cega” para a sociedade, é inegável que ela é muito perigosa para toda a humanidade, porquanto os que alimentam esse tipo de fé normalmente são fanáticos, preconceituosos, violentos e intolerantes para com as crenças dos outros, ao contrário dos que se deixam guiar pela “fé raciocinada”.

O fanatismo religioso gera um grande mal para a sociedade, pois se torna loucura que produz ódios e paixões, capaz de levar muitos religiosos a cometerem os atos mais abomináveis e os crimes mais

hediondos, como sempre ocorreu (e continua ocorrendo) na história de todas as grandes tradições religiosas.

A “RAZÃO COMUNICATIVA” HABERMASIANA

A respeito do **diálogo** e da “fé raciocinada”, ressalta ainda o escritor espírita Luiz Signates que

dentre as diversas concepções de racionalidade válidas em filosofia, [...] a noção de “razão comunicativa” ou “razão consensual”, do filósofo alemão Jürgen Habermas, é a que melhor se adapta ao conceito de fé raciocinada, em Kardec. Para aquele pensador, há racionalidade sempre que houver diálogo onde se instaurem consensos entre os interlocutores, sendo que a verificação prática do consenso seria a própria demonstração de que houve racionalidade (SIGNATES, p. 33).

A “razão (ou racionalidade) comunicativa” habermasiana é uma espécie de síntese, à moda hegeliana, entre a “razão objetiva” (absoluta, fechada, inquestionável, infalível) da filosofia clássica e a “razão subjetiva” (relativa, aberta, questionável, falível) da modernidade. Em outros termos, a “racionalidade comunicativa” habermasiana procura superar os paradigmas da pura objetividade clássica e da radical subjetividade moderna, em favor do paradigma da *intersubjetividade*, em que duas ou mais pessoas possam chegar a um consenso, mediante o emprego da argumentação e do diálogo (cf. OLIVEIRA, 1996, p. 293/2000, p. 201ss).

Tanto pela filosofia espírita da “fé raciocinada”, quanto pela filosofia habermasiana da “razão comunicativa/dialogal”, tudo pode e deve ser questionado através da argumentação e do diálogo. Toda verdade, por mais absoluta que possa parecer, deve estar aberta a questionamento, aperfeiçoamento, revisão e renovação. Essa atitude opõe-se frontalmente à postura fechada, inquestionável, inegociável das religiões e filosofias dogmáticas, que não estão dispostas a questionar, por hipótese alguma, suas verdades e seus mitos intocáveis.

É, portanto, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada”, da filosofia habermasiana da “razão comunicativa” e de uma perspectiva pluralista ética, segundo a qual, para Deus, não importa a religião que se professa (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**), mas o amor que se pratica, que devemos guiar-nos nas reflexões ecumênicas e macroecumênicas desta obra.

O PAPEL DA RAZÃO NA BUSCA DA VERDADE

Como sabemos, o traço distintivo do ser humano em relação aos outros animais é que ele é dotado da faculdade de questionar e conhecer a realidade pelo uso da razão. Mas, a razão humana é limitada por uma série de fatores, dentre os quais a própria imperfeição inerente ao ser humano. Por isso, nossa razão pode acertar na descoberta (mesmo que parcial) da realidade, mas pode igualmente falhar e errar. A razão e a inteligência podem e devem, contudo, desenvolver-se ao longo da carreira evolutiva do ser humano, na busca da verdade, porque o conhecimento da verdade é um dos meios de libertação e de evolução do ser humano: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8,32).

A LUTA ENTRE FÉ E RAZÃO NA BUSCA DA VERDADE

A respeito da luta entre fé e razão na busca da verdade, sabemos que, até cerca do ano 1500 da era cristã, fé e razão, no Ocidente, caminhavam bastante unidas na busca da verdade, se bem que a fé sempre era vista como superior à razão. Mas, numa harmoniosa colaboração de trabalho, não havia disputa acirrada entre elas. Ao contrário, elas concordavam no seguinte princípio: sendo a fé superior à razão, a razão devia estar a serviço da fé. Assim, a **Filosofia** (ciência racional de todas as coisas por suas causas últimas) era serva fiel da **Teologia** (ciência racional das verdades reveladas). Em outros termos, as verdades religiosas (supostamente reveladas por Deus ou por mensageiros divinos) sempre tinham a última palavra. Esse casamento harmonioso e fiel começou a desmoronar-se, contudo, a partir do nascimento da Ciência Moderna, no século XVI, quando a razão científica começou a contradizer a fé e os dogmas ou mitos da Igreja. A partir de então, a oposição entre fé e razão acentuou-se cada vez mais, criando o chamado muro de separação entre ciência e religião.

O MURO ENTRE FÉ E RAZÃO

É fato notório que, para defender suas crenças e doutrinas, todas supostamente “certas” e “absolutamente verdadeiras”, as religiões, especialmente as cristãs, com medo da verdade e da perda do poder, deram início, a partir da Era Moderna, à construção de um muro

intransponível entre fé e razão, entrincheirando-se exclusivamente do lado “direito” da fé, com medo do lado “esquerdo” (oposto) da razão e da ciência, porque esse lado poderia contradizer a fé, e as religiões não querem admitir que possa haver erros em suas doutrinas. Ao contrário, elas fanaticamente preferem matar ou morrer na defesa de suas convicções religiosas. O Papa Pio X (1835-1914), em 1907, condenou o Modernismo, precisamente porque os modernistas aplicavam, em larga escala na sua exegese bíblica, a crítica histórica, científica e filosófica.

Por essas e outras razões, as religiões geralmente não querem nem saber da possibilidade de questionar seus dogmas ou mitos de fé, mesmo diante de todos os avanços e descobertas da ciência. Preferem, então, criar o duelo mortal entre fé e razão, entre ciência e religião. Nessa luta, a maioria das religiões guia-se muito mais pelo coração, pela paixão, pela emoção, por mitos, por lendas, por uma “fé cega”, por dogmas de infalibilidade etc., em vez de, sem medo da verdade, guiar-se paralelamente pela razão, pela ciência e pela “fé raciocinada”.

A RAZÃO COMO UMA “FACULDADE DEMONÍACA”

Se foi Deus que nos deu a razão, como entender que muitos religiosos a vejam como uma “faculdade demoníaca”?

Infelizmente, muitos religiosos ainda veem a razão como uma “faculdade demoníaca” porque eles não refletem sobre o fato de que foi Deus que deu ao homem a faculdade de raciocinar, com o objetivo de descobrir a verdade. É, portanto, um enorme erro ver a razão como uma “faculdade demoníaca”, preferindo desprezá-la ou até mesmo exterminá-la, a fazer bom uso dela na busca da verdade.

Nesse contexto, concordo com o comentário do padre e filósofo católico Manfredo Araújo de Oliveira sobre a posição do Papa João Paulo II, na Encíclica *Fides et ratio* [Fé e razão] (1999), em que ele reconhece que “a verdade que Deus nos revela [...] não pode estar em contraste com o que a razão humana descobre por meio da reflexão filosófica, já que a unidade da verdade é um postulado fundamental da razão humana, que se articula no princípio de não contradição” (OLIVEIRA, 2000, p. 46).

(Sobre as virulentas condenações da razão por Martinho Lutero, ver DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*, 2007, p. 251).

RELIGIÃO E CIÊNCIA

É também fato notório que as religiões, em geral (pelo menos no Ocidente), temem a ciência, porque elas certamente temem a verdade. Indubitavelmente, as religiões têm medo da ciência porque ela pode contradizer suas verdades de fé, o que, de fato, já aconteceu, por diversas vezes, na história das relações entre religião e ciência.

Apesar das exceções, a luta quase sem trégua (pelo menos no Ocidente) entre fé e razão (ou entre religião e ciência) já dura mais de 400 anos, desde o século XVI, quando Galileu Galilei (1564-1642), um dos fundadores da Ciência Moderna, confirmou, de maneira irrefutável, a tese de Nicolau Copérnico (1473-1543), segundo a qual a Terra não era o centro do Universo, como sustentavam Ptolomeu e as igrejas cristãs.

Condenado pela Inquisição da Igreja Católica – o maior poder monárquico e absoluto da época – Galileu foi obrigado a negar a verdade do heliocentrismo em favor do erro do geocentrismo, defendido pelas igrejas cristãs. A Igreja Católica levou mais de 300 anos para reconhecer oficialmente seu erro, quando o Papa João Paulo II, somente em 1997, decidiu tardiamente perdoar Galileu.

Por concordar com a visão copernicana (e também por ser reencarnacionista), o frade Giordano Bruno “foi arrastado à Inquisição e, ao não concordar em retratar-se, foi queimado na fogueira em 1600” (HELLMAN, 1999, p. 24). “Também o filósofo natural italiano Lucilio Vanini, que diziam ter ensinado a identidade entre Deus e a natureza, foi queimado em Toulouse, em 1619” (KÜNG, 2002, p. 187).

O fosso entre ciência e religião acentuou-se ainda mais quando, no final do século XVIII (o século das luzes), surgiu o Iluminismo, cujas descobertas científicas no campo dos estudos bíblicos indicavam que a maior parte das escrituras sagradas não passava de mitos e lendas e que a Bíblia era muito mais “palavra dos homens” do que “Palavra de Deus”.

A barreira entre fé e razão ficou ainda mais intransponível, quando, no século XIX, Charles Robert Darwin (1809-1882) lançou sua teoria sobre a evolução das espécies. Somente depois de muita demora e hesitação, Darwin resolveu publicar, em 1859, sua obra revolucionária, *A Origem das Espécies*, que destruía a versão religiosa bíblica sobre a criação. A agitação nas igrejas cristãs foi enorme.

Se hoje muitos cristãos já aceitam a teoria evolucionista, muitas igrejas (sobretudo protestantes) ainda a negam, preferindo acreditar na versão bíblica mítica da criação das espécies, pregando e ensinando aos seus fiéis, em plena contradição com a ciência, o dogma mítico do “pecado original”, segundo o qual todos os seres humanos descendem de Adão e Eva, os quais, por terem pecado, transmitiram hereditariamente o seu pecado a todos os homens, o que exigiu de Deus que enviasse seu Filho Jesus para morrer numa cruz, a fim de resgatar a humanidade desse “pecado original”.

Essas crenças mitológicas são um belo exemplo de “fé cega”. Tinha muita razão Einstein, ao afirmar que **“a ciência sem religião é manca; a religião sem ciência é cega”** (apud TOURINHO, 1994, p. 73) (negrito meu).

Nessa citação de Einstein, está bem clara a importante distinção entre “religião” e “religiões”: ele não afirma que a ciência sem uma religião é manca, mas que a ciência sem “religião” (= sem “religiosidade”, ou melhor, sem “espiritualidade”) é manca; vice-versa, ele afirma que a religião (isto é, uma instituição religiosa particular) sem ciência é cega.

CONTRADIÇÕES ENTRE A BÍBLIA E A CIÊNCIA

A Bíblia judaico-cristã sempre esteve em conflito com a Ciência. Para os cristãos liberais, a ciência e a fé não devem estar em conflito, mas em harmonia, de acordo com o princípio da unicidade da verdade. Para a grande maioria dos cristãos (sobretudo os da ala fundamentalista), contudo, as verdades da Bíblia são independentes das verdades da Ciência, ou seja, a Bíblia pode contradizer a Ciência, mas não vice-versa.

Como conciliar, entretanto, as profundas contradições entre o que a Bíblia afirma e o que a Ciência comprova? Quem está com a verdade? A Bíblia, ou a Ciência? Pode a fé, de fato, contradizer a ciência? A História tem provado o contrário, isto é, que a Ciência pode contradizer a Bíblia.

Vejamos, a seguir, vários exemplos de contradições explícitas entre a Bíblia e a Ciência (ou entre a fé e a razão), geradoras de sérios conflitos entre os cristãos da linha fundamentalista e os da ala liberal:

- 1) Enquanto a Bíblia se fundamenta no geocentrismo, a Ciência se baseia no heliocentrismo (lembrar o suposto milagre bíblico em

que Josué mandou “literalmente” parar o Sol – Js 10,13 – um belo exemplo da “fé-crença cega” no geocentrismo).

- 2) Se pela narrativa bíblica o primeiro homem apareceu na Terra há 6 mil anos, a Ciência comprova que “a espécie humana tem pelo menos 40 mil anos de existência na Terra” (ANDRADE, 1995, p. 38).
- 3) Enquanto pela interpretação literal da narrativa bíblica do livro do Gênesis, todos os seres humanos se originaram de único primeiro casal (Adão e Eva), a Ciência comprova que essa crença mítica não tem o menor sentido perante as pesquisas antropológicas sobre a origem do homem e das diversas raças de nosso planeta.
- 4) Enquanto pela interpretação literal da narrativa bíblica do livro do Gênesis, a morte entrou no mundo em consequência do “pecado original”, pela explicação da Ciência, a morte é um fenômeno natural pelo qual todos os seres vivos sempre tiveram que passar.
- 5) Enquanto a Bíblia se baseia muito mais em crenças, lendas, mitos e fábulas, a Ciência fundamenta-se em fatos.
- 6) Enquanto as verdades bíblicas são consideradas “absolutas”, as verdades científicas são, por definição, todas “relativas”.
- 7) Enquanto a Bíblia fala de “ressurreição corporal” (no sentido de “reanimação do corpo físico que desceu à sepultura”), a Ciência prova que é impossível a reanimação do corpo físico de alguém que sofreu morte cerebral.
- 8) Nesse contexto, enquanto a Bíblia garante que, por ocasião do suposto Juízo Final, todos os corpos “ressuscitarão”, ou seja, todos sairão das sepulturas, mesmo que transformados, e voltarão à sua existência físico-material, a Ciência comprova que isso é impossível, uma vez que, com a desintegração física dos cadáveres nas sepulturas, suas moléculas passam a formar novos organismos. Como poderiam essas moléculas retornar (por ocasião do suposto Juízo Final) aos corpos enterrados e decompostos há séculos ou há milênios, cujas moléculas já serviram para compor milhares de outros organismos? Por aqui se vê que a fé bíblica na “ressurreição da carne” é um mito que contradiz o bom-senso, a razão, a ciência e a “fé raciocinada”.

Esses exemplos são mais do que suficientes para mostrar alguns dos sérios conflitos existentes entre as verdades da Ciência e as da Bíblia judaico-cristã (quando literalmente interpretada). Por que essa desarmonia entre a Bíblia e a Ciência?

CONCILIAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO

Espera-se que, num futuro próximo, seja possível conciliar ciência com religião. Estamos no início do tão aguardado terceiro milênio, início de uma nova era evolutiva para a humanidade, a “Era do Espírito”, predita por inúmeros profetas. Oxalá, seja realmente a era de uma sociedade mais justa e mais humana, em que haja mais amor e fraternidade entre as pessoas, independentemente de nacionalidade, raça e religião.

Todos desejamos que seja uma era diferente da anterior, que foi dominada pela injustiça, pelo ódio, pela violência, pela discriminação, pelos preconceitos de toda sorte, pelas divisões e pelas guerras religiosas. Esperamos, enfim, que seja a era da queda definitiva do muro que tem separado a ciência das religiões. É preciso, nessa nova era, dar um basta às atitudes científicas e religiosas exclusivistas, em favor de uma ciência e de uma religião abertas a todas as possibilidades, sem excluir nenhum caminho que possa ajudar na descoberta da verdade.

É chegada a hora, enfim, de a ciência e a religião não mais se digladiarem, mas trabalharem juntas na busca comum da verdade. Ainda bem que, atualmente, as ciências ditas materialistas se interessam cada vez mais pelo mundo extrafísico, numa reaproximação cada vez mais acentuada entre fé e razão (cf. CAPRA, 1983).

CAPÍTULO 4

A QUESTÃO DA VERDADE

Uma vez que um dos principais objetivos deste livro é contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”), bem como distinguir **verdade histórica** de **verdade mítica**, refletiremos crítica e ecumenicamente neste capítulo sobre a questão da “verdade”, porque ela é, sem dúvida alguma, o conceito que mais divide as religiões.

Como afirma o ilustre teólogo e padre católico Hans Küng, “nenhuma questão na história das religiões tem gerado tantas disputas, tantos conflitos sangrentos e tantas guerras religiosas como a questão da verdade” (KÜNG, 2001, p. 19). Isso ocorre porque cada religião normalmente tem certeza de estar com a “verdade” e de ser a única verdadeira, embora a verdade de uma possa contradizer a de outra. E para defender as suas verdades, as religiões se acham no direito de cometer as maiores atrocidades.

DEFINIÇÃO DE VERDADE

Mas o que é a “verdade”?

Gramaticalmente, o termo “verdade” pertence à classe dos *substantivos abstratos*, e não dos *substantivos concretos* (cf. CEGALLA, 1985, p. 110). *Substantivos abstratos* são os que designam qualidades (por ex., beleza), sentimentos (por ex., amor), ações (por ex., estudo) e estados dos seres (por ex., vida). *Substantivos concretos*, ao contrário, são os que designam seres de existência real ou imaginária (por ex., homem, lobisomem etc.). Muitos pensam erroneamente que o termo “verdade” pertence à classe dos nomes concretos. O termo “verdade”, porém, na sua acepção mais comum (cf. HUXLEY, 1995, p. 142 e WIEBE, 1998, p. 133), não designa um ser, uma coisa, um objeto, uma pessoa etc., mas exprime o nosso conhecimento das coisas (o nosso conhecimento da realidade), o qual pode ser verdadeiro ou falso, parcialmente verdadeiro ou parcialmente falso.

JESUS: CAMINHO, VERDADE E VIDA (CF. JO 14,6)

Mas, se a palavra “verdade” não é um nome concreto, por que Jesus teria afirmado ser “a Verdade” (cf. Jo 14, 6)?

É preciso esclarecer, com base em muitos estudiosos críticos da Bíblia, como os integrantes do Seminário de Jesus (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, p. 419), que o famoso versículo joanino, segundo o qual Jesus teria afirmado ser “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14, 6), não é de autoria do Jesus histórico, mas do evangelista João, que certamente o copiou da literatura sagrada do hinduísmo, mais especificamente, do livro *Bhagavad Gita*, onde Krishna, o filho de Deus, o verbo encarnado, o primeiro salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), cerca de quatro mil anos antes de Cristo, também declarava, como já foi dito, ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA**: “Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...]” (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11). Hórus (do Egito) também fazia a mesma declaração.

O CARÁTER SUPEREXCLUSIVISTA DE JOÃO 14,6

Este versículo, um dos mais citados em toda a literatura cristã, é superexclusivista. Por isso, precisamos fazer um forte alerta macroecumênico a respeito desse famoso versículo joanino, segundo o qual Jesus teria afirmado ser O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA. Imaginem quanta discriminação por parte dos cristãos, ao longo de toda a sua história, contra as outras religiões, exatamente com base em interpretações literais e exclusivistas dos escritores do Novo Testamento (NT), a respeito de palavras inautênticas atribuídas a Jesus, como as desse famoso versículo joanino (cf. SOUZA, 2011a, Questão nº 3).

Se Jesus é o caminho, não há outro caminho, ou seja, ficam excluídas automaticamente todas as pessoas que seguem outros líderes religiosos e outras religiões. Nesse sentido, o *slogan* tão repetido neste livro e em todos os meus outros livros ecumênicos (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**) perde totalmente o seu sentido pluralista, em favor de uma interpretação altamente exclusivista a respeito da pessoa de Jesus.

Imaginem que dois terços da humanidade (hoje mais de 4 bilhões de seres humanos não cristãos) ficariam todos excluídos, caso passagens evangélicas exclusivistas como essa fossem realmente

autênticas. Em outras palavras, para os cristãos exclusivistas, baseados num Evangelho também superexclusivista, como o de João, só há um caminho e uma só religião. Se Jesus é a verdade, todos os outros caminhos tornam-se automaticamente “falsos”. Se Jesus é a vida, quem não o segue está “morto”, está “perdido” e “condenado” às penas eternas, conforme a interpretação da maioria dos cristãos. É mais do que evidente que o Jesus histórico jamais tenha sido o autor desse versículo joanino.

Esse famoso versículo foi (e continua sendo) a grande lógica para o *slogan* exclusivista: FORA DE CRISTO NÃO HÁ SALVAÇÃO (ou, mais restritamente, FORA DA IGREJA, NÃO HÁ SALVAÇÃO), uma vez que Jesus não apenas seria o caminho, a verdade e a vida, e ninguém iria ao Pai a não ser por ele, mas também teria fundado uma Igreja e entregue exclusivamente a Pedro as chaves do Reino dos Céus (cf. Mt 16,18-19). A interpretação exclusivista desse versículo joanino tem apoiado a pretensão do cristianismo institucional de ser “a única fé verdadeira para toda a humanidade” (DRCO, verbete **cristianismo**), todas as demais religiões sendo automaticamente classificadas como “marginais” ou “falsas” (cf. DRCO, p. 379).

TEORIAS DA VERDADE

As teorias mais difundidas da “verdade” são três:

1) a teoria da “correspondência”; 2) a teoria da “coerência” e 3) a teoria “pragmática” da verdade.

Segundo a primeira teoria, “a verdade consiste na correspondência de nossas descrições da realidade com a própria realidade” (WIEBE, 1998, p. 134). A teoria da “coerência”, no dizer do mesmo autor, “distingue enunciados verdadeiros de falsos mediante referência a seu acordo ou desacordo com o corpo de nosso conhecimento já aceito” (ibid., p. 134). E a teoria “pragmática” da verdade avalia a veracidade ou falsidade de uma doutrina “fazendo referência à sua ‘utilidade’: idéias são verdadeiras se funcionam” (ibid.).

Segundo a teoria pragmática da verdade, tudo o que funciona para mim, tudo o que me é útil, é verdade. Logo, nesse sentido subjetivo e funcional de verdade, toda religião é “verdadeira” e “boa” para os seus adeptos, pois toda religião é útil aos seus seguidores. As teorias da “coerência” e “pragmática” da verdade têm seu devido valor na *dimensão subjetiva/funcional* da religião, não, porém, na sua *dimensão*

objetiva, porquanto uma doutrina pode ser *útil, coerente*, ou até mesmo necessária aos seus adeptos (do ponto de visto subjetivo e/ou evolutivo), mas pode ser “falsa” (ou “parcialmente falsa”) do ponto de vista objetivo de suas verdades doutrinárias.

A VERDADE RELIGIOSA

A “verdade religiosa” é definível ou indefinível? Wiebe (p. 84-85) esclarece que, para muitos, a “verdade religiosa” é vista simplesmente como “um mistério” e, logo, indefinível. No entanto, mesmo os que sustentam a impossibilidade de definir a “verdade religiosa”, por ser misteriosa, pessoal, mística, mítica, existencial, íntima, subjetiva, um termo de valor etc., defendem, porém, paradoxalmente, que suas crenças são absolutamente verdadeiras e que as demais crenças são falsas, ou seja, não escapam de fazer uma avaliação crítica sobre a veracidade de suas crenças e sobre a suposta falsidade das demais.

Na concepção desse mesmo autor, adotada neste livro,

a verdade religiosa é, em primeiro lugar, um conceito cognitivo. [...] A verdade na religião e/ou a “verdade religiosa” refere-se, num sentido muito básico, à verdade ou falsidade de proposições ou pretensões de crenças religiosas. [...] Logo, falar sobre a verdade da religião é, num sentido muito fundamental, falar da verdade e/ou falsidade de tipos específicos de crenças, doutrinas etc. (WIEBE, p. 169).

UNICIDADE DA VERDADE

Uma questão polêmica na literatura religiosa é se a verdade é “una” ou “múltipla”, “absoluta” ou “relativa”.

Como já foi esclarecido, o termo “verdade” não exprime uma “coisa”, mas o nosso “conhecimento” da realidade, o qual é normalmente limitado, parcial, relativo, aproximativo, uma vez que cada um só vê e entende as coisas de acordo com o seu nível de compreensão. Mesmo em se tratando da “verdade religiosa”, nenhuma religião pode pretender já ter alcançado o seu pleno conhecimento. Só Deus conhece toda a verdade, ou melhor, só Deus possui o conhecimento absoluto de toda a realidade. Mas afirmar que nosso conhecimento da verdade, ou seja, da realidade, é geralmente limitado, gradual, aproximativo, relativo, dependendo do grau de evolução de cada pessoa e de cada

coletividade, não significa dizer que a verdade em si mesma não seja UNA, mas MÚLTIPLA. A verdade, em seu significado objetivo, é una, mas nosso conhecimento dela, por ser normalmente aproximativo e parcial, é múltiplo, uma vez que cada pessoa (e cada coletividade) tem um grau diferente de conhecimento da mesma realidade. Esse “relativismo”, contudo, não significa “ceticismo”, ou seja, a impossibilidade de conhecermos a verdade (a realidade). Nas palavras do escritor João Batista Roustaing,

a verdade é relativa aos tempos e às necessidades das épocas. É una, porém mais ou menos *encoberta*, não se *desenvolvendo* aos olhares humanos senão à medida que o homem a pode suportar e compreender. Quanto mais o espírito se eleva, tanto mais se lhe *rasgam* à vista os véus da verdade (ROUSTAING, 1989, p. 426).

Em síntese, a verdade é una, mas o seu conhecimento varia de acordo com o nível de entendimento de cada pessoa ou de cada grupo. Nesse sentido, o que é verdade para uma criança, pode não ser para um adulto; o que ontem era verdade para alguém, hoje pode ser visto como erro; e o que hoje é verdade para alguém, amanhã poderá ser visto como erro. É a lei da relatividade epistemológica: todo conhecimento é relativo ao grau de evolução de cada pessoa ou de cada grupo.

Eis aí a razão pela qual cada religião ou seita se julga possuidora única da verdade, o que se explica pelo nível de conhecimento relativo em que cada uma se encontra, de acordo com suas necessidades evolutivas e/ou cármicas.

Isso não significa dizer que não devemos buscar continuamente um conhecimento mais profundo da “verdade religiosa”, sobretudo através do diálogo aberto, instrumento indispensável para as religiões poderem evoluir sempre mais no conhecimento da verdade, a qual vai se revelando, progressivamente, àqueles que a buscam sinceramente.

VERDADE CIENTÍFICA X VERDADE RELIGIOSA

É preciso fazer uma distinção entre “verdade científica” e “verdade religiosa”. A verdade científica é um juízo conformado a uma dada realidade e relativamente aceito por todos. Exemplos: “A água ferve a 100 graus centígrados”; “a Terra gira em torno do Sol”. Se negarmos

essas sentenças, teremos afirmações cientificamente falsas, teremos o “erro científico” que é o oposto da “verdade científica”.

A “verdade religiosa” (ou a “verdade das religiões”), diferentemente da “verdade científica”, é um juízo que pode ou não ser conformado a uma dada realidade, ou seja, pode ou não ser “verdadeiro” e, por conseguinte, não é aceito por todos. É um ponto de vista, uma opinião (ou um mito) que não convence a todos, mas somente aos adeptos de determinado credo religioso. Exemplos: “O homem é salvo unicamente pela fé”; “a Bíblia é infalível (isto é, não contém erros)”.

AVALIAÇÃO DA VERACIDADE DE DOCTRINAS RELIGIOSAS

Outra questão polêmica no estudo das religiões é saber se é possível e lícito avaliar a “veracidade” ou “falsidade” de doutrinas religiosas.

Muitos estudiosos das religiões (cf. WIEBE, cap. 1) alegam que, num estudo científico das religiões, não é possível tal empreendimento e, mesmo que o fosse, não se teria o direito de abordar o problema da verdade ou falsidade de doutrinas religiosas, uma vez que a verdade religiosa, situando-se particularmente no plano do mito, não é racional nem empiricamente demonstrável (cf. ARMSTRONG, 2001).

Em outras palavras, muitos defendem a noção de que a religião não pode submeter-se a julgamentos racionais, porque ela não trata de fatos objetivos, mas de valores existenciais, pessoais, íntimos, subjetivos, internos, ocultos, esotéricos, míticos. Existe até o *slogan* “não procurem pela verdade da religião, e sim pela verdade sobre a religião” (WIEBE, p. 9-10). Mas, nesse caso, o estudo das religiões reduzir-se-ia a mera descrição fenomenológica de suas crenças, de seus mitos, de seus rituais etc. (“a verdade sobre a religião”), sem nenhuma avaliação crítica a respeito da veracidade ou falsidade de suas proposições doutrinárias (“a verdade da religião”).

Todavia, se, por um lado, não se pode negar o aspecto *esotérico* (mítico, oculto, íntimo, místico, interior, pessoal, existencial, subjetivo etc.) das religiões, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que elas possuem um caráter *exotérico* (explícito, externo, histórico, público, objetivo, doutrinário etc.) pelo seu caráter social de “produto humano”. Nesse sentido, tem muita razão Donald Wiebe, ao defender a tese segundo

a qual é precisamente o aspecto exotérico (público, doutrinário) das religiões que pode e deve ser estudado e avaliado criticamente pelo estudioso científico das religiões. No dizer desse mesmo autor, “a questão relativa a se as crenças religiosas são verdadeiras ou não é de extrema importância para o estudo acadêmico ou científico da religião” (WIEBE, p. 171).

Allan Kardec, como já vimos neste livro (cf. citação da p. 59), declara que “quando a fé se firma no erro, cedo ou tarde desmorona. Aquela que tem a verdade por base é a única que tem o futuro assegurado, [...]”.

O NÍVEL GRADATIVO DAS REVELAÇÕES RELIGIOSAS

As revelações religiosas de Deus à humanidade são feitas gradativamente, em tempos e lugares diferentes, de acordo com o nível de maturidade moral e intelectual dos homens no desenrolar da História. Por isso, nenhuma religião particular pode, em nenhum tempo e lugar, julgar-se dona absoluta e exclusiva da verdade religiosa. Deus se revelou no passado, continua se revelando no presente e certamente continuará a se revelar no futuro, enviando seus mensageiros à Terra para mostrar aos habitantes deste planeta novas facetas da verdade, ou melhor, da realidade, hoje ocultas para eles, por não terem ainda condições de compreendê-las. É, portanto, um grande mito a crença da maioria dos cristãos, segundo a qual a Revelação feita por Deus aos cristãos foi exclusiva e definitiva. Esse mito, como veremos no capítulo 7 deste livro, não encontra nenhum apoio na história das religiões.

AUTENTICIDADE DAS REVELAÇÕES

Uma outra questão religiosa é saber se todas as supostas “verdades religiosas” foram realmente reveladas, ou se algumas não passam de invenções da imaginação humana.

É sempre necessário tentar distinguir a verdade do erro, o que não é fácil. Muitas supostas “verdades reveladas” de várias religiões e seitas podem ser apenas criações fantasiosas da imaginação humana, que, mais cedo ou mais tarde, serão desmascaradas, pois, conforme o adágio popular, “a mentira tem as pernas curtas”, e a luz da verdade verdadeira, mais cedo ou mais tarde, brilhará nos corações e na inteligência dos homens, fazendo-os distinguir a verdade do erro, também em matéria de religião.

REVELAÇÕES CONTRADITÓRIAS

Como justificar contradições nas revelações supostamente divinas? Será que foi tudo mesmo revelado? Quem garante que foi Deus mesmo (ou um mensageiro divino) que revelou determinadas verdades? A literatura antiga e a história das religiões está cheia de mitos e lendas sobre supostas revelações divinas. Quem pode assegurar que tais revelações sejam, de fato, todas verdadeiras? Quem pode garantir que não houve deturpações em suas transmissões (como acréscimos, cortes, alterações etc., com fins puramente apologéticos)?

É preciso, de fato, ter muito discernimento e estudo para poder distinguir a verdade do erro, mesmo em se tratando de revelações supostamente divinas. É certo que existem verdades religiosas autenticamente reveladas, mas o homem, no estágio evolutivo atrasado em que se encontra, ainda tem muitas dificuldades em distinguir o erro da verdade. Daí, a necessidade do diálogo entre as religiões ou entre denominações diferentes de uma mesma religião para que seus seguidores se aprofundem sempre mais no conhecimento da verdade.

IMPOSSIBILIDADE DE DOCTRINAS CONTRADITÓRIAS SEREM IGUALMENTE VERDADEIRAS

Partindo do princípio de que a verdade em si mesma é uma, se uma religião, em sua dimensão doutrinária, objetiva, nega o que outra afirma, ambas não podem ser igualmente verdadeiras. Diante desse impasse, existem, entre outras, as seguintes possibilidades lógicas: 1) uma só religião está certa e todas as demais estão erradas; 2) todas não podem estar igualmente certas, mas todas podem estar igualmente erradas; 3) todas podem estar parcialmente certas (ou parcialmente erradas – essa é a alternativa mais provável); 4) uma pode estar mais certa que outras; 5) uma pode estar totalmente errada em alguma crença e certa em outras. Essas várias possibilidades lógicas obviamente enfraquecem a pretensão de uma religião de ser a única verdadeira.

CAPÍTULO 5

CONCEITO DE DEUS

Como os mitos religiosos estão intimamente relacionados com a compreensão humana da divindade, abordarei, neste capítulo, uma série de questões sobre o conceito de Deus. Na opinião de muitos autores, depois da categoria “verdade”, o conceito de Deus (ou da divindade) tem sido um dos maiores fatores de conflitos e divisões entre as religiões, principalmente entre o cristianismo mítico e as demais religiões ou filosofias deste planeta.

Se, por um lado, todas as religiões acreditam na existência de um ser superior, ou seja, numa inteligência suprema, infinita, causa primária de todas as coisas, não importando o nome pelo qual é chamado (Jeová, Deus, Bramã, Alá, Grande Foco, Grande Arquiteto do Universo, Alma do Universo, Tupã, Obatalá etc.), por outro lado, as questões acerca da natureza de Deus ou do divino estão certamente entre as principais causas de conflitos e divisões entre as religiões.

IMPOSSIBILIDADE DE DEFINIR DEUS

É inteiramente impossível ao ser humano, no estágio atrasado atual de sua evolução, ter uma ideia perfeita da divindade e, portanto, todas as suas tentativas a esse respeito são apenas pobres aproximações com o uso de seus limitados conhecimentos e de sua limitada linguagem. No correto dizer do filósofo italiano Pietro Ubaldi,

Deus, sendo infinito, não pode ser definido, porque definir significa limitar, delinear, em relação a certos pontos de referência. Ora, o infinito não pode ser limitado e não existem pontos de referência para o absoluto que abarca tudo (UBALDI, 1957, p. 59).

Inúteis são, portanto, as inúmeras discussões, brigas e divisões religiosas em torno da natureza de Deus, como sempre ocorreu (e continua ocorrendo) neste planeta, particularmente na história das relações do cristianismo com as outras religiões ou filosofias.

LINGUAGEM ANALÓGICA / METAFÓRICA SOBRE DEUS

Como foi esclarecido no segundo capítulo deste livro, o ser humano só pode falar sobre Deus fazendo uso dos recursos limitados que sua linguagem humana lhe oferece: figuras de linguagem, comparações, parábolas, analogias, metáforas, mitos etc.

Mais explicitamente, como já diziam os filósofos e teólogos escolásticos, particularmente Santo Tomás de Aquino (cf. HICK, 1990, p. 83-84), toda linguagem humana sobre Deus é sempre *analógica* (fundada na “analogia”), ou seja, é a expressão do desconhecido e do inexprimível em termos do conhecido. Por exemplo, quando dizemos que Deus é “nosso Pai”, não estamos afirmando que ele é *literalmente* “nosso Pai”, mas que ele possui em altíssimo grau as qualidades positivas de um pai terreno. Por isso, é somente por linguagem analógica (metafórica, poética, alegórica, antropomórfica) que dizemos que “Deus é nosso Pai”, ou que “Deus é um ser pessoal” etc. Mas Deus não é literalmente “nosso Pai”, ou literalmente “uma pessoa”, mesmo admitindo que ele possua, em altíssimo grau, os atributos paternos e pessoais. Quando dizemos, analógica, metafórica, poética e antropomorficamente, que “Deus é Pai”, estamos querendo afirmar, com David Tracy, que Ele “é como um pai” (TRACY, 1992, p. 108) (sublinhado meu).

A respeito do modo analógico e simbólico de o homem falar de Deus, como “pessoal”, John Hick nos dá o seguinte esclarecimento:

Muitos teólogos falam de Deus como “pessoal”, e não como “uma Pessoa”. Falar de Deus como “uma Pessoa” é um *antropomorfismo*, do grego *anthropos*, homem, e *morphé*, forma – “em forma de homem”. Falar de Deus como “pessoal” significa dizer que ele não é uma “Pessoa”, mas possui qualidades “pessoais” (HICK, 1990, p. 11).

Para falar sobre a natureza de Deus, o cristianismo e o judaísmo sempre fizeram uso de muitas metáforas, como (entre outras): *Rei, Pastor, Pedra, Senhor, Luz, Verdade, Sabedoria, Amor*, embora a metáfora básica para conceituar Deus no cristianismo sempre tenha sido **AMOR**: “Deus é Amor” (1Jo 4,16). Sobre essa metáfora básica do cristianismo, vejamos o que nos informa David Tracy, fazendo uma aplicação da noção de “verdade metafórica” de Paul Ricoeur:

A declaração metafórica “Deus é amor” deve ser entendida no contexto do amplo espectro de metáforas alternativas para “Deus” empregadas no Velho e Novo Testamentos. [...] **A declaração “Deus é amor” não diz literalmente o que Deus é, mas *produz* um sentido metafórico para como Deus é.** Nesse sentido redescritivo, a declaração define, para os cristãos, o que Deus é (TRACY, *ibid.*, p. 107-108) (negrito meu).

RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE DEUS

Para a grande maioria dos religiosos, o correto conceito de Deus (ou da divindade) é a questão mais importante para a evolução espiritual da humanidade. Discordo dessa posição.

As preocupações metafísicas sobre a natureza da divindade são irrelevantes para a evolução espiritual da humanidade, pelo menos no presente estágio evolutivo atrasado em que ela se encontra, uma vez que essas preocupações só têm servido para dividir cada vez mais as religiões, quando há coisas muito mais importantes com as quais elas deveriam se preocupar, como a busca da paz, da fraternidade e do amor ao próximo. Assim, em vez de os cristãos dogmáticos se preocuparem tanto com o conceito mítico de seu Deus Uno e Trino, causa de inúmeros conflitos entre eles e, mais ainda, entre eles e os seguidores de outras religiões, fato por demais comprovado pela história do cristianismo, eles deveriam se preocupar muito mais com a paz, a fraternidade e o amor que Jesus lhes ensinou, mas que a maioria deles ainda não pôs em prática.

ORIGEM DO TERMO “DEUS”

A palavra “Deus” não nasceu de uma especulação filosófica, mas surgiu analógica e metaforicamente, uma vez que o termo “Deus”, conforme esclarece o escritor católico Aldo Natale Terrin, é de origem indo-européia, derivado da raiz sânscrita *div-*, que significa *luz, esplendor, dia* (cf. TERRIN, 2003, p. 91). Como já vimos, o termo “LUZ” é uma das metáforas básicas do judaísmo e do cristianismo para conceituar a natureza de Deus.

POLITEÍSMO X MONOTEÍSMO

Politeísmo (do grego *polýs*, ‘muitos’, e *theós*, ‘deus’) é a crença mítica em muitos deuses, comum a todas as civilizações antigas (por

ex., Índia, Egito, Grécia e Roma). **Monoteísmo** (do grego *mónos*, 'único', e *theós*, 'deus') é a crença em um só Deus (por ex., Javé, o Deus dos judeus e Alá, o Deus dos muçulmanos).

As religiões monoteístas alimentam a falsa pretensão de ser superiores às religiões politeístas. Defendo, ao contrário, a ideia de que a verdadeira religião não consiste na crença em um só Deus (monoteísmo) ou em muitas divindades (politeísmo), mas em se viver o amor. Logo, nessa perspectiva pluralista, tanto as crenças monoteístas como as politeístas têm o mesmo valor. Aliás, é melhor ser politeísta e praticar o amor do que ser monoteísta e alimentar preconceitos contra aqueles que adoram muitas divindades.

PANTEÍSMO

Panteísmo (do grego *pan-*, 'tudo' e *theós*, 'deus') é a doutrina segundo a qual Deus é a única realidade, *imanente* (mas não *transcendente*) a tudo o que existe: **tudo é Deus e Deus é tudo**. Para o panteísmo, o universo não está separado de Deus. O panteísmo nega, portanto, a *transcendência* de Deus e, logo, a sua dimensão *pessoal*. Para o panteísmo, Deus é totalmente *impessoal*.

Não posso concordar com o panteísmo, porque, segundo a minha visão, Deus é *imanente* e *transcendente*. Como imanente, Ele é *impessoal*, mas como transcendente, Ele é *pessoal*, não no sentido de que Ele seja uma *PESSOA*, mas no sentido de que Ele possui *aspectos* (ou *qualidades*) *pessoais* e *impessoais*.

DUALISMO

Dualismo (de dual + -ismo) é a teoria segundo a qual tudo o que existe se baseia em dois princípios opostos (separados um do outro), como: espírito/matéria, corpo/alma, bem/mal, dia/noite, Criador/criatura etc. Para o dualismo, em oposição ao panteísmo, o universo está separado de Deus, sendo Deus *transcendente* (mas não *imanente*) à natureza. Logo, para o dualismo, Deus é totalmente pessoal (uma pessoa, um indivíduo). Também não há como concordar com este dualismo, pois, como afirmado na seção anterior, segundo o ponto de vista que defendo, Deus é *imanente* e *transcendente*, *pessoal* e *impessoal*.

MONISMO

Monismo (de *monos* = *um só, único*) é a doutrina que afirma a existência de um princípio único no universo. Opõe-se tanto ao panteísmo quanto ao dualismo. Segundo Huberto Rohden, o monismo está

equidistante do **dualismo** da teologia ocidental e do **panteísmo** de certas filosofias orientais. [Para o monismo], todos os mundos estão em Deus, e Deus está neles; mas o mundo não é idêntico a Deus nem está separado de Deus (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 63, nota 41) (negrito do autor).

Em outras palavras, para esse tipo de monismo, chamado de **monismo cósmico**, oriundo da filosofia hindu, descrito no livro *Bhagavad Gita*, “o mundo causado é a **existência**, mas não a **essência** causante de Brahman” (ibid., p. 90, nota 63) (negrito do autor). Ou seja, como **existência**, Deus é **imanente** em tudo, mas, como **essência** Ele é **transcendente** a todas as coisas. Eis como Huberto Rohden explica o termo “cosmos”, do qual se deriva o adjetivo “cósmico”:

Quando dizemos “cosmos”, não nos referimos ao mundo material, mas à **alma do Universo, que as religiões chamam Brahman, Tao, Yahveh, Deus**. O grande filósofo monista Spinoza escreveu: “**Deus é a alma do Universo e o Universo é o corpo de Deus**” (ROHDEN, *Rumo à Consciência Cósmica*, p. 44) (negrito meu).

MONISMO DUALISTA

Monismo dualista (ou **dualismo monista**) é a doutrina do filósofo Pietro Ubaldi, que procura conciliar o *dualismo* com o *monismo*, argumentando que os opostos são partes complementares da mesma unidade: “**A unidade é um par. O universo é monismo em seu conjunto, dualismo no particular**” (UBALDI, 1992, p. 126) (negrito do autor).

Com este monismo, Ubaldi foi tachado de *panteísta*. Em seu livro *Deus e Universo* (UBALDI, 1987, p. 211), ele afirma que o seu monismo foi erroneamente confundido com o panteísmo (doutrina que só vê o aspecto imanente da divindade). Nessa mesma obra (p. 208), ele defende a ideia de que, no seu monismo dualista, contudo, Deus é ao mesmo tempo transcendente e imanente à natureza, sendo, respectivamente, pessoal e impessoal (ou seja, como transcendente, Deus é pessoal, mas, como imanente, Ele é impessoal).

Como Spinoza, Ubaldi igualmente concebe Deus (em seu aspecto imanente) como a Alma do Universo, ou seja, como aquele princípio consciente que dá vida ao universo (cf. UBALDI, 1987, p. 205-206).

Sou simpatizante do conceito monista de Deus, particularmente do conceito monista-dualista da divindade, o qual admite sua *imanência* e *transcendência*, bem como seus aspectos *pessoais* e *impessoais*, não no sentido de que Ele seja uma *PESSOA* e, menos ainda, *três pessoas*, mas no sentido de que Ele possui *aspectos (atributos, qualidades) pessoais e impessoais*.

DITEÍSMO, DEÍSMO, TEÍSMO, ATEÍSMO E HENOTEÍSMO

Diteísmo é a doutrina mítica que admite *dupla divindade*. Em outras palavras, é uma forma radical de dualismo que admite *dois deuses* ou *dois princípios eternos*: o deus do bem e o deus do mal. O diteísmo foi adotado por várias religiões antigas, entre elas o *maniqueísmo*. **Deísmo** “é o sistema ou atitude dos que, rejeitando toda espécie de revelação divina, e portanto a autoridade de qualquer Igreja, aceitam, todavia, a existência de um Deus, destituído de atributos morais e intelectuais, e que poderá ou não haver influído na criação do Universo” (AURÉLIO, verbete **deísmo**). **Teísmo** “é a doutrina que admite a existência de um deus pessoal, causa do mundo” (AURÉLIO, verbete **teísmo**). **Ateísmo** é a doutrina oposta ao **teísmo**, ou seja, é a negação da divindade. **Henoteísmo** é a crença em um Deus enquanto se admite o poder de outros deuses: “Com frequência, o monoteísmo tomou a forma de elevação de um Deus acima de todos os outros, mas não os excluindo” (WOODWARD, 2000, p. 33), como ocorreu no judaísmo antigo.

TRINDADE X UNITARISMO

Trindade é a crença mítica numa tríplice divindade, comum a muitas religiões deste planeta, particularmente da Índia e do Egito antigo. Para o cristianismo mítico, a **Trindade** é o dogma que proclama a união de três pessoas distintas – Pai, Filho e Espírito Santo – formando um só Deus. Sua explicitação categorial deu margem a longas e árduas discussões na Igreja primitiva. Essa concepção mítica do Deus uno e trino dos cristãos sempre foi (e continua sendo) uma das principais

causas de numerosos conflitos ideológicos sobretudo entre cristãos e não cristãos. (Mais detalhes sobre o mito da Trindade Cristã serão fornecidos no capítulo 7 deste livro.)

Unitarismo é a concepção oposta à tese trinitária cristã, sustentando que em Deus há uma só pessoa. Essa concepção unitarista da divindade deu origem a uma “seita protestante do século XVI, que negava o dogma da Trindade Cristã, reconhecendo em Deus uma só pessoa” (AURÉLIO, verbete **unitarismo**). Segundo os autores do DER (verbetes **unitarismo**), “com a reação católica, muitos [unitaristas] foram condenados à morte [...]”. Contudo, ainda segundo os mesmos autores (ibid.), no século XIX, o movimento cresceu enormemente. Modernamente, os unitários pregam uma vivência espiritual semelhante à que foi ensinada por Jesus, resumida nos seus dois mandamentos: **amor a Deus e ao próximo**. Não é isso o que realmente importa para a evolução espiritual do ser humano?

CRISTO CÓSMICO, CRISTO PLANETÁRIO, CRISTO DA FÉ E JESUS HISTÓRICO (OU CRISTO HISTÓRICO)

Esses rótulos, aparentemente sinônimos, possuem, para muitos, diferentes significados e têm, por isso mesmo, ensejado muita polêmica, conflitos e divisões entre as religiões, principalmente entre o cristianismo institucional e outras religiões ou filosofias. Vejamos uma breve conceituação de cada expressão:

1) Cristo cósmico: no Movimento Nova Era (e também no esoterismo, no ocultismo e até mesmo na opinião de vários pensadores cristãos), existe o chamado “Cristo cósmico” ou “Cristo Universal”, distinto do “Cristo histórico” (ou “Jesus histórico”). O “Jesus histórico” seria uma dentre as muitas manifestações do “Cristo cósmico” ou “Cristo Universal”.

Segundo o Evangelho de João, o Cristo cósmico é o **Logos (Verbo)** que, no princípio, estava com Deus e pelo qual foram feitas todas as coisas. Para o apóstolo Paulo (cf. Cl 1, 15-20), o Cristo cósmico é o “primogênito de toda criatura”, tanto do mundo visível como invisível, anterior aos homens e aos anjos, porque por ele e para ele foram feitas todas as coisas.

O ex-padre jesuíta Huberto Rohden, em seu livro *Rumo à Consciência Cósmica* (s.d., p. 27-28), também distingue o *Cristo cósmico* do *Cristo histórico* (*Jesus de Nazaré* ou *Jesus histórico*). Segundo esse mesmo autor (ibid.), o “Cristo cósmico” pode ser também designado

pelas seguintes expressões: o “Eu divino em cada um de nós”, o nosso “Cristo Interno”, o “Pai em nós” e o “Reino de Deus no homem”.

Enquanto os seguidores da distinção entre o **Cristo cósmico** e o **Cristo histórico** (ou **Jesus histórico**) defendem, pluralisticamente, que o **Cristo cósmico** estaria presente não só no cristianismo, mas em todas as religiões do mundo, a grande maioria dos cristãos rejeita essa tese pluralista, confessando que não há distinção entre o **Cristo cósmico** e o **Cristo histórico** (ou **Jesus histórico**), argumentando que essa distinção constitui uma séria ameaça para a fé cristã tradicional (cf. AQUINO, 2002, p. 39).

2) Cristo planetário: há também alguns espiritualistas (por ex., RAMATÍS, 2001, p. 77ss) que distinguem o chamado “Cristo planetário” (o “Logos” ou “Cristo do planeta Terra”) do “Jesus histórico” (ou “Cristo histórico”), afirmando que o “Jesus histórico” é uma entidade *angélica*, enquanto o “Cristo planetário” é uma entidade *arcangélica*.

Em seu livro *O Evangelho à Luz do Cosmo*, Ramatís deixa bem claro que o *Jesus histórico* não é o *Cristo (planetário)* ou Deus:

Já é tempo de a humanidade entender que Jesus de Nazaré não é especificamente o Cristo, ou Deus, mas o sublime médium, o mais qualificado representante da Divindade na face da Terra, a fim de transmitir a mensagem libertadora do Evangelho! (RAMATÍS, 1996, p. 161-162)

Ramatís elucida ainda que o **Cristo planetário governa dentro da Lei do amor Universal**, tornando-se, por isso mesmo, sinônimo do Amor Universal (chamado também de “**Amor Crístico**”).

3) Cristo da fé: figura celeste/mítica (o **Jesus que é Deus e homem**), que, para a grande maioria dos cristãos, é o Filho Unigênito de Deus, ou melhor, o próprio Deus encarnado no ventre de Maria, por obra e graça do Espírito Santo, o único mediador entre Deus e os homens, o único salvador da humanidade pecadora (mediante sua morte e ressurreição), o fundador de uma nova e verdadeira religião – o “cristianismo dos cristãos” – e o fundador (segundo alegam os católicos) da única e verdadeira igreja (a Igreja Católica).

4) Jesus histórico (o Jesus que é só homem): a partir do final do século XVIII, com o surgimento dos estudos histórico-críticos dos evangelhos, tornou-se comum fazer uma distinção muito constrangedora para a maioria dos cristãos entre o **Cristo da fé** e o **Jesus histórico** (ou **Cristo histórico**). Os próprios cristãos pesquisadores, particularmente

os protestantes liberais, começaram a comprovar, mediante seus estudos, que se trata de dois personagens distintos. O primeiro é uma figura celeste a quem se atribui um papel mítico, sendo o próprio Deus que se encarnou miraculosamente no ventre de Maria, para salvar a humanidade, que fundou uma nova religião e uma igreja exclusivistas, enquanto o segundo é um personagem histórico, real, um profeta (um sábio), que nunca atribuiu a si mesmo os títulos míticos e exclusivistas de único Deus encarnado ou de único salvador da humanidade, mas que veio ensinar ao homem uma forma de vida capaz de o libertar do mal e conquistar o Reino de Deus, **mediante a vivência de um código de leis morais universais.**

O VERDADEIRO JESUS DE NAZARÉ

Segundo o meu ponto de vista, dentre os vários “Cristos” que foram conceituados na seção anterior (*Cristo cósmico, Cristo planetário, Cristo da fé e Cristo histórico/Jesus histórico*), o **Verdadeiro Jesus de Nazaré** identifica-se apenas com o último, ou seja, com o **Jesus histórico** (chamado também de **Cristo histórico** ou ainda **Jesus real**), um dentre os muitos mensageiros de Deus, enviado à Terra para pregar o Reino Universal do Amor de Deus e formar **UMA COMUNIDADE DE AMOR** (o chamado “cristianismo de Jesus” ou “cristianismo das origens”).

As distinções entre os vários “Cristos” que acabamos de conceituar, principalmente a distinção entre o “Cristo da fé” e o “Cristo histórico” (ou “Jesus histórico”), sempre causaram e continuam causando muitas polêmicas entre os cristãos e, mais ainda, entre cristãos e não cristãos.

Por isso, reafirmo que é necessário muito diálogo inter-religioso aberto e sincero entre cristãos e não cristãos, a fim de distinguir a **identidade real** de Jesus (o “Jesus real”) de sua **identidade mítica** (o “Jesus mítico”), ou seja, é preciso distinguir o **Jesus/Cristo da fé raciocinada** do **Jesus/Cristo da fé cega (pura ou racionalizada)**.

DEUS-PAI/DEUS-MÃE/DEUS-AMOR

Diferentemente da concepção antropomórfica do Deus vingativo e guerreiro do Antigo Testamento, o Jesus histórico falou durante sua vida terrena de **Deus-Pai**, cheio de amor com todas as criaturas. Por isso, muitos o chamam também de **Deus-Mãe**, para expressar-lhe os aspectos pessoais e maternos de carinho, dedicação e amor (**Deus-Amor**). Jesus

sempre enfatizou esse conceito analógico/metafórico de Deus, por ser o único que tem condições de unir as pessoas de diferentes religiões (ou de nenhuma confissão religiosa).

IMPLICAÇÕES ECUMÊNICAS E MACROECUMÊNICAS DA PLURALIDADE DE CONCEITOS SOBRE A DIVINDADE

A pluralidade de conceitos sobre Deus cria inegavelmente uma série de conflitos entre as religiões ou entre facções de uma mesma tradição religiosa, com a conseqüente excomunhão daqueles que não aderem ao conceito da divindade conforme o pensamento do poder religioso dominante.

Assim, por causa do conceito **monista cósmico** da divindade, Spinoza, tachado de “panteísta”, foi excomungado por sua religião (o judaísmo), apesar de ter sido um homem sábio e bom, e todos os seus discípulos sempre foram igualmente tachados de **panteístas** ou mesmo de **ateístas**. Einstein, outro grande homem que só fez o bem à humanidade, por ter aderido ao monismo cósmico de Spinoza, foi também discriminado e classificado por muitos cristãos como “ateu”. Pietro Ubaldi, considerado um grande precursor e apóstolo da Nova Era da Civilização do Amor, por ter defendido o “monismo dualista”, foi igualmente discriminado e sua maior obra, *A Grande Síntese*, foi condenada pelo Vaticano e colocada no *Index Librorum Prohibitorum* (‘relação dos livros de leitura proibida para os católicos’). Muitas religiões, seitas e filosofias, sobretudo as que foram buscar inspiração nas religiões e filosofias orientais, são igualmente acusadas pelos cristãos ortodoxos de serem “panteístas” e “reencarnacionistas”. Logo, não “servem”, de acordo com a visão estreita da maioria dos religiosos dogmáticos.

CAPÍTULO 6

INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA

A fim de entendermos melhor os mitos cristãos, é preciso abordarmos o tema polêmico da interpretação da Bíblia, objetivo do presente capítulo.

Alguém já afirmou, com muita razão, que “a Bíblia erroneamente compreendida é o pior inimigo da humanidade” (Elliot, apud ANDRADE, 1995, p. 8).

A interpretação da Bíblia cristã vem sendo objeto de sérias divergências, a partir do final do século XVIII, por causa do surgimento do **protestantismo liberal**, o qual causou uma verdadeira revolução copernicana no modo de interpretar a Bíblia, a qual era, até essa época, lida e entendida literalmente – ao pé da letra – como livro histórico. De modo particular, os relatos contidos nos quatro Evangelhos canônicos (Mateus, Marcos, Lucas e João) eram todos interpretados como eventos historicamente autênticos e absolutos a respeito das palavras e ações atribuídas a Jesus. Mas, com o Iluminismo (a Idade da Razão), iniciou-se a reviravolta hermenêutica e os Evangelhos passaram a ser lidos e estudados pelos protestantes liberais de maneira crítica, e não mais como relatos puramente históricos, o que vem causando, desde então, enormes conflitos e divisões entre os próprios cristãos.

GRUPOS RIVAIS DE CRISTÃOS NO MODO DE INTERPRETAR A BÍBLIA

A partir do surgimento do protestantismo liberal, pelo menos três grupos dissidentes de cristãos, fundamentados, respectivamente, nas três modalidades de fé (**fé raciocinada**, **fé cega racionalizada** e **fé cega pura**) definidas no terceiro capítulo deste livro, passaram a coexistir e a digladiar-se pelo monopólio da interpretação da Bíblia, particularmente dos Evangelhos:

1. O grupo dos **protestantes liberais**, que, há mais de 200 anos (desde o surgimento do protestantismo liberal no final do século XVIII até o presente), se interessa cientificamente pelo estudo crítico da Bíblia, particularmente pela busca do Jesus histórico (**o Jesus que é só homem**). Para atingir esse objetivo, esse grupo, a partir dos próprios relatos Evangélicos, procura separar a parte autenticamente histórica, referente ao Jesus histórico, dos aspectos fictícios (dogmáticos ou míticos), relacionados ao Cristo da fé (**o Jesus que é Deus e homem**). Esse grupo é pluralista, aberto ao diálogo e fundamentado na chamada “fé racionalista” (muito semelhante à “fé raciocinada” kardequiana).
2. O grupo da chamada **neo-ortodoxia protestante**, liderado por Karl Barth (1886-1968), teólogo protestante suíço, e Rudolf Bultmann (1884-1976), teólogo protestante alemão. Esse grupo, diferentemente do primeiro, tenta suprimir qualquer interesse real pelo Jesus histórico, justificando (mediante uma espécie de “fé cega racionalizada”) que a busca do Jesus histórico não é condição para assegurar a fé dos cristãos, uma vez que não é o Jesus histórico o objeto do querigma (ou seja do *anúncio*), mas o Cristo ressuscitado. Logo, basta o testemunho de fé da Igreja nascente em Cristo ressuscitado. Como já vimos, Bultmann, o maior líder do grupo, sempre defendeu a ideia de que os Evangelhos, se interpretados literalmente, nada mais são que uma coleção de mitos. Por isso, alega, basta “confiar” (ter “fé-confiança”) no testemunho de fé da Igreja nascente no “Cristo ressuscitado” (cf. ELIADE, 2006, p. 142; BULTMANN, 2004).
3. Em forte reação aos dois grupos anteriores, surgiu um terceiro grupo, o dos chamados **cristãos fundamentalistas**, que dá continuidade, de maneira muito mais radical, à velha postura tradicional, anterior ao último quartel do século XVIII, de interpretar todos os textos bíblicos em “chave histórica”, ou seja, de interpretar a Bíblia de maneira literal e exclusivista, como “Palavra de Deus”, inquestionável, isenta de qualquer erro. Esse grupo obviamente guia-se por uma “fé totalmente cega” e, muitas vezes, até fanática, sendo, portanto, radicalmente exclusivista e fechado a qualquer tipo de diálogo ecumênico ou inter-religioso.

Nas palavras de Leonardo Boff,

a tese dos fundamentalistas no âmbito religioso é afirmar que a Bíblia constitui o fundamento básico da fé cristã e deve ser tomada ao pé da letra (o fundamento de tudo para a fé protestante é a Bíblia). Cada palavra, cada

sílaba e cada vírgula, dizem os fundamentalistas, é inspirada por Deus. Como Deus não pode errar, então tudo na Bíblia é verdadeiro e sem qualquer erro. Como Deus é imutável, sua Palavra e suas sentenças também o são. Valem para sempre (BOFF, 2002, p. 13).

O EXCLUSIVISMO DOS AUTORES BÍBLICOS

Os próprios autores da Bíblia são altamente exclusivistas e fundamentalistas, porque postulam a ideia de que a Bíblia judaico-cristã é a única revelação dada por Deus aos homens, que Israel é o único “povo santo” escolhido por Deus para intermediar a salvação entre Deus e os homens, que o Deus de Israel é o único Deus verdadeiro: “Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único” (Dt 6,4); que Jesus é o único salvador, “pois não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4, 12), o único caminho e a única verdade, que com ele se encerrou definitivamente toda a Revelação divina, que a religião supostamente fundada por ele é a única religião verdadeira e que a igreja também supostamente fundada por ele é a única igreja verdadeira etc.

Dentre os autores do Novo Testamento, o apóstolo Paulo é, sem dúvida alguma, o “pai” dos fundamentalistas atuais, porquanto ele é superexclusivista, para o qual não há outro Evangelho além do que ele atribui ao Cristo da fé (cf. Gl 1, 6-9) e nenhuma outra doutrina verdadeira além da que ele lhe atribui, sentenciando inclusive com “anátema” (ou seja, com excomunhão, maldição ou condenação) a quem aderir a outro Evangelho ou a outra verdade. Uma das suas preocupações constantes em quase todas as suas epístolas é defender a “sã doutrina” (ou seja, a doutrina cristã exclusivista e mítica que ele mesmo criou e atribuiu ao Cristo da fé) e refutar aqueles que a contradizem (os “falsos profetas”, na linguagem de Mt 7,15; 24, 11-12, 24). Em sua visão exclusivista, fundamentalista e mítica, não há, portanto, espaço algum para o debate ou diálogo em torno da suposta “sã doutrina” que ele atribui a Jesus – não obviamente a doutrina do “Jesus histórico” (**o Jesus que é só homem**), mas a doutrina mítica do “Cristo da fé” (**o Jesus que é Deus e homem**). Vejamos algumas passagens extraídas de suas cartas, ou melhor, de epístolas a ele atribuídas:

Admiro-me que tão depressa abandoneis aquele que vos chamou pela graça de Cristo, e passeis a outro Evangelho. Não que haja outro, mas há alguns

que vos estão perturbando e querendo corromper o Evangelho de Cristo. Entretanto, se alguém – ainda que nós mesmos ou um anjo do céu – vos anunciar um Evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema. (Gl 1, 6-9)

Tomai cuidado para que ninguém vos escravize por vãs e enganosas especulações da “filosofia”, segundo a tradição dos homens, segundo os elementos do mundo, e não segundo Cristo. (Cl 2, 8)

Se alguém ensinar uma outra doutrina . . . , é porque é cego, nada entende, é um doente à procura de controvérsias e discussões de palavras. (1Tm 16, 3-4)

... é preciso evitar as discussões de palavras: elas não servem para nada, a não ser para a perdição dos que as ouvem. (2Tm 2, 14)

Pois virá um tempo em que alguns não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, segundo os seus próprios desejos, como que sentindo comichão nos ouvidos, se rodearão de mestres. Desviarão os seus ouvidos da verdade, orientando-os para as fábulas. (2Tm 4, 3-4)

Seja ..., de tal modo fiel na exposição da palavra para que seja capaz de ensinar a sã doutrina como também de refutar os que a contradizem. (Tt 1, 8-9)

... não fiquem dando ouvidos a fábulas judaicas ou a mandamentos de homens desviados da verdade. (Tt 1, 14)

Evita controvérsias insensatas, genealogias, discussões e debates sobre a Lei, porque para nada adiantam, e são fúteis. (Tt 3, 9)

Sê tu mesmo um exemplo de conduta, íntegro e grave na exposição da verdade, exprimindo-te numa linguagem digna e irrepreensível, para que o adversário, nada tendo que dizer contra nós, fique envergonhado. (Tt 2, 7-8)

Pois Deus é um só, e um só também o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos. (1Tm 2,6)

O MITO DA BÍBLIA INTEIRA COMO “PALAVRA DE DEUS”

Os cristãos fundamentalistas interpretam *literalmente* a Bíblia como “Palavra de Deus” e, por conseguinte, conforme essa crença mítica, tudo na Bíblia é isento de erro ou contradição. Comprovaremos neste capítulo que a Bíblia contém muitos erros, contradições e incoerências.

Apesar de a Bíblia conter muitíssimos ensinamentos úteis, nem tudo o que nela se encontra é “Palavra de Deus”, pois ela, se interpretada em “chave histórica”, contém, de fato, muitas passagens errôneas e contraditórias. Um dos maiores erros da grande maioria dos cristãos, principalmente dos fundamentalistas, é defender, a ferro e fogo, que a Bíblia inteira é a “Palavra de Deus”, divinamente inspirada, dela nada podendo ser retirado, nem acrescentado, nem sequer uma vírgula. Vale transcrever aqui o comentário do escritor espírita Jayme Andrade:

Desde o berço é inculcada a ideia de que a Bíblia é a Palavra de Deus, e a Palavra de Deus não erra; é pecado sequer entreter dúvida a esse respeito. Entretanto, é essa aceitação errônea que tem trazido a confusão e que explica a multiplicidade de seitas entre os protestantes, cada seita interpretando a Bíblia segundo o seu ponto de vista e julgando-se a única depositária da verdade (ANDRADE, 1995, p. 213).

CONTRADIÇÕES E PARCIALIDADES NO ANTIGO TESTAMENTO (AT)

O Antigo Testamento (AT) da Bíblia judaico-cristã, se interpretado ao pé da letra, contém em si mesmo muitas contradições e parcialidades. Vejamos alguns exemplos (confira-os em sua Bíblia).

Se, de um lado, o AT fala, por exemplo, de um Deus que proíbe matar (Ex 20, 13), de outro lado, ele declara que esse mesmo Deus, chamado no AT de Javé (ou Jeová), determina a pena de morte, a vingança e a violência, em muitas outras passagens (cf. Ex 21,12-17; Ex 22,18; Ex 32, 27-28; Ex 32,5; Ex 34, 5-7), chegando mesmo ao ponto de ordenar que os judeus, em terra inimiga, devem matar não somente todos os homens e mulheres, mas até as aves, os peixes e os animais (cf. Dt 20, 10-14; Dt 20,16; Ex 32,27; Ex 32, 28 e 35; Dt 13, 6/9; Dt 13, 12/15). Essas passagens, por conseguinte, por serem contraditórias, não podem ser “Palavras de Deus”, mas “palavras de homens”.

Sabemos que não é Deus quem fala nessas passagens (“Palavra de Deus”), mas é apenas o legislador humano (o autor sagrado – “palavra do homem”) que põe na boca de Deus essas ordens para fazer com que elas adquiram maior autoridade e força perante o povo hebreu. Por conseguinte, não pode ter sido Deus quem inspirou tudo quanto se acha escrito na Bíblia.

Vejamos outro exemplo de contradição no Antigo Testamento: em Ezequiel (Ez 18,20) está escrito: “O filho não sofre o castigo da iniquidade do pai, como o pai não sofre o castigo da iniquidade do filho”. Então, como aceitar a doutrina cristã tradicional, segundo a qual a Humanidade inteira está pagando pelos erros de um só homem (Adão) e de uma só mulher (Eva)?

Além disso, esta afirmação de Ezequiel está em frontal contradição com esta passagem do Livro do Êxodo (Ex 20,5): “Eu Javé, teu Deus, sou um Deus ciumento, que vingo a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam...”

Como conciliar a misericórdia e o amor de Deus com sua suposta “vingança e castigo da falta dos pais nos filhos e netos” (Ex 34, 7)? Como podem os filhos e netos pagarem pela falta dos pais e avós? Isso é justo? Como pode a “Palavra de Deus” proibir matar e logo a seguir mandar passar a fio de espada irmãos, vizinhos e amigos?

Quanto à parcialidade no Antigo Testamento, leiamos esta citação:

Há ali [no AT] umas coisas incríveis, outras fantásticas, outras escabrosas. Há umas matanças, umas iniquidades, uma parcialidade que não se explica. E Deus metido no meio daquilo (ANDRADE, 1995, p. 7-8).

Em suma, as narrativas do Antigo Testamento contêm inúmeras contradições e incoerências. Como explicar, por exemplo, no primeiro capítulo do Gênesis, que a vegetação tenha sido criada no terceiro dia, enquanto o sol, condição para a vida vegetal, é criado apenas no quarto dia? É verdade que os animais no tempo da Bíblia falavam, mas hoje não falam mais? E o ‘dilúvio’ foi mesmo ‘universal’? E a ‘Torre de Babel’ é história ou mito? E ‘as pragas do Egito’ são relatos históricos ou míticos? E a travessia do Mar Vermelho foi do jeito como lemos no livro do Êxodo (ou como vemos no filme “Os Dez Mandamentos”)? É verdade que Josué mandou parar o sol (Js 10,13)?

CONTRADIÇÕES E INCOERÊNCIAS NO NOVO TESTAMENTO (NT)

Existem também no Novo Testamento (NT) inúmeras contradições e incoerências. Por exemplo, a contradição entre a teoria da “salvação pela fé” e a mensagem da “salvação pelas obras”, pois, enquanto para

Paulo é “só a fé que salva” (cf. Gl 2,16; Ef 2,8), para Tiago “somente a fé não pode salvar” (cf. Tg 2,14) e, para Mateus, Deus “retribuirá a cada um de acordo com as suas obras” (Mt 16,27).

Outra contradição doutrinária em Paulo, indicada por Andrade (1995, p. 46), é que ele, se, por um lado, defende a doutrina exclusivista e mítica da “predestinação”, ou seja, a doutrina segundo a qual Deus escolhe de antemão aqueles que serão salvos (Ef 1,4), por outro lado, declara que “todo aquele que invoca o nome do Senhor será salvo” (Rm 10, 13). Como conciliar tal contradição?

Vejam os mais uma contradição, indicada por Miranda (1988, p. 31): Se João Batista batizou Jesus e o reconheceu como o Messias, como é que, mais tarde, manda seus discípulos perguntarem a ele se ele é mesmo o Messias ou se deveria ser esperado outro?

Mais uma contradição, indicada por Andrade (1995, p. 46): os companheiros de viagem de Paulo que o acompanhavam na estrada de Damasco, por ocasião de sua conversão, “ouviram bem a voz, mas a ninguém viram” (At 9, 7) ou “viram a luz, mas não entenderam a voz”? (At 22,9). Qual é a versão correta?

Vejam agora outra contradição, baseada na distinção entre “Jesus” e o título “Cristo” (= o “Messias”, o “Ungido”), indicada pelo escritor Bart D. Ehrman (cf. EHRMAN, 2006, p. 170): Segundo o Evangelho de Lucas (Lc 2,11), Jesus já *nasceu* como o *Cristo*; mas em um de seus discursos em Atos (At 10, 37-38), Lucas afirma que Jesus se tornou o *Cristo* por ocasião de seu batismo; já em outra passagem do mesmo livro (At 2, 36), Lucas afirma que Jesus se tornou o *Cristo* somente em sua ressurreição. Como é que todas essas afirmações contraditórias podem ser verdadeiras?

Existe também uma contradição com respeito ao antigo título mítico de **Deus-Senhor** (comum a muitas religiões antigas), ou seja, à crença de que Jesus é o único “Senhor”. Lucas (Lc 2,11) diz que Jesus nasceu como *Senhor* e é chamado de *Senhor* ainda na vida terrena (Lc 10,1); mas nos Atos dos Apóstolos (At 2,36), escrito pelo mesmo Lucas, ele se contradiz, pois indica que Jesus se tornou o *Senhor* somente por ocasião de sua ressurreição (cf. EHRMAN, p. 170).

Existem também várias contradições nos Evangelhos envolvendo numeração: assim, em Mateus (Mt 5, 1-10) há oito bem-aventuranças, enquanto em Lucas (Lc 6, 20-23) há apenas quatro bem-aventuranças.

O Pai Nosso de Mateus (Mt 6, 9-13) contém sete petições, enquanto o de Lucas (Lc 11,2-4) contém apenas cinco. Segundo Mateus (Mt. 20, 30), Jesus curou dois cegos em Jericó, mas, segundo Marcos (Mc 10, 46), Jesus curou apenas um cego em Jericó. Há duas versões diferentes para a história do nascimento de Jesus (a de Mateus e a de Lucas). As quatro narrativas da Paixão se contradizem em vários pontos, não havendo concordância, por exemplo, entre os evangelistas quanto ao número das supostas aparições de Jesus depois de ressuscitado: Marcos (versão original) não narra nenhuma aparição do Ressuscitado: o trecho final de Marcos (Mc 16, 9-20), com aparições do Ressuscitado, é um acréscimo, reconhecido hoje por todos os estudiosos dos Evangelhos. Mateus narra uma única aparição; Lucas narra duas aparições e João narra três aparições.

Mais uma incoerência no NT (indicada pelos integrantes do Seminário de Jesus – cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, op. cit., p. 5.): no Evangelho de Lucas (Lc 2, 1), o autor relata aos seus leitores que Maria e José tiveram que viajar para Belém, a fim de participar de um recenseamento ordenado por Quirino, Governador da Síria. Um recenseamento parcial ordenado por Quirino realmente aconteceu no ano 6 da era cristã. Contudo, conforme afirma Mateus (Mt 2, 16), Jesus nasceu quando Herodes, o Grande, ainda era rei. Acontece que Herodes morreu no ano 4 antes de Cristo, portanto, cerca de uma década antes do recenseamento ordenado por Quirino. Jesus poderia ter nascido ao mesmo tempo no ano 6 da era cristã e no ano 4 antes da mesma era?

ALTERAÇÕES DA BÍBLIA EM SEUS TEXTOS ORIGINAIS

Existem também muitas provas de que a Bíblia sofreu inúmeras alterações em seus textos originais. Em relação ao Novo Testamento, por exemplo, os estudos críticos e históricos dos Evangelhos Canônicos (Mateus, Marcos, Lucas e João) mostram que a Igreja fez muitas alterações (acréscimos, supressões, interpolações, enxertias, acomodações, montagens etc.) aos textos originais (todos desaparecidos), com finalidades puramente apologéticas, isto é, com o objetivo de defender o seu ponto de vista hegemônico.

Todos os estudiosos do Novo Testamento sabem, por exemplo, que o título de “Filho de Deus” atribuído a Jesus no Evangelho de Marcos

(Mc 1,1) é um acréscimo, pois não consta em textos mais antigos. Outro conhecido exemplo de acréscimo são os últimos 12 versículos do Evangelho de Marcos (Mc 16, 9-20), que também não constam de versões mais antigas do mesmo Evangelho. Esses 12 versículos falam das supostas aparições de Jesus como ressuscitado e de sua suposta ordem aos discípulos, dizendo-lhes: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado” (Mc 16, 15-16). A verdade histórica, porém, é que Jesus nunca ordenou isso aos seus discípulos.

Um terceiro exemplo de acréscimo a um texto bíblico original diz respeito a todo o último capítulo do Evangelho de João (Jo 21). Os cristãos convencionais, para se defenderem dos ataques de seus contraditores, afirmam – fazendo uso da “fé cega racionalizada” – que até mesmo os acréscimos fazem parte das Escrituras inspiradas (cf. *A Bíblia de Jerusalém*, Evangelho de Marcos, capítulo 16, nota f).

A respeito de outras modificações aos textos bíblicos originais, vejamos o que diz o escritor Paulo Finotti (citado em ANDRADE, 1995, p. 49-50):

Depois da proclamação da divindade de Cristo, no século IV, e depois da introdução, no sistema eclesiástico, do dogma da Trindade, no século VI, muitas passagens do Novo Testamento foram modificadas, a fim de que exprimissem as novas doutrinas. Em sua obra, “As Bíblias e os Iniciadores Religiosos”, diz Leblois, pastor em Strasburgo: “Vimos na Biblioteca Nacional, na de Santa Genoveva, na do Mosteiro de Saint Gall, manuscritos em que o dogma da Trindade está apenas acrescentado à margem. Mais tarde foi intercalado no texto, onde ainda se encontra” (p. 272).

A doutrina da Trindade foi, de fato, intercalada no Evangelho de Mateus, como nos esclarece, apropriadamente, o escritor judeu Francimar de Oliveira (cf. OLIVEIRA, 1995, p. 13-14), através da interpolação do seguinte versículo (falsamente atribuído a Jesus): “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, **batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo**” (Mt 28, 19) (negrito meu).

O escritor espírita Léon Denis também nos afirma que “Celso, desde o século II, no Discurso Verdadeiro, lançava aos cristãos a acusação de retocarem constantemente os Evangelhos e eliminarem no dia seguinte o que haviam escrito na véspera” (DENIS, 1919, p. 271).

O escritor Bart D. Ehrman fala de quatrocentas mil variações na Bíblia (cf. EHRMAN, p. 100). É verdade que todas essas 400 mil variações na Bíblia foram inspiradas por Deus?

Diante de tantas modificações que ocorreram nos textos bíblicos, quem honestamente poderá piamente acreditar (como faz a grande maioria dos cristãos) que tudo o que a Bíblia diz é a expressão da verdade, que tudo o que a Bíblia diz é “Palavra de Deus”?

INSPIRAÇÃO DA BÍBLIA

Segundo a crença mítica da maioria dos cristãos, o Espírito Santo ditou toda e qualquer passagem bíblica (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, op. cit., p. 5-6).

Logo, toda a Bíblia é isenta de erros (“inerrância”). Mas, se o Espírito Santo ditou todos os textos bíblicos, que são **inerrantes**, ou pelo menos **inspirados**, como justificar, então, as concepções contraditórias acerca da natureza de Jesus encontradas no Novo Testamento (NT)? Em outros termos, por que existem no NT tantas concepções diferentes a respeito da pessoa de Jesus, se a Bíblia foi toda divinamente inspirada? O Espírito Santo pode contradizer-se? Exemplificando, por que o ‘Jesus’ de João é tão diferente do ‘Jesus’ dos outros evangelistas? Por que o ‘Jesus’ de Mateus e de Tiago salva pelas obras, enquanto o ‘Jesus’ de Paulo salva somente pela fé? Por que o ‘Jesus’ de uma denominação cristã é bem diferente do ‘Jesus’ de outra? Por que o ‘Jesus’ dos católicos, por exemplo, é tão diferente do ‘Jesus’ dos protestantes? Por que o ‘Jesus’ dos protestantes liberais e dos teólogos pluralistas é tão diferente do ‘Jesus’ dos fundamentalistas cristãos? A proliferação interminável de concepções sobre Jesus, por parte daqueles que defendem a infalibilidade da Bíblia, mostra a fraqueza e incoerência da crença cega e mítica na “inspiração” de toda e qualquer passagem bíblica.

INERRÂNCIA DA BÍBLIA

Outro problema para o ponto de vista da suposta “inerrância bíblica”, ou seja, pela crença mítica de ser toda a Bíblia isenta de qualquer erro, é este: se Deus tanto se esforçou em preservar um texto inerrante para a posteridade, por que o Espírito Santo não providenciou a preservação das cópias originais dos Evangelhos?

Parece o mínimo (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 6) que se pode exigir de um Deus que cria informantes absolutamente fidedignos. De fato, não temos cópias originais de nenhum dos Evangelhos. Não possuímos autógrafos de nenhum dos livros da Bíblia. As cópias mais antigas dos Evangelhos datam, aproximadamente, do ano 175 d.C., e nunca duas ou mais cópias são exatamente iguais. Além disso, os textos manuscritos quase sempre apresentam “correções” aqui e ali e, muitas vezes, feitas por mais de uma mão. A lacuna de quase dois séculos significa que o texto original grego (ou aramaico?) foi copiado a mão, mais de uma vez, antes de chegar ao estádio em que se encontra.

É fato notório que até mesmo copistas cuidadosos cometem erros, o que pode ser comprovado por qualquer revisor. Por conseguinte, nunca seremos capazes de afirmar, com absoluta certeza, como realmente era o texto original de qualquer passagem bíblica.

ERROS DE TRADUÇÃO NA BÍBLIA

Existem muitos erros de tradução na Bíblia. Conforme o conhecido adágio italiano, “toda tradução envolve traição” (*traduttore traditore*) e as traduções da Bíblia não podem fugir a essa regra, sobretudo, levando-se em consideração o fato peculiar de não mais termos os originais de nenhum texto bíblico com os quais pudéssemos confrontar as suas diversas traduções. A própria tradução da Bíblia inteira, feita por São Jerônimo no século IV, sofreu diversas modificações e revisões ao longo da História da Igreja, como nos assegura o escritor Paulo Finotti:

Léon Denis afirma que a “tradução de Jerônimo foi considerada boa de 386 a 1586, tendo mesmo sido aprovada pelo Concílio de Trento em 1546. Em 1590 Sixto V achou-a insuficiente e errônea, ordenando uma nova revisão. A edição daí resultante, e que trazia seu nome, foi a seu turno modificada por Clemente VIII, sendo afinal a edição que serviu de base às traduções existentes em diferentes línguas (citado em ANDRADE, 1995, p. 49-50).

Mas os cristãos fundamentalistas, guiados pela “fé cega”, acreditam que as traduções bíblicas não podem conter erros, porque Deus não pode permitir que ocorram erros na tradução de Sua Palavra.

A verdade, porém, é que existem muitos e graves erros de tradução na Bíblia, alguns tendo sido responsáveis por falsas doutrinas, como a

do “pecado original” e a do Espírito Santo (em vez de um Espírito Santo), como veremos no próximo capítulo deste livro .

O ‘DEUS’ DO AT E O ‘DEUS’ DO NT

Embora saibamos que **Deus é um só**, o conceito de Deus no AT (Antigo Testamento) é diferente do conceito de Deus no NT (Novo Testamento), pois Javé (ou Jeová), o ‘Deus’ do AT, conforme retratado literalmente pelos autores sagrados (como vingativo, violento, assassino e irascível), é o oposto do ‘Deus’ de Amor revelado por Jesus no NT. Logo, os dois conceitos da divindade não são idênticos. Por outro lado, enquanto o ‘Deus’ do AT é uno, mas não trino, o ‘Deus’ do NT foi erroneamente dogmatizado como sendo uno e trino (um Deus em três pessoas). Por conseguinte, o conceito de Deus no AT é bem diferente do conceito de Deus no NT.

O PIONEIRO NA BUSCA DO JESUS HISTÓRICO

A busca do “Jesus histórico” começou com o teólogo e pastor protestante (alemão) Hermann Samuel Reimarus (1694-1768), professor de línguas orientais em Hamburgo, Alemanha.

Como afirma o Pe. Caetano Minette de Tillesse, “com Reimarus, começa uma nova época no estudo do Novo Testamento. Com Reimarus, começa o estudo crítico do Novo Testamento. É uma época radicalmente nova” (TILESSE, 1998, p. 19).

Um estudo minucioso dos evangelhos levou Reimarus à firme convicção de que se deve fazer uma distinção clara entre aquilo que os autores dos evangelhos disseram sobre Jesus e aquilo que Jesus realmente disse. Foi com essa distinção que se deu início à pesquisa científica e crítica da Bíblia em busca do Jesus histórico (**o Jesus que é só homem**), em contraposição ao “Cristo da fé” ou “Jesus mítico” (**o Jesus que é Deus e homem**).

Consciente dos perigos que enfrentaria por parte dos cristãos dogmáticos, Reimarus não teve coragem de publicar, em 1744, um manuscrito de 4.000 páginas, intitulado *Apologie oder Schutzschrift die vernünftigen Verhrer Gottes* (‘Apologia ou Defesa dos Adoradores de Deus segundo a Razão’), em que iniciava o processo demolidor sistemático da exegese tradicional (cf. TILESSE, *ibid.*, p. 5).

Reimarus, tentando conciliar fé e razão, já defendia, àquela época (1744), uma “fé racional” (às vezes chamada “racionalista”), muito semelhante à que, cerca de um século depois, foi chamada por Allan Kardec de “fé raciocinada”, isto é, uma fé que não entra em contradição com a razão nem com a ciência, em contraposição à “fé cega”, sustentada pela maioria dos cristãos, ou seja, uma fé que contradiz a razão e a ciência. Por isso, Reimarus e os demais estudiosos que o seguiram são geralmente chamados de teólogos “racionalistas” ou “liberais”.

Sem dúvida alguma, a obra volumosa de Reimarus causou uma verdadeira revolução copernicana entre a grande maioria dos cristãos, uma vez que questionava e contestava severamente os fundamentos mais profundos de toda a fé cristã dogmática e mítica.

Reimarus, nas palavras dos autores do DER,

recusava-se a acreditar na aliança de Deus com o povo eleito, nos profetas, na ressurreição de Cristo: tudo “invenção dos padres”. Negava à Escritura o caráter de revelação e não admitia nem a Trindade nem a divindade do Cristo (DER, verbete **Reimarus, Hermann Samuel**).

Foi essa “revolução” interpretativa inaugurada pelo teólogo liberal Reimarus, em meados do século XVIII, que deu origem à forte reação do protestantismo fundamentalista, a partir do século XX .

A obra pioneira de Reimarus não ficou no esquecimento, pois teve e continua tendo muitos seguidores, como os atuais integrantes do **Seminário de Jesus**, um grupo de pesquisadores que se dedica intensamente ao estudo dos Evangelhos em busca do Jesus histórico. Nas palavras do escritor espírita Hermínio C. Miranda,

Reimarus abriu os portões para um novo território especulativo: a busca do Jesus histórico, racional, ou, pelo menos, inteligível à mentalidade moderna, contexto no qual avultam nomes como os de Paulus, Schleirmacher, D. F. Strauss, Bruno Bauer e Renan, entre outros (MIRANDA, 1988, p. 22).

A OBRA FUNDAMENTAL DO PROTESTANTISMO LIBERAL

Conforme esclarecido no segundo capítulo deste livro, a obra fundamental do protestantismo liberal para o estudo do Jesus histórico intitula-se *Vida de Jesus: Análise Crítica* (no original, *Das Leben Jesu Kritisich Bearbeitet*), de autoria de um jovem teólogo cristão e escritor

alemão, David Friedrich Strauss (1808-1874), cuja 1ª edição veio a lume em 1835, quando o autor tinha apenas 27 anos.

Nas palavras do teólogo católico, Pe. Caetano Minette de Tillesse,

Strauss marca uma distinção clara, dura, genial, entre os acontecimentos “históricos” e as reinterpretações que a eles se acrescentaram. Strauss batiza esses acréscimos de “**mitos**”, palavra que se tornará “clássica” na pesquisa protestante liberal (TILLESSE, 1988, p. 7) (negrito meu).

Em outros termos, Strauss fez nos Evangelhos uma clara distinção entre **elementos míticos e históricos**, definindo os primeiros como algo lendário ou sobrenatural. A tempestade que irrompeu sobre as 1400 páginas de análise minuciosa custou-lhe a perda de seu primeiro emprego como professor de um seminário em Tübingen. Seus críticos o perseguiram até o ano de sua morte, em 1874.

A escolha que Strauss fez na sua avaliação dos Evangelhos foi entre o “Cristo da fé” (o “Jesus sobrenatural”) e o “Jesus histórico”. “Considerava a história evangélica como um mito, surgindo da ideia preconcebida que o povo judeu tinha do Messias. A tese suscitou grande escândalo no clero alemão” (DER, verbete **Strauss, David Friedrich**).

Ao rotular os “dogmas” do cristianismo de “mitos”, Strauss foi terrivelmente perseguido, mas seu pensamento continua vivo até hoje, através de seus inúmeros seguidores.

OS EVANGELHOS COMO DOCUMENTOS DE FÉ

Segundo muitos teólogos cristãos, os Evangelhos não devem ser interpretados como documentos históricos confiáveis, mas apenas como testemunhos da fé cristã, como defendia o grupo da neo-ortodoxia protestante.

Conforme esclarecido, o grupo da neo-ortodoxia protestante, que reagiu fortemente contra o grupo dos teólogos liberais, sempre defendeu que os Evangelhos não são documentos históricos confiáveis, mas unicamente **documentos de fé** do cristianismo. Esse grupo teve também seguidores ou simpatizantes entre alguns teólogos católicos.

Nesse contexto, o padre Caetano Minette de Tillesse pergunta:

Se nossos Evangelhos são um documento da fé da Igreja, por que não os estudar e interpretar como tais? Na realidade, o que está se manifestando,

nos Evangelhos Sinóticos, como no de João, não é tanto o Jesus terrestre, mas o Cristo ressuscitado (TILESSE, 1996, p. 46-47).

A resposta a essa pergunta do padre Caetano Minette de Tillesse à Teologia liberal, leva-nos a declarar que concordamos com ele em que **“os Evangelhos são um documento da fé da Igreja”**, mas de uma **“fé cega”**, que aceita e interpreta tudo o que está escrito nos relatos evangélicos, ao pé da letra, sem nenhuma interferência da razão e da ciência ou, quando muito, de uma **“fé cega racionalizada”**, que se utiliza da razão para justificar sua fé, mas sem nada questionar ou alterar, bem ao contrário da fé defendida neste livro – a **“fé raciocinada”** – que “pode encarar a razão face a face em todas as épocas da humanidade” (KARDEC, 1997b, p. 911) e que, portanto, admite questionamentos e até mesmo revisões e atualizações doutrinárias.

A OBRA DE ALBERT SCHWEITZER

Outro autor também famoso na polêmica em torno da busca do Jesus histórico é o missionário, teólogo e filósofo Albert Schweitzer (1875-1965), com sua obra *A Busca do Jesus Histórico* (*The Quest of the Historical Jesus*), publicada em 1906. Albert Schweitzer, nascido em Kayserberg (Alsácia – Região do nordeste da França), tornou-se internacionalmente famoso depois da publicação dessa obra.

Em 1913, Albert Schweitzer foi morar em Lambaréné, na África, onde fundou um hospital. Em 1952, ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

Seguindo a linha da neo-ortodoxia protestante, Albert Schweitzer reage criticamente contra 251 autores que escreveram sobre o Jesus histórico, desde o tempo de Reimarus até o seu próprio tempo. Ele conclui que um estudo crítico do Jesus histórico “é impossível, simplesmente porque não possuímos fontes históricas, cientificamente inquestionáveis” (apud TILESSE, 1988, p. 19).

Apesar das fortes críticas de Albert Schweitzer, existe hoje em todo o mundo um crescente esforço em busca do Jesus histórico.

O SEMINÁRIO DE JESUS (SJ)

Não obstante as críticas contundentes de Albert Schweitzer, Karl Barth e Rudolf Bultmann, contra a busca do Jesus histórico, existe

atualmente um forte grupo de pesquisadores, nos Estados Unidos, que vem dando plena continuidade à pesquisa em busca do Jesus histórico. Trata-se do grupo de pesquisadores de uma instituição americana chamada **Seminário de Jesus** (*The Jesus Seminar*).

O conteúdo deste capítulo, sobretudo no que diz respeito à interpretação crítica dos Evangelhos sobre a verdadeira identidade de Jesus, baseia-se, em grande parte, na pesquisa científica do Seminário de Jesus (SJ), publicada em dois grandes livros (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, 1993; FUNK & THE JESUS SEMINAR, 1998). Os títulos desses dois livros podem ter, respectivamente, a seguinte tradução para o português: 1) *Os Cinco Evangelhos: O Que Jesus Realmente Disse? (A Busca pelas Palavras Autênticas de Jesus)*; 2) *As Ações de Jesus: O Que Jesus Realmente Fez? (A Busca pelas Ações Autênticas de Jesus)*.

O SJ é uma instituição composta por cerca de 100 pesquisadores, altamente qualificados, que, há anos, se dedicam à investigação científica dos Evangelhos, em busca das palavras e ações autênticas de Jesus. O SJ é uma reação à neo-ortodoxia protestante, que tentou suprimir qualquer interesse real pelo Jesus histórico ao longo de aproximadamente cinco décadas (1920-1970), e dá plena continuidade ao trabalho dos protestantes liberais, sendo mesmo considerado um verdadeiro “renascimento” dos estudos evangélicos em busca do Jesus histórico.

AUTENTICIDADE DAS PALAVRAS E AÇÕES DE JESUS

A respeito da autenticidade das palavras e ações atribuídas a Jesus nos Evangelhos, os pesquisadores do SJ chegaram à conclusão de que mais de 80% das palavras e ações atribuídas a Jesus nos Evangelhos são inautênticas. Mais precisamente, segundo eles, apenas 18% (dezoito por cento) do total de palavras atribuídas a Jesus nos Evangelhos são consideradas autênticas e somente 16% (dezesseis por cento) do total de ações a ele atribuídas nos Evangelhos são, de fato, consideradas autênticas (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, p. 1).

INCERTEZA DAS “PALAVRAS EXATAS” DE JESUS

Muitos cristãos se preocupam demais em querer saber quais foram as “palavras exatas” que Jesus falou nos Evangelhos.

É óbvio que não podemos saber com absoluta certeza as “palavras exatas” que Jesus falou nos Evangelhos, mas qual é a importância de sabermos ou não quais foram as suas “palavras exatas”?

Jesus falou, mas nada escreveu e, em sua época, não havia gravador que pudesse registrar sua voz. Suas palavras foram transmitidas oralmente aos seus discípulos que as retransmitiram aos seguidores das primeiras comunidades cristãs e somente entre quarenta e cinquenta anos após sua morte começaram a ser escritas nos Evangelhos. Por conseguinte, é muito difícil, para não dizer impossível, alguém ter certeza absoluta das “palavras exatas” que Jesus falou, uma vez que não se podem guardar na memória de longo prazo as “palavras exatas” de alguém depois de um espaço tão longo de tempo.

Além disso, o que interessa mesmo a todos os cristãos é o conteúdo da mensagem autêntica de Jesus, e não as palavras exatas que ele utilizou para expressá-lo. Daí, não terem lá muito sentido os inúmeros conflitos entre os próprios cristãos em torno das “palavras exatas” de Jesus.

Infelizmente, muitos cristãos se apegam mais às palavras do que ao seu conteúdo e vivem a digladiar-se por causa de interpretações literalistas (fundamentalistas) dos Evangelhos, gerando conflitos e divisões com aqueles cristãos (e não cristãos) que não mais se apegam à letra, mas ao espírito da mensagem.

Convém repetir que as “palavras exatas” que Jesus empregou são muito menos importantes do que o “conteúdo” expresso por elas. Por isso, exorta-se aos cristãos que, em vez de se preocuparem com as “palavras exatas” de Jesus, procurem entender e pôr em prática o “conteúdo” do que ele nos ensinou, mesmo que tenha sido transmitido através de **linguagem figurada** (parábolas, alegorias, comparações, analogias, metáforas, antropomorfismos etc.), único meio linguístico possível de se falar a respeito de Deus e de seu Reino de Amor.

CONHECIMENTO DO JESUS HISTÓRICO

A essa altura de nossas reflexões, alguém poderia perguntar: – Como pretender, então, conhecer a real identidade do Jesus histórico, se não temos certeza absoluta do que ele realmente disse e fez?

– Ninguém tem certeza absoluta do que Jesus realmente disse e fez em termos de suas “palavras e ações exatas”, mas todos podemos

compreender a “essência” de suas ações autênticas e de seus ensinamentos ético-morais, os quais são princípios universais de boa conduta humana, tais como **a humildade, a justiça, a fraternidade, a união, o perdão, a tolerância, a pureza, a caridade e o amor a Deus e ao próximo**. Este foi o verdadeiro **código de moral (ou de ética) universal** que o Jesus histórico ensinou aos seus discípulos.

Existe, há mais de dois séculos, um grande esforço por parte de muitos estudiosos cristãos, principalmente da ala do protestantismo liberal, em busca, não das “palavras e ações exatas” de Jesus, mas de suas “palavras e ações autênticas”. Não confundamos **palavras exatas** com **palavras autênticas**. As primeiras dizem respeito às palavras *literalmente* ditas por Jesus, enquanto as outras referem-se à verdade ou não de ele ter transmitido aquela mensagem nos Evangelhos.

É muito difícil, para não dizer impossível, reconstruir as “palavras exatas” do Jesus histórico, mas não é impossível reconstruir as suas mensagens e ações autênticas, que são bem distintas das mensagens e ações míticas (imaginárias e fictícias) atribuídas ao Cristo da fé.

A VERDADEIRA MENSAGEM DO JESUS HISTÓRICO

– O que veio Jesus realmente ensinar aos homens?

– O Jesus histórico veio ensinar aos homens que a verdadeira vida não está sobre a Terra, mas no reino dos céus e que o caminho para atingir o reino de Deus é “**Amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo**” (DER, verbete **Jesus Cristo**).

Essa foi a grande mensagem trazida pelo **Jesus histórico**. Como corretamente afirma a maioria dos estudiosos críticos dos Evangelhos, principalmente os teólogos liberais e pluralistas, tudo o mais que foi atribuído a Jesus nos relatos do Novo Testamento, como a sua divindade, seu nascimento virginal e miraculoso, seu papel de único redentor da humanidade pelo seu sangue derramado na cruz, sua ressurreição corporal, a maioria de seus milagres no domínio da natureza, a fundação de uma religião e de uma igreja exclusivistas, a instituição de sacramentos indispensáveis à salvação, a ameaça de um castigo eterno etc. deve ser avaliado pelo estudioso crítico das religiões como crenças mitológicas dos cristãos convencionais, com fins puramente apologéticos, ou seja, como estratégias utilizadas por eles para dar credibilidade ao cristianismo mítico dos cristãos.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE CRÍTICA DOS PRINCIPAIS MITOS CRISTÃOS

Neste capítulo, refletiremos crítica e ecumenicamente sobre os principais **mitos cristãos**, particularmente os mais exclusivistas, por erguerem um muro intransponível entre o cristianismo mítico e as outras religiões deste planeta, além de não se coadunarem com a paz, o amor e a fraternidade, e impedirem o diálogo inter-religioso de igual para igual.

O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ

Este é o mito cristão mais exclusivista e antiecumênico, segundo o qual o cristianismo tradicional é a única religião verdadeira e Jesus é o único “salvador” da humanidade. Por isso mesmo, existem, há vários anos, no meio dos próprios cristãos, famosos teólogos que rejeitam, com razão, este mito da unicidade cristã.

Nesse contexto, recomendo a leitura do livro *The Myth of Christian Uniqueness* (‘O Mito da Unicidade Cristã’), organizado pelos teólogos pluralistas cristãos John Hick – protestante – e Paul Knitter – católico (HICK & KNITTER, 1987). Os autores desse livro argumentam, com muita propriedade, que a crença na *unicidade cristã*, não é uma verdade histórica absoluta, mas um mito cristão.

O Jesus histórico nunca afirmou ser o único caminho de “salvação”. Tal atitude de Jesus feriria frontalmente a base de sua doutrina, qual seja, o amor ao próximo e a humildade, caracterizando arrogância espiritual, erguendo assim um muro intransponível entre o cristianismo e todas as demais religiões deste planeta.

Os autores dessa obra têm, pois, muita razão ao argumentarem que o Jesus histórico é um caminho ao lado de muitos outros, mas não o único caminho. Essa velha crença exclusivista do cristianismo mítico precisa mudar. Do contrário, dificilmente poderá haver verdadeira

fraternidade entre cristãos e não cristãos e, menos ainda, a existência do diálogo inter-religioso de igual para igual.

Nesse sentido, reflitamos novamente sobre o seguinte pensamento pluralista do historiador italiano Ambrogio Donini:

Fala-se ainda hoje do cristianismo como de uma religião em si, para a qual confluíram e encontraram a sua sistematização motivos antiquíssimos, até representar algo de “excepcional” e de “único”. É necessário despir-se deste hábito dogmático e, se me permitem a expressão, presunçoso (DONINI, 1965, p. 198).

No segundo capítulo desta obra, na seção **Origem dos Mitos Cristãos**, foram apresentadas muitas evidências históricas a favor dessa tese de Ambrogio Donini, esclarecendo ao leitor que o cristianismo tradicional, longe de ser algo de “excepcional” e “único”, tem muito em comum com todas as outras religiões: os mesmos ritos, os mesmos mitos, as mesmas lendas etc.

Ainda em oposição ao mito da “unicidade cristã”, reflitamos também sobre o seguinte pensamento pluralista de um dos maiores líderes religiosos do século XX, o hinduísta Mahatma Gandhi:

Se, porém, houver alguma suspeita em sua mente de que apenas uma religião pode ser a verdadeira e todas as outras são falsas, **você pode rejeitar a doutrina da fraternidade**. Então, estaremos alimentando um processo contínuo de exclusão e fundando a nossa fraternidade sobre alicerces de exclusivismos (apud ELSBERG, 1996, p. 128) (Negrito meu).

Como bem afirmou Gandhi nessa citação, a ideia exclusivista de haver uma única religião verdadeira é incompatível com a fraternidade e, por conseguinte, com a paz, a humildade e o amor. Logo, essa ideia precisa ser questionada e combatida na mesa do diálogo inter-religioso.

O exclusivismo religioso também conduz facilmente à intolerância e aos conflitos religiosos, como bem esclarece o famoso teólogo católico Leonardo Boff na seguinte citação:

Quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a intolerância. E a intolerância gera o desprezo do outro, e o desprezo, a agressividade, e a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado. Irrompem conflitos religiosos com incontáveis vítimas (BOFF, 2002, p. 25).

Como afirma Frances Young, o exclusivismo religioso também gera facilmente atitudes de **arrogância**: “É arrogância espiritual a convicção de que só a nossa crença é verdadeira e todas as outras são falsas” (YOUNG, 1977, p. 39).

Semelhante pensamento é expresso por Waldemar Boff, ao afirmar que “é leviandade e arrogância afirmar que somente a minha lâmpada ilumina realmente a aldeia e que somente pelo seu caminho se chega ao oceano de Deus” (apud PEDREIRA, 1999, p. 123).

Outro argumento que se oferece a favor da tese pluralista é que em todas as religiões há “santos” (pessoas boas) e “demônios” (pessoas más). Em todas, há “trigo” e “joio”. Logo, é por demais ilógico concluir-se a favor de única religião verdadeira.

Como já sabemos, o *slogan* pluralista adotado neste livro (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**) expressa a equivalência funcional das religiões, ou seja, todas as religiões são **funcionalmente equivalentes**, isto é, todas são diferentes caminhos que conduzem ao mesmo destino. Logo, é um erro afirmar que existe um único caminho ideal para todos, isto é, uma única religião ideal para todos. Há diversos caminhos, cada um podendo ser considerado relativamente o melhor para (e por) aqueles que o escolheram, mas ninguém deve achar que o seu caminho, por ser considerado o melhor para si, é também o melhor para todas as outras pessoas do mundo, ou o único caminho verdadeiro para toda a humanidade.

Nesse sentido da **equivalência funcional das religiões**, o cristianismo, como já foi dito, é o melhor caminho para os cristãos, assim como o judaísmo é o melhor caminho para os judeus, o islamismo para os muçulmanos e assim por diante, mas, nas corretas palavras de Frances Young, que vale a pena repetirmos, “**é arrogância espiritual a convicção de que só a nossa crença é verdadeira e todas as outras são falsas**” (YOUNG, 1977, p. 39) (negrito meu).

É chegada a hora, portanto, de dar um basta a essa velha história de “religião exclusiva” e dizer, com Pablo Barrera, que “religião exclusiva é coisa do passado” (BARRERA, 2003, p. 438).

Nessa mesma linha de pensamento, tem muita razão o Espírito São Luís, ao dar a Allan Kardec a seguinte instrução: “Desconfiai dos que pretendem estar na posse da exclusiva e única verdade” (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, cap. 21, n. 8).

O MITO DO DEUS ENCARNADO

Sem dúvida alguma, o maior desafio que o cristianismo institucional terá que enfrentar, se quiser dialogar com as religiões não cristãs, na visão pluralista, diz respeito à sua crença mítica na encarnação divina de Jesus. Isso é o que reconhece, entre outros, o teólogo católico Mário de França Miranda, em seu livro *O Cristianismo em Face das Religiões* (MIRANDA, 1998, p. 23-24; 26-27), fazendo referências às posições de teólogos pluralistas, como John Hick e Paul Knitter, que veem o dogma da *encarnação divina* de Jesus não como uma realidade objetiva, mas apenas como linguagem metafórica, poética, mitológica. Nas palavras de Mário de França Miranda,

a dificuldade maior do cristianismo sempre se centralizou na “encarnação de Deus”, que confere à pessoa e à ação de Jesus Cristo as características de **unicidade** e de **universalidade** voltadas para a salvação da humanidade. Como pode um evento particular e histórico ter tal pretensão universal? Como entrar num diálogo inter-religioso, respeitando as outras religiões, sem considerá-las de antemão imperfeitas e inferiores, se reconhecemos em Jesus Cristo e apenas nele o Salvador único e universal do gênero humano? Não se poderia conceber a pessoa e a ação de Deus a partir de outros mediadores além de Jesus Cristo? (MIRANDA, 1998, p. 23)

Esse é, sem dúvida, o grande dilema do macroecumenismo cristão. Miranda (ibid.) reconhece que, para haver um autêntico diálogo com as outras religiões, a Igreja teria que desvincular a *pessoa* de Jesus da *pessoa* de Deus, mas essa postura negaria o dogma de Calcedônia, uma impossibilidade para a grande maioria dos cristãos, pois, para eles, os dogmas ou mitos cristãos são verdades absolutas e, logo, inquestionáveis. Como explicado, é assim que funciona a “fé cega”: a que acredita em verdades religiosas sem nenhuma interferência da razão (*credo quia absurdum!*).

Felizmente, na mesma trilha de John Hick e de seus colaboradores, muitos outros teólogos cristãos contemporâneos estão cada vez mais se convencendo de que a única saída para resolver o enigma cristão, bem como para permitir a existência de um autêntico diálogo inter-religioso, é precisamente desvincular, de uma vez por todas, o “Jesus histórico” do “Cristo da fé”. Enquanto isso não for feito, continuarão a existir as brigas, as divisões, os preconceitos e as discriminações de toda ordem, em primeiro lugar, entre os seguidores de facções diferentes

dentro do próprio cristianismo e, em segundo lugar, entre os cristãos dogmáticos e os adeptos de outras religiões ou filosofias, numa total inversão e distorção do verdadeiro cristianismo que o Jesus histórico pregou – **um código de moral universal**, resumido na **lei do amor**, o qual une todas as religiões, todas as filosofias e todas as pessoas.

O dogma da encarnação de Deus em Jesus vem sendo interpretado pelos teólogos liberais, há mais de 200 anos, como um **mito cristão fundamental**, segundo o qual Cristo é *literalmente* Deus encarnado, a segunda pessoa da Trindade divina, sendo o Pai a primeira e o Espírito Santo a terceira. Segundo esse dogma, as três pessoas da Trindade não formam três deuses, mas um só Deus, havendo entre elas perfeita igualdade. O Espírito Santo surge do amor entre o Pai e o Filho.

No correto dizer do teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE, “como a existência da Trindade em Deus depende da divindade de Cristo, é esta última a questão fundamental” (GRIESE, p. 6).

De fato, negada a divindade literal de Cristo, caem automaticamente por terra todos os demais dogmas ou mitos cristãos que dependem dessa crença fundamental, tais como: a trindade, a morte expiatória de Cristo, sua ressurreição dos mortos, sua unicidade salvífica e da religião (ou igreja) por ele supostamente instituída, seu retorno físico por ocasião do juízo final, o batismo das crianças, a maternidade divina de Maria etc.

Como explicar, então, que os cristãos chegaram a atribuir a Jesus uma *natureza divina*, interpretando-o como o único “Filho de Deus” e a única “encarnação de Deus” neste planeta?

O mito da encarnação divina de Jesus não é um caso único e isolado do resto da História, uma vez que o costume mitológico de “divinizar” (“deificar” ou “endeusar”), isto é, de transformar em “deuses” ou em “descendentes de deuses”, personagens importantes da História (como reis, imperadores, guerreiros, líderes religiosos etc.) era muito comum entre os povos antigos, uma vez que todos eram mitológicos. Na Grécia, por exemplo, como afirma o mitólogo Odile Gandon,

para aumentar a importância dos ancestrais, reis ou chefes guerreiros cujos feitos eram contados, cada cidade, cada região do mundo helênico transformava-os em descendentes de um deus ou de uma deusa (GANDON, 2000, p. 15).

Por conseguinte, como concluem os estudiosos pluralistas, é ilógico acreditar que a divinização de Jesus tenha fugido a essa regra.

O já referido teólogo cristão pluralista John Hick, por exemplo, afirma essa verdade a respeito do Jesus histórico nos seguintes termos:

o Jesus histórico não advogou para si ser Deus, Filho de Deus, segunda pessoa da Trindade, e a doutrina da encarnação é uma criação da Igreja, apenas finalmente definida no Concílio de Calcedônia no ano 451, depois de mais de quatro séculos de muitas lutas e brigas entre as maiores lideranças do cristianismo primitivo (HICK, 1977, p. ix-x).

A “divinização” que os cristãos atribuíram a Jesus tem explicação na velha estratégia mítica utilizada por todos os povos antigos de enaltecer as qualidades de uma pessoa que se destacava das demais por suas ações. Assim, os reis, os imperadores, os heróis, os grandes profetas e os grandes líderes religiosos eram tão enaltecidos, a ponto de as pessoas os transformarem num “filho de Deus”, ou numa “encarnação da divindade”, não no sentido metafórico ou honorífico, mas no sentido *biológico* da palavra. Na verdade, ainda hoje, em alguns países, por exemplo, no Nepal, monarcas são considerados *literalmente* um “deus encarnado” ou um “filho de Deus”. Na Índia, existiu o grande mestre Sai Baba, também visto por seus seguidores, como “Deus encarnado”.

Do mesmo modo, os escritores cristãos da Igreja primitiva (sobretudo Paulo e João), influenciados pela cultura mitológica dominante da época (a cultura greco-romana), onde era muito comum a crença em “encarnações divinas” e em “filiação divina”, não no sentido adotivo/metafórico/análogo/honorífico, mas no sentido *natural* (físico/biológico), para enaltecer ao máximo a pessoa de Jesus e as suas ações e, sobretudo, para dar credibilidade ao cristianismo nascente, absolutizaram-no, endeusando-o e fazendo-o superexclusivista, o único “Filho de Deus”, o único Deus encarnado (no sentido *natural* dessas expressões), o único salvador da humanidade, o único mediador entre Deus e os homens, o único fundador da verdadeira religião, o único que verdadeiramente ressuscitou dos mortos etc.

A OBRA FUNDAMENTAL SOBRE O MITO DO DEUS ENCARNADO

A obra fundamental sobre o mito do Deus encarnado foi publicada, em 1977, pelo maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, o inglês John Hick, e mais cinco colaboradores (cf. HICK, 1977).

Na obra *The Myth of God Incarnate* ('O Mito do Deus Encarnado'), Hick e seus colaboradores argumentam, convincentemente, que a

crença na encarnação divina de Jesus é um **mito cristão** (condicionado pela filosofia greco-romana), e não um acontecimento histórico, objetivo e absoluto. Nas palavras de John Hick,

a **encarnação** [de Deus] é apenas uma expressão não objetiva, mas metafórica, poética, mitológica. Pretende apenas significar o amor de Deus encarnando-se em homens e mulheres, cujas vidas refletem assim a ação salvífica de Deus (HICK, 1977, p. 177).

Nesse mesmo livro (p.178), Hick esclarece, como já vimos, em que sentido ele emprega o termo “mito”, para referir-se ao dogma da encarnação divina de Jesus:

Eu sugiro que seria melhor expressar o caráter desta doutrina como uma ideia mitológica. E eu uso o termo mito no seguinte sentido: **um mito é uma história contada, mas não é literalmente verdadeira**; é uma ideia ou uma imagem que é aplicada a alguém ou a alguma coisa, mas não pode ser literalmente interpretada, pois quer somente despertar uma atitude particular nos seus ouvintes. [...] Portanto, a afirmação de que Jesus foi Filho encarnado de Deus não pode ser considerada uma verdade literal (negrito meu).

Essa obra, organizada por John Hick, já traduzida para 16 línguas, causou (e continua causando), como não poderia deixar de ser, uma grande agitação e revolta entre a grande maioria dos cristãos. Conforme esclarece o próprio Hick (2002, p. 320-321), dezenas de livros e centenas de artigos foram escritos para combater as ideias revolucionárias defendidas nesse livro.

Em 1993, Hick lançou um livro semelhante, *The Metaphor of God Incarnate* ('A Metáfora do Deus Encarnado'), o qual, segundo ele mesmo afirma (2002, p. 320-321), já não causou mais tanto impacto quanto a sua obra revolucionária lançada 16 anos antes (HICK, 1977), mesmo tendo defendido nesse novo livro, como no anterior, que a crença na encarnação divina de Jesus é apenas uma metáfora criada pelos cristãos da Igreja primitiva.

Concordamos com o escritor espírita Jayme Andrade, quando ele afirma que “o livro ['O Mito do Deus Encarnado'] tem despertado fortes polêmicas, e é bom que assim seja, a fim de que as consciências acomodadas despertem do seu torpor” (ANDRADE, 1995, p. 67).

O MITO DE JESUS COMO “FILHO DE DEUS” NO SENTIDO NATURAL

Como sabemos, a grande maioria dos cristãos continua defendendo a crença mítica segundo a qual Jesus é *literalmente* “Filho de Deus”, isto é, “Filho de Deus” no sentido *natural*, e não no sentido *analógico* ou *metafórico*. Para eles, é dogma de fé, definitivamente proclamado no Concílio de Calcedônia (451), que **Jesus é Deus e homem (VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO HOMEM)**, isto é, uma *pessoa divina*, com *duas naturezas* (a *divina* e a *humana*).

Conforme esclarecido, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada”, não podemos confundir mito com realidade histórica, nem sentido figurado/metafórico com sentido literal da linguagem humana. Com base nessas distinções, Jesus não é *literalmente* Deus nem “Filho de Deus”, uma pessoa divina, com duas naturezas, como foi dogmatizado no Concílio de Niceia, no ano 325 da era cristã. Como pode Jesus ser *literalmente* “Filho de Deus”, se Deus também não é *literalmente* “Pai” de ninguém, no sentido *biológico*, a não ser no reino da mitologia?

Nesse contexto, é preciso repetir que a linguagem religiosa para falar sobre Deus é tipicamente *analógica* ou *metafórica*, pois o ser humano só pode falar sobre Deus fazendo uso dos recursos limitados que sua linguagem lhe oferece: analogias, comparações, parábolas, alegorias, metáforas, imagens, símbolos etc., uma vez que Deus não pode ser *literalmente* definido por meio de nossos limitados conceitos humanos.

Mais explicitamente, como já diziam os filósofos e teólogos escolásticos, particularmente Santo Tomás de Aquino (cf. HICK, 1990, p. 83-84), toda linguagem humana sobre Deus é sempre *analógica* (fundada na “analogia”), ou seja, é a expressão do desconhecido e do inexprimível em termos do conhecido.

Por conseguinte, é somente por linguagem *analógica* (*metafórica*, *mitológica*) que dizemos que “Deus é nosso Pai”, ou que “Deus é um ser pessoal” etc. Mas Deus não é *literalmente* “nosso Pai”, ou *literalmente* “uma pessoa”, mesmo admitindo que ele possua, em altíssimo grau, atributos paternos e pessoais. E se Deus não é *literalmente* “nosso Pai”, ninguém pode ser *literalmente* “filho de Deus”. A palavra “filho” é muito usada em *sentido figurado*, particularmente na cultura judaica:

Na linguagem judaica, usa-se amiúde o termo “filho” para designar alguma semelhança. Por exemplo: “filho de touro” significa um homem forte; [...] “filho da gordura” significa “filho gordo”. Analogamente, **a expressão “Filho de Deus” significa um homem intimamente unido a Deus ou um pregador de Deus. É neste sentido que se atribui a Cristo o título de “Filho de Deus”, um título que o rei Davi também o tinha** (GRIESE, 1957, p. 28, nota 2) (negrito meu).

Logo, Jesus não pode ter cometido a blasfêmia de ter declarado ser “Filho de Deus” – no sentido *literal, natural* – como dogmatizaram os cristãos, no Concílio de Niceia (ano 325), fundamentados na mitologia de muitos povos antigos, principalmente na mitologia greco-romana, em que as encarnações e filiações divinas (no sentido natural/biológico) eram vistas como fenômenos normais.

No sentido analógico/metafórico/honorífico, portanto, ninguém comete blasfêmia ao chamar Jesus de “Filho de Deus”. Aliás, nesse sentido, todos nós somos “filhos de Deus”, uns apenas mais adiantados que outros na carreira evolutiva, por serem mais antigos, ou por já terem trabalhado mais no caminho da perfeição.

Jesus nunca declarou ser uma pessoa divina (no sentido literal da palavra). As passagens evangélicas que lhe atribuem tal declaração (por ex., Mt 26,63-64; Mc 14,62; Jo 10,30;14,9-10) foram criações dos evangelistas para enaltecer a sua pessoa e para dar credibilidade exclusiva ao cristianismo mítico dos cristãos.

Conforme elucidado, ser “filho de Deus”, na cultura hebraica, não significava ser Deus, mas era um título honorífico aplicado geralmente aos reis por ocasião de suas coroações. Os judeus, sendo estritamente monoteístas, rejeitavam qualquer crença que tivesse sabor de politeísmo. Por isso, não podiam admitir que alguém pudesse ser “filho de Deus”, no sentido natural/físico/biológico e, muito menos ainda, acreditar que Deus pudesse encarnar-se em forma humana. Já na cultura greco-romana, e em muitas outras culturas antigas, era muito comum a ideia mitológica de alguém importante ser considerado “filho de Deus”, no sentido natural (físico, biológico), através da concepção miraculosa entre uma divindade e uma mulher da Terra, ou entre uma deusa e um homem da Terra, como era igualmente comum a ideia de uma divindade encarnar-se (ou reencarnar-se) em forma humana (o chamado MITO DO DEUS ENCARNADO).

Assim, por exemplo, os chamados *heróis* na mitologia grega eram tidos como “filhos de um deus e de uma mortal” (COMMELIN, op. cit., p. 215); Teseu, o décimo rei de Atenas, também é chamado, às vezes, de “filho de Netuno”, a grande divindade dos trezenienses (ibid.); Júpiter, o pai, o rei dos deuses e dos homens, também engravidou um grande número de mulheres da Terra, e delas nasceram muitos filhos, que foram todos colocados entre os deuses e semideuses (ibid., p. 21-22); “a deusa Vênus (‘Afrodite’, em grego) gerou Eneias e um grande número de mortais” (ibid., p. 60-61); o próprio Platão, nascido em Atenas em 429 a.C., era considerado um divino Filho de Deus, nascido de uma virgem pura chamada Perictione, segundo acreditava o povo em geral (cf. LEWIS, 1997, p. 78); o taumaturgo Apolônio de Tiana, contemporâneo dos primeiros cristãos, também nascera de uma mãe virgem, tendo sido concebido miraculosamente pela mãe terrena e um deus egípcio de nome Proteu (cf. RIFFARD, p. 405); na mitologia egípcia, o rei, chamado faraó, era considerado um *deus* vivente e dava-se-lhe o título de “Filho de Deus”; na mitologia da Pérsia, Zoroastro foi o primeiro dos redentores do mundo a ser aceito como nascido pela concepção entre um deus e uma virgem (cf. LEWIS, ibid., p. 76); Ciro, rei da Pérsia, também era tido como nascido de origem divina e era chamado de “Cristo” ou “Filho ungido de Deus” (ibid.).

Analogamente, o MITO DO DEUS ENCARNADO, isto é, a crença segundo a qual uma divindade se encarna numa pessoa humana, era (e continua sendo) muito comum. Assim, por exemplo, no hinduísmo, Krishna é considerado a oitava encarnação do deus hindu Vishnu; para os hinduístas, Buda é considerado a nona encarnação da mesma divindade (Vishnu); “O Dalai Lama do Tibete é considerado um avatar [= encarnação divina] de Avalokitezvara” (BLAVATSKY, 2000, p. 65); “A Sociedade Teosófica anunciou, como encarnação divina da época, em suas próprias fileiras a Krishnamurti” (ARMOND, 1999, p. 137); ainda hoje, em vários países, monarcas são considerados a reencarnação de um deus. Como também já foi dito, o guru indiano Sathya Sai Baba era considerado uma encarnação da divindade (cf. HISLOP, 2003).

Diante de todos esses exemplos de supostas filiações e encarnações divinas na História de muitos povos, fica muito difícil aceitar a crença mítica e exclusivista da maioria dos cristãos, segundo a qual Jesus seria o único Filho de Deus e a única encarnação de Deus na História.

O MITO DA FILIAÇÃO DIVINA NATURAL DE JESUS CONTESTADO PELOS “HEREGES” DO CRISTIANISMO PRIMITIVO

Muitos dos chamados “hereges” do cristianismo primitivo defendiam, com razão, que Jesus é “Filho de Deus” somente no “sentido adotivo” (ou “adocionista”), e não no “sentido natural”.

Esses chamados “hereges” do cristianismo primitivo foram injustamente excomungados pelo cristianismo dominante. Eles estavam certos, pois, como esclarecido, Jesus não é “Filho de Deus” no sentido físico/biológico, mas – como qualquer outro ser humano – pode ser chamado “Filho de Deus” apenas no sentido analógico/metafórico/honorífico. O chamado “sentido adotivo” (ou “adocionista”) não difere essencialmente do sentido analógico/metafórico. Como afirmado, no sentido figurado, todos somos “filhos de Deus”, ao passo que no sentido natural/biológico/físico ninguém é “filho de Deus”, a não ser no âmbito da mitologia.

O cristianismo dominante dos primeiros séculos da era cristã proclamou, de fato, a “filiação divina” de Jesus, não no sentido adotivo/adocionista (como defendiam vários grupos do cristianismo primitivo), nem no sentido metafórico/analógico (como sustentam hoje muitos teólogos pluralistas), mas no “sentido *natural*” de uma consustancialidade entre o “Deus-Pai” e o “Deus-Filho”, como definido no Concílio de Niceia (325) e confirmado no Concílio de Calcedônia (451), que proclamou a existência em Jesus de **duas naturezas** (a *divina* e a *humana*) numa só *pessoa divina*.

Assim, a partir dessas decisões conciliares, o título “Filho de Deus”, que no judaísmo e em vários grupos do cristianismo primitivo tinha apenas o sentido de **filiação adotiva**, passou a ter em relação a Jesus o sentido de **filiação natural**. Quase todas as controvérsias cristológicas, isto é, a respeito da verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus, giraram em torno desses dois sentidos de “filiação divina”.

É preciso repetir que Jesus nunca declarou ser *literalmente* o “Filho de Deus”, ou uma *encarnação da divindade*. Foram os cristãos, sobretudo Paulo e João, que, influenciados pela cultura greco-romana, atribuíram-lhe esses títulos míticos e pagãos de “Filho de Deus” e de “Deus encarnado” no sentido natural/físico/biológico dessas expressões, a fim de enaltecer ao máximo a pessoa mítica do Cristo da fé e assim atrair muitos adeptos para a fé cristã tradicional.

Admitir essa crença mitológica (em sentido literal, como verdade histórica) é reduzir o Infinito ao finito, o Absoluto ao relativo, o Imutável ao mutável etc., além de não distinguir “mitos” de “fatos históricos”, nem “sentidos metafóricos” de “sentidos literais” da linguagem humana.

Nesse contexto, tinham muita razão vários escritores dos primeiros séculos do cristianismo, como, entre outros, Celso (séc. I) e Porfírio (séc. III), os quais diziam: “A Encarnação é um absurdo. Deus, o perfeito, o imutável, não pode rebaixar-se a ponto de se tornar uma criancinha” (apud COMBY, 1996, p. 35). Porfírio (apud COMBY, p. 37) escreveu:

Mesmo supondo que algum dos gregos seja bastante obtuso para pensar que os deuses habitam nas estátuas, essa seria uma concepção mais pura que a de admitir que o Divino tenha descido no seio da Virgem Maria, que se tenha tornado embrião, que, após o seu nascimento, tenha sido envolvido em panos, todo sujo de sangue, de bÍlis e pior ainda [...].

No ConcÍlio de Niceia (ano 325), convocado pelo imperador Constantino,

os bispos acrescentaram ao Filho de Deus o adjetivo *homoousios*, que significa que o Filho tem a mesma *ousía*, a mesma substância que o Pai – em outras palavras, que é consubstancial ao Pai. Esse termo afirma a perfeita igualdade entre o Pai e o Filho. [...] O acordo de Niceia é rapidamente questionado. Muitos rejeitam o termo *homoousios* porque não é encontrado nas Escrituras. Outros recordam que a palavra foi utilizada por heréticos que distinguiam de modo errôneo o Pai do Filho. Logo, a maior parte dos orientais recusa a fórmula de Niceia, excetuando-se *Atanásio*, bispo de Alexandria a partir de 328. O Ocidente latino permanece, de maneira geral, fiel a Niceia (COMBY, p. 92-93).

A verdade histórica, porém, é que as decisões de Niceia e de Calcedônia, acerca da identidade mítica de Jesus, nunca deixaram de ser contestadas ao longo de toda a história do cristianismo, tendo causado muitos conflitos ideológicos e sérias divisões entre os próprios cristãos.

O ENCONTRO DA IMAGEM MITOLÓGICA JUDAICA DO “FILHO DE DEUS” COM A IMAGEM MITOLÓGICA GREGA DE “DEUS O FILHO”

No livro *The Myth of God Incarnate* ('O Mito do Deus Encarnado'), John Hick explica o encontro da imagem mitológica judaica do “filho de Deus” (no sentido figurado/honorífico/adoptivo) com a imagem mitológica grega de “Deus o filho” (Deus encarnado numa pessoa humana). Nesse

livro (cf. HICK, 1977, p. 174-175), John Hick nos dá uma excelente explicação sobre esse encontro das duas culturas mitológicas (a judaica e a grega).

Em primeiro lugar, é preciso reafirmar que ser “filho de Deus”, na cultura hebraica, não é ser Deus, mas é um título honorífico, como se infere de João: “A todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem **filhos de Deus**” (Jo 1,12) **negrito meu**).

Já na cultura greco-romana, era muito comum a ideia mítica de alguém ser “filho de uma divindade” (no sentido literal da palavra) e de uma divindade encarnar-se em forma humana – O MITO DO DEUS ENCARNADO – daí ter sido fácil a transição da imagem mitológica judaica de “filho de Deus” para a imagem igualmente mitológica grega de “Deus o filho” (DEUS ENCARNADO NUMA PESSOA HUMANA).

John Hick (ibid.) esclarece como a velha linguagem mitológica/metafórica judaica de “filho de Deus” (no sentido adotivo), título geralmente atribuído aos reis de Israel por ocasião de suas coroações (e também atribuído a Jesus pelos cristãos do cristianismo nascente) transformou-se, devido ao encontro da cultura judaica com a cultura grega, na figura igualmente mitológica de “Deus o filho”, fazendo com que Jesus passasse, no cristianismo primitivo, de “filho de Deus” para “Deus o filho” (DEUS ENCARNADO, SEGUNDA PESSOA DA SANTÍSSIMA TRINDADE).

Eis como Hick descreve esse encontro das duas culturas mitológicas (a judaica e a grega), mediante o qual os cristãos fizeram com que Jesus passasse de “filho de Deus” para “Deus o filho”:

A primitiva comunidade cristã percorreu uma trajetória cultural que se iniciou com o judaísmo e desembocou na cultura helenista do mundo greco-romano. As ideias de deificação e encarnação eram muito comuns na cultura helenista e, quando se encontram com a imagem judaica do “filho de Deus”, essas novas categorias fazem acontecer uma significativa transição na imagem cristã de Jesus: de “filho de Deus” para “Deus o filho”, a segunda pessoa da Trindade (HICK, 1977, p. 175).

Em termos mais claros ainda, Hick (ibid.) explica que

dentro do próprio judaísmo, a noção de um homem ser chamado “filho de Deus” já existia há muito tempo. O Messias devia ser um rei terreno descendente de Davi e os reis antigos da linhagem de Davi recebiam o

título divino de “filho de Deus” ao serem ungidos na posse do cargo: as palavras do Salmo 2, 7, “Ele me disse: ‘Tu és meu filho, eu hoje te gerei’ ” foram provavelmente usadas nas cerimônias de coroação. Outro texto-chave é o 2º Livro de Samuel (2Sm 7,14): “Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho”, novamente dito a respeito do rei terreno. Portanto, **a linguagem de exaltação que a Igreja inicial aplicou a Jesus já fazia parte da longa tradição judaica** (ibid.) (negrito meu).

John Hick faz, com muita propriedade, o seguinte questionamento:

Como devemos entender essa linguagem antiga da filiação divina? Literal ou metaforicamente? O rei era literalmente filho de Deus? Claro que não. Dizer que o rei era “filho de Deus” era uma forma metafórica de se expressarem as qualidades do rei. O rei está mais próximo de Deus do que qualquer outra pessoa. Por isso, ele é chamado de “filho de Deus” (SI 2,7). Na linguagem mitológica, diz-se que Deus o “gerou”. Mas o rei é considerado “filho de Deus” apenas por “adoção”, e não por geração física, isto é, como sendo fisicamente “filho de Deus” (HICK, ibid.) (negrito meu).

Hick explica ainda que o relato do batismo de Jesus refuta o sentido físico de sua suposta filiação divina:

O sentido físico da filiação divina de Jesus é claramente refutado no relato do batismo de Jesus, em que se ouve a fórmula antiga, vinda do céu, de adoção filial usada na coroação dos reis: “Tu és meu filho” (SI 2,7). Essa, por conseguinte, parece ter sido a passagem bíblica do Novo Testamento que deu origem à crença na filiação divina de Jesus. E a crença de que Jesus era da linhagem de Davi e de que era o Messias contribuiu para atribuir a ele a imagem da filiação divina. Assim, o Evangelho de Marcos inicia apresentando “Jesus, o Messias, Filho de Deus”. E, com o desenvolvimento da teologia cristã, fez-se a transição de “Filho de Deus” para “Deus o Filho”, a Segunda Pessoa da Trindade (ibid., p. 175).

Hick (ibid.) esclarece ainda que as crenças mitológicas exclusivistas a respeito da pessoa de Jesus podem ser facilmente entendidas pelo contexto histórico-cultural da época: *cultura classicista (uma só verdade, certa e imutável)*, *mentalidade escatológico-apocalíptica (profeta final, revelação definitiva)* e *expressão de uma minoria (linguagem de sobrevivência, único Salvador)*, como bem expresso em passagens como estas: “E não há salvação em nenhum outro, pois não existe debaixo do Céu outro nome dado aos homens, pelo qual tenhamos de ser salvos” (At 4,12). “Pois Deus é um só, e um só também

o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos” (1Tm 2,6).

O MITO DA TRINDADE CRISTÃ

Sem ter a intenção de agredir os cristãos dogmáticos, mas querendo apenas contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta, desejo esclarecer, com base no pensamento de vários autores, sobretudo José Reis Chaves, em seu excelente livro *A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia*, que “uma das questões mais complicadas entre os dogmas cristãos proclamados pelos bispos em seus concílios é a da Santíssima Trindade. De uma coisa tão simples, fizeram uma tremenda confusão” (CHAVES, 2006b, p. 131).

Como todos sabemos, o conceito trinitário da divindade não é uma crença exclusiva do cristianismo, uma vez que é uma crença comum a muitas outras religiões, bem mais antigas do que o cristianismo, como nos seguintes exemplos, quase todos extraídos do livro de Reis Chaves (cf. CHAVES, 2006b, p. 132):

- 1) Pai, Filho e Espírito Santo (Cristianismo).
- 2) Kether, Chekmah e Binah (Cabala e Judaísmo).
- 3) Buda, Darma e Sanga (Budismo do Sul).
- 4) Amithaba, Avalokitesshvara e Manddjusri (Budismo do Norte).
- 5) Tulac, Fan e Mollac (Druidas).
- 6) Anu, Ea e Bel (Caldeus).
- 7) Odim, Freva e Thor (Mitologia Escandinava).
- 8) Osíris, Ísis e Hórus (Egito Antigo).
- 9) Ptah, Sekhmet e Nefestum (Egito Antigo: Mênfis).
- 10) Amon, Mut e Khonsu (Egito Antigo: Tebas).
- 11) Brama, Krishna e Shiva (Hinduísmo).
- 12) Brama, Vishnu e Shiva (Hinduísmo).

O conceito trinitário da divindade nas religiões foi criado por analogia com a trindade da família humana: **pai, mãe, filho**. Como quase todas as religiões antigas possuíam conceitos antropomórficos de suas divindades, isto é, concebiam suas divindades de maneira humana, elas cultuavam e adoravam um deus uno e trino, ou seja, um deus em três pessoas: **deus-pai, deus-mãe e deus-filho**, por exemplo, os egípcios antigos cultuavam e adoravam a seguinte trindade divina: Osíris, Ísis e

Hórus (deus-pai, deus-mãe e deus-filho). Em algumas religiões, por exemplo, no hinduísmo e no cristianismo, em vez da trindade deus-pai, deus-mãe e deus-filho, cultua-se uma trindade constituída de Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo. Assim, na principal trindade indiana, o filho de Deus chama-se “Vishnu ou Krishna”, o pai chama-se “Brama” e o Espírito Santo chama-se “Shiva”.

Pelo dogma da Trindade Cristã, os Concílios Ecumênicos proclamaram que Deus é *literalmente* uno e trino: Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo, três pessoas distintas, mas ao mesmo tempo iguais, constituindo um só Deus. Esse dogma, interpretado *literalmente* (e não *metaforicamente*), contém diversos erros, como veremos a seguir.

PRINCIPAIS ERROS DO DOGMA TRINITÁRIO CRISTÃO

Seguindo diversos autores pluralistas, principalmente o escritor José Reis Chaves (cf. CHAVES, 2006b, p. 133ss), bem como o escritor e ex-padre católico Franz GRIESE (GRIESE, 1957, p. 23-24), apresentarei a seguir alguns dos principais erros do dogma trinitário cristão:

- 1) O primeiro erro é definir Deus (literalmente) como *pessoa*, ou melhor, como três pessoas distintas, pois Deus não é *pessoa*, embora Ele possua *aspectos* ou **atributos pessoais**, uma vez que Ele nos conhece, nos ouve, nos vê, nos entende e nos ama. Definir Deus como *pessoa*, como já vimos, é um *antropomorfismo*, ou seja, é conceber Deus na forma de um ser humano.
- 2) O segundo erro é proclamar a igualdade das três pessoas divinas, o que não é verdade, pois a própria Bíblia expressa uma aberta inferioridade e subordinação do Filho em relação ao Pai, e do Espírito Santo em relação ao Filho: o Filho é enviado à Terra pelo Pai e o Espírito Santo é enviado à Terra pelo Filho; ora, todo enviado é obviamente inferior ao que o enviou.
- 3) O terceiro erro é declarar que Jesus não é uma *pessoa humana*, mas uma *pessoa inteiramente divina*, quando sabemos que Jesus é uma pessoa histórica e humana, como qualquer outro ser humano que já habitou neste planeta.
- 4) O quarto erro é proclamar que Jesus é *literalmente* “Filho de Deus”, tendo sido “gerado” (e não “criado”) pelo Pai. Ora, afirmar que Deus “gerou” alguém é pura linguagem metafórica, mitológica. Por conseguinte, Jesus é “Filho de Deus” (como todos nós também o somos), mas apenas em sentido figurado/metafórico.

- 5) O quinto erro, como nos esclarece o escritor José Reis Chaves, é afirmar que nós não podemos questionar esse dogma, porque ele é “um mistério de Deus”. “Na verdade, isso é mistério dos teólogos e não de Deus” (CHAVES, 2006b, p. 133).
- 6) O sexto erro diz respeito à criação do “Espírito Santo” da Santíssima Trindade, somente no fim do século IV, no Concílio de Constantinopla (ano 381), no qual Jesus e o Espírito Santo foram transformados, respectivamente, na segunda e terceira pessoas divinas da Trindade Cristã.
- 7) O sétimo erro é afirmar que Jesus foi *gerado* pelo Pai e que o Espírito Santo foi *gerado* do amor entre o Pai e o Filho. Essa história de Deus “gerar” *literalmente* um filho ou de o Espírito Santo ser *literalmente* “gerado” do amor mútuo entre o Pai e o Filho é pura linguagem mitológica.
- 8) O oitavo erro refere-se à origem e ao significado da expressão “O ESPÍRITO SANTO”, que só passou a existir na Bíblia depois do ano 381, após a proclamação do dogma da Santíssima Trindade. Depois dessa data, as passagens bíblicas que continham a expressão “um espírito santo” (para designar a “alma” ou o “espírito” individual de alguém), por exemplo, “Nosso corpo é santuário de um espírito santo” (1Cor 6,19) foram todas alteradas para designar o Espírito Santo da Trindade Cristã, o que resultou na seguinte tradução errada do presente versículo Paulino: “Nosso corpo é santuário do Espírito Santo”, pois quando Paulo escreveu suas cartas, ainda não existia “o Espírito Santo” da Trindade Cristã. Portanto, ele só podia empregar a expressão “um espírito santo” (e não “o Espírito Santo”), para designar a alma ou o espírito individual (“santo”) que habita em nosso corpo.

COMO SURTIU O DOGMA TRINITÁRIO CRISTÃO

Segundo o teólogo pluralista John Hick (cf. HICK 1977, p. 174-175), o dogma trinitário cristão surgiu, principalmente, da transição que os cristãos fizeram em Jesus, de “Filho de Deus” (no sentido adotivo) para “Filho de Deus” (no sentido natural) e, depois, para “Deus o Filho” (“Deus encarnado”), Segunda Pessoa da Santíssima Trindade.

Essa transição foi fruto do encontro da imagem judaica de um rei ser considerado “filho de Deus”, no sentido adotivo/honorífico, com as imagens mitológicas greco-romanas de “filho de Deus” e de “Deus encarnado”, no sentido natural/físico/biológico (cf. HICK, *ibid.*).

Conforme já vimos, mas convém repetir, Hick (ibid.) explica que a passagem bíblica que parece ter dado origem à crença mítica na filiação divina de Jesus é o versículo do Salmo “Tu és meu filho, eu hoje te gerei” (Sl 2,7), usada na coroação dos reis de Israel para declarar que os reis eram “filhos (adotivos) de Deus”. Mas a crença igualmente mítica de que Jesus era da linhagem real de Davi e de que era o Messias prometido contribuiu fortemente para fazer a transição nele de “Filho de Deus” (no sentido adotivo) para “Filho de Deus” (no sentido natural) e, com o desenvolvimento da teologia cristã, naturalmente influenciada pela cultura greco-romana, os cristãos deram um passo a mais nessa transição, fazendo com que Jesus passasse de “Filho de Deus” (no sentido natural) para “Deus o Filho” (“Deus encarnado”, Segunda Pessoa da Trindade).

Foi assim, como argumenta Hick (ibid.), que nasceu **o dogma (ou mito) da Trindade Cristã** (Deus uno e trino: Pai, Filho e Espírito Santo), embora saibamos que a concepção trinitária da divindade já existia em várias outras tradições religiosas, bem mais antigas do que o cristianismo, fato esse que, sem dúvida alguma, reforçou a proclamação do dogma da Trindade Cristã, no 1º Concílio de Constantinopla (ano 381).

Como já vimos, na trindade indiana, o filho de Deus, o verbo encarnado, o primeiro salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), chama-se “Vishnu ou Krishna” (o nome “Krishna” tem a mesma raiz que “Cristo”). O pai chama-se “Brama” e o Espírito Santo chama-se “Shiva”. As três pessoas da principal trindade divina egípcia são: Osíris, Ísis e Hórus, respectivamente, Pai, Mãe e Filho.

Em todas essas trindades, Deus é uno e trino, um Deus em três pessoas. Conforme esclarecido, definir Deus como *pessoa* é um antropomorfismo, uma metáfora. Deus, sendo infinito, não pode ser definido literalmente como *pessoa*, e menos ainda, como três pessoas, pois toda *pessoa* é, por definição, limitada, e Jesus não é uma *pessoa divina*, mas uma *pessoa totalmente humana*. E o Espírito Santo da Trindade cristã não é nem uma pessoa divina nem humana, mas pura ficção criada pelos teólogos cristãos.

DESIGUALDADES ENTRE AS TRÊS PESSOAS DA TRINDADE CRISTÃ

Proclamar que as três pessoas da Trindade Cristã são iguais é um erro, uma vez que a própria Bíblia cristã expressa uma aberta inferioridade e subordinação do Filho em relação ao Pai, bem como do

Espírito Santo em relação ao Filho: inferioridade no SABER, no PODER e no SER (cf. GRIESE, p. 23-24):

- 1) **INFERIORIDADE NO SABER:** “Daquele dia e daquela hora ninguém sabe, nem mesmo os anjos do céu, nem tampouco o Filho, mas somente o Pai” (Mt 24,38; Mc 13,32).
- 2) **INFERIORIDADE NO PODER:** “O poder de sentar-se à minha direita ou à minha esquerda não é de minha competência, mas somente de meu Pai” (Mt 20,23). “Eu não posso fazer nada por mim mesmo” (Jo 5,30). “Desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, mas para fazer a vontade daquele que me enviou” (Jo 6,38).
- 3) **INFERIORIDADE NO SER:** “O Pai é maior do que eu” (Jo 14,28). Em várias outros trechos do mesmo Evangelho de João, ele mostra que Jesus não era Deus, mas um “enviado de Deus” (Jo 4,34; 5,24; 6,44; 7,29; 8,26; 12,45; 17,3) e é claro que um enviado é sempre inferior àquele que o enviou. Jesus também teria afirmado: “Subirei ao meu Pai e ao vosso Pai, ao meu Deus e ao vosso Deus” (Jo 20, 17); e também teria dito: “Eu rogarei ao Pai” (Jo 14,16 e 16,26) e o que roga é obviamente inferior ao rogado.

A Bíblia também confirma literalmente a **inferioridade do Espírito Santo em relação ao Filho**, uma vez que o Espírito Santo foi enviado pelo Filho, e todo enviado é logicamente inferior ao que o enviou, como podemos comprovar na seguinte passagem bíblica:

Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito de Verdade [o Espírito Santo], ele vos guiará a toda verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar (Jo 16,12-14).

Essa passagem bíblica se refere ao **Espírito Consolador** (o **Paráclito**) que Jesus supostamente prometeu nos enviar, interpretado pelos cristãos ortodoxos como sendo o próprio Espírito Santo da Santíssima Trindade. Mas, como pode o Espírito Santo ser Deus, Terceira Pessoa da Trindade, se ele é inferior ao Filho, Segunda Pessoa da mesma Trindade?

A conclusão lógica, para quem se guia pela “fé raciocinada”, é que o Espírito Santo da Trindade Cristã não é literalmente uma pessoa divina, distinta do Pai e, ao mesmo tempo, igual ao Pai, mas pode referir-se apenas a “um espírito bom” (“um espírito iluminado”, “um espírito santo”),

mas de nível inferior ao do Deus verdadeiro e ao de Jesus (cf. CHAVES, 2006b, p. 183).

Essas passagens bíblicas são mais do que suficientes para se concluir, à luz da “fé raciocinada”, que a Trindade Cristã, interpretada literalmente, não existe, é um mito cristão, criado pelos teólogos ao longo da história do cristianismo.

Por mais que se respeite essa crença sincera e honesta dos cristãos convencionais, não se pode deixar de dizer, a bem da verdade e da verdadeira identidade de Jesus, que ela é uma crença puramente mitológica, e não uma verdade histórica absoluta, como já vêm entendendo há bastante tempo os próprios cristãos liberais e, mais recentemente, diversos teólogos cristãos pluralistas, sem falar, é lógico, nas religiões e/ou filosofias espiritualistas reencarnacionistas (como o espiritismo), que vêm, há muito tempo, fornecendo lúcidos esclarecimentos sobre o caráter puramente mitológico, e não histórico, do fenômeno de se “endeusar” (“divinizar” ou “deificar”) personagens marcantes da História.

“EU E O PAI SOMOS UM” (JO 10, 30)

Os cristãos dogmáticos, fundamentados em interpretações literais de várias passagens do Evangelho de João, por exemplo, “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30), “Quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,9) e “Não crês que estou no Pai, e o Pai está em mim?” (Jo 14,10), argumentam que Jesus realmente declarou “ser Deus”, igual ao Pai.

Essas passagens joaninas, atribuídas a Jesus, não querem dizer que ele é *literalmente* Deus, como erroneamente interpretaram (e continuam interpretando) os cristãos convencionais e os adeptos de algumas filosofias e/ou religiões panteístas, mas pretendem expressar a sua união e comunhão íntima com Deus. Essa união e comunhão íntima com Deus (que está dentro de nós) não significa dizer que existe uma identidade perfeita entre nós e a divindade, mas expressa apenas a união, a comunhão íntima e imanente entre nós e Deus, “no qual vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28).

Procurar constantemente essa união íntima e mística com Deus é tarefa de todos nós, o que não significa dizer, como afirmam os panteístas, que “todos somos Deus”. Por isso, no mesmo Evangelho de João (Jo 1,12), como elucida Jayme Andrade (cf. ANDRADE, 1995, p.

59), Jesus quis incluir na mesma categoria de “união com o Pai” seus apóstolos, quando supostamente afirmou: “Pai Santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós” e “para que também eles sejam **um em nós**” (Jo 17,21) (negrito meu).

Por conseguinte, a crença dos cristãos tradicionais, segundo a qual as passagens joaninas, há pouco citadas, seriam provas de que Jesus declarou ser Deus (no sentido natural), perdem totalmente o seu sentido, sem mencionar o fato de que o Evangelho de João é o menos histórico de todos, que tem como objetivo principal provar que Jesus é Deus. Por isso, para atingir esse seu objetivo, João não teme colocar nos lábios de Jesus frases que ele nunca disse.

Mas, os que seguem a interpretação literal desses versículos joaninos deveriam notar que, em várias outros trechos do mesmo Evangelho, João se contradiz, porquanto mostra, em várias outras passagens, que Jesus não era Deus, mas um “enviado de Deus” (Jo 4,34; 5,24; 6,44; 7,29; 8,26; 12,45; 17,3) e que chegou a afirmar: “Porque eu descí do Céu, não para fazer a minha vontade, mas a daquele que me enviou” (Jo 6,38). E é óbvio que um enviado é sempre inferior àquele que o enviou. Jesus também teria afirmado: “O Pai é maior do que eu” (Jo 14,28); “Subirei ao meu Pai e ao vosso Pai, ao meu Deus e ao vosso Deus” (Jo 20, 17); e também teria dito: “Eu rogarei ao Pai” (Jo 14,16 e 16,26) e o que roga é obviamente inferior ao rogado.

Essas passagens bíblicas são mais do que suficientes para se concluir, à luz da “fé raciocinada”, que Jesus nunca cometeu a blasfêmia de afirmar que era *literalmente* Deus, mas que foram os cristãos que, de fato, o “endeusaram”.

A própria Bíblia judaico-cristã declara também que alguém pode ser chamado “deus” ou “filho de Deus”, não no sentido natural, mas no sentido metafórico ou honorífico, principalmente quando exerce uma função importante na sociedade. Exemplos:

Eu declarei: Vós sois deuses, todos vós sois filhos do Altíssimo. (Sl 82, 6)

Não está escrito em vossa Lei: *Eu disse: Sois deuses?* (Jo 10,34)

A *Bíblia de Jerusalém* elucida, nas notas de rodapé referentes a essas duas passagens bíblicas, o sentido *metafórico* (e não *literal*) de alguém ser chamado “deus” ou “filho de Deus” na Bíblia:

Os príncipes e os juizes são comparados aos “filhos do Altíssimo”, membros da corte divina. (*A Bíblia de Jerusalém*, Sl 82, 6, nota g)

Esta palavra dirige-se aos juizes, chamados “deuses” metaforicamente, por causa de seu ofício, pois “o julgamento cabe a Deus”. (*A Bíblia de Jerusalém*, Jo 10,34, nota c)

Voltando ao tema da Trindade Cristã, é bom repetir que, se Deus não é *pessoa* e Jesus não é igual ao Pai (nem é Deus), cai por terra o dogma (ou mito) da Trindade Cristã, segundo o qual em Deus há *três pessoas distintas*, mas ao mesmo tempo *iguais*. O Espírito Santo é, por conseguinte, pura criação mítica dos teólogos cristãos.

Como sabemos, a Trindade Cristã é um dos dogmas (ou mitos) fundamentais do cristianismo ortodoxo, o qual une até hoje a grande maioria dos cristãos, embora nunca tenha deixado de ser uma das maiores causas de conflitos ideológicos, de brigas e divisões, entre os próprios cristãos, particularmente os da igreja primitiva, e tem sido indubitavelmente uma das maiores causas de conflitos teológicos entre cristãos e não cristãos.

O debate teológico entre os cristãos em torno do dogma (ou mito) trinitário já dura dois mil anos, mas, até hoje, permanece intocável, pela simples razão de que esse debate teológico é fundamentado na “fé cega racionalizada” – a chamada “*fides quaerens intellectum*” – ‘a fé que procura compreender’, mas que nunca pode sofrer revisões nem alterações, pois, para os cristãos dogmáticos, “dogma de fé” é verdade absoluta. Como prova de que esse debate cristão é realmente baseado no princípio da “fé cega racionalizada” (e não da “fé raciocinada”), os autores do DER afirmam que

não há inconveniente na utilização da razão e dos seus conceitos para se ilustrarem as verdades da fé, **contanto que se preserve incólume o conteúdo da Revelação divina** (DER, verbete **Trindade**) (negrito meu).

Fazendo uso, portanto, da “fé racionalizada” (isto é, da “fé-crença cega racionalizada”), os teólogos dos primeiros séculos, para justificar a formulação exata do dogma trinitário, tiveram que recorrer à filosofia grega, com respeito à distinção entre os termos *ousía* (essência, natureza) e *hypóstasis* (pessoa). A *ousía* (a essência, a natureza, a Divindade) é única; “as pessoas, porém, são três, sem esfacelar nem

retalhar a natureza divina, como são três os ângulos de um triângulo sem esfacerar a superfície do triângulo” (DER, verbete **Trindade**).

Fazendo uso do mesmo tipo de “fé cega racionalizada”, o primeiro Concílio Ecumênico do cristianismo, realizado em Niceia (Ásia Menor), no ano 325, redigiu uma profissão de “fé cega racionalizada”, cujo texto

acentua a identidade de substância do Pai e do Filho para afirmar que o **Filho não foi criado** (quem cria tira do nada), **mas gerado** (quem gera se prolonga no filho gerado); o Filho é Deus de Deus, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro (DER, verbete **Trindade**) (negrito meu).

Essa teologia emprega, erroneamente, os termos “Filho” e “gerar” no sentido real, literal, enquanto sabemos, pela interpretação do versículo bíblico “Tu és meu Filho, eu hoje te gerei” (Sl 2,7), que nem o nome “Filho”, nem o verbo “gerar” devem ser tomados nesse contexto em sentido real, literal, mas em sentido espiritual, figurado, metafórico.

Reflitamos, agora, sobre a origem e o significado, na Bíblia, dos termos “espírito”, “alma”, “espírito santo” e das expressões “um espírito santo” x “o Espírito Santo” da Trindade Cristã.

O TERMO ORIGINAL BÍBLICO PARA “ESPÍRITO” OU “ALMA”

O termo original bíblico para “espírito” ou “alma” é “sopro” (*ruah* em hebraico, *pneuma* em grego, *spiritus* e *anima* em latim) (cf. HOORNAERT, 2006, p. 30):

Essa linda imagem provém na sua origem da experiência do deserto que, por assim dizer, moldou a cultura semita. Uma das memórias mais marcantes é a do vento, que sussurra palavras nos ouvidos durante as longas caminhadas, mas que às vezes se levanta em perigosa tempestade. O vento é poder de Deus, invisível, imprevisível, livre e poderoso, fala manso ou arrebatado tudo num estrondo terrível. O vento, a respiração, o fôlego de vida, o ímpeto, dinamismo, ardor, vontade e destemor (HOORNAERT, *ibid.*).

Na Bíblia, há muitas passagens em que os autores usaram o termo original “sopro” no sentido de o “espírito” (ou a “alma”, ou o “poder”) de Deus, que é o Espírito todo poderoso. O profeta Isaías, por exemplo, escreveu (cf. HOORNAERT, *ibid.*):

Seu sopro [=seu espírito] é como rio na enchente
 Que sobe até o pescoço (Is 30,28)
 Como o rio numa garganta (num estreito)

Empurrado por um vento impetuoso (Is 59,19).

O profeta Joel escreveu: “Espalharei meu sopro [= meu espírito] sobre toda a carne” (Jl 3,1).

Segundo o historiador Ambrogio Donini,

A teoria da alma como “sopro” (*ruach* em hebraico, *psiquê* em grego, *anima*, em latim) talvez esteja ligada às experiências dos povos pescadores, habituados a verem a sua presa morrer arquejando fora da água; os povos caçadores, ao contrário, viram no sangue a morada do espírito vital, da alma (DONINI, p. 25, nota 9).

“UM” ESPÍRITO SANTO X “O” ESPÍRITO SANTO

De acordo com a opinião do escritor José Reis Chaves (cf. CHAVES, 2006b, p. 142-143), até o ano de 381, a expressão “espírito santo” nada tinha a ver com “o Espírito Santo” da Trindade Cristã, o qual não existia no Antigo Testamento, nem nas primeiras gerações cristãs, pois até essa época só existia o Deus uno (mas não trino) dos judeus. Conforme elucidado, o Espírito Santo da Trindade Cristã só foi criado no Concílio Ecumênico de Constantinopla, no ano 381. Até essa época, portanto, quando temos na Bíblia a expressão “espírito santo”, não se trata, pois, do Espírito Santo da Trindade, mas da expressão “espírito santo” no sentido da “alma” (ou do “espírito”) de uma pessoa, como no versículo Paulino: “Nosso corpo é santuário do (dum no original grego) Espírito Santo” (1Cor 6,19).

Nesse versículo (como em muitos outros), o uso do artigo definido “o” é um erro de tradução, pois a tradução correta deveria ser “um”: “Nosso corpo é santuário de um espírito santo”, e não “do Espírito Santo” (da Trindade), uma vez que o “Espírito Santo” da Trindade cristã ainda não havia sido criado quando Paulo escreveu suas cartas.

No grego não existe o artigo indefinido “um”, mas existe o artigo definido “*ho*” (“o”). Logo, quando a expressão “espírito santo” se encontra no original grego sem o artigo definido “*ho*”, a tradução correta, para o português, tem que ser com o artigo indefinido “um” (“um espírito santo”), e não com o artigo definido “o” (“o espírito santo”). O tradutor só poderia empregar o artigo definido “o”, se no original grego também houvesse o artigo definido “*ho*” (“o”), mas, se no original grego não havia o artigo definido, a tradução correta, para o português, tinha que ser com o artigo indefinido “um”, e não com o artigo definido “o”.

Mas, infelizmente, todas as traduções foram adaptadas à nova doutrina do Espírito Santo da Santíssima Trindade, e passaram a usar, erroneamente, a expressão “o Espírito Santo”, quando o certo é “um Espírito Santo”, a que a Bíblia se referia antes da instituição do Espírito Santo da Santíssima Trindade, e como está no original grego (CHAVES, 2006b, p. 142-143).

Assim, por exemplo, no relato de Mateus sobre a gravidez de Maria, José teve um sonho no qual um anjo lhe diz que Maria teria concebido de um espírito santo, e não do Espírito Santo da Trindade. Mas, infelizmente, a tradução errônea posterior transformou esse “um espírito santo” no Espírito Santo da Trindade Cristã (cf. TABOR, 2006, p. 59).

Vejamos outro exemplo desse mesmo erro de tradução, na seguinte passagem do Evangelho de João:

“A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, também eu vos envio.”
Dizendo isto, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei **o Espírito Santo**. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais não perdoardes ser-lhes-ão retidos.” (Jo 20, 21-23) (negrito meu).

Nessa passagem evangélica, a frase “Recebei **o Espírito Santo**”, supostamente dita por Jesus, ao instituir o Sacramento da Confissão e a doutrina mítica do perdão gratuito dos pecados, está errada, pois, no original grego, não temos a expressão “Recebei o Espírito Santo”, uma vez que, no original grego, não aparece aí o artigo definido, devendo a tradução correta ser “Recebei um Espírito Santo”, e não o Espírito Santo da Trindade cristã, pois, quando João escreveu seu Evangelho, entre os anos 90-100, o Espírito Santo da Trindade Cristã ainda não existia, o qual foi criado somente no ano 381, no 1º Concílio de Constantinopla.

O escritor José Reis Chaves, em seu livro *A Face Oculta das Religiões: uma visão racional da Bíblia*, aborda mais detalhadamente esse erro de tradução, fornecendo-nos uma rica exemplificação (cf. CHAVES, 2006b, p. 140-147).

A expressão “um espírito santo” pode também significar “um espírito bom”, “um espírito puro”, “um espírito evoluído”, “um espírito iluminado”, em oposição a “um espírito mau”, “um espírito atrasado” etc.

ASPECTOS (E NÃO PESSOAS) DA DIVINDADE

Alguns escritores e teólogos, por exemplo, José Reis Chaves (cf. CHAVES, 2006b, p. 137), bem como o espírito (teólogo e ex-padre católico) Carlos Torres Pastorino, em sua obra (de 8 volumes) *Sabedoria*

do Evangelho (cf. PASTORINO, 1966, 3º vol., p. 181-183), não veem a Trindade Divina como constituída de três PESSOAS, mas de três ASPECTOS: **1º aspecto** = Deus como Espírito Absoluto; **2º aspecto**: Deus como Pai Criador; **3º aspecto**: Deus como Filho Criado. Nesse sentido de Aspectos (em vez de Pessoas) da Trindade, a ordem da Trindade Cristá não é **Pai, Filho e Espírito Santo**, mas “**Espírito Santo, Pai e Filho**” ou seja, “**Espírito (Deus), Pai (em seu Aspecto de Pai) e Filho (em seu Aspecto de Filho)**” (CHAVES, *ibid.*) (negrito meu).

Ou seja, nessa concepção da Trindade, com a qual concordamos plenamente, em Deus não há **PESSOAS**, mas **ASPECTOS** ou **ATRIBUTOS**: “Deus é Espírito, mas possui o Aspecto (ou Atributo) de Pai Criador, bem como o Aspecto (ou Atributo) de Filho Criado (representado por Cristo e por todos nós também filhos de Deus)” (CHAVES, 2006b, p. 146). “Deus é Espírito, Luz, Inteligência Suprema, Causa Primária, o Único Ser Incontingente e Amor” (CHAVES, *Ibid.*).

A concepção de Aspectos ou Atributos (e não de Pessoas) da Divindade Suprema remonta ao hinduísmo: **Bramã** (ou **Brahman**) – a Divindade Suprema (*impessoal e neutra*) – com seus três Aspectos ou Atributos pessoais: **Brama** (o Pai Criador), **Vishnu** ou **Krishna** (o Filho Criado) e **Shiva** (o Espírito Santificador).

A concepção de Aspectos ou Atributos (em vez de Pessoas) da Divindade é bem mais racional do que as concepções antropomórficas e míticas de um Deus uno e trino, isto é, de um Deus em três Pessoas (Pai, Mãe, Filho ou Pai, Filho e Espírito Santo).

O MITO DO PECADO ORIGINAL

O “pecado original” é outro famoso mito cristão e não uma verdade histórica. Fazendo uso da “fé raciocinada” e da “racionalidade comunicativa”, questiona-se esse mito (ou dogma cristão) mediante a seguinte reflexão: que Deus mesquinho é esse que, por causa de uma suposta desobediência do primeiro casal humano faz nascer todos os demais seres humanos em estado de tamanha “desgraça” moral, obrigando seu suposto Filho unigênito a encarnar-se na Terra para redimir a humanidade de tão “grande” falta, mediante sua morte na cruz?

Deus, com o sangue do seu Filho Unigênito, teria, assim, pago a Satanás o resgate da humanidade. Entretanto, numa justa crítica do filósofo Pietro Ubaldi, em seu livro *Cristo* (UBALDI, 1988, p. 274),

é absurdo que Deus seja submisso ao poder de Satanás, e tenha enviado Seu Filho primogênito para pagar com o Seu sangue o resgate da humanidade, que foi induzida ao pecado pelo próprio Satanás. Como pode Deus justificar esta culpa, a ponto de reconhecer uma dívida Sua para com Satanás? [...] **Justificando semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás** (negrito meu).

Essa doutrina mítica do “pecado original”, além de ser totalmente inconciliável com a justiça de Deus, “fazendo todos os homens responsáveis pela culpa de um só” (KARDEC, *A Gênese*, cap. I, n. 38), contradiz o bom senso, a lógica, a “fé raciocinada”, a “razão comunicativa” e a ciência, sobretudo levando-se em conta que esta vem comprovando, há mais de um século, que a espécie humana não se originou de um único primeiro casal humano, como narra a Bíblia no livro do Gênesis.

O verdadeiro “pecado original”, como corretamente argumenta Allan Kardec, só tem uma explicação racional para quem acredita na *reencarnação*:

Com a preexistência, o homem traz, *ao renascer*, o gérmen das suas imperfeições, dos defeitos de que não se corrigiu e que se traduzem pelos instintos naturais e pelos pendores para tal ou tal vício. É esse o seu verdadeiro pecado original, cujas consequências naturalmente sofre, mas com a diferença capital de que sofre a pena das suas próprias faltas, e não das de outrem (KARDEC, *A Gênese*, cap. I, n. 38).

Seguindo os estudos do teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE (cf. GRIESE, 1957, p. 138-140), foi Santo Agostinho, de Hipona, África (354-430), quem criou (no ano 418) a doutrina cristã mítica do “pecado original”, baseando-se num tremendo erro de tradução latina do original grego de um versículo da Epístola de São Paulo aos Romanos (Rm 5,12), pois Santo Agostinho – considerado um dos maiores filósofos e teólogos do cristianismo – ao interpretar a Epístola de São Paulo aos Romanos, usava um texto latino que era uma péssima tradução do original grego, como no seguinte versículo (Rm 5,12), cuja tradução errônea deu origem ao dogma do “pecado original”:

(...) nesse versículo básico “por um homem (Adão) veio o pecado ao mundo, e pelo pecado, a morte; e assim a morte passou a todos os homens, porque todos **nele** (Adão) pecaram” (Rm 5,12), a expressão **nele** não se encontra no texto original [grego]. O tradutor do texto latino, equivocadamente, havia

traduzido o original grego “ef ho” por “nele”, enquanto “ef ho” significa “porque”. Logo, a verdadeira tradução do original é a seguinte: “Por um homem chegou o pecado ao mundo, e pelo pecado a morte, e a morte passou por isso a todos os homens, **porque** todos pecaram” (GRIESE, op. cit., p. 139-140) (negrito meu).

Griese argumenta, convincentemente, que o referido versículo, portanto, não afirma que todos os homens pecaram “em Adão”, mas apenas que **todos os homens pecaram**, cada um **pessoalmente** (uma vez que todos os seres humanos deste planeta são imperfeitos), e não por herança de nossos supostos primeiros pais.

Griese afirma que esse erro de tradução foi reconhecido posteriormente pela cúpula da Igreja Católica, mas já era tarde demais, porque a doutrina do “pecado original”, baseada nesse erro de tradução, já havia sido declarada dogma de fé e, como tal, não poderia mais ser revisada, pois dogma de fé (mesmo que pareça absurdo e seja contradito pela razão, pela ciência e pela “fé raciocinada”) é, para os cristãos dogmáticos, verdade absoluta, proclamada solenemente pelo Papa, o qual é considerado infalível, quando proclama um dogma de fé (**mito da infalibilidade papal**). Alterar um dogma de fé equivaleria a um suicídio (cf. GRIESE, p. 138-139).

A doutrina do “pecado original” é um dos dogmas fundamentais da fé cristã tradicional. Se essa doutrina é falsa, como, de fato, o é, caem automaticamente por terra os dogmas (ou mitos) cristãos da redenção pelo sangue de Cristo derramado na cruz, o do batismo das crianças e o da Imaculada Conceição de Maria (cf. GRIESE, p. 136-137).

A verdade é que “não existe nada, absolutamente nada, nem na Sagrada Escritura, nem na tradição apostólica, que insinue ou fale em favor de um pecado original” (GRIESE, p. 145). Foi Santo Agostinho mesmo (no ano 418) quem inventou essa doutrina mítica e, a partir de então, todos os demais teólogos cristãos ortodoxos passaram a adotá-la, porque dela depende toda a teologia da Igreja: “*To be or not to be, that is the question*” (GRIESE, *ibid.*).

O MITO DO BATISMO

Segundo a grande maioria dos cristãos, Jesus teria afirmado que o batismo é necessário para a “salvação” e que só pode ser “cristão” (e “salvar-se”) quem crer e for batizado (cf. Mc 16,16).

Os mesmos cristãos, baseados numa passagem do Evangelho de Mateus (Mt 28,19), asseguram que Jesus ordenou o seguinte: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

A verdade, porém, é que o Jesus histórico nunca disse isso. Tanto o versículo bíblico de Marcos (Mc 16,16) como o de Mateus (Mt 28,19) são inautênticos, uma vez que não se encontram em versões mais antigas dos mesmos Evangelhos.

Além disso, a passagem de Mateus foi copiada do chamado “Pseudo Evangelho de Marcos (Mc 16,9-20), que, por sua vez, é um caso de acréscimo ao Evangelho de Marcos, uma vez que não consta nas versões mais antigas desse mesmo Evangelho. Esses doze versículos falam das aparições de Jesus ressuscitado e de sua suposta ordem aos discípulos, dizendo-lhes: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado” (Mc 16,15-16).

Fica, portanto, mais do que claro que a doutrina do batismo não foi ensinada pelo Jesus histórico. Apesar de ser bastante provável que o Jesus histórico tenha sido batizado por João Batista, ele nunca fez uso do batismo nem ordenou aos discípulos que fossem por todo o mundo evangelizando e batizando toda criatura em nome da Trindade, nem jamais afirmou que só seria salvo quem cresse e fosse batizado. Isso tudo foi doutrina mítica acrescentada posteriormente pela Igreja, a fim de legitimar biblicamente a sua hegemonia eclesial.

Com base nesse dado histórico, o batismo é, por conseguinte, mais um mito cristão. O Jesus histórico ensinou que para “salvar-se” (ou melhor, para “libertar-se”) e para ser “cristão”, isto é, para ser “seu discípulo”, a condição necessária e suficiente é **amar o próximo**: “Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois cristãos], se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,35).

Por conseguinte, não é o batismo nem qualquer outro sacramento ou prática ritualística que “salva” (ou “liberta”) e que caracteriza o “cristão” como Jesus o definiu. Assim, o hinduísta Mahatma Gandhi, um dos espíritos mais iluminados do século XX, grande admirador do Evangelho de Cristo, praticante como Jesus da não violência, isto é, do amor, nunca foi “batizado”, entretanto, no feliz dizer do escritor espírita Hermínio C. Miranda, “foi cristão dos melhores, na vivência do amor ao próximo, na

mansidão, no entendimento fraterno, no viver limpo, correto, modesto, autêntico” (MIRANDA, 1988, p. 18).

RELAÇÃO ENTRE O BATISMO E O PECADO ORIGINAL

Os cristãos ortodoxos alegam que o “batismo” é necessário para apagar o “pecado original”.

Essa é uma das crenças míticas que une a grande maioria dos cristãos, para os quais “no batismo erradica-se o pecado original, restaurando-se o estado de graça” (DER, verbete **pecado original**), o que implica afirmar que todos os seres humanos nasceram em estado de “desgraça”, ou seja, nasceram todos com o “pecado original” – um pecado que não cometeram, mas que absurda e injustamente, conforme já vimos, lhes foi transmitido por herança de seus primeiros pais (Adão e Eva). Além do mais, se os seres humanos não tivessem herdado esse tal “pecado original”, cometido pelos seus supostos primeiros pais, não “morreriam”. Seriam todos imortais!

Não é de admirar, portanto, que, entre as várias denominações cristãs e entre os próprios grandes teólogos e doutores da Igreja, as opiniões sobre o batismo sejam por demais contraditórias. Por exemplo: enquanto para a maioria das denominações cristãs, o batismo é absolutamente necessário para apagar o “pecado original” e para a salvação, para outras, ele não é absolutamente necessário (por exemplo, para os luteranos). Enquanto para algumas denominações cristãs, o batismo só é válido se for administrado exclusivamente a adultos (por exemplo, para os batistas), para outras, ele pode ser validamente administrado a crianças (por exemplo, para os católicos). Enquanto para o maior doutor da Igreja, Santo Tomás de Aquino, a eficácia do batismo dependia tão somente da fé daquele que o recebesse, para outro dos maiores doutores da Igreja Católica, Santo Agostinho, como as crianças que são batizadas não podem ter fé, é suficiente a fé dos padrinhos (cf. SCHUTEL, 1986, p. 38; ver também DER, verbete **batismo**).

O MITO DO PARTO VIRGINAL

A grande maioria dos cristãos defende a crença mítica segundo a qual Jesus, sendo Deus encarnado, nasceu miraculosamente de um parto virginal, por obra e graça do Espírito Santo.

SENTIDO FIGURADO DO PARTO VIRGINAL

Hoje, muitos biblicistas católicos já explicam a suposta virgindade de Maria de uma maneira simbólica.

Como explica o escritor Juan Arias (cf. ARIAS, 2001, p. 52), Jesus nasceu normalmente como qualquer outro ser humano. Esse mesmo autor esclarece, com muita propriedade, que o mito do parto virginal é antiquíssimo, encontrando-se em muitas religiões muito anteriores ao cristianismo e que, “segundo os historiadores das religiões, nascer de uma mãe virgem significava, na antiguidade, que a criança seria um personagem importante” (ibid.). Por isso, os evangelistas, tendo que anunciar aos primeiros cristãos que Jesus era o Messias prometido pelos profetas ao povo de Israel, explicaram-no dizendo que ele nascera de uma mulher virgem.

Como esclarece o escritor espiritualista Ramacháraka,

a ideia do Nascimento Virginal não foi uma Doutrina Cristã original, porém foi introduzida nos Ensinos, cem anos mais ou menos depois do começo da Era Cristã (apud JOMANO, 2001, p. 170-171).

O escritor italiano Ambrogio Donini, grande especialista em História das Religiões, também afirma, com razão, que “o mito do nascimento milagroso de um salvador, ligado a um parto virginal, encontra-se na religião grega, em muitos cultos orientais, na literatura persa, nos textos hindus e na hagiografia budista” (DONINI, p. 240, nota 22).

Cerinto, considerado um dos primeiros “hereses” do cristianismo primitivo, por negar a divindade de Jesus, já ensinava, corretamente, que Jesus não nascera miraculosamente de uma Virgem, mas fora filho de seus pais por uma geração semelhante à de todos os outros homens.

Também a “doutrina adocionista”, comum a vários grupos cristãos dos séculos II e III, afirmava, corretamente, que Jesus não era um ser literalmente divino, mas um ser puramente humano e que, portanto, não nascera miraculosamente de uma Virgem, mas nascera da união sexual normal de seus pais, como qualquer outra pessoa.

OUTRA EXPLICAÇÃO PARA O MITO DO PARTO VIRGINAL

Outra explicação que se pode dar para o mito do parto virginal é que, nas culturas antigas, uma das condições necessárias para alguém

ser “salvador” era ter nascido miraculosamente, sendo ao mesmo tempo **homem e deus (e filho de um deus)**.

A esse respeito, leiamos o que escreveram os autores do DER (verbete **salvação**):

A salvação é prometida por todas as religiões. [...] O Salvador, o Soter dos gregos, é um homem e, ao mesmo tempo, um deus, e vem a ser um símbolo universal, pois **para salvar o homem é preciso ser homem e também um deus**. [...] **Em muitas religiões é o filho que traz a salvação**. Entre os egípcios foi Hórus” [filho do deus Osiris e da deusa Ísis] (negrito meu).

Ora, se nas culturas antigas, uma das condições necessárias para alguém ser “salvador” era ter nascido miraculosamente, sendo ao mesmo tempo **homem e deus (e filho de um deus)**, fica mais fácil entender o argumento de muitos pesquisadores críticos dos Evangelhos, segundo o qual foram os cristãos que “divinizaram” Jesus, fazendo com que ele possuísse o caráter **humano e divino** de qualquer salvador.

O MITO DA “MÃE DE DEUS”

Com todo o meu respeito à mãe de Jesus, devo esclarecer, contudo, a bem da verdade, que o mito da “Mãe de Deus” era muito comum entre as religiões bem mais antigas do que o cristianismo. As religiões pagãs costumavam dar uma mãe às suas divindades, muito tempo antes do surgimento do cristianismo, por exemplo, na Grécia, existiu “Deméter” (a “mãe” de Deus) e “Dioníso” (o “filho” de Deus), duas das divindades mais populares da Grécia antiga, cuja história, os seus ritos e as suas festas antecipam efetivamente, sob muitos aspectos, a religião cristã (cf. DONINI, p. 145).

Aliás, o termo “Dioníso” (da língua trácio-frígia, “**dioniso**”) significa etimologicamente “filho de deus” – “**dio-niso**” (cf. DONINI, *ibid*, nota 26). A história de Dioníso, o deus libertador, o “filho de deus”, é muito semelhante à história do “Cristo da fé”, o Filho de Deus e o único libertador (salvador) da humanidade, segundo o mito cristão.

Mas se Jesus não é Deus, como, de fato, não o é, cai igualmente por terra a crença mítica na maternidade divina de sua mãe, conforme já defendiam, corretamente, os chamados “hereges” nestorianos da Igreja primitiva (século V), os quais afirmavam, contrariamente ao dogma

católico, que Maria não é “Mãe de Deus” (em grego, “Theotókos”), mas apenas “Mãe do homem Jesus Cristo” (em grego, “Cristotókos”).

O monge Nestório de Antioquia, num de seus sermões, afirmava:

Ninguém venha me dizer que Maria é mãe de Deus; ela foi mulher, e Deus não pode nascer de mulher; sustentar o contrário é imitar os pagãos que dão uma mãe às suas divindades (FRANGIOTTI, 1995, p. 128).

Nestório foi condenado no terceiro Concílio Ecumênico, realizado em Éfeso, no ano 431 (o qual proclamou o dogma da maternidade divina de Maria), e, porque se recusou a submeter-se às definições dogmáticas desse concílio, foi enviado para o exílio, onde morreu.

O MITO DO JUÍZO FINAL

A grande maioria dos cristãos acredita na segunda vinda física e gloriosa de Cristo para o Juízo Final da humanidade (cf. Mt 25,31-46), premiando os justos com o céu e castigando os maus com o inferno eterno. Muitas passagens do Novo Testamento (por exemplo, Mt 16,27; 24, 1-35; 25, 31-46; Mc 9, 1; 13, 1-32; Lc 9,27; 21, 5-33; 1Cor 15,23; 1Ts 2,19; 3,13; 4,15-17; 5,2; 5,23; 2Ts 1, 6-10; 2,1-12 etc.) afirmam que Jesus garantiu que retornaria à Terra para o julgamento final da humanidade, enquanto ainda alguns de seus discípulos ou apóstolos estivessem vivos.

A crença na segunda vinda física do Cristo da fé para o Juízo Final da humanidade, premiando os justos com o céu e castigando os maus com o inferno eterno, é mais um mito cristão, um mito escatológico, isto é, referente às ultimas coisas que supostamente deverão acontecer no final dos tempos, doutrina antiga, segundo a qual Deus poria um fim na história da humanidade, ressuscitando todos os mortos e dando a cada um a sua sentença final, de acordo com as suas obras (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, 1993, p. 245-246).

Essa crença mítica torna-se bastante racional, contudo, quando interpretada à luz do espiritismo (cf. KARDEC, *A Gênese*, cap. 17, n. 43-67), o qual nos esclarece que a humanidade não terá um fim, mas uma *transformação*, na época de sua regeneração:

chegado o momento em que, pelo progresso moral de seus habitantes, o globo terráqueo tem de ascender na hierarquia dos mundos, interdito será ele, como morada, a encarnados e desencarnados que não hajam aproveitado os ensinamentos que uns e outros se achavam em condições

de aí receber. Serão exilados para mundos inferiores, como o foram outrora para a Terra os da raça adâmica, vindo substituí-los Espíritos melhores. Essa separação [...] é que se acha figurada por estas palavras sobre o juízo final: “Os bons passarão à minha direita e os maus à minha esquerda.” (KARDEC, *A Gênese*, cap. 17, n. 63)

Quanto à promessa não cumprida do breve retorno de Jesus para o Juízo Final da humanidade, enquanto ainda alguns de seus discípulos ou apóstolos estivessem vivos, defendo a hipótese de que não foi Jesus quem a fez, mas foram os escritores cristãos – particularmente Paulo de Tarso – que, baseados em crenças apocalípticas míticas, existentes no judaísmo (por exemplo, em Daniel 7-10) e em outras culturas mais antigas, criaram essas passagens neotestamentárias, atribuindo a Jesus a sua autoria, para que adquirissem mais valor. Jesus, porém, não é o autor dessa promessa ou profecia (não cumprida), nem de qualquer passagem neotestamentária relacionada com a figura apocalíptica mítica do “Filho do Homem”.

Se as passagens bíblicas sobre a suposta segunda vinda física de Cristo, para o julgamento final da humanidade, enquanto ainda estivessem vivos alguns dos seus discípulos (ou apóstolos), não são míticas, mas históricas, então Cristo errou e, se ele errou, ele não era (nem é) Deus, pois Deus não pode errar. Não há como escapar dessa “fé raciocinada”. A profecia (ou promessa) de seu breve retorno, para o julgamento final da humanidade, de fato, não se cumpriu. Sua ideia central pode ser resumida nas seguintes passagens do Novo Testamento:

(...) porque logo voltará o Filho do Homem na glória de seu Pai e então retribuirá a cada um, segundo suas obras. Em verdade vos digo que alguns de vocês que estão aqui não provarão da morte até que vejam o Filho do Homem retornar na glória de seu reino. (Mt 16,27; Mc 9,1; Lc 9,27)

Aliás, eu vos digo que, dentro de pouco tempo, vereis o Filho do Homem sentado à direita do Poderoso e vindo sobre as nuvens do céu. (Mt 26,64)

Pois isto vos declaramos, segundo a palavra do Senhor: que os vivos, os que ainda estivermos lá para a Vinda do Senhor, não passaremos à frente dos que morreram. Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida nós, os vivos que estivermos lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. (1Ts 4,15-17)

Em verdade vos digo que esta geração não passará sem que tudo isso aconteça. (Mt 24,34; Mc 13,30)

Na minha visão, é muito mais lógico acreditar – com Allan Kardec e os pesquisadores do Seminário de Jesus – que essas e outras passagens semelhantes do Novo Testamento, não são, de fato, palavras do Jesus histórico (nem palavras de Deus), mas palavras dos autores cristãos, baseados no mito da parusia (ou parúsia) de Jesus, ou seja, da sua suposta segunda vinda física, gloriosa, no final dos tempos, para estar presente ao juízo final. Atribuí-las ao “Cristo da fé”, como fazem os cristãos ortodoxos, é confessar abertamente que ele errou.

Sabemos que, para justificar o não cumprimento dessa profecia mítica, foi escrita a segunda epístola de Pedro (o último escrito do Novo Testamento), por volta do ano 150, declarando que “para Deus um dia é como mil anos e mil anos como um dia” (2Pd 3,8). A respeito dessa interpretação sofismática de Pedro, o teólogo Franz Griesse afirma, com razão, que “a segunda epístola de Pedro é uma carta apócrifa, escrita no ano 150, com o propósito de encobrir o fracasso da profecia não cumprida do breve retorno de Cristo” (GRIESE, p. 50, nota 1).

O MITO DA SALVAÇÃO (OU REDENÇÃO)

Conceituarei agora o mito da “salvação” (ou “redenção”), no contexto bíblico do Novo Testamento, esclarecendo a sua origem.

O mito da “salvação”, como nos esclarece o escritor Ambrogio Donini, se origina da fórmula antiga de um escravo que adquire a sua liberdade:

O preço do resgate pode ser pago diretamente, ou por um terceiro, sob várias formas, em favor do escravo. A concepção total do mito da salvação cristã já está contida nesta fórmula. [...] Sendo o homem um pecador e incapaz de libertar-se pagando à divindade o preço do seu resgate, intervém um “redentor”, o qual paga por ele com a sua paixão e a sua morte: esta é a essência da doutrina soteriológica entre os primeiros escritores cristãos gregos, latinos e sírios. [...] Para alguns, o “preço do resgate” é pago a Satanás, que tinha o homem em seu poder (DONINI, p. 203).

Não deixa de ser um grande mito a crença daqueles para os quais o “preço do resgate”, como afirmou Donini nessa citação, “é pago a Satanás, que tinha o homem em seu poder”. Conforme já refletimos, “justificando

semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás” (UBALDI, 1988, p. 274). Também os deuses gregos do Olimpo (e de outras tradições religiosas mais antigas) podiam libertar o homem dos demônios e de todo o mal e, em virtude disso, eram definidos como “salvadores” (cf. DONINI, p. 204).

Ainda hoje, para a grande maioria dos cristãos, a função do “Cristo da fé” é precisamente ser um “preço de resgate para muitos” (Mt 20, 28; Mc 10, 45).

Em outros termos, para a grande maioria dos cristãos, no contexto bíblico do Novo Testamento, o conceito mítico de “salvação” geralmente significa “redenção” (“resgate” ou “remissão”) do gênero humano, ou melhor, de seus “pecados”, pelo sangue de Cristo derramado na cruz, e também significa “felicidade eterna obtida após a morte”, em oposição ao conceito igualmente mítico de “condenação eterna”.

Para todos os espiritualistas reencarnacionistas, “salvação” deixa de ser um mito quando significa “libertação” e “evolução espiritual” do ser humano através da prática do amor em múltiplas (re)encarnações neste e em outros planetas.

Portanto, para nós (reencarnacionistas), a palavra-chave não é “salvação”, mas “evolução”. Esses dois termos são bem distintos: “salvação” é algo que vem de fora, enquanto “evolução” é algo que vem de dentro; “salvação” é libertação concedida pela fé em um “salvador” externo ao indivíduo; “evolução” é desenvolvimento de nossas potencialidades divinas, é nosso aperfeiçoamento espiritual, gradativo, realizado por nós mesmos ao longo de nossas múltiplas existências na matéria.

Deus não nos criou “árvores”, mas “sementes” para que nós as façamos germinar e desenvolver frutos virtuosos: amor, inteligência, honestidade, humildade, caridade, perdão, fraternidade, justiça etc. A “evolução”, ao contrário da “salvação”, depende de nosso trabalho individual e coletivo para chegarmos à perfeição. Só com muita luta e esforço, conseguiremos, gradativamente, nosso desenvolvimento espiritual, enquanto a “salvação” é de graça, dada de uma vez por todas. Basta “crer” para recebê-la ou basta arrepender-se dos “pecados”, mesmo que no último segundo de vida, para ganhar o céu e livrar-se do inferno.

O MITO DO INFERNO ETERNO

A crença no “inferno eterno”, como argumentam corretamente muitos pensadores (cristãos e não cristãos), é um mito que contradiz frontalmente a sabedoria e bondade infinitas de um Deus que é definido (mesmo que metafóricamente) como Pai e amor.

Como poderia um pai ou uma mãe de inteligência e bondade infinitas gerar filhos sabendo de antemão que a maioria deles iria sofrer eternamente? Como Deus poderia viver feliz no céu contemplando seus filhos sofrendo eternamente no inferno? Acreditar *literalmente* num “inferno eterno” é, portanto, desacreditar num Deus Pai de infinita inteligência e bondade.

Ainda bem que a crença no inferno por parte dos cristãos tende a diminuir cada vez mais. Até mesmo entre padres e teólogos católicos, já existem aqueles que negam a existência do inferno, ou afirmam, com Luis González-Carvajal, teólogo e padre católico, que **“o inferno existe, mas está vazio”** (GONZÁLEZ-CARVAJAL, 1992, p. 186) (negrito do autor).

Alguém poderia perguntar: se não existe “inferno eterno”, por que, então, os escritores bíblicos empregaram tantas vezes a palavra “eterno” para referir-se à punição ou castigo após a morte?

A expressão “inferno eterno” é pura questão de linguagem figurada. A palavra “eterno” pode ter diversos sentidos, podendo significar não somente “aquilo que não tem fim”, como também “algo de duração imprecisa ou indefinida” ou “algo de longa duração”. Por exemplo, quando afirmamos que um funcionário público vive “eternamente” reclamando do baixo salário que recebe, não estamos querendo dizer que suas reclamações não terão fim. Por conseguinte, a expressão “inferno eterno” na Bíblia não pode ser interpretada ao “pé da letra”, mas no sentido figurado, significando um sofrimento de longa duração ou de duração imprecisa.

Mas, certamente, os escritores neotestamentários empregaram muitas vezes a expressão “inferno eterno” com a finalidade pedagógica e apologética de convencer, “pelo medo”, os seguidores do cristianismo a não abandonarem a sua fé, pois, do contrário, seriam condenados a penas eternas. Essa “pedagogia do medo”, com a ameaça do “castigo eterno” àqueles que se separam da Igreja Católica, é muito bem expressa por Dom Bosco (1948, p. 444), ao responder à seguinte pergunta:

P. Fora da Igreja Católica Apostólica Romana, pode alguém salvar-se?

R. Não; quem por própria culpa está fora desta Igreja não pode salvar-se; da mesma maneira que aqueles que não estiveram na arca de Noé, diz São Jerônimo, pereceram no dilúvio, assim perece inevitavelmente quem se obstina em viver e morrer separado da Igreja Católica Apostólica Romana, única depositária e conservadora da verdadeira Religião. [...]

“Todo aquele que se separar da Igreja Católica, embora seja boa a sua vida, não alcançará a vida eterna, mas a cólera de Deus cairá sobre ele, pelo único crime de estar separado da unidade de Jesus Cristo. A bondade e probidade de quem não está submetido à Igreja é uma hipocrisia sutil e perniciosa (Santo Agostinho).”

Qual o católico que, ao ler esse texto, escrito por um dos mais famosos santos de sua Igreja, por sua vez apoiado em dois outros grandes santos e doutores da mesma Igreja (São Jerônimo e Santo Agostinho), tem a coragem e a ousadia de questionar e, muito menos ainda, pensar em abandonar a sua fé católica? É assim que a “pedagogia do medo” do inferno eterno funciona e consegue prender os fiéis à Igreja.

Como parte da pedagogia do medo, muitos cristãos costumam citar a ideia do poeta francês Charles Baudelaire, no século XIX, segundo a qual “o mais belo estratagema do Diabo é nos persuadir de que ele não existe” (MORAIS, 2002, p. 57).

O MITO DE SATANÁS E DOS DEMÔNIOS

Para a grande maioria dos cristãos, Satanás e os demônios são pessoas concretas, mas, para os estudiosos críticos das religiões, eles são figuras puramente mitológicas que personificam o mal. Segundo o escritor Juan Arias (ARIAS, op. cit., p. 112), a origem remota de Satã e dos demônios na Bíblia, particularmente nos Evangelhos, se encontra na mitologia egípcia.

Como o inimigo de Hórus era Satã, deduz-se que daí teria vindo a teoria de Satanás e dos demônios contida nos Evangelhos. Hórus, assim como o “Cristo da fé”, também lutou no deserto, durante quarenta dias, contra as tentações de Satã, numa luta simbólica entre a luz e a escuridão.

De acordo com outros autores, a origem próxima de Satanás e dos demônios na Bíblia se encontra no zoroastrismo, nome da antiga religião

da Pérsia (atual Irã), fundada por Zoroastro (ou Zaratustra) no século VII a.C. O judaísmo, o cristianismo e muitas outras religiões importaram vários conceitos religiosos do zoroastrismo, entre outros, as dicotomias ‘bem x mal’, ‘céu x inferno’, ‘anjos bons x anjos maus’ (‘demônios’), ‘juízo particular x juízo final’, ‘ressurreição do corpo’ etc. Jomar Morais (cf. MORAIS, 2002, p. 57-58) relata o surgimento de Satanás e de seu aparecimento no judaísmo e no cristianismo (ver também NOGUEIRA, 2000).

No Antigo Testamento, há poucas menções à figura de Satanás (ou do Diabo). Já no Novo Testamento, “há mais citações do mal que do bem. Mais referências a Satã que a Deus” (MORAIS, *ibid.*).

É interessante notar, com Weiser (1978, p. 106-107), que Satanás (ou o Diabo), em sua origem mítica, já foi membro da corte divina, já foi um dos “filhos de Deus”. Depois, com “a revolta e a queda de Lúcifer (‘o portador da luz’), o serafim mais belo e mais próximo de Deus” (MORAIS, p. 58), Satanás perdeu o cargo que ocupava na corte celeste (bem como sua identidade mítica de “filho de Deus”), foi expulso do céu e passou a morar no inferno (literalmente ‘mundo subterrâneo’) juntamente com uma corte de espíritos malignos, passando daí em diante a travar uma luta sem tréguas contra Deus e os seres humanos, começando pela estratégia de tentar Adão e Eva a cometerem o pecado original e, assim, obrigar Deus a se encarnar na Terra na pessoa do “Cristo da fé” para vingar-se de Satanás e redimir a humanidade de tão “grande” falta, mediante sua morte na cruz.

Conforme já refletimos, não deixa de ser um grande mito a crença daqueles para os quais o “preço do resgate é pago a Satanás, que tinha o homem em seu poder” (DONINI, p. 203). Conforme esclarecido, com Ubaldi (1988, p. 274), “justificando semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás”.

O MITO DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

Na literatura cristã e na de outras religiões, há vários relatos acerca de milagres de “ressurreição de mortos”. A Jesus, por exemplo, os autores do Novo Testamento atribuem três casos de ressurreição de mortos, além dos relatos sobre a sua própria ressurreição.

As perguntas que tentarei responder são estas: um morto de verdade já “ressuscitou”, isto é, retornou à existência terrena com seu

mesmo corpo físico que tinha antes de morrer? Como interpretar os supostos milagres de “ressurreição de mortos”? Jesus realmente ressuscitou mortos? E a sua própria ressurreição física é história ou mito? Os supostos milagres de “ressurreições de mortos” relatados na literatura cristã e na de outras religiões devem ser interpretados como acontecimentos históricos ou como narrativas mitológicas com a finalidade de enaltecer ao máximo o suposto operador de milagres?

O renomado teólogo cristão Alfons Weiser (cf. WEISER, op. cit., p. 136-137) esclarece que os chamados milagres de “ressurreição de mortos” narrados na literatura cristã e na de outras religiões podem ter várias interpretações, desde a posição que os interpreta ao pé da letra, em sentido histórico e real, “passando pelas hipóteses de morte aparente e por explicações parapsicológicas, até à opinião segundo a qual esses textos tratam apenas de lendas, de narrativas simbólicas, ou da transposição do mito do deus-sol que morre e ressuscita” (id. *ibid.*, p. 137).

Há, de fato, vários relatos de milagres de “ressurreições de mortos” na Bíblia judaico-cristã e na literatura religiosa de outros povos. O Antigo Testamento nos fala de dois casos de ressurreição de mortos realizados, respectivamente, pelos profetas Elias e Eliseu (1Rs 17; 2Rs 4). O Novo Testamento atribui a Jesus três milagres de ressurreição de mortos: a de Lázaro (Jo 11), a do filho da viúva de Naim (Lc 7) e a da filha de Jairo (Mc 5; Mt 9; Lc 8). O Novo Testamento também atribui um milagre de ressurreição a cada um dos dois apóstolos Pedro e Paulo (At 9; 20). “A literatura cristã nos diz que muitos santos teriam ressuscitado mortos durante suas vidas. Entre estes, mencionam-se Martinho de Tours, Bento de Núrsia, Francisco de Assis e Dom Bosco” (WEISER, p. 136). Casos de ressurreições de mortos encontram-se igualmente na literatura de outras religiões, por exemplo, na literatura judaica, atribuem-se casos de ressurreições de mortos a alguns rabinos; na literatura helenística relata-se um milagre de ressurreição operado por Apolônio de Tiana e assim por diante.

No parecer de Alfons Weiser, “de todo o material das fontes não se pode deduzir, com suficiente certeza, um único caso sequer em que um morto de verdade tenha retornado alguma vez à existência terrena” (WEISER, p. 137).

Concordando plenamente com esse mesmo autor, sou de opinião que jamais um morto de verdade – incluindo Jesus – retornou alguma vez à existência terrena com o mesmo corpo físico que tinha antes de morrer. Admitir essa crença é confundir mitos com fatos históricos.

Em suma, a crença em “ressurreição de mortos” (ou em “ressurreição da carne”), no sentido de reanimação do cadáver de alguém que “desencarnou”, definitivamente, é um mito, e não história.

A crítica histórica moderna das narrativas bíblicas também tem enfrentado o problema da suposta ressurreição de Jesus, “procurando as origens desta crença, não rara na Antiguidade” (DONINI, p. 295):

As religiões de salvação, baseadas no culto de seres divinos ou semidivinos que morrem e ressuscitam, não só influíram sobre o modo de apresentar a ressurreição de Jesus, como tornaram mais fácil a sua aceitação, até transformar esta questão de fé num elemento decisivo do sucesso da nova religião (DONINI, p. 295).

A RESSURREIÇÃO DE CRISTO NA VISÃO ESPÍRITA

Na visão espírita, bem como na de outras filosofias espiritualistas reencarnacionistas, defendemos, naturalmente, que Jesus nem “morreu” nem “ressuscitou”. Não “morreu”, porque ninguém morre (a morte não existe). É por demais conhecida a afirmação de que nada, de fato, morre no universo, tudo apenas se transforma. O que inadequadamente chamamos de “morte” é apenas o descarte de nossa vestimenta física, ou seja, de nosso corpo físico, que não é parte essencial de nossa natureza (pois somos essencialmente “espíritos”), mas apenas uma vestimenta temporária de trabalho, adequada ao plano físico-material do planeta em que vivemos. Quando essa vestimenta de trabalho não mais cumpre sua função, desfazemo-nos dela, continuando a viver num outro plano, com nosso “corpo espiritual” ou “corpo de ressurreição”, para usar uma terminologia bíblica, corpo esse que é formalmente idêntico ao corpo físico, mas diferente na substância (ele é fluídico).

É com esse “corpo espiritual” que muitas pessoas, depois de “mortas”, se manifestam concretamente, “aparecem” (materializadas) aos “vivos” para demonstrar que a morte não existe (como no caso das aparições de Jesus) ou para comunicar-nos determinadas mensagens (como nas sessões espíritas). Esse tipo de “ressurreição de mortos”, isto é, esse fenômeno de aparições de “mortos” sempre ocorreu e

continua ocorrendo na humanidade. Nesse sentido, todos nós podemos “ressuscitar” dos mortos.

Por conseguinte, na visão espiritualista/espírita que adoto, afirmar que Cristo “ressuscitou dos mortos” significa dizer, precisamente, que Jesus, após sua “morte”, ou melhor, após seu “desencarne”, “apareceu” (materializado) a várias pessoas, para demonstrar que ele não morreu e que a morte não existe. Mas, como bem elucida o escritor espírita Hermínio C. Miranda,

não é Jesus o primeiro, e está longe de ser o último, que se manifestou concretamente, ou seja, objetivamente e até materializado a homens, mulheres e crianças, depois de “morto”, em seu corpo espiritual (MIRANDA, 1988, p. 116).

Mas, se a materialização (aparição) de “mortos” é um fenômeno comum, como, de fato, o é, cai logicamente por terra o caráter único, exclusivo, extraordinário e miraculoso da ressurreição (= materialização) de “Cristo da fé”.

Para os espiritualistas espíritas, a “morte não existe”. Na realidade, se, como diz a ciência, “na natureza nada morre, tudo se transforma”, é uma contradição de termos afirmar que o homem “morre”. O homem não morre, apenas continua a viver com um corpo mais leve, mais sutil, fluídico (o chamado “corpo espiritual”), após descartar o corpo velho, pesado, físico-material, o qual passa a ser cadáver que será decomposto na sepultura, cujas moléculas formarão novos organismos e que, portanto, jamais foi ou será “reanimado” (ou revivificado).

Nesse sentido, por conseguinte, a “ressurreição” de Cristo significa a sua “sobrevivência” com seu “corpo espiritual”, após o descarte de seu corpo físico. Esses dois tipos de corpos (o corpo físico e o corpo espiritual) se assemelham em tudo, menos na matéria de que são feitos: o corpo espiritual é sutil, fluídico, leve, enquanto o corpo físico é denso, pesado.

DIFERENÇA ENTRE A RESSURREIÇÃO DE JESUS E A DE LÁZARO

Os evangelistas se esforçam para mostrar que o corpo de Cristo ressuscitado era como antes (Jo 20, 20), se bem que ao mesmo tempo diferente (Jo 20,15; 20,19; Lc 24,16...). Logo, o corpo de Cristo ressuscitado era diferente do corpo de Lázaro ressuscitado (que era exatamente igual ao corpo material que tinha antes de morrer).

Estamos diante de dois conceitos de “ressurreição” na Bíblia:

- 1) **ressurreição** no sentido de “reanimação de cadáver” – uma impossibilidade científica – (como no caso da suposta ressurreição de Lázaro e de outros relatos de ressurreição narrados na Bíblia) e
- 2) **ressurreição** no sentido de “sobrevivência” ou de continuidade da vida num “corpo glorioso” ou “corpo espiritual”, após o descarte do corpo físico – o que erroneamente se denomina de “morte” – como no caso de Jesus e de todos nós ao descartarmos nossa vestimenta física. Nesse sentido, podemos dizer, usando as palavras do Pe. González-Carvajal, que “ressurreição não significa voltar a esta vida terrena, mas, passando pela porta da morte, entrar na vida eterna, numa nova dimensão” (GONZÁLEZ-CARVAJAL, 1992, p. 40).

O SEPULCRO VAZIO

Segundo a interpretação da maioria dos cristãos, particularmente dos cristãos fundamentalistas, o relato do sepulcro vazio (Jo 20, 1-10) é “prova” de que houve “reanimação gloriosa” do corpo físico de Cristo, pois, segundo os próprios autores do relato, o corpo do Cristo ressuscitado era como antes (Jo 20, 20), se bem que ao mesmo tempo diferente (Jo 20,15; 20,19; Lc 24,16...). Entretanto, segundo as interpretações de muitos teólogos cristãos liberais e de todos os espiritualistas espíritas, os apóstolos simplesmente inventaram o relato mítico do sepulcro vazio para expressar que Jesus havia ressuscitado com o mesmo corpo que tinha antes de morrer.

HIPÓTESES PARA EXPLICAR O DESAPARECIMENTO DO CORPO DE JESUS

Existem nada menos que sete hipóteses para explicar o desaparecimento do corpo de Jesus depositado no túmulo (cf. MIRANDA, 1988, p. 121-122):

- 1) O corpo de Jesus era só aparentemente físico (hipótese docetista); seu corpo era imaterial e, por isso, simplesmente evoluiu-se da sepultura.
- 2) O corpo de Jesus teria sido furtado por alguns apóstolos, pelos romanos ou pelos judeus.
- 3) O corpo de Jesus não teria sido sepultado por Arimatéia, mas teria sido atirado ao poço destinado aos que eram executados.

- 4) Jesus ressuscitou com o mesmo corpo material que tinha antes, restituindo-lhe a vida; por isso, o sepulcro onde o tinham enterrado ficou vazio (essa é a fé cristã mítica majoritária)
- 5) O corpo de Jesus, logo que foi depositado no sepulcro, se desintegrou subitamente de seus componentes (hipótese apoiada pelo Sudário de Turim).
- 6) O corpo de Jesus foi desmaterializado por ele mesmo.
- 7) Jesus não teria, de fato, morrido na cruz, mas teria apenas ficado em estado de coma: nesse caso, teria sido recolhido, ainda com vida, e, tendo sido posteriormente reanimado por alguns de seus discípulos, teria ido viver na Índia, onde já teria vivido antes, desde os 12 aos 29 anos de idade, quando teria aprendido muito sobre o budismo, depois do qual período de tempo teria retornado à Palestina e ensinado a moral budista aos seus discípulos.

SENTIDOS DE RESSURREIÇÃO NA BÍBLIA

O termo “ressurreição” tem pelo menos quatro sentidos na Bíblia judaico-cristã (cf. ALEIXO, 1998, p. 24-25; ALEIXO, 1999, p. 28-33; CHAVES, 2006a, p. 81-87; TORRES QUEIRUGA, 2004, p. 79):

- 1) a volta à vida de um espírito desencarnado no mesmo corpo físico que tinha antes de morrer. Nesse sentido, porém, como argumentei anteriormente, não há “ressurreição de mortos”, a não ser no âmbito da mitologia;
- 2) o ressurgimento do espírito para o plano espiritual, ou seja, a passagem de nossa vida do plano físico para o plano espiritual, após a morte do nosso corpo físico; nesse sentido, todos nós “ressuscitamos”;
- 3) a aparição de espíritos “desencarnados” pela vidência ou pelas “materializações” (o que tem ocorrido, por exemplo, em sessões espíritas e o que ocorreu com Jesus nos relatos de suas aparições como “materializado”, após o seu “desencarne” – pois, nesse sentido, todos nós podemos “ressuscitar”) e
- 4) o “regressar” do espírito em novo corpo físico pelo processo da “reencarnação”, impropriamente designado em várias passagens da Bíblia pelo termo “ressurreição”; nesse sentido, todos nós “ressuscitamos”, isto é, “reencarnamos”. Na Bíblia, há várias passagens em que se usa o termo “ressurreição” no sentido de “reencarnação”, por exemplo, o episódio em que os discípulos de Jesus dizem que o povo pensa ser ele João Batista, Elias,

Jeremias, ou algum dos profetas, que “ressurgiu” (Lc 9,18-19), melhor, que “reencarnou”.

Muita gente pensa que o termo “ressurreição” na Bíblia tem apenas o primeiro dos quatro sentidos há pouco definidos, isto é, o sentido de reanimação de um corpo físico no qual todas as funções vitais tenham cessado definitivamente (a chamada “morte cerebral”).

Assim, a grande maioria dos cristãos sempre interpretou e ainda interpreta a “ressurreição” como a revivificação (ou reanimação) de um cadáver, do mesmo modo como teria supostamente acontecido com Jesus e com as supostas “ressurreições” realizadas por ele nos relatos do Novo Testamento: a de Lázaro (Jo 11), a do filho da viúva de Naim (Lc 7) e a da filha de Jairo (Mc 5; Mt 9; Lc 8), com a diferença de que Jesus ressuscitara de maneira definitiva, e com um corpo físico glorioso, enquanto Lázaro, o filho da viúva de Naim e a filha de Jairo teriam ressuscitado provisoriamente (pois iriam morrer outra vez), e não teriam ressuscitado com um corpo físico glorioso ou transformado como o de Jesus, mas com o mesmo corpo que tiveram antes de “morrer”.

Felizmente, vários teólogos e estudiosos cristãos contemporâneos rejeitam, com razão, o conceito tradicional e errôneo de “ressurreição” como “reanimação de cadáver” (ver, entre outros, os famosos teólogos católicos RAHNER, 1989, p. 315-316; BOFF, 1989, p. 101-103; CHARPENTIER, 1984, p. 39; e TORRES QUEIRUGA, 2004, p. 269). No dizer do teólogo católico contemporâneo Andrés Torres Queiruga, “sem dúvida, ninguém mais confunde a ressurreição com a *revivificação* ou volta à vida de um cadáver” (TORRES QUEIRUGA, p. 269).

IMORTALIDADE DA ALMA X MORTALIDADE DO HOMEM INTEIRO

Alguns teólogos católicos contemporâneos, fundamentados na concepção judaica da *morte e ressurreição do homem inteiro*, contestam a doutrina cristã tradicional (idêntica nesse aspecto à doutrina espírita) da “imortalidade da alma” e defendem a **mortalidade e ressurreição do homem inteiro** (corpo e alma), ou seja, defendem a compreensão judaica da morte e ressurreição como morte e ressurreição do ser humano todo (cf. TORRES QUEIRUGA, 2004, p. 195).

Assim, para o teólogo e padre católico Luis González-Carvajal, “não morre apenas o corpo, mas o homem inteiro” (GONZALEZ-CARVAJAL, p. 181-182).

O teólogo católico Leonardo Boff (1989, p. 66-69) argumenta analogamente que a crença na “imortalidade da alma” é uma filosofia dualista grega que influenciou a “Igreja missionária no mundo helênico”, mas que não “pertence ao anúncio fundamental do Novo Testamento”:

Essa concepção dualista [...] pervadiu toda a antropologia católica com não poucas conseqüências querigmáticas. A práxis eclesial pregou muito mais a imortalidade da alma que a ressurreição dos mortos. [...] Leão X no quinto Concílio de Latrão [1513] canoniza a doutrina platônica da imortalidade da alma [...] com a seguinte afirmação: “Condenamos e reprovamos todos os que afirmam que a alma intelectual seja mortal ou a mesma em todos os homens” (DS 1440; cf. 1766) (BOFF, *ibid.*).

Está claro, portanto, que, contrariamente ao pensamento desses teólogos católicos, a posição tradicional e oficial da Igreja Católica (idêntica à doutrina espírita) é a de que **a alma é imortal** e, sendo ela imortal, a suposta “ressurreição dos mortos” só pode referir-se (mesmo que erroneamente) ao corpo mortal, e não ao conjunto corpo-alma.

“SE NÃO HÁ RESSURREIÇÃO DOS MORTOS, TAMBÉM CRISTO NÃO RESSUSCITOU” (1 COR 15, 13)

Reavaliarei essa famosa declaração de Paulo, reafirmando que, de fato, não há “ressurreição dos mortos”, e que, por conseguinte, nem o Jesus (ou o Cristo) histórico nem ninguém jamais “ressuscitou dos mortos”, pois o homem, na sua essência – que é alma ou espírito – é “imortal”. O que morre (ou melhor, o que se transforma) é apenas o corpo físico. Se a alma, na visão católica tradicional (bem como na visão espírita), é imortal, e se não há ressurreição, no sentido de um espírito desencarnado retornar a viver com o mesmo corpo físico que tinha antes de morrer, então é uma contradição falar em “ressurreição dos mortos”.

O mesmo apóstolo Paulo (cf. 1Cor 15,53-55) defende a ideia mítica de que Jesus, com sua suposta “ressurreição”, venceu a “morte”. Mas como pode ter Jesus vencido a morte, se a morte não existe? De que “ser mortal” está falando Paulo? Ele só pode estar se referindo à “morte” do corpo físico, pois a alma é imortal. Conforme elucida muito corretamente o famoso bispo, teólogo e doutor do cristianismo primitivo, Irineu de Lião (IRINEU DE LIÃO, 1995, p. 551), “é evidente que aqui ele [Paulo] fala da carne, pois **nem a alma nem o espírito são mortais**” (negrito meu).

Em suma, ninguém morre. O que “morre”, ou melhor, o que se “transforma”, pois nada “morre”, é apenas nossa vestimenta física e não aquilo que constitui a nossa essência, que é a nossa alma ou espírito. E se o ser humano, na sua essência (que é alma ou espírito) é imortal, é uma contradição admitir a crença mítica na “ressurreição dos mortos”. Logo, Jesus não morreu nem ressuscitou dos mortos, apenas deixou seu corpo físico aqui na Terra e continuou a viver na dimensão espiritual. É um grande mito cristão, portanto, a crença segundo a qual Jesus ressuscitou fisicamente, subiu ao céu fisicamente, “onde agora está esperando para retornar fisicamente, em glória” (EHRMAN, p. 174).

O MITO DE MILAGRES QUE SUPOSTAMENTE ANULAM AS LEIS DA NATUREZA

Segundo a interpretação da maioria dos cristãos, Jesus fez “milagres” que supostamente anulam as leis da natureza, como acalmar uma tempestade, andar sobre as águas, multiplicar pães, transformar água em vinho, mudar a substância do pão e do vinho em seu próprio corpo e sangue etc.

“Na mitologia religiosa, todos os tipos de milagres são possíveis” (HASSNAIN, 1999, p. 73). Logo, para quem acredita no mito da divindade de Jesus, isto é, que ele seja *literalmente* Deus encarnado, todos os tipos de milagres são possíveis, inclusive os que aparentemente anulam as leis da natureza. Aliás, todos os milagres a ele atribuídos no Novo Testamento tinham a função de provar que ele era realmente um ser divino, com poderes singulares e exclusivos, em relação aos milagreiros de outras tradições religiosas.

Por isso mesmo, a maioria dos cristãos, na sua convicção sincera e honesta (mesmo que errônea) de Jesus ser Deus, acredita que ele fez vários milagres que supostamente anulam as leis da natureza, como ressuscitar mortos, acalmar uma tempestade, andar sobre as águas, multiplicar pães, transformar água em vinho, mudar a substância do pão e do vinho em seu próprio corpo e sangue etc. Mesmo na hipótese de que Jesus tenha, de fato, realizado todos esses tipos de milagres, não é justo os cristãos pensarem que esses tipos de milagres tenham sido realizados única e exclusivamente por Jesus, uma vez que milagres desse tipo são igualmente atribuídos a inúmeras outras personagens da

literatura religiosa deste planeta: sabe-se, por exemplo, que o profeta Eliseu (cf. 2Rs 4,42-44) também “multiplicou” pães, um discípulo de Buda também “andou” sobre as águas do rio Acivarati (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, 1998, p. 207) e vários profetas, como Elias e Eliseu (1Rs 17; 2Rs 4), também “ressuscitaram” mortos etc.

Na visão espírita, não existe “milagre”, no sentido vulgar (e até mesmo teológico) de “uma derrogação das leis da natureza, por meio da qual Deus manifesta o seu poder” (KARDEC, *A Gênese*, cap. 13, n. 1). Em outros termos, para o espiritismo, “não há milagres, nem fatos sobrenaturais, tudo o que pertence ao universo fenomênico é natural” (PALHANO, 1997, p. 249) (Para a interpretação espírita dos milagres atribuídos a Jesus nos Evangelhos, ver KARDEC, *A Gênese*, cap. 15).

Com essa argumentação, não se quer negar que haja fenômenos extraordinários, até o momento inexplicáveis pela ciência convencional, rotulados de “milagres”, como “levitação”, “bilocação”, “materialização” etc., que aparentemente suspendem as leis conhecidas da natureza.

O que se deseja esclarecer é que é preciso saber distinguir, na literatura religiosa, fatos “miraculosos” reais (ou possíveis) de relatos puramente míticos, alegóricos, simbólicos ou *teofânicos*. Nos relatos de *epifania* ou *teofania*, muito comuns na literatura religiosa, atribuem-se a um ser supostamente divino ações “miraculosas” que aparentemente suspendem as leis da natureza (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, op. cit., p. 207, 389). Em suma, é preciso saber distinguir fatos de mitos nas narrativas de milagres.

TÍTULOS MÍTICOS ATRIBUÍDOS A JESUS

Em função do “pluralismo” que defendo, compartilho com o pensamento de Frances Young (cf. YOUNG, 1977, p. 13), segundo o qual os títulos neotestamentários exclusivistas e míticos atribuídos a Jesus (**Filho de Davi, Filho do Homem, Filho de Deus, Logos, Senhor...**) são, na sua origem, pré-cristãos, tendo sido posteriormente mudados e adaptados na aplicação feita a Jesus e atribuídos a ele pelos cristãos primitivos, mas nunca foram advogados por ele mesmo. Em suma, todo o estoque de títulos cristológicos do Novo Testamento deriva-se do contexto cultural no qual estavam inseridos os primeiros cristãos e foram usados por eles para expressar sua resposta de fé ao “Jesus mítico”.

O Jesus histórico jamais atribuiu a si mesmo esses títulos exclusivistas e míticos sobre a sua pessoa. Foram os cristãos e os escritores bíblicos que, ao longo do Novo Testamento, apresentaram-no como o “único Messias”, o “único Senhor”, o “único Filho de Deus” e o “único Salvador” dos homens: “Não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4,12).

Abordarei, a seguir, os sentidos da expressão “Filho do Homem” na Bíblia e o título mítico de “Filho do Homem” atribuído a Jesus:

SENTIDOS DA EXPRESSÃO “FILHO DO HOMEM” NO ANTIGO TESTAMENTO

No Antigo Testamento, a expressão “filho do homem” é usada em três sentidos diferentes:

1. “Filho do Homem” = o ser humano como uma criatura muito pequena diante da grandeza de Deus. Nesse sentido, a expressão é empregada para mostrar a enorme distância entre Deus e o ser humano (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 76). Exemplo:

“Como pode o homem justificar-se diante de Deus?
Ou mostrar-se puro quem nasceu de mulher?
Se até a própria lua não brilha
E os astros não reluzem a seus olhos,
Quanto menos o homem, essa larva,
E o **filho do homem**, esse verme?” (Jó, 25, 2-6) (negrito meu)

2. “Filho do Homem” (do aram. *bar nasha* ou do hebr. *ben adam*, filho de Adão) = “homem”, “ser humano” (cf. *A Bíblia de Jerusalém*, Daniel 7, 13, nota *n*; ver também FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, *The Five Gospels*, p. 76-77). Exemplos:

“Quando vejo o céu, obra dos teus dedos,
a lua e as estrelas que fixaste,
que é um mortal, para dele te lembrares,
e um **filho de Adão [=filho de homem, homem]**, que venhas visitá-lo?” (Salmo 8, 4-5) (negrito meu)
“**Filho de homem [= Homem]**, fica sabendo que a visão se refere ao tempo do Fim.” (Daniel 8,17) (negrito meu)

3. “Filho do Homem” = figura celeste, messiânica e apocalíptica. Nesse sentido, a expressão designa um homem divino que ultrapassa

misteriosamente a condição humana. (Cf. *A Bíblia de Jerusalém*, Daniel 7, 13, nota *n*; Mateus 8, 20, nota *a*). Exemplo:

“Eu continuava contemplando,
as minhas visões noturnas,
quando notei, vindo sobre as nuvens do céu,
um como **Filho do Homem**.” (Daniel 7,13) (negrito meu)

SENTIDOS DA EXPRESSÃO “FILHO DO HOMEM” NO NOVO TESTAMENTO

Nos Evangelhos, a expressão “filho do homem” é usada em dois sentidos diferentes:

1. “Filho do Homem” = expressão usada, algumas vezes, no lugar da 1ª pessoa gramatical – EU – (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, *The Five Gospels*, p. 161). Exemplo:

“As raposas têm tocas e as aves do céu, ninhos; mas **o Filho do Homem** não tem [=mas **EU** não tenho] onde reclinar a cabeça.” (Mateus 8,20) (negrito meu)

2. “Filho do Homem” = figura apocalíptica e/ou messiânica: Nos Evangelhos – quando interpretados literalmente – Jesus se atribuía, com frequência, o título mítico de “Filho do Homem”, em seu sentido apocalíptico e/ou messiânico, ou seja, alguém dotado do poder de perdoar pecados ou votado ao sofrimento. Exemplo:

“De fato, aquele que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e de minhas palavras, também **o Filho do Homem** se envergonhará dele quando vier na glória do seu Pai com os santos anjos.” (Marcos 8, 38; ver também Marcos 13,26; 14,62; Mateus 16,27; Lucas 9,26; 12,8-10; Mateus 10, 32-33) (negrito meu)

De acordo com os pesquisadores do Seminário de Jesus (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, *The Five Gospels*, p. 77), quase todas essas referências evangélicas atribuídas a Jesus são derivadas de Daniel 7 e, por conseguinte, não são frases ditas pelo Jesus histórico, mas postas nos seus lábios pelos escritores do Novo Testamento. Em suma, todos os títulos neotestamentários exclusivistas e míticos atribuídos a Jesus são, na sua origem, pré-cristãos, tendo sido posteriormente mudados e adaptados na aplicação feita a Jesus e atribuídos a ele pelos cristãos primitivos.

O MITO DO MESSIAS

A palavra “Cristo” (do verbo grego “chrio” = ungir) é a tradução literal do hebraico *mashiah*, particípio passado do verbo “ungir”, isto é, *ungido*, o rei, o “messias” (cf. DONINI, p. 169-171).

Este título de “messias” (=“ungido”) era dado, no Antigo Testamento, aos chefes da nação, aos sacerdotes e aos profetas, isto porque eles eram solenemente investidos da sua dignidade pela unção de óleos aromáticos, cuja efusão na cabeça e no corpo do eleito exprimia um rito mágico de consagração. Entretanto, com a predominância da organização de tipo monárquico, o termo “messias” passou a ser sinônimo de “soberano”, de “rei”, tanto mais que na tradição hebraica o rei exercia também as funções de sacerdote (cf. Gênesis 14,18).

Os hebreus, desde o século VII-VI a.C., tiveram sua independência destruída e passaram a viver sob o domínio de vários povos: os assírios, os babilônios, os medas, os persas, Alexandre Magno e soberanos da Síria helenizada.

Por isso, a partir de cinco ou seis séculos antes de Cristo, difundiu-se entre o povo hebreu a convicção de que só a intervenção de forças sobrenaturais, identificadas num “rei” de origem divina, poderia realmente restituir a independência ao país e assegurar aos mais pobres e aos oprimidos uma existência de bem-estar e de justiça sobre a Terra (cf. DONINI, *ibid.*).

Foi assim que, a partir do século IV-III a.C., os hebreus emigrados, principalmente nas cidades da Ásia Menor e em Alexandria do Egito, onde se falava o grego popular (ou *Koiné*), recorreram à única palavra grega (“Cristo”) que podia significar literalmente o antigo conceito de “Messias” e começaram a fantasiar, à base das escrituras, sobre a vinda de um eleito, o *Cristo*, descendente de Davi, que, como aquele grande rei, unificaria o povo eleito de Israel, libertá-lo-ia dos seus inimigos e reconstruiria o “reino”.

Com a vinda de Jesus a este mundo, os cristãos passaram a interpretá-lo como sendo o verdadeiro Messias esperado pelo povo de Israel, o salvador, o verdadeiro libertador *espiritual* (e não *político*) de toda a humanidade.

Até hoje, uma das principais divergências entre judeus e cristãos diz respeito exatamente à interpretação que uns e outros dão ao

“Messias”: enquanto para a grande maioria dos cristãos, o “Cristo da fé” é “o Messias esperado” (o único “Salvador de todos”), para os judeus, o Messias esperado ainda não veio, pois, para eles, os sinais da chegada do Messias – uma nova ordem social de paz, de justiça e de liberdade – ainda estão por vir.

O MITO DA CEIA EUCARÍSTICA

Com todo o meu respeito à crença católica no Sacramento da Eucaristia, que alimenta a fé de mais de um bilhão de fiéis, devo expressar, contudo, a bem da verdade, meu pensamento atual sobre a ceia eucarística, à luz da história das religiões e da “fé raciocinada”.

ORIGEM BÍBLICA DA CEIA EUCARÍSTICA

De acordo com a interpretação literal da Bíblia, Cristo, na noite que precedeu a sua morte, celebrou a última ceia com seus apóstolos. E relatam os evangelistas que, nesta oportunidade, Jesus tomou o pão da mesa, fez uma prece e o distribuiu aos seus apóstolos, dizendo: “Tomai e comei, **isto é o meu corpo**”. Depois, tomou o cálice com vinho, fez uma prece e o deu aos seus apóstolos, dizendo: “Tomai e bebei: **isto é o meu sangue**”.

No dizer do teólogo (e ex-padre católico) Franz Griesse, “essa cena tem provocado um mar de interpretações” (GRIESE, p. 173).

O mesmo autor (ibid.) nos esclarece que, segundo os católicos, Cristo, com estas palavras, transformou pão e vinho em seu verdadeiro corpo e sangue, de tal maneira que, depois da consagração, cada molécula do que antes era pão e vinho transformou-se no Cristo inteiro: corpo, sangue, alma e divindade. Do pão e do vinho restaram apenas as aparências, a figura exterior. Dizem ainda os teólogos que este milagre se renova em todas as missas e que em todas as hóstias e cálices do mundo está presente um só e mesmo Cristo, com todo o seu corpo, sua alma e sua divindade, tal como está no céu. Finalmente, asseguram os teólogos que, naquela última ceia, como em cada missa, se celebrou e se celebra a verdadeira morte de Cristo na cruz, sendo o sacrifício de Cristo em cada missa idêntico à morte de Cristo na cruz, apenas com a diferença de que o sacrifício de Cristo na cruz foi cruento (com derramamento de sangue), ao passo que o sacrifício de Cristo em cada

missa é incruento, ou seja, sem derramamento de sangue. Este é o dogma da Igreja Católica.

O escritor e ex-padre católico José Barbosa Neto, hoje pastor protestante, contesta esse mito católico da seguinte forma:

Como poderia Jesus ter dito, na Última Ceia, que **em suas mãos estavam o seu próprio corpo e sangue**,

quando ainda estava **VIVO NO MEIO DOS DISCÍPULOS**, habitando o mesmo corpo com o qual nascera de Maria e com o qual **andara e ainda estava andando** na companhia dos discípulos? Tal pensamento propalado pela Igreja Romana para assegurar a doutrina da **transsubstanciação** fere frontalmente a inteligência das pessoas sensatas! Muitas vezes, nas **Sagradas Escrituras** encontramos a mesma construção gramatical, onde o verbo **ser** é usado com o sentido de **representar**, e nessas passagens não pode ter outro significado (NETO, 2004, p. 83) (negrito do autor).

O renomado teólogo e ex-padre católico John Dominic Crossan, em seu livro *O Jesus Histórico*, argumenta que a ceia eucarística, interpretada literalmente, não é originária do Jesus histórico (cf. CROSSAN, 1994, p. 398-399).

A CEIA EUCARÍSTICA NA VISÃO DE PAULO

É muito interessante notar que o apóstolo Paulo, o verdadeiro fundador do cristianismo mítico dos cristãos, não interpretava a ceia eucarística *literalmente*, mas *simbolicamente*. Logo, para Paulo (o maior apóstolo do cristianismo), a ceia eucarística é *metaforicamente* (*simbolicamente*) “verdadeira”, mas é *literalmente* “falsa”.

Nesse sentido, Paulo chamava os elementos da Ceia de **pão e vinho** (ou de **pão e cálice**), e não de **corpo e sangue**: “Porque **todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice**, anunciais a morte do Senhor até que ele venha” (1Cor 11,26) (negrito meu).

Recordemos (cf. GRIESE, p. 174-175) que, no tempo de Paulo, os pagãos e os judeus costumavam sacrificar animais aos respectivos deuses. A carne desses animais sacrificados era consumida nos mercados públicos, na qualidade de carne de Júpiter (o Senhor dos deuses), carne de Minerva (deusa da sabedoria) etc., segundo as divindades a quem haviam sido sacrificados os animais. Os consumidores escolhiam a carne que mais lhes convinha, crendo que

comendo esta carne recebiam uma bênção especial da divindade respectiva, e até entrar em certa união com ela, mediante aquela carne.

É da maior importância ter presente essas crenças da antiguidade, para compreender o sentido das palavras nos escritos daqueles que viviam naquela época e estavam imbuídos de suas ideias.

Pois bem, o apóstolo Paulo, para induzir os novos cristãos, oriundos dos povos pagãos, a não participarem dos sacrifícios pagãos e não comerem a carne dos animais sacrificados aos ídolos, proíbe essa prática, substituindo-a pela “ceia do Senhor”, dizendo que, como pela carne dos ídolos, o homem participa dos “demônios”, ou seja, dos “deuses pagãos”, do mesmo modo pelo consumo do pão e do vinho eucarísticos o cristão participa do “Cristo da fé” (cf. GRIESE, p. 175).

Mas, como afirma Griese (ibid.), não há a menor dúvida de que Paulo não acreditava numa participação literal da própria pessoa dos deuses pagãos, mediante a carne dos ídolos e, portanto, tampouco na participação literal da verdadeira pessoa de Cristo, mediante o pão e o vinho.

A CEIA EUCARÍSTICA NA VISÃO DOS CORÍNTIOS

Os coríntios (como Paulo) também tinham um conceito simbólico muito simples da eucaristia e, certamente, não tinham a convicção de que o pão seria o verdadeiro corpo e o vinho o verdadeiro sangue de Cristo. Eles apenas acreditavam que, ao comerem o pão e ao beberem o vinho, participavam do Cristo da fé, do mesmo modo como os pagãos acreditavam que participavam dos seus deuses comendo a carne dos animais sacrificados em sua honra (cf. GRIESE, p. 179).

O apóstolo Paulo chama o pão consagrado de “pão” e o vinho consagrado de “vinho”, o que mostra que ele não acreditava numa transformação verdadeira do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, mas apenas queria ensinar aos coríntios que esta ceia deveria ser celebrada *simbolicamente* em memória de Cristo (cf. GRIESE, ibid.).

ORIGEM PAGÃ DA CEIA EUCARÍSTICA

Como já vimos neste livro, os nomes das duas divindades gregas (“Deméter” e “Dioníso”) lembram algumas das características típicas do mito cristão (cf. DONINI, p. 144), entre as quais os mitos cristãos de Maria como “Mãe de Deus”, de Jesus como “Filho de Deus” e o da “ceia eucarística”.

No que diz respeito à ceia eucarística grega, “o momento culminante do rito [dionisíaco] é uma espécie de assimilação eucarística das carnes do deus, simbolizado por um cabrito; o fiel participa assim da força sobrenatural do próprio Dionísio, transforma-se em homem-Baco, em homem-deus” (DONINI, p. 208).

Como afirma esse mesmo grande historiador das religiões (cf. DONINI, *ibid.*), vê-se aqui, claramente, uma das origens do significado da ceia eucarística cristã/católica. Os primeiros cristãos, de fato, acreditavam que, ao comerem o pão e ao beberem o vinho eucarísticos, participavam do “Cristo da fé” do mesmo modo como os pagãos acreditavam que participavam dos seus deuses comendo a carne dos animais sacrificados em sua honra (cf. GRIESE, p. 179).

Convém esclarecer, mais uma vez, em sintonia com o teólogo Franz GRIESE (p. 116-117), que é inegável a influência do culto ao Deus Mitra sobre o cristianismo. Como o “Cristo da fé”, o salvador Mitra é também “logos”, ou seja, “emanado de Deus”, “palavra de Deus”, “verbo de Deus”; nasce milagrosamente e os pastores vieram adorá-lo quando nasceu. Mitra é o porto e a âncora da salvação e, terminada sua missão terrestre, volta ao Céu, permanecendo lá como Protetor Soberano. Os seus adoradores devem servi-lo com absoluta pureza, recebendo **sete sacramentos**, entre os quais figuram o **batismo**, a **confirmação** e a **comunhão: pão e vinho consagrados** por fórmulas rituais. Depois da morte, os fiéis devem comparecer diante de Mitra e, se tiverem sido bons, gozarão a eterna felicidade, e, se tiverem sido maus, irão para o inferno eterno. No fim do mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Linha por linha, encontramos aqui a religião cristã. O que faltava aos livros hindus encontramos aqui na religião persa. O culto a Mitra chegou a Roma com uma força tão grande, nos primeiros três séculos depois de Cristo, de tal modo que, se não tivesse ocorrido a vitória de Constantino, o mundo (no dizer de Renan) “teria se tornado mitriano, em vez de cristão” (GRIESE, p. 117).

A CEIA EUCARÍSTICA NA VISÃO DOS PROTESTANTES

Como explica o teólogo Franz GRIESE (cf. GRIESE, p. 176-179), uma das maiores polêmicas entre católicos e protestantes é exatamente em torno da ceia eucarística: a participação eucarística no “Cristo da fé”

deve ser interpretada *literalmente* ou apenas *simbolicamente*? Essa tem sido a grande questão polêmica entre católicos e protestantes.

Os protestantes concordam plenamente com a interpretação simbólica de Paulo sobre a ceia eucarística.

Na época da Reforma protestante, como relata Frances Young (cf. YOUNG, 1977, p. 35), reinou grande controvérsia sobre o modo exato como o pão e o vinho eucarísticos seriam (supostamente) o corpo e o sangue de Cristo. Um lado queria interpretar o pão e o vinho eucarísticos simbolicamente, enquanto o outro queria interpretá-los literalmente. Uma explicação do sentido literal, de acordo com a ‘ciência’ da época, afirmava que a *substância* subjacente do pão e do vinho transformava-se no corpo e no sangue de Cristo (*transubstanciação*), enquanto os *acidentes* continuavam a ser os de pão e vinho.

Na avaliação crítica de Frances Young, essa explicação do sentido literal da *transubstanciação eucarística* deixa de ter qualquer valor quando pensamos não em termos de *substância* e *acidentes*, mas em termos de *moléculas*, *átomos*, *elétrons* e *núcleos* (cf. YOUNG, *ibid.*)

A causa desse debate, conforme Young, está na confusão entre ‘mito’ e ‘ciência’. Que, em algum sentido real, o pão e o vinho representem o corpo e o sangue de Cristo é o que tem defendido a tradição cristã, mas em nada ajuda a essa fé cristã a tentativa de querer interpretá-la literal e cientificamente, pois, “**quando a ciência se torna ultrapassada, o mito fica comprometido**” (YOUNG, *ibid.*) negrito meu).

Objecções contra a *transubstanciação* eucarística sempre existiram ao longo da história do cristianismo. Dois autores anticatólicos mais conhecidos – Celso, no século II, e Porfírio, no século III – já atacavam essa doutrina, afirmando que “**mesmo compreendida alegoricamente, a Eucaristia permanece um rito antropofágico**” (apud COMBY, p. 35) negrito meu).

OS MITOS DA CONFISSÃO E DO PERDÃO DOS PECADOS

Os cristãos católicos acreditam que Jesus instituiu o sacramento da confissão para o perdão dos pecados. Segundo esse dogma (ou mito) católico, a confissão é necessária para o perdão dos pecados e os sacerdotes católicos têm o poder de perdoar ou de reter os pecados dos fiéis, com base na seguinte passagem do Evangelho de João:

“A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, também eu vos envio.” Dizendo isto, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais não perdoardes ser-lhes-ão retidos.” (Jo 20, 21-23)

Em primeiro lugar, a frase supostamente dita por Jesus “Recebei o Espírito Santo”, como já vimos neste capítulo, quando tratamos do Mito da Trindade Cristã, está errada, pois, no original grego não aparece aí o artigo definido, devendo a tradução correta ser “Recebei um Espírito Santo”, e não o Espírito Santo da Trindade Cristã, pois, quando João escreveu seu Evangelho, entre os anos 90-100, o Espírito Santo da Trindade ainda não existia, o qual foi criado somente no ano 381, no 1º Concílio de Constantinopla.

Questionando agora a autenticidade dessa passagem referente à instituição do sacramento da confissão, convém esclarecer que esses versículos são criações do evangelista João, e não palavras autênticas do Jesus histórico, conforme nos asseguram os pesquisadores do Seminário de Jesus (cf. FUNK, Robert W., HOOVER, Roy W., & THE JESUS SEMINAR, p. 467).

Além disso, como nos esclarece o teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE, “a confissão, tal como hoje é praticada na Igreja, era completamente desconhecida nos tempos dos apóstolos” (GRIESE, p. 147). Foi somente no século 13, no ano de 1215, que o Papa Inocêncio III, no Sínodo de Latrão, tornou a confissão obrigatória, ao menos uma vez por ano.

Em razão desses dados históricos, podemos concluir, com Franz GRIESE, que “a confissão é uma instituição absolutamente contrária à doutrina do Jesus histórico e à tradição apostólica” (ibid.).

O Jesus histórico, de fato, não instituiu nenhum sacramento. Todos os sacramentos da Igreja foram instituídos por ela mesma ao longo dos séculos. Os protestantes já vêm entendendo essa verdade há mais de 500 anos, pois passaram a rejeitar quase todos os sacramentos católicos, com exceção do batismo e da ceia eucarística (celebrada apenas simbolicamente em memória de Cristo).

Na visão espiritualista reencarnacionista (que adoto), não há perdão gratuito de nossos “pecados” e, portanto, não é pelo sacramento da confissão que obtemos o perdão de nossas faltas e de nossos erros. Somente através da caridade, do amor, o homem consegue redimir-se

de seus débitos e evoluir para mundos mais adiantados, onde passa a viver mais feliz e livre de reencarnações em mundos físicos atrasados como o Planeta Terra.

O MITO DE AFIRMAÇÕES EXCLUSIVISTAS ATRIBUÍDAS A JESUS

Os Evangelhos atribuem a Jesus uma linguagem superexclusivista, para provar que ele é “literalmente” o “Filho de Deus”, o próprio Deus feito homem, o Messias, o único Salvador dos homens, o único mediador entre Deus e os homens. Por isso – esclarecem os integrantes do Seminário de Jesus (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, p. 419) – os evangelistas não receiam em pôr na boca de Jesus muitas declarações, na primeira pessoa do singular, que ele nunca fez, pois ele não costumava iniciar diálogos fazendo afirmações espiritualmente arrogantes, egoístas e exclusivistas sobre sua pessoa do tipo:

- Eu sou o pão da vida (Jo 6,35).
- Eu sou a luz do mundo (Jo 8,12).
- Eu sou o bom pastor (Jo 10,11).
- Eu sou a ressurreição e a vida (Jo 11,25)
- Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai a não ser por mim (Jo 14,6).
- Eu sou a verdadeira vide (Jo 15,1).

Segundo o estudo crítico dos Evangelhos, realizado pelos pesquisadores do Seminário de Jesus (SJ), declarações como essas nunca foram “palavras exatas” nem “autênticas” (do ponto de vista de seu conteúdo) ditas pelo Jesus histórico, mas palavras típicas e exclusivas do evangelista João para expressar a sua interpretação ou a de sua comunidade acerca da pessoa e missão do chamado “Cristo da fé”, personagem bem distinto do “Jesus histórico”. Nenhum dos versículos joaninos há pouco citados, por exemplo, aparece nos Evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas). Eles são, portanto, criação do evangelista João, que, certamente, os copiou da literatura sagrada da Índia, conforme explicamos no capítulo 4 deste livro, a respeito do versículo joanino “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). O Jesus histórico nunca fez tais declarações exclusivistas, que contradizem radicalmente as leis do código de moral (ou de ética)

universal que ele ensinou aos seus discípulos, como **a humildade, o amor, o pluralismo, a igualdade e a fraternidade**.

Como já refletimos, no capítulo 4, o famoso versículo joanino “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6) foi a grande lógica para o *slogan*: FORA DO CRISTIANISMO, NÃO HÁ SALVAÇÃO (ou, mais restritamente, FORA DA IGREJA CATÓLICA, NÃO HÁ SALVAÇÃO), uma vez que Jesus não apenas seria o caminho, a verdade e a vida, e ninguém iria ao Pai a não ser por Ele, mas também, segundo alegam os católicos, teria fundado uma Igreja (a Igreja Católica) e entregue exclusivamente a Pedro as chaves do Reino dos Céus (Mt 16,18-19).

Diante dessa postura exclusivista, o cristianismo tradicional sempre pretendeu ser “a única fé verdadeira para toda a humanidade” (DRCO, verbete **cristianismo**), todas as demais religiões sendo automaticamente classificadas como “marginais” ou “falsas” (cf. DRCO, p. 379).

Surgiu, assim, a triste ditadura do cristianismo dogmático e exclusivista que, infelizmente, ainda perdura, se bem que, com um ecumenismo pluralista, essa situação deveria mudar. O versículo joanino, segundo o qual Jesus é o caminho (Jo 14,6), e não um caminho ao lado de muitos outros, é o mais utilizado em todos os documentos da Igreja Católica para, naturalmente, fundamentar a suposta unicidade e universalidade salvífica de Cristo e a da Igreja Católica, numa total distorção do código de leis morais pluralistas e universais que o Jesus histórico realmente ensinou.

O MITO DA REVELAÇÃO EXCLUSIVA E DEFINITIVA FEITA POR DEUS NA BÍBLIA

Como afirmado no capítulo 4, a grande maioria dos cristãos acredita que a Revelação feita por Deus na Bíblia foi exclusiva e definitiva.

Essa crença é mais um mito cristão, pois ela não encontra nenhum apoio na história das religiões, a qual, bem ao contrário, comprova que Deus sempre se revelou aos homens desde a mais remota antiguidade, e certamente continuará se revelando, à medida que o homem for evoluindo e sendo capaz de entender seus ensinamentos.

Além disso, a história das religiões comprova que muito pouco é original no cristianismo convencional e na Bíblia cristã. De fato, quase tudo no cristianismo ortodoxo e na Bíblia judaico-cristã foi adaptado,

copiado ou plagiado, de tradições religiosas mais antigas (ver, entre outros especialistas em história do cristianismo, GRIESE, 1957, cap. II; DONINI, 1965; BAIGENT, LEIGH & LINCOLN, 1993, cap. VIII; BROWN, 2004, cap. 55). Essa verdade está muito bem documentada, por exemplo, pelo escritor espírita Jayme Andrade (1995, p. 26), nos seguintes termos:

Assim é que os “Dez Mandamentos” foram adaptados dos Livros Védicos, muito anteriores à Bíblia, nos quais se achavam classificados como “pecados do corpo” (bater, matar, roubar, violar mulheres), “pecados da palavra” (ser falso, mentir, injuriar) e “pecados da vontade” (desejar o mal, cobiçar o bem alheio, não ter dó dos outros). [...] Da mesma forma, a lei de amor pregada por Jesus já havia sido objeto de pregação pelo filósofo hindu Krishna e era crença comum entre os povos da antiguidade oriental. [...] O ponto que desejamos salientar é que, se a Bíblia trouxe revelações divinas ao homem, outras revelações têm sido ministradas por Deus a outros povos. Vários livros religiosos da antiguidade, cada um a seu tempo e atendendo às circunstâncias da sua época, contribuíram para a elevação moral dos povos.

Em outras palavras, muitas das leis incluídas no código de leis e ensinamentos supostamente revelados por Deus exclusivamente a Moisés no Antigo Testamento, ou a Jesus no Novo Testamento, já faziam parte de outros códigos ético-morais mais antigos, como as leis do Código de Hamurábi, escritas na Babilônia há mais de vinte séculos antes de Cristo e, portanto, muitos séculos antes de Moisés, e os livros sagrados dos hindus, escritos cerca de quatro mil anos antes de Cristo.

Continuando com nossa exemplificação, cerca de quatro mil anos antes do apóstolo Paulo declarar a verdade segundo a qual “o que o homem semeia, isso mesmo colherá” (Gl 6,7), “os livros sagrados hindus já diziam que uma pessoa se torna boa por atos bondosos e ruim por atos malévolos” (BACH, 1998, p. 28-29), o que é a mesma coisa.

Cerca de quatro mil anos antes de Jesus ensinar que o conhecimento da verdade liberta o homem, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8, 32), no *Bhagavad Gita* dos hindus – correspondente ao Evangelho dos cristãos – Krishna já ensinava que

se alguém se apoderar da Verdade, entrará na mansão da suprema beatitude e repousará na paz da divindade. [...] Quem se integra no Ser Supremo e nele repousa está livre da incerteza e trilha caminho luminoso, do qual não há retorno, **porque a luz da verdade o libertou do mal** (apud ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 57) (negrito meu).

A mesma verdade religiosa expressa no Apocalipse cristão, “Eu sou o princípio e o fim, o Alfa e o Ômega (cf. Ap 1,8), já havia sido expressa no *Bhagavad Gita*: “Eu sou o princípio dos mundos e sou o seu fim” (ROHDEN, *ibid.*, p. 78).

Jesus também não é o autor exclusivo da chamada “regra de ouro”: “Tudo aquilo, portanto que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles...” (Mt 7, 12). Esta máxima de comportamento já era muito conhecida em religiões bem mais antigas do que o cristianismo, por exemplo, no judaísmo: “Não faças a ninguém o que não queres que te façam” (Tb 4,15); no hinduísmo: “Não faças aos outros aquilo que, se a ti fosse feito, causar-te-ia dor” (apud RAMATÍS, 1996, p. 9); no confucionismo: “Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam” (*ibid.*).

O teólogo Holger Kersten (cf. KERSTEN, p. 136-137), indica semelhanças incontestáveis entre as narrativas evangélicas sobre o suposto nascimento extraordinário de Jesus (cf. Lc 1, 30-35) e as antigas lendas indianas sobre o nascimento de Krishna, o “Salvador” dos hindus, tido como a encarnação do deus Vishnu. Vejamos, em suas palavras, o seguinte paralelismo:

Vishnu, de acordo com as mais antigas fontes, apareceu sob a forma de homem em 4 000 a. C. à virgem Devanaki (= mulher criada para Deus) que pertencia à casa real. Devanaki caiu em êxtase, ofuscada pelo espírito de Deus, que se uniu a ela em divino e majestoso esplendor. Devanaki concebeu uma criança. Uma profecia no Atharva-Veda narra o acontecimento da seguinte forma: “Bendita és tu, Devanaki, entre todas as mulheres, e bem-vinda sejas entre os sagrados Rishis. Foste escolhida para a obra da salvação [...]. Ele virá com uma coroa de luz e o céu e a terra se encherão de júbilo [...]. Virgem e mãe, nós te saudamos, como a mãe de todos nós, pois darás à luz ao nosso salvador, a quem darás o nome de Krishna”.

O MITO DA RELIGIÃO E DA IGREJA DE CRISTO

Quase todos os cristãos estão convictos de que Jesus fundou uma nova religião (o cristianismo tradicional, A ÚNICA RELIGIÃO VERDADEIRA) e os católicos estão também convictos de que Jesus é o fundador da Igreja Católica (A ÚNICA IGREJA VERDADEIRA). Para

os católicos, PEDRO FOI A ÚNICA PEDRA SOBRE A QUAL JESUS EDIFICOU A SUA IGREJA.

Essa pretensão católica está longe de ser verdadeira, uma vez que muitos especialistas em história das origens do cristianismo (incluindo até mesmo famosos teólogos católicos) rejeitam essa pretensão.

O principal argumento dos católicos para essa velha pretensão exclusivista e, portanto, antiecumênica, é baseada numa interpretação literal do Evangelho de Mateus (Mt 16, 18-19), em que Pedro teria sido a pedra sobre a qual Jesus teria edificado a sua Igreja, tendo sido ele o único a receber de Jesus as chaves do reino dos céus. Trata-se aqui, na realidade, de uma passagem altamente controvertida do Novo Testamento e que tem dado origem a numerosos conflitos e divisões dentro do próprio cristianismo. Esses versículos de Mateus constituem, de fato, como vêm comprovando, há tempo, muitos estudiosos do Novo Testamento, uma mal-arrumada montagem, criada pelo autor do Evangelho de Mateus (Mt 16,13-19), que coloca retroativamente nos lábios de Jesus a célebre passagem deste evangelista, com fins totalmente apologéticos (“apologia” aqui significa “defesa da fé” cristã dogmática). Leiamos a referida passagem:

Chegando Jesus ao território de Cesareia de Filipe, perguntou aos discípulos: “Quem dizem os homens ser o Filho do Homem?” Disseram: “Uns afirmam que é João Batista, outros que é Elias, outros, ainda, que é Jeremias ou um dos profetas.” Então lhes perguntou: “E vós, quem dizeis que eu sou?” Simão Pedro, respondendo, disse: “Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo.” Jesus respondeu-lhe: “Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi carne ou sangue que te revelaram isto, e sim o meu Pai que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei **minha Igreja**, e as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus (Mt 16,13-19) (negrito meu).

Para quem interpreta os relatos evangélicos ingênua e literalmente, não precisaria mais nada além dessa famosa passagem de Mateus para concordar com a crença dos católicos segundo a qual a sua Igreja teria sido realmente instituída por Jesus. O caso, entretanto, não é tão simples assim. Essa passagem de Mateus – exclusivista por natureza – divide os católicos de todos os outros cristãos e de todos os não cristãos. Só

por essa característica exclusivista, e também pelo fato de essa passagem ser exclusiva de Mateus, já se pode deduzir que ela tem sabor de inautenticidade. Tanto os protestantes (até mesmo os fundamentalistas) como os espíritas (e outros espiritualistas reencarnacionistas) são unânimes em afirmar que essa passagem não pode ser autêntica, mas trata-se de uma montagem mal-arrumada para satisfazer interesses católicos. Para enriquecer nossa reflexão, recebamos, nesse sentido, a contribuição que nos oferece o escritor espírita Hermínio C. de Miranda, através da seguinte argumentação:

É pouco provável, contudo, que Jesus tenha, por exemplo, instituído uma igreja, ou melhor, **a sua igreja**, conforme consta em Mateus 16:18. Essa é a única referência específica nos Evangelhos, ressaltando-se, naturalmente, que a palavra original grega – *ekklesía* – quer dizer comunidade, reunião de pessoas, religiosas ou não. É com essa conotação que começou a ser aplicada, nos Atos e nas Epístolas, ou seja, um local onde se reuniam os cristãos, não como uma Igreja fundada e institucionalizada por Jesus, com a sua estrutura administrativa, ritualística, sacramental e doutrinária (MIRANDA, 1988, p. 168-169) (negrito do original).

O mesmo autor prossegue em sua brilhante argumentação, à luz da “fé raciocinada”, mostrando que Jesus não fundou nenhuma igreja:

Em suma, Jesus não fundou **a Igreja** e nem mesmo **igrejas**, como Paulo e outros apóstolos. Pregou as suas ideias e deu seu testemunho. Não estava cogitando de templos de pedra nem de hierarquias sacerdotais, dogmas ou normas de direito canônico. Sequer de uma teologia, no sentido em que hoje conhecemos esse conceito. Para que igrejas, se ele não cuidara, sequer, de ter uma pedra sobre a qual pousasse a cabeça? (Ibid.) (negrito do autor)

A respeito do caráter artificial da pergunta atribuída a Jesus, em Mateus 16,13 (“Quem dizem os homens ser o Filho do Homem?”), e acerca da inautenticidade da passagem sobre a fundação da sua Igreja e do “primado” de Pedro, o escritor espírita Hermínio C. Miranda oferece-nos os seguintes argumentos:

Até mesmo a interpelação inicial de Jesus aos discípulos (“Quem dizem os homens ser o Filho do Homem?”), parece ter sido colocada ali apenas para oferecer encaixe à ideia do “primado” de Pedro, ainda que a pergunta, em si, possa ter sido verdadeira em outro contexto ou oportunidade. [...]

Seja como for, lá está em Mateus, a formal instituição da Igreja (*minha Igreja*), a ideia do inferno e a de que Pedro teria em suas mãos as “chaves do Reino”. Do que se depreende que o texto não é somente de duvidosa autenticidade, mas também incompetente, pois não é crível, nem lógico, que, após ter estabelecido as condições, segundo as quais o ser humano herdaria o Reino dos céus, ou o mereceria por seu procedimento reto, suas virtudes e tudo mais, Jesus resolva, diferentemente, que a recompensa máxima de um bom cristão não seria mais a resultante de um esforço pessoal na prática do bem e no exercício do amor a Deus e ao próximo, e sim, uma condição aleatória indefinida, que ficaria inteiramente ao arbítrio de Pedro – e, por extensão, de seus sucessores, somente porque a Igreja, mais tarde, considerou-o seu primeiro Papa (MIRANDA, 1988, p. 168-169).

Na verdade, o primeiro dirigente da *comunidade* (e não “igreja”) que Jesus formou foi seu irmão Tiago, e não Pedro. Jesus não fundou uma nova religião nem uma igreja. Ele formou, sim, uma **COMUNIDADE DE AMOR** (o “**cristianismo das origens**”), ou seja, uma **COMUNIDADE DE PESSOAS**, para viver e pregar os princípios do **código de moral (ou de ética) universal** que ele ensinou: **a paz, a união, a fraternidade, a justiça, a humildade, o perdão e o amor**, sem exclusivismos e divisionismos de nenhuma espécie.

Uma óbvia e séria implicação ecumênica da passagem exclusivista de Mateus, há pouco questionada, é que todas as outras igrejas cristãs deveriam retornar ao seio da suposta verdadeira Igreja fundada por Jesus (A SUA IGREJA), a Igreja Católica. E uma clara implicação macroecumênica da mesma passagem é que todos os seguidores das demais religiões do mundo deveriam converter-se ao catolicismo, visto ser a Igreja Católica, na opinião dos católicos, a única religião verdadeira, por ter sido – segundo alegam eles – a única religião fundada pelo próprio Deus encarnado (cf. RATZINGER, 2001, n. 16).

Segundo o ponto de vista que defendo, não foi o Jesus histórico, portanto, quem fundou uma nova religião ou uma “igreja” (a sua “igreja”), mas foram os cristãos que o fizeram, a começar por Paulo de Tarso. Jesus ensinou e praticou não uma nova religião, mas A RELIGIÃO, A VERDADEIRA RELIGIÃO – A VIVÊNCIA DO AMOR!

Os espíritas vêm transmitindo essa mesma verdade em sua rica literatura. E atualmente, existem até mesmo famosos teólogos e estudiosos cristãos (incluindo católicos) que negam, corretamente, que o Jesus histórico tenha, de fato, fundado uma igreja durante a sua vida

terrena. Como exemplo de um famoso escritor católico que defende essa mesma verdade, refletimos aqui sobre o que afirma o ilustre teólogo Hans Küng, padre suíço, nomeado pelo Papa João XXIII como consultor teológico para o Concílio Vaticano II. Eis suas palavras:

Jesus não fundou uma igreja durante sua vida. [...] Hoje, até exegetas católicos aceitam que a famosa frase sobre Pedro como a pedra na qual Jesus construirá sua igreja (Mateus 16,18-19: a declaração está no futuro), e da qual os outros Evangelhos não têm conhecimento, não é uma frase do Jesus terreno, mas foi composta após a Páscoa pela comunidade palestina, ou mais tarde pela comunidade de Mateus (KÜNG, 2002, p. 28) (negrito meu).

Essa mesma tese, como nos informa o historiador (e ex-padre católico) Eduardo Hoornaert, já havia sido defendida, no início do século XX, pelo padre francês Alfred Loisy, o qual

sofreu muito por causa desse seu posicionamento, foi humilhado e proibido de ensinar em instituições da Igreja. Morreu isolado de seus colegas. Mesmo assim, **sua tese é vitoriosa, hoje, pelo menos entre os estudiosos da história das origens do cristianismo** (HOORNAERT, 2006, p. 34) (negrito meu).

A tese de que Jesus não fundou uma igreja (nem uma *nova* religião) é igualmente defendida, hoje, por muitos teólogos cristãos, altamente qualificados, como os pesquisadores da instituição religiosa americana, denominada Seminário de Jesus (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 41).

Convém repetir que o principal fundador do cristianismo mítico e da Igreja Cristã foi Paulo de Tarso. Com essa hipótese, não quero diminuir a importância e o valor do cristianismo ortodoxo e da Igreja Católica ao longo da História, mas desejo apenas tentar contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”). Nesse contexto, refletimos sobre o que escreve o escritor vaticanista espanhol Juan Arias:

Uma das perguntas mais delicadas, comprometedoras e complexas sobre Jesus de Nazaré é se ele quis fundar uma nova Igreja e uma nova religião. Uma pergunta difícil, já que a Igreja Católica e, em geral, as igrejas cristãs jamais admitirão que não foram fundadas por Jesus [...] E estão convencidas de que o cristianismo é uma nova religião, como o islamismo, o judaísmo

e o hinduísmo. Contudo, **não poucos especialistas se fizeram seriamente essa pergunta.** E muitos deles, a começar pelos modernistas, foram condenados e perseguidos por terem questionado a vontade de Jesus de fundar uma Igreja. Roma, ao contrário, jamais teve dúvidas quanto ao fato de Jesus ter fundado sua Igreja sobre Pedro, a quem deu o poder de governar e o dom da infalibilidade para não errar em sua tarefa.[...] Mesmo na hipótese não provada de que não seja Jesus o fundador da Igreja Católica [...], isso não diminui em nada a importância que essa instituição religiosa e o cristianismo em geral tiveram e têm na história. **Tampouco diminui sua importância o fato de que essa Igreja possa ter nascido da fé dos primeiros cristãos e da concepção religiosa de Paulo de Tarso, considerado por alguns autores o verdadeiro fundador do cristianismo, ao fazer com que o cristianismo primitivo se afastasse de suas originais raízes judaicas** (ARIAS, p. 127-128) (negrito meu).

O teólogo católico Leonardo Boff, em seu livro *Igreja: Carisma e Poder*, publicado (pela Editora Vozes) em 1981, também reconhece a existência dentro do próprio catolicismo de duas correntes opostas entre os teólogos: uma corrente afirmando que Jesus fundou a Igreja e outra afirmando que “a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico...” (BOFF, 2005, p. 425). Por causa dessa afirmação, Boff foi duramente criticado por Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), que o acusa nos seguintes termos, citando o próprio Boff (ibid.):

Segundo suas próprias palavras, (L. Boff) coloca-se dentro de uma orientação na qual se afirma que “a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico, surgindo, isto sim, como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desescatologização” (p. 133) (RATZINGER, apud BOFF, ibid.)

Mesmo tendo rebatido essa e outras críticas feitas por Ratzinger ao seu livro, passado um ano do julgamento (em 1985), Boff

foi condenado a um tempo indeterminado de “silêncio obsequioso”, deposto da cátedra de teologia, impedido de escrever e de coordenar o edital religioso da Editora Vozes. O livro *Igreja: carisma e poder* não poderia mais ser reeditado sem profundas remodelações (BOFF, ibid., p. 17-18).

Para concluir o tema, reafirmo que o Jesus histórico não fundou uma nova religião nem uma igreja. **A única religião instituída pelo Jesus histórico foi a prática do amor a Deus e ao próximo.**

CAPÍTULO 8

OS MITOS CRISTÃOS E A REENCARNAÇÃO

Com afirmado na Introdução deste livro, um dos objetivos ecumênicos e macroecumênicos desta obra é precisamente confrontar alguns mitos cristãos com a **reencarnação**, doutrina comum a muitas religiões e filosofias (antigas e modernas) que admite a preexistência da alma e o seu renascimento em novo corpo físico, que explica as diferenças entre os seres humanos e os seus sofrimentos, além de se coadunar com a justiça e a misericórdia divinas e ser, hoje, aceita pela maioria das crenças religiosas e filosóficas do mundo: “dois terços da população mundial acreditam em reencarnação” (Van PRAAGH, 1999, p. 100; cf. também BLAVATSKY, 2000, p. 562-563).

Por isso, o objetivo específico do último capítulo deste livro é precisamente incentivar o diálogo entre os cristãos antirreencarnacionistas – adeptos dos dogmas (ou mitos) cristãos – e os seguidores da filosofia reencarnacionista.

REENCARNAÇÃO X METEMPSICOSE

Muitas pessoas ainda pensam que “reencarnação” é o mesmo que “metempsicose”, conforme a crença mítica antiga sobre a reencarnação. Como explica muito bem o escritor espírita L. Palhano Jr.,

metempsicose é a doutrina antiga da reencarnação que preconizava a transmigração da alma do homem para os animais e dos animais para o homem. Na doutrina moderna da reencarnação, os Espíritos rejeitam de maneira absoluta tal transmigração, porque ofende frontalmente a lei de evolução e do progresso, pois, uma vez que o Espírito avança em suas aquisições evolutivas, não mais retroage (PALHANO, 1997, p. 249).

A CRENÇA REENCARNACIONISTA NO JUDAÍSMO E NO CRISTIANISMO PRIMITIVO

Contrariamente à opinião de muitos cristãos, a crença na reencarnação era comum entre os judeus antigos e entre os cristãos da

Igreja primitiva. Embora a reencarnação não faça parte da literatura clássica judaica, ela é uma crença comum nos textos místicos judaicos da Cabala. No dizer de Brian L. Weiss, “a reencarnação e os planos intermediários são os princípios básicos da literatura cabalística, mas os judeus modernos não têm consciência disso” (WEISS, 1991, p. 140).

A crença na reencarnação era também bastante comum entre os judeus e os cristãos da época de Jesus, o que pode ser comprovado por várias passagens do Novo Testamento, como a seguinte:

Chegando Jesus ao território de Cesareia de Filipe, perguntou aos discípulos: “Quem dizem os homens ser o Filho do Homem?” E eles disseram: “Uns afirmam que é João Batista, outros que é Elias, outros, ainda, que é Jeremias ou um dos profetas”. Então ele lhes perguntou: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16, 13-15)

Está mais do que claro que a hipotética resposta dos discípulos a essa pergunta demonstra a sua firme crença na reencarnação. Para uns, Jesus era a reencarnação de João Batista; para outros, ele era a reencarnação de Elias; para outros, a reencarnação de Jeremias e para outros, ainda, a reencarnação de algum dos profetas.

O próprio Jesus, na interpretação espírita de algumas passagens evangélicas, como em Mateus (Mt 17, 10-13), afirmou que João Batista era o profeta Elias reencarnado. E em João (Jo 3, 1-10), ele disse que para entrar no Reino de Deus é preciso “nascer de novo”, isto é, “reencarnar”. A tradução “nascer do alto” – adotada pela *Bíblia de Jerusalém* – fica totalmente sem nexo em face da pergunta de Nicodemos (cf. Jo 3, 4): “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e (re)nascer?”

A interpretação cristã tradicional desses versículos joaninos tem obviamente o objetivo de negar que Jesus, os judeus e os cristãos de sua época eram reencarnacionistas, pois a crença na reencarnação, como veremos neste capítulo, é radicalmente incompatível com os principais dogmas (ou mitos) do cristianismo convencional.

Esses dados históricos comprovam, indiscutivelmente, como afirma Sanderfur (1988, p. 38.), que a crença na reencarnação era bem difundida no judaísmo antigo e nos primórdios do pensamento cristão. É certo também que a seita judaica dos essênios era tipicamente reencarnacionista (cf. LEWIS, 1997, p. 51-66).

Essas verdades, porém, não interessam aos cristãos de “fé-crença cega”. Nesse sentido, tem muita razão o padre e teólogo católico

François Brune – defensor da comunicabilidade entre os “vivos” e os “mortos” – quando afirma em seu livro *Os Mortos nos Falam*, que “cada um não acredita senão no que quer acreditar. Os motivos da ciência ou da razão estão longe de ser os mais profundos e os mais decisivos” (BRUNE, 1994, p. 27).

A CONDENAÇÃO DA REENCARNAÇÃO POR UM SÍNODO DA IGREJA

A crença reencarnacionista no cristianismo primitivo era defendida por ilustres cristãos e famosos escritores, como Clemente de Alexandria e Orígenes, padres e teólogos da Igreja Oriental do século III, radicados em Alexandria. As ideias reencarnacionistas de Orígenes foram condenadas, primeiramente, num édito do imperador Justiniano (527-565) e, em seguida, no Sínodo de Constantinopla (543), convocado pelo patriarca Menas de Constantinopla, a pedido do imperador Justiniano, conforme nos esclarece o escritor José Reis Chaves nos seguintes termos:

Em 543, Justiniano publicou um édito em que expunha e condenava as principais ideias de Orígenes, sendo uma delas a da preexistência. Em seguida à publicação do citado édito, Justiniano determinou ao patriarca Menas de Constantinopla que convocasse um sínodo (pequena assembleia de alguns bispos de uma região), convidando os bispos para que votassem em seu édito, condenando dez anátemas dele constantes e contra Orígenes. A principal cláusula, ou anátema, que nos interessa é a da condenação da preexistência que, em síntese, é a seguinte: “Quem sustentar a mítica crença na preexistência da alma e a opinião, conseqüentemente estranha, de sua volta, seja anátema”. [...] Do sínodo citado se conclui que a **reencarnação foi condenada**, pois ele condenou a preexistência do espírito, e, como vimos, não há reencarnação sem preexistência do espírito (CHAVES, 2006a, p. 232-233; 237-238) (negrito meu).

A REENCARNAÇÃO E O PROGRESSO DA HUMANIDADE

Sem a reencarnação, como argumenta convincentemente Allan Kardec (cf. KARDEC, *a Gênese*, cap. 11, n. 33), não se explicaria o progresso incontestável pelo qual vem passando a humanidade desde os tempos primitivos até os dias atuais. Sem essa doutrina, como se explicaria o fato de que os seres humanos deste século são muito mais evoluídos do que aqueles que nasceram nos tempos primitivos da

humanidade? Se não existisse a reencarnação, ou seja, se houvesse uma só existência na Terra, seríamos todos seres humanos primitivos. Sem dúvida alguma, esse é um dos mais convincentes argumentos a favor da reencarnação.

REENCARNAÇÃO, JUSTIÇA E MISERICÓRDIA DIVINAS

Somente a reencarnação é compatível com a justiça e a misericórdia divinas, porque Deus, sendo sumamente justo, não pode deixar impunes aqueles que livremente desrespeitam suas leis. Daí, a necessidade do resgate, da reparação. Deus, por outro lado, sendo infinitamente sábio e misericordioso, não iria criar um filho amado com a possibilidade de condená-lo a um castigo eterno.

Deus não seria infinitamente inteligente e bom se tivesse criado seres humanos para vê-los eternamente infelizes. Sendo Deus, em nossa linguagem figurada (analógica/metafórica), “pai” (e “mãe”), é inconcebível que ele vivesse alegre e feliz no céu contemplando um filho seu eternamente infeliz no inferno. Logo, as crenças literais no inferno eterno e na unicidade da existência na Terra são mitos, e não verdades absolutas.

A REENCARNAÇÃO E A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Alguns autores argumentam que existe relação entre a doutrina reencarnacionista e a ciência contemporânea. Nesse sentido, vejamos o que afirma o filósofo Pietro Ubaldi, ao relacionar a reencarnação com a ciência, particularmente com a Psicanálise de Freud:

Freud, sem o querer dirigiu seus primeiros passos para levar a pesquisa psicológica positiva ao terreno da reencarnação. Fixando e aplicando o conceito do subconsciente, Freud afirmou e demonstrou a existência de uma atividade espiritual que se não pôde exaurir na vida atual, mesmo se ele não ultrapassou o limiar desta (UBALDI, 1986, p. 188).

Ubaldi mostra com muita lógica como a teoria psicanalítica de Freud desemboca nas vidas anteriores:

De qualquer modo, Freud inaugurou um sistema que, levado apenas um pouco mais para trás, leva-nos à vida precedente. Ora, é um fato que, se com a psicanálise, com a pesquisa para a explicação dos traumas psíquicos e depois pelo dismantelo das posições psicológicas erradas, andamos

para trás até a meninice e o nascimento, podem ainda existir traumas e posições tão profundamente congênitas que, para conhecê-las e corrigi-las, precisaria remontar até suas raízes, que são tão profundas, que só podem ser chamadas na vida anterior ao nascimento. Trata-se de casos de que, nem mesmo a vida dos pais ou avós nos mostra conter as causas, e que se apresentam como fato pessoal do sujeito, cujas origens não podem, pois, achar-se senão em sua vida individual antes do nascimento, desde que não sejam achadas na atual (UBALDI, *ibid.*, p. 214).

INCOMPATIBILIDADE ENTRE A REENCARNAÇÃO E OS MITOS CRISTÃOS

A crença na reencarnação é radicalmente incompatível com pelo menos oito mitos básicos do cristianismo tradicional:

- 1) o mito da unicidade da existência no plano físico;
- 2) o mito da ressurreição da carne;
- 3) o mito do inferno eterno;
- 4) o mito do pecado original;
- 5) o mito do batismo;
- 6) o mito do juízo final;
- 7) o mito da redenção pelo sangue de Cristo;
- 8) os mitos da confissão e do perdão dos pecados.

A REENCARNAÇÃO E O MITO DA UNICIDADE DA EXISTÊNCIA

A crença mítica (porque totalmente irracional) na “unicidade da existência humana”, ou seja, de uma só existência do ser humano no plano físico da Terra, não explica as aparentes injustiças da vida: bondade e maldade, sucesso e insucesso, riqueza e pobreza, saúde e doença, visão e cegueira, ignorância e genialidade etc. Se as almas são criadas no momento da concepção e têm uma só existência no plano físico, conforme a crença dos cristãos convencionais, como se explicariam essas aparentes injustiças por parte de Deus, ao criar uns com perfeita saúde e outros cegos, surdos, mudos ou aleijados desde o nascimento? Somente a reencarnação oferece uma explicação racional para essas aparentes injustiças por parte de Deus, o princípio da Sua suma justiça. A ideia da unicidade da existência na Terra, ou seja, de uma só existência aqui neste planeta (como defendem os cristãos tradicionais), deixaria sem explicação a enorme diversidade intelectual, moral e social entre os seres humanos.

UNICIDADE DA EXISTÊNCIA E DESIGUALDADES HUMANAS

A ideia da unicidade da existência na Terra, ou seja, de uma só existência carnal aqui neste planeta, como foi dito, deixaria sem explicação a enorme diversidade intelectual, moral e social entre os seres humanos: por que as pessoas manifestam diferentes graus de inteligência? Por que umas nascem em berço esplêndido, enquanto outras morrem de fome ainda na infância ou até mesmo no ventre da mãe? Por que umas nascem perfeitamente saudáveis e fisicamente perfeitas, enquanto outras já nascem doentes e defeituosas? Por que muitas pessoas são moralmente boas e humildes desde a infância, enquanto outras já nascem depravadas e arrogantes?

A explicação infantil adotada pelos cristãos ortodoxos é a de que tudo isso acontece por vontade de Deus! Como explicar todas as chocantes desigualdades entre as pessoas, sem admitir a reencarnação, como meio de resgate de débitos contraídos em vidas passadas e como instrumento de evolução espiritual do ser humano? Todas essas anomalias só encontram uma explicação lógica na doutrina da reencarnação (cf. ANDRADE, 1995, p.158).

UNICIDADE DA EXISTÊNCIA E EVOLUÇÃO

O objetivo principal da existência humana no plano físico é evoluir integralmente nos aspectos moral e intelectual. Mas, como poderia uma pessoa atingir sua evolução intelectual e moral numa única existência nessa dimensão da vida?

Por conseguinte, **o mito da unicidade da existência** humana não consegue dar uma explicação satisfatória ao conceito de evolução. Evolução, sobretudo em sua dimensão moral, é um processo muito lento e, por isso, exige muitas (re)encarnações. A essa altura, alguém poderia perguntar por que o ser humano deste planeta evoluiu até agora muito mais intelectual do que moralmente, e eu lhe responderia, prontamente, que o ser humano deste planeta evoluiu até agora muito mais intelectual do que moralmente, porque ainda não aprendeu a vivenciar o amor.

A REENCARNAÇÃO E O MITO DA RESSURREIÇÃO DA CARNE

A doutrina da **reencarnação** é inconciliável com o mito (ou dogma) cristão da **ressurreição da carne**, isto é, no sentido de um espírito desencarnado retornar a viver com o mesmo corpo físico que tinha antes

de morrer. Se em cada sete anos, como comprova a ciência, nosso corpo físico não é mais o mesmo, e se após a morte de nosso corpo físico, seus elementos se decompõem para formar novos corpos, como poderemos ressuscitar, no final dos tempos, por ocasião do suposto **juízo final**, com o mesmo corpo físico que tínhamos antes de morrer, cujas moléculas e átomos já estão formando inúmeros outros corpos? Como poderá Jesus retornar **fisicamente** para o julgamento final da humanidade, segundo a crença mítica em sua segunda vinda física e gloriosa no final dos tempos para julgar a humanidade?

A REENCARNAÇÃO E O MITO DO INFERNO ETERNO

O mito do inferno eterno, como apropriadamente argumenta o filósofo reencarnacionista italiano Pietro Ubaldi, não se sustém diante da doutrina reencarnacionista:

A teoria do inferno eterno, considerada sem paixão, com a finalidade não de concluir a favor de uma religião ou de outra, mas apenas de conhecer a verdade, não se sustém diante da teoria reencarnacionista, ainda que possa ser aplicada como um terrorismo psicológico, produto de tempos ferozes, necessário para gente feroz (UBALDI, 1986, p. 184-188).

A REENCARNAÇÃO E O MITO DO PECADO ORIGINAL

Conforme elucidado, o verdadeiro “pecado original”, como corretamente argumenta Allan Kardec, só tem uma explicação racional para quem acredita na *reencarnação*:

Com a preexistência, o homem traz, *ao renascer*, o gérmen das suas imperfeições, dos defeitos de que não se corrigiu e que se traduzem pelos instintos naturais e pelos pendores para tal ou tal vício. É esse o seu verdadeiro pecado original, cujas consequências naturalmente sofre, mas com a diferença capital de que sofre a pena das suas próprias faltas, e não das de outrem (KARDEC, *A Gênese*, cap. I, n. 38).

A REENCARNAÇÃO E O MITO DO BATISMO

Como esclarecido no capítulo anterior, a doutrina do batismo não foi ensinada pelo Jesus histórico, o qual nunca fez uso do batismo nem ordenou aos discípulos que fossem por todo o mundo evangelizando e batizando toda criatura em nome da Trindade, nem jamais afirmou que só seria salvo quem cresse e fosse batizado. Isso tudo foi doutrina mítica

acrescentada posteriormente pela Igreja, a fim de legitimar biblicamente a sua hegemonia eclesial.

O Jesus histórico ensinou que para “salvar-se” (ou melhor, para “libertar-se”) e para ser “cristão”, isto é, para ser “seu discípulo”, a condição necessária e suficiente é **amar o próximo**: “Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois cristãos], se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,35).

Por conseguinte, não é o batismo nem qualquer outro sacramento ou prática ritualística que “salva” (ou “liberta”) e que caracteriza o “cristão” como Jesus o definiu. Assim, o hinduísta reencarnacionista Mahatma Gandhi, um dos espíritos mais iluminados do século XX, grande admirador do Evangelho de Cristo, praticante como Jesus da não violência, isto é, do amor, nunca foi “batizado”, entretanto, no feliz dizer do escritor espírita Hermínio C. Miranda, “foi cristão dos melhores, na vivência do amor ao próximo, na mansidão, no entendimento fraterno, no viver limpo, correto, modesto, autêntico” (MIRANDA, 1988, p. 18).

Conforme esclarecido, a crença segundo a qual o “batismo” é necessário para apagar o “pecado original” é um mito, já que o pecado original não existe. Recordemos que o verdadeiro “pecado original”, como vimos na subseção anterior, só tem uma explicação racional para quem acredita na *reencarnação*.

A REENCARNAÇÃO E O MITO DO JUÍZO FINAL

Conforme explicado no capítulo anterior, a crença no juízo final só deixa de ser mítica, quando interpretada à luz da doutrina reencarnacionista (cf. KARDEC, *A Gênese*, cap. 17, n. 43-67), a qual nos ensina que a humanidade não terá um fim, mas uma *transformação*, na época de sua regeneração:

Chegado o momento em que, pelo progresso moral de seus habitantes, o globo terráqueo tem de ascender na hierarquia dos mundos, interdito será ele, como morada, a encarnados e desencarnados que não hajam aproveitado os ensinamentos que uns e outros se achavam em condições de aí receber. Serão exilados para mundos inferiores, como o foram outrora para a Terra os da raça adâmica, vindo substituí-los Espíritos melhores. Essa separação [...] é que se acha figurada por estas palavras sobre o juízo final: “Os bons passarão à minha direita e os maus à minha esquerda.” (KARDEC, *A Gênese*, cap. 17, n. 63)

A REENCARNAÇÃO E O MITO DA REDENÇÃO

A reencarnação é também inconciliável com o dogma (ou mito) cristão da “salvação” ou “redenção” da humanidade pela morte expiatória de Cristo na cruz.

Para todos os espiritualistas reencarnacionistas, “salvação” significa “libertação” e “evolução espiritual” do ser humano, através da prática do amor em múltiplas (re)encarnações neste e em outros planetas.

Para nós (reencarnacionistas), convém repetir, a palavra-chave não é “salvação” (nem “redenção”), mas “evolução”.

A REENCARNAÇÃO E OS MITOS DA CONFISSÃO E DO PERDÃO DOS PECADOS

Como foi explicado no capítulo anterior, os cristãos católicos acreditam que Jesus instituiu o sacramento da confissão para o perdão dos pecados. Segundo esse dogma (ou mito) católico, a confissão é necessária para o perdão dos pecados e os sacerdotes católicos têm o poder de perdoar ou de reter os pecados dos fiéis, com base na seguinte passagem do Evangelho de João:

“A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, também eu vos envio.”
Dizendo isto, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais não perdoardes ser-lhes-ão retidos.” (Jo 20, 21-23)

Como já vimos, essa passagem referente à instituição do sacramento da confissão é inautêntica, pois não são palavras do Jesus histórico, mas palavras apenas do Evangelista João. O Jesus histórico nunca fez essa declaração, conforme nos asseguram os pesquisadores do Seminário de Jesus (cf. FUNK, Robert W., HOOVER, Roy W., & THE JESUS SEMINAR, p. 467).

Além disso, como nos esclarece o teólogo e ex-padre católico Franz Griese, “a confissão, tal como hoje é praticada na Igreja, era completamente desconhecida nos tempos dos apóstolos” (GRIESE, p. 147). Foi somente no século 13, no ano de 1215, que o Papa Inocêncio III, no Sínodo de Latrão, tornou a confissão obrigatória, ao menos uma vez por ano.

O Jesus histórico, repito, não instituiu nenhum sacramento. Todos os sacramentos da Igreja foram instituídos por ela mesma ao longo dos

séculos. Os protestantes já vêm entendendo essa verdade há mais de 500 anos, pois passaram a rejeitar quase todos os sacramentos católicos, com exceção do batismo e da ceia eucarística (celebrada apenas simbolicamente em memória de Cristo).

Em suma, na visão espiritualista reencarnacionista, não há perdão gratuito de nossos “pecados” e, portanto, não é pelo sacramento da confissão que obtemos o perdão de nossas faltas e de nossos erros. Somente pela caridade, pelo amor, o homem consegue, através de múltiplas (re)encarnações, redimir-se de seus débitos e evoluir para mundos mais adiantados, onde passa a viver mais feliz e livre de reencarnações em mundos físicos atrasados como o Planeta Terra.

OBJEÇÕES À REENCARNAÇÃO

Os cristãos antirreencarnacionistas (seguidores do cristianismo mítico) costumam fazer uma série de objeções à reencarnação, como as 14 objeções que serão feitas a seguir, acompanhadas de minhas respostas:

OBJEÇÃO Nº 1:

– Como é possível, alegam os cristãos antirreencarnacionistas, nas palavras de Jayme Andrade, que “no fim dos tempos estejam reunidos Gabriel e Satanás, Paulo e Caifás, as virgens com as prostitutas...?” (ANDRADE, 1995, p. 206)

REPOSTA: – Sem dúvida alguma, todos chegarão um dia ao estado de angelitude, pois “Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2, 4) e, “se ele quer, assim há de cumprir-se” (ANDRADE, *ibid.*).

OBJEÇÃO Nº 2:

– Mas se é verdade que todos devemos chegar um dia ao estado de angelitude, não há necessidade de nos privarmos dos prazeres da vida. Podemos, então, fazer tudo.

REPOSTA: – É verdade. Deus concede o livre-arbítrio para que o homem escolha, livremente, tudo o que desejar fazer ao longo de suas inúmeras (re)encarnações. O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória.

Logo, quem planta o bem colhe o bem, mas quem planta o mal será obrigado a colher o mal ao longo de sua caminhada evolutiva.

OBJEÇÃO Nº 3:

– Que adianta reencarnar para sofrer, se não podemos lembrar a causa de nossos sofrimentos?

REPOSTA: – É melhor esquecer temporariamente a causa do sofrimento, pois a lembrança de nossos delitos cometidos em vidas passadas nos faria sofrer muito mais. Imaginem a perturbação de um esposo, ao tomar conhecimento de que numa encarnação passada teria sido o assassino de sua atual esposa.

OBJEÇÃO Nº 4:

– Por que reencarnar neste plano físico, para expiar as faltas cometidas, quando elas poderiam ser expiadas nos planos superiores?

REPOSTA: – Não podemos permanecer e aprender nos reinos superiores enquanto não tivermos dominado as lições da escola primária. É impossível mandar uma criança ao jardim de infância num dia e ao colégio no dia seguinte. A criança deve voltar ao jardim de infância dia após dia e frequentar anos inteiros as escolas de primeiro e segundo graus, até que tenha condições de entrar na Faculdade.

OBJEÇÃO Nº 5:

– Como pode haver reencarnação, se Paulo afirma na Carta aos Hebreus (Hb 9,27) que “os homens devem morrer uma só vez”?

REPOSTA: – Este famoso versículo da Carta aos Hebreus, atribuída ao apóstolo Paulo (na verdade sabemos que a Carta aos Hebreus não é de autoria de Paulo) tem sido frequentemente usado por católicos e protestantes como argumento forte contra a reencarnação. De fato, se tomado ao pé da letra, e sem uma análise mais profunda, o versículo parece colocar um ponto final na discussão sobre a reencarnação. Entretanto, quando o autor da Carta aos Hebreus afirma que “os homens devem morrer uma só vez”, ele certamente não se refere ao espírito (ou alma), mas à parte material do homem, seu corpo físico, o único que, de fato, “só morre uma vez”, pois o espírito (ou alma) é imortal. Por conseguinte, o presente versículo em nada se relaciona com a negação da reencarnação.

OBJEÇÃO Nº 6:

– Os cristãos antirreencarnacionistas e outros adversários da reencarnação também alegam que, durante a crucificação Jesus assegurou ao ladrão arrependido que ele estaria no Paraíso com Jesus naquele mesmo dia: “Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no Paraíso” (Lc 23,43),

coisa que pela suposta lei da reencarnação não aconteceria, dada sua condição de salteador, tendo de padecer muito e passar por sucessivas encarnações para redimir-se dos erros, até que finalmente pudesse entrar no paraíso (RINALDI & ROMEIRO, 1999, p. 163).

REPOSTA: – Este versículo evangélico é de autenticidade duvidosa. Além disso, conforme atestam vários estudiosos, ele foi mal traduzido e mal interpretado, podendo ter várias leituras, dentre as quais as que dizem: 1) “Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso”; 2) “Em verdade te digo hoje: estarás comigo no Paraíso”; 3) “Em verdade te digo hoje que estarás comigo no Paraíso” etc. Como no original não havia vírgulas, o versículo se presta a diferentes e duvidosas interpretações. Conforme esclarecem, com muita razão, os pesquisadores do Seminário de Jesus, este versículo é inautêntico, ou seja, é palavra de Lucas – e não palavra de Jesus. Além do mais, essa é a única vez em que o termo “paraíso” aparece nos Evangelhos como sendo palavra dita por Jesus (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 397). Por conseguinte, não podemos nos apoiar em um único versículo evangélico e de duvidosa autenticidade (que se presta a diferentes leituras) para negar a reencarnação.

OBJEÇÃO Nº 7:

– Os cristãos tradicionais alegam que a Bíblia não fala de “reencarnação”, mas de “ressurreição”.

REPOSTA: – Conforme esclarecido no capítulo anterior, a “reencarnação” fazia parte das crenças judaicas sob o nome de “ressurreição”, termo que tem pelo menos quatro sentidos na Bíblia, o último dos quais significa “reencarnação”. Jesus, em Mateus (Mt 17, 10-13), afirmou que João Batista era o profeta Elias reencarnado. E em João (Jo 3, 1-10), ele disse que, para entrar no Reino de Deus, é preciso “nascer de novo”, isto é, “reencarnar”. A tradução “nascer do alto” –

adotada pela *Bíblia de Jerusalém* – fica totalmente sem nexo em face da pergunta de Nicodemos (cf. Jo 3, 4): “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e (re)nascer?” Para os que afirmam que a Bíblia não fala de “reencarnação”, recomendamos a leitura do livro do escritor José Reis Chaves, *A Reencarnação na Bíblia e na Ciência* (CHAVES, 2006a).

OBJEÇÃO Nº 8:

– Os cristãos antirreencarnacionistas costumam também fazer-nos a seguinte objeção: Como podia João Batista ser a reencarnação de Elias, se o próprio João Batista (cf. Jo 1,21) negou tal suposição?

REPOSTA: – João Batista não podia saber que era a reencarnação de Elias, porque, como já foi dito, o espírito reencarnado normalmente não se lembra de suas encarnações passadas.

Os judeus também contestam a crença espírita reencarnacionista segundo a qual João Batista teria sido a reencarnação de Elias, porque eles acreditam no mito judaico segundo o qual o profeta Elias não morreu, mas foi arrebatado ao céu em corpo e alma, num “carro de fogo”, quando ainda estava vivo (cf. 2Rs 2,11).

OBJEÇÃO Nº 9:

– Os cristãos antirreencarnacionistas alegam que Jesus, na parábola do mau rico e o pobre Lázaro (Lc 16, 19-31), contesta abertamente a possibilidade de arrependimento e perdão, passados os umbrais da eternidade. Na crítica do Frei Boaventura Kloppenburg, Jesus “ao menos nesta parábola, não era reencarnacionista, nem espírita, nem esoterista” (KLOPPENBURG, 1997, p. 104-105).

REPOSTA: – Conforme atestam apropriadamente os pesquisadores do Seminário de Jesus (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 361), essa parábola não é de autoria de Jesus, ou seja, eles negam que ela tenha sido relatada por Jesus, pelas seguintes razões:

- 1) histórias de ricos e pobres cujos destinos se invertem após a morte são comuníssimas na literatura do Oriente Próximo;
- 2) em nenhuma outra parábola autenticamente narrada por Jesus os personagens recebem nomes próprios e
- 3) a atenção dada aos pobres é uma característica particular de Lucas.

Por conseguinte, quem se baseia na “fé raciocinada” não pode chegar com segurança à mesma conclusão a que facilmente chegou o Frei Boaventura Kloppenburg, ao afirmar que Jesus, “ao menos nesta parábola, não era reencarnacionista, nem espírita, nem esoterista...”, pois, como indicam as evidências científicas, a referida parábola não é palavra de Jesus, mas de Lucas. O engano desse e de todos os demais adversários da reencarnação é achar que tudo o que está escrito na Bíblia é autêntico, por ser “Palavra de Deus”.

OBJEÇÃO Nº 10:

– Os cristãos antirreencarnacionistas também alegam que Jesus, na parábola de misericórdia do Filho Pródigo (Lc 15, 12-31), contesta abertamente a reencarnação, uma vez que o Pai dessa parábola, representando Deus, perdoa todos os pecados de seu filho pecador e o recebe em seu lar (que representa o céu) com festas, músicas e danças. Como conciliar essa misericórdia divina (que perdoa todos os pecados de alguém e o recebe em seu lar, no céu) com a doutrina da reencarnação?

REPOSTA: – Também essa parábola não é de autoria de Jesus, conforme atestam vários pesquisadores do Seminário de Jesus (cf. FUNK, HOOVER & THE JESUS SEMINAR, p. 357). Eles explicam, em primeiro lugar, que essa parábola foi criada por Lucas para expressar os temas centrais de todo o seu Evangelho: a misericórdia e o arrependimento; em segundo lugar, essa parábola segue o estilo alegórico predileto do movimento cristão primitivo: o Pai representa Deus, o filho mais jovem representa os pagãos, enquanto o filho mais velho representa os judeus ou os fariseus. Uma vez que esta parábola se presta muito bem para expressar essa interpretação alegórica e para ajustar-se aos objetivos temáticos e estruturais do Evangelho de Lucas, vários pesquisadores do Seminário de Jesus sustentam, com razão, que ela foi certamente criada pela Igreja primitiva e não por Jesus.

OBJEÇÃO Nº 11:

– Os adversários da reencarnação costumam fazer-nos também a seguinte objeção: se existe a reencarnação, como explicar o fenômeno do crescente aumento populacional no planeta Terra? Não são as mesmas almas que retornam em novos corpos físicos?

REPOSTA: – É preciso saber que, como ensina a revelação espírita, a Terra não é o único planeta habitado. Existe uma pluralidade de mundos habitados, uns mais avançados e outros mais atrasados, e os seus habitantes praticam a solidariedade, de tal modo que haja intercâmbio reencarnatório (verdadeira imigração) entre os mundos habitados, ou seja, espíritos de um determinado mundo podem reencarnar-se em outros mundos, ora como missão para evolução daquele mundo, ora como prova para adquirir e praticar certos ensinamentos ainda não sedimentados, o que explica o fenómeno do crescente aumento populacional no planeta Terra.

OBJEÇÃO Nº 12:

– Se existe a reencarnação, alegam os cristãos antirreencarnacionistas, como entender as inúmeras passagens bíblicas sobre penas eternas?

REPOSTA: – Conforme elucidado, a expressão “inferno eterno” é pura questão de linguagem figurada. A palavra “eterno” pode ter diversos sentidos, podendo significar não somente “aquilo que não tem fim”, como também “algo de duração imprecisa ou indefinida” ou “algo de longa duração”. Conforme esclarecido, a filosofia reencarnacionista não admite “penas eternas”, no sentido de sofrimentos que não têm fim, porque essa crença contradiz frontalmente a sabedoria e a bondade de Deus, que é definido como Pai e amor. Como poderia Deus – que é Pai e Mãe – viver feliz no céu contemplando seus filhos sofrendo eternamente no inferno?

OBJEÇÃO Nº 13:

– Os cristãos antirreencarnacionistas alegam que, no encontro com Nicodemos (Jo 3,1-10), Jesus, ao contrário da interpretação dos reencarnacionistas, não falou (cf. Jo 3, 7) que devemos “nascer de novo” (isto é, que devemos **reencarnar**), para entrar no Reino de Deus, mas sim, que devemos “nascer do alto”, ou seja, que devemos “nascer da água e do Espírito” (Jo 3,5) – “alusão ao batismo e à sua absoluta necessidade” – (*A Bíblia de Jerusalém*, Jo 3,5, nota z).

REPOSTA: – Em primeiro lugar, reafirme-se que, em João (Jo 3, 1-10), Jesus disse que, para entrar no Reino de Deus, é preciso “nascer de novo”, isto é, “reencarnar”. A tradução “nascer do alto” – adotada pela *Bíblia de Jerusalém* – fica totalmente sem nexos em face da pergunta

de Nicodemos: “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e (re)nascer?” (Jo 3, 4)

Em segundo lugar, a expressão “nascer da água e do Espírito”, ou melhor, “**nascer de água e de espírito**”, significa “**nascer de novo**” (**reencarnar**), e não “**nascer do alto**” (João 3,5). O advérbio original grego “*another*” (cf. CHAMPLIN, 2002, p. 304) não significa apenas “do alto”, mas também “de novo” e, nesse contexto, ele só tem sentido correto se for traduzido por “de novo”, e não “do alto”

Em terceiro lugar, é preciso esclarecer, com Allan Kardec, o sentido de “água” e “Espírito” na expressão bíblica “nascer da água e do Espírito” (Jo 3,5):

Para compreender o verdadeiro sentido dessas palavras, é necessário reportar à significação da palavra água, que não foi empregada em sua acepção própria. Os antigos tinham conhecimentos imperfeitos sobre as ciências físicas, e acreditavam que a Terra havia saído das águas. Por isso, consideravam a água como o elemento gerador absoluto. É assim que encontramos no Gênesis: “O Espírito de Deus era levado sobre as águas”, “flutuava sobre as águas”, “que o firmamento seja feito no meio das águas”, “que as águas que estão sob o céu se reúnam num só lugar, e que o elemento árido apareça”, que a água produza a terra e debaixo do firmamento”. Conforme essa crença, a água tornara-se o símbolo da natureza material, como o Espírito o era da natureza inteligente. Estas palavras: “Se o homem não renasce da água e do Espírito, ou em água e em Espírito”, significam, pois: “Se o homem não renasce com seu corpo e sua alma.” Neste sentido é que foram compreendidas no princípio. Essa interpretação, aliás, está justificada por estas outras palavras: *o que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é Espírito.[...] O que é nascido da carne é carne* indica claramente que só o corpo procede do corpo, e que o Espírito é independente do corpo (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, cap. 4.8).

OBJEÇÃO Nº 14:

– Como aceitar a reencarnação, alegam os cristãos ortodoxos, se essa crença rejeita o dogma cristão da “salvação” ou “redenção” da humanidade pela morte expiatória de Cristo na cruz?

REPOSTA: – É verdade que a filosofia reencarnacionista rejeita a suposta salvação ou redenção da humanidade pelo sangue de Cristo

derramado na cruz. Para os espíritas, bem como para todos os demais espiritualistas reencarnacionistas, “salvação” significa “libertação” e “evolução espiritual” do ser humano através da prática do amor em múltiplas (re)encarnações neste e em outros planetas.

Como também já foi elucidado, para nós (reencarnacionistas), a palavra-chave não é “salvação” (nem “redenção”), mas “evolução”. Esses dois termos são bem distintos: “salvação” é algo que vem de fora, enquanto “evolução” é algo que vem de dentro; “salvação” é libertação concedida pela fé em um “salvador” externo ao indivíduo; “evolução” é desenvolvimento de nossas potencialidades divinas, é nosso aperfeiçoamento espiritual, gradativo, realizado por nós mesmos ao longo de nossas múltiplas existências na matéria. Deus não nos criou “árvores”, mas “sementes” para que nós as façamos germinar e desenvolver frutos: amor, inteligência, honestidade, humildade, caridade, perdão, fraternidade, justiça etc. A “evolução”, ao contrário da “salvação”, depende de nosso trabalho individual e coletivo para chegarmos à perfeição. Só com muita luta e esforço, conseguiremos, gradativamente, nosso desenvolvimento espiritual, enquanto a “salvação” é de graça, dada de uma vez por todas. Basta “crer” para recebê-la ou basta arrepender-se dos “pecados” para ganhar o céu e livrar-se do inferno eterno.

CONCLUSÃO

Neste livro (*Mitos Cristãos: Desafios para o Diálogo Religioso*), refletimos crítica e ecumenicamente sobre os chamados “mitos cristãos”, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada” e da teologia liberal/pluralista contemporânea.

Sem ter pretendido agredir a fé cristã dogmática (a qual merece todo o nosso respeito), nem diminuir o valor histórico do cristianismo e da Igreja Católica, mas apenas contribuir para o diálogo religioso entre cristãos e não cristãos, bem como para o conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”), abordei, sobretudo, os “mitos cristãos” relacionados com a maior polêmica cristã de todos os tempos, que sempre foi (e continua sendo) sobre a verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus. Nesse sentido, defendi a corrente cristológica segundo a qual **Jesus é só homem**, em contraposição às correntes cristãs míticas, segundo as quais **Jesus é Deus e homem ou só Deus**.

Questionei os “mitos cristãos”, particularmente os mais exclusivistas, pelo fato de eles não se coadunarem com o código de moral universal ensinado pelo Jesus histórico (a paz, o amor, a caridade, a fraternidade etc.), além de impedirem a prática, cada vez mais necessária, do diálogo inter-religioso de igual para igual.

Conforme argumentado em vários capítulos deste livro, a atitude exclusivista cria inegavelmente uma barreira intransponível entre as religiões que se propõem dialogar. De fato, se nos sentarmos à mesa do diálogo com a convicção de que a nossa religião é a única verdadeira, assumimos uma postura de superioridade e de exclusividade em relação ao parceiro do diálogo, ao qual caberia apenas a negação de suas próprias convicções para aceitar as verdades da nossa religião. Esse é o grande dilema ecumênico e o maior desafio que os parceiros do diálogo religioso terão que enfrentar, se realmente desejarem dialogar em pé de igualdade com os seguidores de facções diferentes de uma mesma tradição religiosa ou com os adeptos de outras religiões.

Nesse sentido, tem muita razão o teólogo cristão Eduardo Rosa Pedreira, ao afirmar que

a proposta da construção de um diálogo no qual o cristianismo participa em igualdade de condições com as religiões não cristãs constitui, senão o maior, pelo menos o mais fundamental desafio que a teologia cristã enfrenta neste século (PEDREIRA, 1999, p. 161).

Questionei, insistentemente, o chamado “mito da unicidade cristã”, segundo o qual o cristianismo tradicional é uma religião “excepcional” e “única”, pois essa atitude, além de ser antiecumênica, não encontra nenhum apoio na história das religiões.

Mostrei que a atitude liberal-pluralista não pretende negar o valor dos mitos. Os seres humanos não se alimentam apenas do pão dos fatos, mas vivem também de mitos e de ficções. Não há nenhum mal em se crer em mitos e lendas.

Os mitos cristãos tem alimentado a fé de bilhões de fiéis. Por isso, essas crenças merecem muito respeito. Por outro lado, ninguém pode ignorar o fato de que esses mesmos mitos já causaram também muitos males na humanidade: exclusivismos, divisões, conflitos, preconceitos, discriminações, intolerância, guerras catastróficas, autos de inquisição etc.

O mal não é crer em mitos, mas interpretar crenças e narrações míticas como se fossem acontecimentos históricos reais e absolutos. E o mais desastroso ainda é uma religião querer defender e impor fanaticamente seus dogmas ou mitos como se apenas eles fossem verdadeiros e absolutos para toda a humanidade.

Esse tem sido o grande erro do cristianismo tradicional, o qual já discriminou e matou muita gente que discordava de seus dogmas ou mitos exclusivistas ao longo da História, erro esse que tem sido fortemente combatido pelos filósofos e teólogos liberais e pluralistas contemporâneos, porque a defesa fanática das crenças exclusivistas de qualquer religião é incompatível com a paz, o amor e a fraternidade, além de impedir o diálogo ecumênico e inter-religioso de igual para igual. Espera-se que, com a prática de um diálogo ecumênico e inter-religioso autênticos, esse erro possa ser corrigido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- ALEIXO, Sérgio Fernandes. Reencarnação. *Visão Espírita*, Salvador, ano 1, n. 5, p. 24-25, ago. 1998.
- _____. *Reencarnação: Lei da Bíblia, Lei do Evangelho, Lei de Deus*. Niterói, Rio de Janeiro: Lachâtre, 1999.
- ANDRADE, Hernani Guimarães. *Morte: uma luz no fim do túnel*. São Paulo: FE Jornalística, 1999.
- ANDRADE, Jayme. *O Espiritismo e as igrejas reformadas*. 4. ed. São Paulo: EME, 1995.
- AQUINO, Felipe. *FPorque su católico*. Lorena, São Paulo: Cléofas, 2002a.
- _____. *Falsas doutrinas: seitas e religiões*. Lorena, São Paulo: Cléofas, 2002b.
- ARIAS, Juan. *Jesus, esse grande desconhecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ARMOND, Edgard. *Religiões e filosofias*. 3. ed. São Paulo: Aliança, 1999.
- ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BACH, Marcus. *As Grandes religiões do mundo: origens, crenças e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Nova Era, 1998.
- BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard; LINCOLN, Henry. *O Santo graal e a linhagem sagrada*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.
- BARRERA, Pablo. Fragmentação do sagrado e crise das tradições na pós-modernidade. In: TRASFERETTI, José & GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes (Orgs.). *Teologia na Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BETTENCOURT, Estevão Tavares. *Crenças, religiões, igrejas, seitas: quem são?* Santo André, São Paulo: O Mensageiro de Santo Antônio, 1999.
- BIERLEIN, J. F. *Mitos paralelos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BLAVATSKY, Helena P. *Glossário teosófico*. 4. ed. São Paulo: Ground, 2000.

BOFF, Leonardo. *A Ressurreição de Cristo: a nossa ressurreição na morte*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *A Águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 37.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

_____. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Edição revista. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

BOLTON, Lesley. *O Livro completo da mitologia clássica: deuses, deusas, heróis e monstros gregos e romanos de Ares a Zeus*. São Paulo: Madras, 2004.

BROWN, Dan. *O Código Da Vinci*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRUNE, François. *Os Mortos nos falam*. 2. ed. Sobradinho: Vozes; DF: EDICEL, 1994.

BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

BULTMANN, Rudolf. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2004.

CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1983.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CHARPENTIER, Etienne. *Cristo ressuscitou*. São Paulo: Paulinas, 1984. (Coleção Cadernos Bíblicos, 17)

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo: Volume 2: Lucas, João*. São Paulo, Hagnos, 2002.

CHAVES, José Reis. *A Reencarnação na Bíblia e na ciência*. 7. ed. rev. São Paulo: Editora Bezerra de Menezes, 2006a.

_____. *A Face oculta das religiões: uma visão racional da Bíblia*. 2. ed. São Paulo: Editora Bezerra de Menezes, 2006b.

- . “O que é e o que não é a Bíblia”. DIÁRIO O Tempo, de Belo Horizonte-MG. Coluna em O TEMPO, Página Opinião, 27/nov. 2006c.
- COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja I: das origens ao século XV*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- COMMELIN, P. *Mitologia grega e romana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CROSSAN, John Dominic. *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DENIS, Léon. *Cristianismo e Espiritismo*. 9. ed. Brasília-DF: FEB, 1919.
- DESROCHE, Henri. *O Homem e suas religiões: ciências humanas e experiências religiosas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- DOM BOSCO. *O Jovem instruído*. 9. ed. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1948.
- DONINI, Ambrogio. *Breve história das religiões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- EHRMAN, Bart D. *O Que Jesus disse? O que Jesus não disse?: quem mudou a Bíblia e por quê*. São Paulo: Prestígio, 2006.
- EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- ELSBERG, Robert (Ed.). *Gandhi e o cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rev. Aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRANGIOTTI, Roque. *História das heresias: conflitos ideológicos dentro do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1995.
- FUNK, Robert W.; HOOVER, Roy W., and THE JESUS SEMINAR. *The Five Gospels: what did Jesus really say? The search for the authentic words of Jesus*. New York: Macmillan Publishing Company, 1993.

FUNK, Robert W., and THE JESUS SEMINAR. *The Acts of Jesus: what did Jesus really do? The search for the authentic deeds of Jesus*. New York: Harper Collins, and Harper San Francisco, 1998.

GANDON, Odile. *Deuses e heróis da mitologia grega e latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GONZÁLEZ-CARVAJAL, Luis. *Nossa fé: teologia para universitários*. São Paulo: Loyola, 1992.

GRIESE, Franz. *La Desilusión de un sacerdote: la verdad científica sobre la religión cristiana*. 2. ed. reformada y aumentada. Buenos Aires: Editorial Cultura Laica, 1957.

HARPUR, Tom. *O Cristo dos pagãos: a sabedoria antiga e o significado espiritual da Bíblia e da história de Jesus*. São Paulo: Pensamento, 2008.

HASSNAIN, Fida. *Jesus, a verdade e a vida: uma busca histórica pelos caminhos apócrifos, budistas, islâmicos e sânscritos*. São Paulo: Madras, 1999.

HART, Michael H. *As 100 maiores personalidades da história: uma classificação das pessoas que mais influenciaram a História*. 10. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005.

HELLMAN, Hall. *Grandes debates da ciência: dez das maiores contendas de todos os tempos*. São Paulo: Unesp, 1999.

HICK, John (Org.). *The Myth of God incarnate*. London: SCM Press, 1977.

_____. *Philosophy of religion*. 4. ed. Upper Saddle river, New Jersey: Prentice Hall, 1990.

_____. *The Metaphor of God incarnate*. London: SCM Press, 1993.

_____. *John Hick: an autobiography*. Oxford: Oneworld, 2002.

HICK, John & KNITTER, Paul (Orgs.). *The Myth of christian uniqueness, toward a pluralistic theology of religions*. New York: Orbis Book, 1987.

HISLOP, Dr. John S. *Meu Baba e eu: vivências com o mestre indiano Sri Sathya Sai Baba*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. *Origens do cristianismo: uma leitura crítica*. Brasília: Editora Ser, 2006.

- HORTAL, Jesús. *E haverá um só rebanho.*: história, doutrina e prática católica do ecumenismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUXLEY, Aldous. *A Filosofia perene*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- IMBASSAHY, Carlos. *Religião*. Brasília: FEB, 1944.
- IRINEU DE LIÃO. *Contra as heresias*: denúncia e refutação da falsa gnose. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- JOMANO. *Onde está Deus*. São Paulo: Elevação, 2001.
- KARDEC, Allan. O Evangelho Segundo o Espiritismo. *A Codificação da doutrina espírita*: obras completas de Allan Kardec. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1997a.
- _____. *O Livro dos Espíritos*. *A Codificação da doutrina espírita*: obras completas de Allan Kardec. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1997b.
- _____. *A Gênese*. *A Codificação da doutrina espírita*: obras completas de Allan Kardec. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1997c.
- _____. *O Céu e o inferno*. *A Codificação da doutrina espírita*: obras completas de Allan Kardec. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1997d.
- KERSTEN, Holger. *Jesus viveu na Índia*: a desconhecida história de Cristo antes e depois da crucificação. 17. ed. São Paulo: Best Seller, 1986.
- KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Espiritismo*: orientação para os católicos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- KÜNG, Hans. Is there one true religion? An essay in establishing ecumenical criteria. In: HICK, John & HEBBLETHWAITE, Brian (Orgs.). *Christianity and other religions*. Oxford: Oneworld, 2001.
- _____. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LEWIS, H. Spencer. *A Vida mística de Jesus*. 7. ed. Curitiba-Paraná: Biblioteca da Ordem Rosacruz – AMORC, 1997.
- MATHER, George A.; NICHOLS, Larry A. *Dicionário de religiões, crenças e ocultismo*. São Paulo: Vidas, 2000.
- MEIER, John P. *Um Judeu marginal*: repensando o Jesus histórico. 3. ed. Rio de Janeiro: IMAGO, 1993. v. 1.

_____. *Um Judeu marginal: repensando o Jesus histórico*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1994. v. 2, livro 1.

_____. *Um Judeu marginal: repensando o Jesus histórico*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1998. v. 2, livro 2.

_____. *Um Judeu marginal: repensando o Jesus histórico*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1997. v. 2, livro 3.

MIRANDA, Hermínio C. *Cristianismo: a mensagem esquecida*. Matão, São Paulo: O Clarim, 1988.

_____. *Os Cátaros e a heresia católica*. 2. ed. Niterói - Rio de Janeiro: Lachâtre, 2002.

MIRANDA, Mário de França. *O Cristianismo em face das religiões*. São Paulo: Loyola, 1998.

MORAIS, Jomar. Satã Vive. *Super Interessante*, Edição 174, p. 55-61, mar. 2002.

NETO, José Barbosa de Sena. *Confissões surpreendentes de um ex-padre*. Niterói - RJ: Editora ADOS, 2004.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

O CÓDIGO DE HAMMURABI. 3.ed. Introdução, tradução (do original cuneiforme) e comentários de E. Bouzon. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Francimar de. *O Centurião de Cafarnaum*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Diálogos entre fé e razão*. São Paulo: Paulinas, 2000.

PALHANO, L. Jr. *Dicionário de filosofia espírita*. Rio de Janeiro: Edições Celd, 1997.

PASTORINO, Carlos Torres. *Sabedoria do Evangelho*. Rio de Janeiro: Grupo Editorial "Spiritus", 1966. v. 3.

PEDREIRA, Eduardo Rosa. *Do Confronto ao encontro: uma análise do cristianismo em suas posições ante os desafios do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999.

- RAHNER, Karl. Curso fundamental da fé. São Paulo: Paulinas, 1989.
- RAMATÍS. *O Evangelho à luz do cosmo*. Psicografia de Hercílio Maes. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1996.
- _____. *O Sublime peregrino*. Psicografia de Hercílio Maes. 13. ed. Limeira, São Paulo: Conhecimento, 2001.
- RATZINGER, Joseph, Card. *Dominus Iesus: sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.
- RIFFARD, Pierre A. *O Esoterismo*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- RINALDI, Natanael; ROMEIRO, Paulo. *Desmascarando as seitas*. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- ROHDEN, Huberto. *Bhagavad Gita*. 11. ed. São Paulo: Martin Claret. s.d.
- _____. *Rumo à consciência cósmica*: São Paulo: Martin Claret. s.d.
- ROUSTAING, João Batista. *Os Quatro Evangelhos: espiritismo cristão ou revelação da revelação*. 7. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1989.
- SAMUEL, Albert. *As Religiões hoje*. São Paulo: Paulus, 1997
- SANDERFUR, Glenn. *As Vidas do Mestre Jesus*. São Paulo: Pensamento, 1988.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário enciclopédico das religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1 e 2.
- SCHURÉ, Édouard. *Krishna: Coleção Os Grandes Iniciados: esboço da história secreta das religiões*. São Paulo: Martin Claret Editores, 1986.
- SCHUTEL, Cairbar. *O Batismo*. 6. ed. São Paulo: O Clarim, 1986.
- SIGNATES, Luiz. A filosofia espírita da fé raciocinada. *Revista Espírita Allan Kardec*, Goiânia, ano 10, n. 39, p. 32-33, jul./set. 1998.
- SOUZA, José Pinheiro de. *Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.
- _____. *Mitos Cristãos: desafios para o diálogo religioso*. Divinópolis-MG: GEEC, 2007.
- _____. *Catecismo ecumênico: 200 perguntas e respostas à luz da “fé raciocinada”*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2010a.

_____. *Paulinismo*: a doutrina de Paulo em oposição à de Jesus. Fortaleza: Gráfica LCR, 2010b.

_____. *Mentiras sobre Jesus*: desafio para o diálogo religioso. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011a.

_____. *Três Maneiras de Ver Jesus*: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011b.

TABOR, James D. *A Dinastia de Jesus*: a história secreta das origens do cristianismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

TEIXEIRA, Faustino. *Teologia das religiões*: uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995.

TERRIN, Aldo Natale. *Introdução ao estudo comparado das religiões*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TILESSE, Caetano Minette. *Revista Bíblica Brasileira*, Fortaleza, ano 5, 1998.

TORRES QUEIRUGA, Andrés. *Repensar a ressurreição*: a diferença cristã na continuidade das religiões e da cultura. São Paulo: Paulinas, 2004.

TOURINHO, Nazareno. *Kardec, Jesus e a filosofia espírita*. São Paulo: FEESP, 1994.

TRACY, David. Metáfora e religião: o caso dos textos cristãos. In: SACKS, Sheldon (Org.). *Da Metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 95-109.

UBALDI, Pietro. *Deus e universo*. 3. ed. Campos, Rio de Janeiro: Fundação Pietro Ubaldi, 1957.

_____. *Problemas atuais*. 3. ed. Campos, Rio de Janeiro: Fundação Pietro Ubaldi, 1986.

_____. *Deus e universo*. 3. ed. Campos, Rio de Janeiro: Fundação Pietro Ubaldi, 1987.

_____. *Cristo*. 3. ed. Campos – Rio de Janeiro: Fundação Pietro Ubaldi, 1988.

_____. *A Grande síntese*. 17. ed. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Instituto Pietro Ubaldi, 1992.

Van PRAAGH, James. *Em Busca da espiritualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

VASCONCELOS, Yuri. O Homem que inventou Cristo. *SUPER Interessante*. Edição 195, dez. 2003.

- WALDENFELS, Hans; KÖNIG, Franz Cardeal. *Léxico das religiões*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEISER, Alfons. *O Que é milagre na Bíblia: para você entender os relatos dos evangelhos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- WEISS, Brian L. *Muitas Vidas Muitos Mestres*. 15. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1991.
- WIEBE, Donald. *Religião e verdade*. São Leopoldo – Rio Grande do Sul: Sinodal, 1998.
- WILES, Maurice. Myth in Theology. In: HICK, John (Ed.). *The Myth of God Incarnate*. London: SCM Press, 1977.
- WOODWARD, Kenneth L. *O Livro dos milagres: o significado dos milagres no cristianismo, no judaísmo, no budismo, no hinduísmo e no islamismo*. São Paulo: Mandarim, 2000.
- YOUNG, Frances. A Cloud of witnesses. In: HICK, John (Org.). *The Myth of God incarnate*. London: SCM Press, 1977.